



# DIÁRIO

# República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLIV — Nº 53

TERÇA-FEIRA, 9 DE MAIO DE 1989

BRASÍLIA — DF

## SENADO FEDERAL

### SUMÁRIO

#### 1 — ATA DA 53ª SESSÃO, EM 8 DE MAIO DE 1989

##### 1.1 — ABERTURA

##### 1.2 — EXPEDIENTE

##### 1.2.1 — Mensagem do Senhor Presidente da República

— Nº 94/89 (nº 189/89, na origem), referente à escolha do Dr. Aristides Junqueira Alvarenga, Subprocurador-Geral da República, da carreira do Ministério Público Federal, para exercer o cargo de Procurador-Geral da República.

##### 1.2.2 — Mensagem do Governador do Distrito Federal

— Nº 30/89-DF (nº 21/89-GAG, na origem), encaminhando ao Senado Federal o Projeto de Lei do Distrito Federal nº 18/89, que dispõe sobre os vencimentos dos membros da Carreira de Procurador do Distrito Federal e dá outras providências.

##### 1.2.3 — Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Distrito Federal nº 17/89, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que denomina Teatro Nacional Cláudio Santoro o Teatro Nacional de Brasília.

##### 1.2.4 — Comunicações

— Dos Senadores Divaldo Suruagy, José Agripino e Lourival Baptista, de que se ausentarão do País.

##### 1.2.5 — Discursos do Expediente

**SENADOR JOSÉ AGRIPINO** — Incentivos fiscais.

**SENADOR NEY MARANHÃO** — Compensação dos prejuízos da caderneta de poupança rural, no Imposto de Renda. Homenagem ao ex-Deputado Paulo Cavalcanti.

**SENADOR MARCONDES GADIELHA** — Encontro dos Chefes de Estado, da região amazônica, em Manaus — AM.

**SENADOR JARBAS PASSARINHO** — Homenagem aos veteranos da Força Expedicionária Brasileira.

**O SR. PRESIDENTE NELSON CARNEIRO** — Fala associativa em nome da Mesa.

##### 1.2.6 — Apreciação de matérias

— Requerimentos nºs 234 a 236/89, lidos em sessão anterior. *Aprovados.*

##### 1.3 — ORDEM DO DIA

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei do DF nº 5, de 1988, que dispõe sobre os vencimentos dos conselheiros, auditores e membros do Ministério Público do Tribunal de Contas do Distrito Federal. *Votação adiada* por solicitação do Senador Mauro Benevides.

##### 1.3.1 — Discursos após a Ordem do Dia

**SENADOR MAURO BENEVIDES** — Amparo aos flagelados das chuvas no Estado do Ceará.

**SENADOR ITAMAR FRANCO** — Homenagem póstuma ao cientista Almirante Álvaro Alberto.

**SENADOR LOURIVAL BAPTISTA** — Homenagem póstuma ao jornalista Gilberto Guimarães.

**SENADOR NELSON WEDEKIN** — Alterações na diretoria da Telesc.

##### 1.3.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

##### 1.4 — ENCERRAMENTO

#### 2 — DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÕES ANTERIORES

— Do Sr. Senador Áureo Mello, proferido na sessão de 26-4-89.

— Do Sr. Senador João Menezes, proferido na sessão de 3-5-89.

#### 3 — ATAS DE COMISSÕES

#### 4 — ATOS DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

— Nºs 132 a 135, de 1989.

#### 5 — PORTARIAS DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL

— Nºs 14 a 16, de 1989.

#### 6 — PORTARIA DO DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

— Nº 17, de 1989.

#### 7 — MESA DIRETORA

#### 8 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

#### 9 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

**EXPEDIENTE**  
**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

**PASSOS PÓRTO**  
Diretor-Geral do Senado Federal  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor Executivo  
**CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA**  
Diretor Administrativo  
**LUIZ CARLOS DE BASTOS**  
Diretor Industrial  
**FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA**  
Diretor Adjunto

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**  
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

**ASSINATURAS**

Semestral ..... NCz\$ 9,32

Exemplar Avulso ..... NCz\$ 0,06

Tiragem: 2.200-exemplares.

## Ata da 53ª Sessão, em 8 de maio de 1989

### 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Nelson Carneiro e Pompeu de Sousa*

**ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

— Mário Maia — Aluizio Bezerra — Leopoldo Peres — Nabor Júnior — João Menezes — Antonio Luiz Maya — Alexandre Costa — Edison Lobão — Chagas Rodrigues — José Agripino — Mansueto de Lavor — João Lyra — Lourival Baptista — Jamil Haddad — Ítamar Franco — Pompeu de Sousa — Rachid Saldaña Derzi — Dirceu Carneiro — Carlos Chierelli.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeu de Sousa)

— A lista de presença acusa o comparecimento de 18 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário irá proceder à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

### **EXPEDIENTE**

#### **Mensagens**

#### **Do Presidente da República**

**Submetendo à deliberação do Senado a escolha de nome indicado para cargo cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:**

#### **MENSAGEM Nº 94, DE 1989** **(Nº 189/89, na origem)**

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal,

Tendo em vista o disposto no artigo 128, § 1º, da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à elevada aprovação de Vossas Excelências a escolha do nome do Doutor Aristides Junqueira Alvarenga, Subprocura-

dor-Geral da República, da carreira do Ministério Público Federal, para exercer o cargo de Procurador-Geral da República.

— Brasília-DF, 8 de maio de 1989. — *José Sarney.*

DJ/SSJ/SEJUSP/MJ/EM nº 00082/89.

Em 4 de maio de 1989.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Com a aprovação, pelo Senado Federal, do nome do Doutor José Paulo Sepúlveda Pertence e de sua consequente nomeação para exercer o cargo de Ministro do egrégio Supremo Tribunal Federal, abrirei-se a vaga de Procurador-Geral da República.

O promovimento do cargo em comento, pelo processo de livre escolha, deverá recair em nome de integrante da carreira do Ministério Público da União, selecionado por Vossa Excelência, após maioria absoluta dos membros do Senado Federal, de acordo com o § 1º do artigo 128 da Constituição.

Nessas condições, tenho a honra de submeter o assunto à superior consideração de Vossa Excelência, para eleger o nome a ser encaminhado ao referendo do Senado Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos do meu profundo respeito. — *Oscar Corrêa*, Ministro de Estado da Justiça.

#### **"CURRICULUM VITAE" DE** **ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA**

#### **I — Dados Pessoais**

- 1 — Nome: Aristides Junqueira Alvarenga
- 2 — Filiação: Luiz de Melo Alvarenga e Alice Junqueira Alvarenga
- 3 — Data de Nascimento: 2 de março de 1942
- 4 — Local de Nascimento: São João del Rei — Minas Gerais

5 — Estado Civil: Casado

6 — Nome do Cônjuge: Rosely de Oliveira Alvarenga

7 — Filhos: Lúcio de Oliveira Alvarenga (15-1-81) Mário de Oliveira Alvarenga (4-5-84)

8 — Endereço Residencial: SQS 316 Bloco F Ap. 101

Fone: 245-46-47

9 — Endereço de Trabalho: Procuradoria Geral da República

Fone: 226-57-82

#### **II — Documentos de Identidade**

1 — Carteira de Identidade: RG nº 12.238.299-SSP/SP — em 23-1-78

2 — Certificado de Reservista: nº 332.149 — Série C — 4º R.M. 11º CR

3 — Título de Eleitor nº 4530120/38 — 1ª Zona — 144º — Seção — Brasília-DF

4 — CPF nº 0004.715.931/68

5 — Pasep — nº 1.004.395.438-0

#### **III — Histórico Escolar**

1 — Curso Primário: no Grupo Escolar "João dos Santos" de São João del Rei-MG (1949/1952)

2 — Curso de Humanidades: no Seminário Menor de Mariana-MG (1953/1958)

3 — Curso de Filosofia: incompleto; no Seminário Maior de Mariana-MG (1959-1960).

4 — Curso de Bacharelado: na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, com sede em Belo Horizonte (1963/1967), havendo colado grau em 10 de dezembro de 1967

5 — Curso de Pós-Graduação: em nível de mestrado, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1974/1975), sem defesa de tese.

#### **IV — Aprovação em Concursos Públicos**

1 — 1966 — Estagiário Acadêmico de Direito, do Estado de Minas Gerais.

2 — 1968 — Promotor de Justiça do Estado de Goiás, logrando aprovação em primeiro lugar

3 — 1973 — Procurador da República

#### V — Dados Funcionais

1 — Chefe do Pessoal da Maternidade Odeite Valadares, em Belo Horizonte-MG (setembro de 1962 a setembro de 1968).

2 — Diretor do Departamento Jurídico da Federação dos Trabalhadores Cristãos de Minas Gerais (1967 a setembro de 1968).

3 — Promotor de Justiça nas comarcas goianas de Santa Cruz de Goiás, Porangatu, Palmeiras de Goiás e Goianésia ( de outubro de 1968 a 7 de novembro de 1973).

4 — À disposição do Departamento de Polícia Federal, em Goiás, durante o primeiro semestre de 1973.

5 — Chefe de Gabinete da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, de agosto a 7 de novembro de 1973.

6 — Procurador da República, em São Paulo, a partir de 7 de novembro de 1973, com atuação junto às Varas da Justiça Federal especializadas em matéria penal.

7 — Designado pelo Procurador-Geral da República para ter exercício junto a Procuradoria Geral da República, para emitir pareceres em matéria penal, perante o Supremo Tribunal Federal (junho a novembro de 1978).

8 — Removido, *ex-officio*, para a Procuradoria Geral da República, em Brasília-DF para emitir pareceres em matéria penal, perante o Supremo Tribunal Federal (junho de 1979 até 13 de maio de 1983).

9 — Designado pelo Procurador-Geral da República para funcionar na ação penal relativa ao homicídio praticado contra o Procurador da República, Pedro Jorge de Melo e Silva, perante a 1ª Vara da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco (junho de 1982).

10 — Nomeado para o cargo em comissão de Subprocurador-Geral da República, por decreto do Presidente da República, publicado no *DOU* de 13 de maio de 1983, passando a officiar junto à Terceira Turma do Tribunal Federal de Recursos, até fevereiro de 1987.

11 — Designado em janeiro de 1986, pelo Procurador-Geral da República para officiar junto à 4ª Turma do Tribunal Federal de Recursos, cumulativamente com o officio junto à 3ª Turma, até fevereiro de 1987.

12 — Designado, em 3 de fevereiro de 1987, pelo Procurador-Geral da República, para Secretário de Coordenação da Defesa da Ordem Jurídica do Ministério Público Federal, nos termos do art. 28 do Decreto 93.840, de 22-12-86, permanecendo em exercício até junho de 1988.

13 — Designado, em 5 de fevereiro de 1987, pelo Procurador-Geral da República, para officiar perante a 1ª Seção do Tribunal Federal de Recursos, permanecendo em exercício até 27 de abril de 1987.

14 — Designado, em 27 de abril de 1987, pelo Procurador-Geral da República, para officiar junto à Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal e para substituir o Procurador-

Geral da República, em caso de ausência ou impedimento.

15 — Promovido por merecimento, em março de 1988, ao cargo de Procurador da República Especial, hoje denominado Subprocurador-Geral da República, cargo efetivo e não mais em comissão.

16 — Designado, em 28 de junho de 1988, pelo Procurador-Geral da República, para exercer as funções de Vice-Procurador-Geral da República; officiar em processos de competência do Supremo Tribunal Federal; para supervisionar a atuação do Ministério Público Federal em processos penais, junto ao Supremo Tribunal Federal e para submeter à aprovação do Procurador-Geral da República a manifestação do Ministério Público Federal em que se ponham em causa questões novas de inconstitucionalidade ou de interpretação constitucional.

#### VI — Experiência Docente

1 — Professor de Legislação Aplicada e Organização Social e Política Brasileira, no Curso Técnico de Contabilidade do Colégio Estadual de Goianésia, Goiás (1971 a 1972).

2 — Aulas no Curso de Estágio da Faculdade de Direito das Faculdades Metropolitanas Unidas, São Paulo — SP (1974).

3 — Professor Convidado para ministrar aulas de Polícia Fazendária, na Academia Nacional de Polícia, em Brasília — DF, referente ao Curso de Agente de Polícia Federal (1982).

4 — Professor colaborador do Centro de Ensino Unificado de Brasília — CEUB — disciplina de Direito Processual Penal (1982 — 1985).

#### VII — Participação em Comissões Examinadoras de Concursos Públicos

1 — Designado pelo Exmº Sr. Ministro-Presidente do Tribunal Federal de Recursos para compor a Comissão do Concurso Público destinado ao provimento dos cargos, privativos de Bacharel em Direito, da Classe "A", da Categoria de Técnico Judiciário, do Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos (1980).

2 — Contratado pela Diretoria do Pessoal Civil da Marinha para elaborar prova para concurso interno de ascensão funcional para Assistente Jurídico, realizado pelo Ministério da Marinha (1981).

3 — Membro da Comissão Examinadora do Concurso Público para provimento de cargos de Procurador da Fazenda Nacional realizado pela Escola de Administração Fazendária — (ESAF), em 1981/1982.

4 — Membro da Comissão Examinadora do 6º Concurso Público para provimento de cargos de Procurador da República, realizado pela Procuradoria Geral da República, 1983.

5 — Membro da Comissão Examinadora do 8º Concurso Público para provimento de cargos de Procurador da República, realizado pela Procuradoria Geral da República, em 1987.

6 — Membro da Comissão examinadora do 9º Concurso Público para provimento de cargos de Procurador da República, realizado pela Procuradoria Geral da República, ainda em andamento.

7 — Membro de Comissões Examinadoras de diversos concursos públicos realizados pela ESAF, desde 1983 até hoje, para provimento de cargos de níveis superior e médio em Tribunais Regionais Eleitorais, Tribunal Federal de Recursos etc.

#### VIII — Participação em Comissão Julgadora de Concurso de Monografia Jurídica

Presidente da Comissão Julgadora do Concurso "Miguel Cerqueira", promovido pela Associação Goiana do Ministério Público, a que concorreram Promotores Públicos de várias unidades da Federação, constando como tema "Dolo Eventual — Culpa Consciente: Limites" (1980).

#### IX — Palestras Proferidas

1 — "A competência Criminal da Justiça Federal de Primeira Instância", na Faculdade de Direito de Colatina, Espírito Santo (1978).

2 — "Da Imputabilidade" e "Do Concurso de Agentes", em ciclo de palestras promovidas pelo Departamento de Polícia Federal sobre a nova Parte Geral do Código Penal (Lei nº 7.209/84), em que foram, também, conferencistas, sobre outros temas, os professores: Ministro Francisco Rezek, do Supremo Tribunal; Desembargador Luiz Vicente Cernicchiaro, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal; Francisco de Assis Toledo e Cláudio Lemos Fonteles, do Ministério Público Federal (1985).

3 — "O Ministério Público e a Defesa do Consumidor" palestra proferida, como representante do Procurador-Geral da República no auditório da Secretaria de Planejamento do Estado de Minas Gerais, por ocasião da abertura do Seminário sobre "Consumidor e Constituinte", promovido pelo Procon/MG (outubro de 1985).

4 — "Criminalidade Econômica", palestra proferida, como representante do Procurador-Geral da República, no Seminário sobre Mercado de Capitais, patrocinado pela Comissão de Valores Mobiliários e destinado à Magistratura e ao Ministério Público do Estado do Pará (dia 12 de setembro de 1986, Belém).

#### X — Participação em Conselhos Comissões e Grupos de Trabalho

1 — Membro do Conselho Superior de Censura, como representante do Ministério Público Federal (1982 a maio de 1983).

2 — Presidente da Comissão instituída pelo Excelentíssimo Senhor Ministério da Justiça para elaborar anteprojeto de lei disciplinando a competência da Polícia Federal, prevista na segunda parte da alínea c do inciso VIII do artigo 8º da Constituição Federal (setembro de 1983).

3 — Presidente do Grupo de trabalho, instituído pelo Excelentíssimo Senhor Doutor Procurador-Geral da República, para oferecer sugestões que permitam disciplinar, por portaria, a forma e os mecanismos da atuação do Ministério Público Federal em face da Lei nº 7.347, de 24 de junho de 1985, que dispõe sobre a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico,

estético, histórico, turístico e paisagístico (agosto de 1985).

4 — Membro efetivo, como representante do Ministério Público, do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor, designado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República (agosto de 1985/junho de 1987).

5 — Membro do Grupo de Trabalho, instituído pelo Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça, para elaborar o regulamento do Fundo Criado pela Lei nº 7.347/85 (novembro de 1985).

6 — Membro do Grupo de Trabalho, instituído pelo Excelentíssimo Senhor Doutor Procurador-Geral da República, destinado à elaboração de proposta de anteprojeto de lei orgânica do Ministério Público da União (novembro de 1985).

7 — Membro-Suplente do Conselho Federal de Entorpecentes, na qualidade de Jurista (abril de 1987).

8 — Presidente da Comissão de Juristas constituída, em 8 de março de 1980, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça para promover exame de sugestões e revisão final do anteprojeto do Código de Defesa do Consumidor, a ser enviado como colaboração ao Congresso Nacional.

#### XI — Artigo Publicado

"Crime de Sonegação Fiscal", *Folha da Tarde*, São Paulo, Edição de 3-6-1977, p.9.

#### XII — Obra Publicada

*A competência Criminal da Justiça Federal de Primeira Instância*, Saraiva, São Paulo, 1978.

Brasília, 2 de abril de 1989. — *Artides Junqueira Alvarenga*.

(*A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania*.)

### DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL

#### MENSAGEM Nº 30, DE 1989 — DF (Nº 021/89-GAG, na origem)

Brasília, 5 de maio de 1989

Excelentíssimo Senhor  
Presidente do Senado Federal:

Em obediência às disposições insertas na Resolução nº 157, de 1988, dessa insigne Casa Legislativa, e dando cumprimento aos ditames do artigo 16, § 1º, das Disposições Transitórias, da Constituição da República Federativa do Brasil, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para a alta apreciação do Senado Federal, o anexo anteprojeto de lei que dispõe sobre a fixação do vencimento e representação devidos aos membros da Carreira de Procurador do Distrito Federal.

É imperativo ajustar a remuneração da referida Carreira à das demais que a Constituição Federal reuniu no seu Capítulo IV, do Título IV, considerando que a situação atual apresenta-se incompatível com o disposto no § 1º, do artigo 39, da Lei Maior, aplicável à Carreira de Procurador do Distrito Federal, por força do art. 135 daquele Diploma Constitucional.

A medida proposta dispensa um novo tratamento remuneratório àquela Carreira, eliminando as diversas gratificações hoje integrantes dos seus vencimentos, que passam exclusivamente, a compor-se do vencimento base e da representação, ressalvadas as vantagens de caráter pessoal, conferindo clareza, para conhecimento da sociedade, dos exatos valores da retribuição.

Os parâmetros utilizados, em observância às disposições do mencionado § 1º, do art. 39, da Constituição, foram os mesmos adotados na fixação dos vencimentos dos membros do Ministério Público Federal e do Distrito Federal, consubstanciada na Lei nº 7.725, de 6 de janeiro de 1989, tomando-se por base, os valores estabelecidos para a remuneração dos membros do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, constantes dos itens II, III e IV do Anexo da referida lei.

Vale ressaltar que, por imposição legal, a Carreira de Procurador do Distrito Federal sempre guardou correspondência de remuneração com a de Procurador da República, daí porque a adoção daqueles parâmetros ajusta-se aos inegáveis ônus e complexas responsabilidades estabelecidas no novo ordenamento constitucional.

A medida legislativa ora proposta tem por escopo dar prosseguimento à adequação instituída pelos dispositivos constitucionais antes indicados, à exemplo da Lei nº 5, de 29 de dezembro de 1968, que fixou os vencimentos dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Acresça-se que não haverá reflexo significativo na despesa, posto que, não se descuidando das dificuldades financeiras do Distrito Federal, propõe-se a extinção das inúmeras gratificações hoje pagas, somando-se a isso o pequeno número de integrantes da carreira aqui tratada.

Nesta oportunidade, reafirmo a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e distinta consideração. — *Joaquim Domingos Roriz*, Governador do Distrito Federal.

#### PROJETO DE LEI DO DF Nº 18, DE 1989

*Dispõe sobre os vencimentos dos membros da Carreira de Procurador do Distrito Federal e dá outras providências.*

O Senado Federal decreta:

Art. 1º O vencimento e a verba de representação devidos aos membros da Carreira

de Procurador do Distrito Federal, a partir de 1º de maio de 1989, passam a ser os constantes do Anexo.

Art. 2º Ficam extintas, para a Carreira de Procurador do Distrito Federal, as seguintes vantagens e gratificações:

I — gratificação de nível superior, instituída pelo Decreto-Lei nº 1.544, de 15 de abril de 1977, alterada pelo Decreto-Lei nº 1.831, de 22 de dezembro de 1980 e concedida à Carreira Procurador do Distrito Federal pelo Decreto-Lei nº 2.107, de 13 de fevereiro de 1984;

II — gratificação de produtividade, instituída pelo Decreto-Lei nº 1.776, de 17 de março de 1980;

III — gratificação de desempenho de atividades de tributação, arrecadação ou fiscalização dos tributos do Distrito Federal, instituída pelo Decreto-Lei nº 2.107, de 13 de fevereiro de 1984;

IV — gratificação de desempenho de função essencial à prestação jurisdicional, instituída pelo Decreto-Lei nº 2.160, de 6 de setembro de 1984;

V — gratificação instituída pelo Decreto-Lei nº 2.367, de 5 de novembro de 1987.

Art. 3º A gratificação adicional por tempo de serviço será calculada na base de 5% (cinco por cento) por quinquênio de serviço sobre o vencimento básico e a representação.

Art. 4º Aplicam-se aos proventos e pensões que têm por base de cálculo os vencimentos da carreira aqui tratada, as disposições desta lei.

Art. 5º Dos vencimentos e vantagens fixados nesta lei serão deduzidas as parcelas correspondentes auferidas desde 1º de maio de 1989, com base na legislação vigente.

Art. 6º Ao cargo de natureza especial de Procurador-Geral do Distrito Federal são conferidas as prerrogativas do cargo de Secretário do Distrito Federal.

Art. 7º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações próprias do Orçamento do Distrito Federal.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 8 de maio de 1989; 168º da Independência e 101º da República.

#### ANEXO

Denominação	Vencimento	Representação		
		%	Valor	Total
1 — Subprocurador-Geral	1.541,19	195	3.005,32	4.546,51
2 — Procurador de 1ª Categoria	1.493,52	190	2.837,68	4.331,20
3 — Procurador de 2ª Categoria	1.429,97	185	2.645,44	4.075,41

(*À Comissão do Distrito Federal*)

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeu de Sousa)

— Do expediente lido, consta o Projeto de Lei do DF nº 18, de 1989 que dispõe sobre os vencimentos dos Membros da Carreira de Procurador do Distrito Federal e dá outras providências.

Nos termos da Resolução nº 157, de 1988, a matéria será despachada à Comissão do Distrito Federal, onde poderá receber emendas, após sua publicação e distribuição em avulsos, pelo prazo de cinco dias úteis.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeu de Sousa)

— Sobre a mesa, projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

**Projeto****PROJETO DE LEI DO DF  
Nº 17, DE 1989**

Denomina "Teatro Nacional Cláudio Santoro" o Teatro Nacional de Brasília.

O Senado Federal decreta:

Art. 1º Fica denominado "Teatro Nacional Cláudio Santoro", o Teatro Nacional de Brasília, pertencente ao Governo do Distrito Federal.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

**Justificação**

No último dia 27 de março, faleceu em Brasília, aos 69 anos, em plena atividade artística e profissional, o grande maestro e compositor Cláudio Franco de Sá Santoro. A morte ocorreu quando ele dirigia o último ensaio da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional de Brasília, para o concerto de abertura da temporada da Orquestra de 1989, e em comemoração ao bicentenário da Revolução Francesa. Santoro tomou trabalhando, regendo, de batuta em punho, diante da orquestra que ele criou e dirigia, na casa onde trabalhava todos os dias: o Teatro Nacional de Brasília.

Ao lado de Villa-Lobos, ele é considerado o maior compositor brasileiro e o mais conhecido no exterior. Consagrado internacionalmente, entre os nacionais, sua obra é a mais executada no estrangeiro, onde conquistou grandes prêmios, regeu famosas orquestras, ensinou e participou de grandes eventos artísticos-culturais. No Brasil, em cinquenta anos de carreira, ele foi instrumentista virtuoso e precoce, fundou e dirigiu grandes orquestras, instituições culturais e de ensino, lecionou e formou gerações de artistas e, principalmente, compôs grande parte de sua grandiosa obra musical.

Com Brasília, Cláudio Santoro mantinha os mais fortes laços de amor, identidade e trabalho. Luminosa e contemporânea, a figura de Santoro se confunde com a vanguarda e os horizontes dessa cidade. E ela nasceu com a música de Santoro, pois, o compositor, com a sua "Sinfonia nº 7", denominada "Brasília,

arrebatoou o Primeiro Prêmio do Concurso Nacional instituído pelo Ministério da Educação e Cultura, para comemorar a fundação da nova Capital. Em 1962, convidado por Darci Ribeiro, veio para a Universidade de Brasília — UnB, onde criou e chefiou, até 1965, o departamento de Música, coordenou os assuntos da área, foi Professor Titular de Composição e Regência e criou, também a Divisão de Música, da Fundação Cultural do Distrito Federal, dirigindo-a até 1964, quando ainda criou e dirigiu a Orquestra de Câmara da UnB. Aqui, ele presidiu, nesse período, a Secção de Brasília, da Ordem dos Músicos do Brasil. Em 1964, criou e dirigiu o Serviço de Música da Prefeitura do Distrito Federal, e a Divisão Extra-Escolar da Secretaria de Educação da Prefeitura do Distrito Federal, onde organizou o Núcleo da Escola de Música e danças de Brasília, hoje Escola de Música de Brasília, e integrou o júri para o primeiro concurso para professores da escola.

Exilado por onze anos na Europa, foi convidado pelo Governo brasileiro a retornar ao País em 1978, para implantar as estruturas do Teatro Nacional de Brasília, então em fase de acabamento de sua construção. Se Brasília, era "o lugar de Santoro", o Teatro Nacional sempre foi "a sua casa", pois além de criar e dirigir a Orquestra do Teatro Nacional, ele inaugurou, com ela, o Teatro, conferindo identidade e prestígio nacional e internacional tanto ao Teatro quanto à Orquestra, graças à sua presença fulgurante de artista maior e mestre consumado da Música. Dirigiu a orquestra até dezembro de 1981. Em maio de 1985, foi reconduzido à sua Direção Artística e Regência Titular, permanecendo até a sua morte. Ainda em 1978, retomou o seu lugar na UnB, como Professor Titular de Composição e Regência. Em 1981, organizou a Ópera-Studio da UnB, passou a chefiar, novamente, o Departamento de Arte, e voltou a dirigir a Orquestra de Câmara da universidade.

Como se vê, a carreira musical de Santoro como professor, maestro e compositor está visceralmente ligada à vida artístico-cultural de Brasília, em particular ao Teatro Nacional. Não é sem motivos que, agora, quando a cidade comemorou 29 anos, o vídeo institucional, comemorativo da data, veiculado nas estações de televisão de Brasília, trouxe imagens da cidade ao som de "Ponteio", de Cláudio Santoro, peça gravada e aplaudida aqui e no exterior.

O objetivo deste projeto é perpetuar no santuário da arte desta cidade, na sua principal casa de espetáculos, o nome do seu maior artista, daquele que dedicou grande parte da sua vida a Brasília: tudo que a cidade possui, hoje, em termos de atividades musical — ensino, pesquisa, espetáculos — deve-se a esse brasileiro, amante da primeira hora, que muito construiu nesta cidade. O seu corpo descansa no Campo da Esperança, na Praça dos Pioneiros, junto aos que acreditaram no sonho de Juscelino, que se doaram na epopéia de construção e consolidação de Brasília. Nada mais justo, então, que o povo de Brasília, que tanto admirava e aplaudia o seu maestro, e

que o Governo, em homenagem a essa história de amor e trabalho por Brasília, escrevam no bronze: Teatro Nacional Cláudio Santoro, eternizando o seu preito de saudade e gratidão a esse brasileiro, cidadão do mundo.

Sala das Sessões, 4 de maio de 1989. — Senador *Maurício Corrêa*.

(À Comissão do Distrito Federal.)

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeu de Sousa)

— O projeto lido será publicado e remetido à comissão competente.

Sobre a mesa, comunicações que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário.

São lidas as seguintes

**Comunicações**

Brasília, 5 de maio de 1989

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, de acordo com o disposto no art. 43, alínea a, do Regimento Interno do Senado Federal, que me ausentarei dos trabalhos desta Casa, a partir do dia 6-5-89, para breve viagem a Berlim-Alemanha Ocidental, presidindo a delegação brasileira que participará de seminário sobre administração pública.

Sem outro motivo, aproveito o ensejo para reiterar protestos de estima e alta consideração.

Atenciosamente Senador *Divaldo Suruagy* Segundo-Secretário.

Brasília, 5 de maio de 1989.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Exª, de acordo com o Regimento Interno em seu art. 43, alínea a, que me ausentarei dos trabalhos da Casa em viagem de caráter particular aos Estados Unidos da América do Norte e Guatemala, no período de 11 a 17 do corrente.

Cordiais saudações. — Senador *José Agripino*.

Senhor Presidente:

De acordo com o disposto no art. 43, alínea a, do Regimento Interno, comunico a V. Exª que estarei ausente do País no período de 10 a 15 do corrente, para, na qualidade de membro honorário da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, comparecer às solenidades de homenagens programadas por aquela entidade, a realizarem-se na cidade de Nova York.

Sala das Sessões, 8 de maio de 1989. Senador *Lourival Baptista*.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeu de Sousa)

— As comunicações lidas vão à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeu de Sousa)

— Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador *José Agripino*.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL — RN. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, pretendo abordar, na sessão de hoje, ainda que de forma singela e rápida, a questão dos incentivos fiscais destinados à

área do Nordeste a à Amazônia Legal, que, na verdade, se constituem nos últimos estímulos à atividade produtiva neste País, e que vêm sendo objeto de questionamentos registrados na imprensa ultimamente. Começaria por fazer um breve histórico do surgimento dos incentivos fiscais.

O sistema de incentivos regionais teve sua origem legal no art. 34 da Lei nº 3.995, de dezembro de 1961, por ocasião do Primeiro Plano Diretor da Sudene, modificado pelo art. 18 da Lei 4.237, de junho de 1963, por ocasião do Segundo Plano Diretor da Sudene, e modificado, posteriormente, pela art. 18 da Lei nº 4.869, de dezembro de 1985, que ficou conhecido no País com o nome de Incentivos Fiscais dos arts. 34/18 ou simplesmente arts. 34/18. E o que isso significa ou significava? Significava permissão a todas as pessoas jurídicas de abaterem do Imposto de Renda a ser pago, até 50% do seu valor total para posterior inversão em projetos industriais, inicialmente, e logo após, em projetos agrícolas e de telecomunicações localizados no Nordeste.

As primeiras liberações de recursos do sistema, que se implantou sob a denominação de 34/18, ocorreram em 1962, exclusivamente para o Nordeste. Era necessário que os projetos beneficiados contassem com recursos próprios. Os depósitos do sistema eram feitos, obrigatoriamente, no Banco do Nordeste do Brasil. Os detentores dos depósitos escolhiam livremente as empresas beneficiadas e aplicavam os seus recursos.

Houve, em seguida, uma extensão desse sistema de incentivo para a Região da Amazônia Legal, para a Sudam, com o advento da Lei nº 4.216, de maio de 1963, que estendeu os benefícios aos projetos aprovados na área de atuação da Sudam. Tal prática perdurou com a vigência do Decreto-Lei nº 756, de 11 de agosto de 1969.

Nessa oportunidade nascia a Sudam como instrumento de incentivo fiscal à atividade produtiva na região. Ocorre que distorções, subsequentemente, surgiram na sistemática do 34/18, e de suas modificações posteriores.

Durante todo o tempo em que a sistemática do 34/18 vigorou, no âmbito da Sudene, e seu similar na Sudam, esses incentivos viram-se prejudicados pela prática abusiva da cobrança de corretagem. Desta forma, com vistas à correção das distorções e abusos das intermediações, o Governo Federal, em boa hora, transformou o antigo sistema nos atuais fundos de investimentos setoriais e regionais, instituídos pelo Decreto-Lei nº 1.376, de dezembro de 74, e modificados através do sistema que passo a relatar ou relembrar:

Basicamente a aplicação de recursos de incentivos fiscais, ao Finor e ao Finam, passou a se fazer através de duas modalidades previstas no Decreto-Lei nº 1.306.

Repito: estas modificações vieram a ser introduzidas para evitar a intermediação que subtraía parte dos recursos destinados à atividade produtiva, perdidos nas mãos de intermediários; tirava, portanto, recursos da atividade geradora de emprego e renda e concentrava nas mãos de intermediários.

Criaram-se, então, para corrigir ou para coibir os abusos que já vinham existindo, dois instrumentos ou duas modalidades de incentivos: o art. 18, do Decreto-Lei nº 1.376, que dizia que essas aplicações deveriam ocorrer sob a forma de incentivos destinados a projetos próprios, ou seja, o art. 18 vinculava o imposto recolhido a projetos próprios, onde o optante ou contribuinte do Imposto de Renda da pessoa jurídica, ao optar pelo Finor ou pelo Finam, já se apresentava também como acionista de um projeto aprovado pela Sudene ou pela Sudam. Vinculava àquela empresa, onde ele detivesse pelo menos 20% do capital, parte do Imposto de Renda a que ele estava obrigado.

A outra modalidade era o art. 17 do mesmo Decreto-Lei nº 1.376. Eram aplicações de incentivos nos chamados projetos abertos, ou seja, aplicações feitas diretamente pelos fundos nos projetos anteriormente aprovados. Era o Fundão. Os recursos eram alocados ao Fundão e a Sudene ou a Sudam destinavam estes recursos aos diversos projetos aprovados pelas autarquias e já merecedores de incentivos.

Na verdade, Sr. Presidente e Srs. Senadores, este é o modelo que vigora até hoje. Ocorre que, ultimamente, velhas distorções vêm-se repetindo.

Nos últimos anos, entretanto, vem crescendo o número de empresários que se dedicam à intermediação de recursos oriundos das opções das pessoas jurídicas para incentivos fiscais, e em particular aqueles destinados ao Fundo de Investimento da Amazônia — Finam. Tal situação assemelha-se à que vigorava antes da criação dos Fundos pelo Decreto-Lei nº 1.376/74, a que nos referimos anteriormente. Com esse comportamento empresários e contribuintes põem em risco a política de incentivos pelas distorções de objetivos, metas e ações de desenvolvimento regional implementadas pela Sudam. De um lado empresários interessados em um retorno mais rápido do seu Imposto de Renda; via endosso do certificado de investimento de que é detentor. De outro, empresários necessitados de recursos para o bom andamento de seus projetos, sujeitando-se a buscar no mercado que se vem formando ao seu redor, os recursos de que necessitam, muitas vezes pagando um preço muito superior ao que de fato lhe restará para a viabilização do seu projeto.

Isso está ocorrendo, Sr. Presidente.

É o que se depreende de recentes notícias que vêm sendo veiculadas ou vinham sendo veiculadas com muita frequência sobre o assunto.

Tenho em meu poder um exemplar do *Jornal Pessoal*, jornal de circulação para assinantes, que, em sua manchete principal da edição da primeira quinza de setembro de 1988, diz:

"Sudam um caso de Polícia"

"A Polícia Federal começou a levantar a ponta do tapete que esconde as fraudes e irregularidades na política de incentivos fiscais, e pode chegar aos subterrâneos

de uma engrenagem de poder político forte."

A certa altura, a matéria fala no "17.5", que a seguir apreciaremos sob o título: "O Fundo Pessoal do Superintendente", relata:

"Para manter o bolo de recursos do art. 17, a Sudam é autorizada a deduzir 20% das opções feitas pelo art. 18. Mas além de ir muito além disso, criando a vinculação das opções do 17.5, o Superintendente só libera 70% desses recursos, restando os restantes 30% para serem aplicados nas "Prefeituras", segundo a denúncia do empresário Mário Rodrigues, um dos donos da Agropecuária Coaracy-Paraná, vítima dos incentivos frios e a primeira a levar os fatos à Polícia Federal. Já Jesus Bittencourt disse que os 30% são aplicados em prol de empresas que bem interessarem ao Superintendente, dando-lhe uma margem de autonomia e um poder de fogo sem paralelo na história da Sudam e sem encaixe nos textos legais que a regulamentam.

O fato mais claramente policial parece fácil de provar. Há pessoas com quadrilhas falsificando os documentos que permitem sacar do Finam recursos que nele não foram depositados por investidores. Como mostram os inquéritos, a falta de cuidados da Sudam no exame da documentação relacionada ao 17.5 facilitou as fraudes. A Sudam, a princípio, exigia apenas a apresentação da fotocópia da declaração do Imposto de Renda e das guias de recolhimento, os Darfs, além da carta de intenções. Só depois passou também a cobrar o contrato social e o reconhecimento das assinaturas. Pela quantidade de casos de fraudes lá registrados, há de se presumir que centenas de milhões de cruzados foram desviados graças a essas manobras. Mesmo que não houvesse esses fraudadores, porém restaria o 17.5, que é uma engenhosa artimanha gerada à margem da lei, para reativar o violento mercado de especulação dos incentivos fiscais, fazendo com que bilhões de cruzados se desviem das atividades produtivas para os cofres dos intermediários.

Em 1974, o Governo Federal criou justamente o Finam para impedir que os corretores abocanhassem até 40% dos recursos. A situação voltou, e agora, com a parceria da Sudam. O que o Governo fará desta vez?

Indaga a matéria.

Em função, Sr. Presidente e Srs. Senadores, de matérias como esta que acabei de ler, divulgadas em diversos órgãos de comunicação do País, é que o Ministério do Interior abriu Comissão Especial de Averiguação do fato para obter conclusões que pudessem orientar uma tomada de posição por parte do órgão. E assim fez, através de Comissão Especial, instituída pela Portaria nº 125, de 1º de julho de 1988, e alterada pela Portaria nº 126, do

Gabinete do Ministro, de 7 de julho de 1988, que concluiu, dentre outras coisas, pelo saneamento administrativo gerencial — repito, pelo saneamento administrativo gerencial — determinando a dispensa imediata (o afastamento temporário imediato até posterior decisão do Exm. Sr. Ministro) dos atuais administradores-gerentes da Sudam, relacionando os seguintes: o Sr. Superintendente, o Sr. Superintendente-Adjunto de Operações, o Diretor-Geral da Diretoria de Administração de Incentivos, e Chefias das Divisões de Acompanhamento de Projetos, de Avaliação de Projetos e de Análise de Projetos.

Subseqüentemente, a essa Comissão Especial de Averiguação, instalou-se uma Comissão de Inquérito Policial do Departamento de Polícia Federal, que, nas suas conclusões, reconhece que o órgão desenvolvimentista regional, a Sudam, por seu Superintendente, Sr. Henry Kayath, não nega a prática do art. 17.5, fazendo um histórico de sua adoção, quando alega a finalidade de incremento da alocação de recursos para o Finam com benefícios para a Amazônia. Diz mais, que foram ouvidos os corretores e proprietários de escritórios de corretagem de incentivos fiscais, que foram mencionados, não se comprovando, e a bem da verdade, nem mesmo se vislumbrando qualquer indício de envolvimento com o corpo diretivo da Sudam, objetivo promordial da instalação desse inquérito policial.

Muito bem, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o que é o 17.5? Legalmente, ele não existe. Existe o art. 18, que é o instrumento disciplinador dos incentivos ou aplicações de quem é proprietário de uma empresa e que destina incentivos para uma outra empresa da qual é detentor de, pelo menos, 20% das ações — e aí, legalmente, pode haver a vinculação da destinação ou o art. 17, onde o investidor aplica recursos no Fundão e os deixa livres para que a Superintendência, seja a do Nordeste, seja a da Amazônia, possa aplicá-los entre os projetos aprovados pela autarquia, após análise do corpo técnico. A figura do art. 17.5 não existe, é esdrúxula, mas o próprio Superintendente da Sudam reconhece a existência desse 17.5. O que é que seria ele? Seria, através de corretores, obter-se recursos de investidores que, normalmente, colocariam os recursos no art. 17, mas que não os colocam diretamente em empresas sem serem proprietários nem de 1% dessas empresas. Nem é o 17, nem é o 18, é a quebra, portanto, da lei e das normas.

Li, há poucos dias, Sr. Presidente, na imprensa, uma nota que me pareceu um libelo contra o Exmo. Sr. Ministro do Interior. Quero dizer que não tenho aqui procuração do Sr. Ministro João Alves para fazer sua defesa, até porque esta Casa sabe que eu não empresto suporte político ao Governo e, portanto, encontro-me bastante a cavaleiro para dizer o que vou dizer: o Ministro do Interior, com base nas investigações feitas pela Comissão que designou, com base nas conclusões do inquérito policial da Polícia Federal, com base nos fatos denunciados pela imprensa, tomou a decisão de exonerar o Superintendente da Su-

dam. Como consequência disso ele passou a ser acusado de lutar contra os interesses da Amazônia. Como nordestino, muitas vezes cheguei a me queixar do Ministro João Alves pelos privilégios que ele concedia à Amazônia, ele que é Ministro do Nordeste. Eu até repito, muitas vezes me manifestei, em relação ao Ministro, demonstrando que ele não estava sendo tão nordestino como eu esperava. Na verdade o que o Ministro fez ao exonerar o Superintendente da Sudam foi preservar a lisura de um Fundo que existe e que tem de ser preservado, porque se este tipo de prática prosseguir o que vai acontecer num espaço de tempo muito curto é que deixarão de existir investidores porque a credibilidade da instituição vai fornecer, vai morrer. Dinheiro que deveria ser aplicado na atividade produtiva vai-se transferir para a clandestinidade do improdutivo. Na verdade e em última análise, o que o Ministro fez, ao promover o saneamento da instituição, foi preservar um Fundo que beneficia a Amazônia e que beneficia o Nordeste.

Por esta razão, quero aplaudir a atitude honesta e séria do Ministro João Alves, dizendo que faço isso sem ter dele credenciais para defendê-lo, até por não ter nenhuma obrigação neste sentido, porque, repito, não apóio este Governo, mas, como nordestino que entende que o Finor ainda é um dos últimos instrumentos de fomento para a atividade produtiva da região, eu me vejo na obrigação de aplaudir a iniciativa do Ministro. No Nordeste, cortado o subsídio ao crédito rural, restam, como último estímulo, como último incentivo, os recursos do Finor. Não fora esta atitude do Ministro, não tenho dúvidas que também dentro em pouco o Finor iria desaparecer, fruto da corrupção, fruto da falta de ética e fruto da desonestidade de pessoas que, em boa hora, foram afastadas por setor do Poder Público do meu País.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)**

— Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão.

**O SR. NEY MARANHÃO (PMB — PE.** Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, dois assuntos me trazem hoje à Tribuna do Senado. O primeiro é um telex que recebo do Presidente da Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte no qual há assinaturas do Prefeito de Nova Lima, do Prefeito de Belo Horizonte, Pimenta da Veiga, do Prefeito de Betim, Oswaldo Rezende, e uma centena de Prefeitos do Estado de Minas Gerais.

Este telex, Sr. Presidente e Srs. Senadores, diz o seguinte:

Urgente

Exm<sup>o</sup> Senador Ney Maranhão

DD. Líder do PMB

Senado Federal Edifício Principal

Praça dos Três Poderes

Brasília/DF

Os prefeitos metropolitanos de Belo Horizonte pedem a atenção do ilustre líder

para a Medida Provisória nº 46 que o Governo Federal encaminhou ao Congresso Nacional e que deverá ser votada no próximo dia 10. A medida permite aos bancos a compensação dos prejuízos da caderneta de poupança verde no Imposto de Renda a recolher. Com isto, 3 bilhões de dólares deixarão de ser recolhidos ao imposto de renda, reduzindo o fundo de participação dos municípios em 1 bilhão e 400 milhões de dólares. Para as prefeituras de todo o País isto significa 600 milhões de dólares a menos nos repasses deste ano. Os prefeitos metropolitanos entendem que se o Governo Federal quer compensar prejuízos do Banco do Brasil e outras instituições, deve buscar outros meios, outra fonte que não seja esta da qual se valem os municípios para enfrentar os pesados encargos que a Constituição Federal lhes passou. O dinheiro destinado aos municípios é um dinheiro sagrado, intocável. Formulam, pois veementemente apelo lideranças partidárias no Congresso Nacional para que às rejeitem por completo esta proposta governamental que representa graves prejuízos para receita dos municípios. É preciso evitar que expedientes desta natureza venham ferir a autonomia municipal, na medida em que limitam as possibilidades dos municípios. Cada favor prestado a algum setor da vida nacional representa um duro golpe no imenso desafio agora entregue aos municípios brasileiros, razão pela qual não deve ser prestado através de desvio de recursos do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados, as fontes de arrecadação dos municípios brasileiros.

Vitor Penido de Barros, Presidente da Granbel — Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte — Prefeito de Nova Lima — José Pimenta da Veiga, Prefeito de Belo Horizonte — Oswaldo Rezende Franco, Prefeito de Betim — Jair de Carvalho, Prefeito de Caeti — Ademir Lucas, Prefeito de Contagem — Antonio Pinheiro, Prefeito de Ibirité — Genesio Aparecido de Oliveira Junior, Prefeito de Lagoa Santa — Helio Felipe Salomão Issa, Prefeito de Pedro Leopoldo — Adair Matias Rocha — Prefeito de Raposos — Maria das Graças de Oliveira Almeida Barbosa, Prefeita de Ribeirão das Neves — Marconi Cosenza, Prefeito de Rio Acima — Luiz Alves dos Santos, Prefeito de Sabará — Antonio Teixeira da Costa, Prefeito de Santa Luzia — Carlos Murta, Prefeito de Vespasiano.

**O Sr. Mauro Benevides** — Permite V. Ex<sup>o</sup> um aparte, nobre Senador Ney Maranhão.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Com prazer, ouço V. Ex<sup>o</sup>

**O Sr. Mauro Benevides** — Nobre Senador Ney Maranhão, V. Ex<sup>o</sup> focaliza, da tribuna, com base no telex que recebeu, a situação do Fundo de Participação dos Municípios. Tive



oportunidade, há poucos dias de transmitir um apelo veemente, patético mesmo, ao Ministro da Fazenda e ao Secretário do Tesouro: Dr. Luís Antônio, no sentido de que devolvessem aos municípios aquilo que lhes é devido, cumprindo-se, fielmente, o previsto no art. 159, da Carta Magna em vigor. Quando se deve destinar do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados, 20,5, este ano, para as comunas do nosso País. Fiz aqui aquele enfoque preciso, exato, incontestável de que em janeiro houve uma redução real nesse imposto. Em março e abril houve uma redução nominal, cabendo ao Ministro Mailson da Nóbrega repor esse montante, esses quantitativos, nos seus tetos absolutamente justos, preconizados pela Lei Fundamental em vigor. V. Exª, vindo hoje à tribuna do Senado Federal para focalizar esse mesmo Tema, reforça sem dúvida aquela nossa modesta intervenção anterior e, quem sabe, vai sensibilizar o ministro da Fazenda, para que S. Exª imediatamente corrija essa falha no cálculo procedido pelas autoridades responsáveis desse setor. Minhas congratulações a V. Exª, porque, neste instante, o seu pronunciamento, se atendido, vai favorecer 4.200 comunas que esperam que a União lhes devolva aquilo que lamentavelmente não foi entregue na data aprazada, e dentro daqueles quantitativos estabelecidos pela própria Constituição.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Quero agradecer a V. Exª, Senador Mauro Benevides a aparte, pois sabemos todos nós que V. Exª é um senador que conhece profundamente os problemas dos municípios brasileiros, haja vista que o estado que V. Exª representa tão bem nesta Casa sente, na própria pele, as dificuldades em que se encontram os prefeitos para cumprir os seus orçamentos e as suas obrigações.

O mais grave, Sr. Senador, é que os orçamentos desses municípios estão todos programados e sem verba dessa natureza, que eles contavam como certa, será um desastre para a administração dos municípios em todo o Brasil.

Aproveitando, Sr. Senador, esse telex, quero dizer que, é o que precisamos fazer de imediato. Como podemos evitar essas medidas provisórias? O governo tem as suas razões, mas não nos termos desse telex, nessa posição que está tomando contra o município brasileiro, com essa enxurrada de medidas provisórias que hoje estão sendo enviadas ao Congresso. Acho que em grande parte, nós congressistas, somos também culpados, porque a Constituição, que já foi promulgada há seis meses, tem apenas 25% dos seus artigos regulamentados, das leis ordinárias e 75% precisavam ainda ser aprovados. Temos o exemplo da Lei de Greve que está sendo tocada a todo vapor para resolver os problemas que estamos a enfrentar. E como essa lei, muitas outras.

O que se faz necessário é que o Congresso Nacional — o Senado da República e a Câmara dos Deputados — se conscientize de que somos um poder desarmado e só somos fortes perante o povo brasileiro, tomando atitudes

em favor desse mesmo povo, mas atitudes coerentes, sem demagogia. Precisamos, com mais urgência, aprovar, o mais breve possível, essas leis que regulamentam a Constituição, para que o Congresso tenha força e autoridade perante o povo brasileiro, e que a Constituição, a Lei Magna do País seja cumprida por todos.

Assim sendo, Sr. Presidente, o aparte do Senador Mauro Benevides, vem reforçar e esclarecer o cuidado que S. Exª sempre tem para com os municípios cearenses e pernambucanos. E isso haverá de reforçar a solução, através do Ministério da Fazenda, do problema, a fim de que os municípios brasileiros não sofram o retardamento dessas verbas que tanto esperam e têm direito.

Sr. Presidente, o segundo assunto sobre o qual desejo falar é o seguinte: o ex-Deputado Paulo Cavalcanti, emérito escritor, faz quarenta anos de militância política e tornou-se uma legenda em Pernambuco. Nasceu em Olinda, de "afetadas tradições de civismo e de fortuna", embora os pais propriamente ditos fossem pobres. "Daquelas glórias, restava a mim e a minha esposa, como reliquia, menos do que como patrimônio, um secular tamborete de madeira, de amarelo vinhático, com quatro pés".

Seus pais tiveram treze filhos, dos quais onze sobreviveram. Dos treze, Paulo foi o segundo.

Sua infância foi vivida numa intensidade de carências tais que foram sua personalidade para as grandes lutas que travou pelos mais carentes de nossa sociedade capitalista. "Foi ali, na rua dos prazeres, (onde morou por tantos anos) das brincadeiras de criança às aventuras de rapaz, dos primeiros copos de cerveja, das anedotas...contadas pelos moleques da ilha do leite, foi ali que forjei a minha personalidade e ganhei os melhores sentimentos de humanismo, amando o povo, em todas as categorias e em todas as cores".

Da escola primária tem saborosas recordações que o marcaram pela vida, na luta em favor do ser humano. Mas foi na rua, que ele chama de vida, em contato com moleques, que ele aprendeu muito mais. "Dessa escola de experiências, trago ainda as lições de maior riqueza de Humanismo, no trato com os semelhantes. Aprendi mais com esses moleques, em certo sentido, do que com os livros insossos e monótonos, que infernaram meu curso primário; desenraizados da realidade".

Em 1937, no início do Estado Novo, ingressou na Faculdade de Direito de Recife, "numa época politicamente agitada". Formou-se em 1941. "Saímos da faculdade comum diploma de bacharel abaixo do Braço, pela porta da frente, enquanto o nazifacismo, alargando os horizontes da segunda grande guerra mundial, arrombava as do fundo".

A agitação dos anos 20 marcou profundamente sua vida, como que norteando toda a visão política do futuro. Era o resultado das lutas "tenentistas" de 1922, 1924 e 1926. "Mesmo sem compreender perfeitamente o que se passava, minhas simpatias se voltavam para os "Tenentes", que apareciam a meus

olhos como defensores de uma nova ordem social". E acompanhava com entusiasmo, mostrando o futuro político que culminou com a revolução de 30. "Meu ídolo maior, como o de minha geração, era Luís Carlos Prestes, o "Cavaleiro da esperança", todos os grupos partidários da aliança liberal querendo monopolizar seu prestígio, gabando-se de tê-lo como chefe. Seus retratos...eu os pregava na parede da sala de jantar — dele e das outras figuras no momento".

A revolução de 30 encontrou chelo seu entusiasmo, ansiando por uma renovação total do País. Com Getúlio no poder, o ideário revolucionário foi ficando esquecido, principalmente a busca de uma nova contribuição para o País, já que a Velha República, fora destruída pela revolução de trinta. E para que a pureza dos ideais da revolução voltasse à base de toda a renovação política, deu-se a "Revolução Constitucionalista" em São Paulo e, um ano antes, um levante se fez em Pernambuco contra Carlos Lima. "Trato na época da revolta de Pedro Calado, como durante a "Guerra" Paulista, eu me pus, anonimamente, ao lado de Carlos de Lima, defendendo suas posições. Fui um dos últimos a se desencantar com a revolução de outubro. Não me passava pela cabeça que todas essas escaramuças provinham, de interesses econômicos ou políticos contrariados, a causa do povo posta de lado, desdenhosamente. Eram lutas de grupos, de competição por lideranças regionais, a fim de assegurar privilégios de classe". "Custei a convencer-me dessas verdades, muitos caminhos e atalhos a percorrer na vida, antes de encontrar os largos horizontes de uma mais lúcida conscientização acerca dos problemas nacionais".

Nas décadas de 20 e 30 o totalitarismo começou a gressar no mundo inteiro. E o ardor político e o amor pela Pátria e pelos deserdados cresciam nesse paladino que foi e continua sendo Paulo Cavalcanti. E no Brasil um facismo caboclo apareceu, carregando a mão no patriotismo e no nacionalismo. Seu chefe era Plínio Salgado e Paulo Cavalcanti embarca em sua primeira experiência política propriamente dita, pois até então o que fizera fora política estudantil durante a ditadura Vargas, ligando-se aos grupos de esquerda.

"Pelas próprias origens de minha formação, pelo que sofrera na infância? Pelo que testemunhara em casa, meu pai vítima de injustiças sociais? Todos nós padecendo por elas — ansiava por encontrar um caminho que possibilitasse o desaguiamento de tantos ímpetos de incomformismo e rebeldia". E o caminho que ele pensou encontrar para desaguar seus ímpetos de incomformismo e rebeldia foi o integralismo de Plínio Salgado. Em 1933, a ação integralista brasileira andava em plena campanha de proselitismo. Isso coincidia com minha fase de desencanto com a revolução de 30 e o catolicismo. O integralismo acenava-me com idéias novas, de combate ao capitalismo, às oligarquias, aos processos políticos antiquados".

Filiei-me à ação integralista brasileira, em cerimônia simples. Entrou porque quis. Aliás,



ninguém o demoveria de entrar, uma vez que tinha tomado tal decisão. Pensava encontrar ao integralismo a solução de todos os problemas nacionais. Mas logo em seguida se desencantou com ele. Era mais um fascismo em meio a outros existentes. Só que era um fascismo tupiniquim. Fez um requerimento, pedindo seu desligamento da ação integralista. "Semanas após, soube que fora expulso com a pecha de "comunista".

Deixou o integralismo, jurara nunca mais entrar em partidos políticos ou semelhantes que tratassem de política, tais foram suas decepções nessa área. Assim viveu, abster-se, durante o curso universitário, em plena ditadura Vargas. Mas ele estava assistindo as perseguições da ditadura aos jornais, aos intelectuais, às pessoas que lutavam por uma dignidade humana através do social.

É quando escreve para o jornal *Dom Casmurro*, de Brício de Abreu e Álvaro Moreira, um artigo de literatura. O jornal *Dom Casmurro* não era bem-visto pela ditadura. Estando cortando o cabelo em qualquer barbearia, foi convidado por uma "tira" qualquer a se apresentar na delegacia de ordem política e social.

"Foi o meu batismo de fogo, como "presso político". Prisão suave, sem "paus-de-arara" nem choques elétricos".

Daí por diante, esqueceu-se de seu propósito absenteísta em política, e aos poucos, na faculdade, foi-se deixando envolver pelas lutas estudantis.

Formou-se em Direito e Agamenon Magalhães o nomeou promotor público interino para Alagoa de Baixo. "Como representante do Ministério Público, não passaria de uma peça no aparelho judiciário de um estado que assentava suas bases em estruturas sociais ultrapassadas — o crime nascendo das desigualdades econômicas entre os homens."

Depois fez concurso para a carreira de promotor, foi nomeado para a comarca de Bom Jardim, com exercício em Goiana.

Em 1946 foi candidato a Deputado Estadual, pelo PSD, sendo o mais votado em Olinda e Goiana, sua antiga comarca, ficando na primeira suplência. E como primeiro suplente foi convocado para exercer o mandato. Foi na Assembléia que começou sua luta pelos direitos humanos. Primeiro pedindo e sendo vitorioso no *habeas corpus* em favor de Nelson Hígino da Luz Monteiro, acusado de ter participado de uma "reunião comunista". Depois em favor da "figura de Gregório Lourenço Bezerra, preso em João Pessoa sob a acusação de haver incendiado o Quartel do 15º Regimento de Infantaria, localizado no lugar Cruz das Almas, da capital paraibana". "Durante meus dois mandatos de deputado estadual, a defesa das liberdades individuais representou o centro de minha atuação, raro o dia em que não denunciava uma violência policial, um espancamento, uma prisão ilegal, um sequestro, um atentado à livre manifestação do pensamento."

Em 1949, Paulo Cavalcanti foi delegado no 1º Congresso Brasileiro de Defesa da Paz, que

foi realizado na sede da União Nacional dos Estudantes, na praia do Flamengo.

A polícia invadiu a entidade para dissolver o Congresso em prol da paz. E Paulo Cavalcanti apanhou muito até esvaír-se em sangue da polícia de Cécil Borer. Ficou hospitalizado dois dias e em tratamento por uma semana. Quando voltou a Pernambuco, "como forma de protesto, pedi ingresso no Partido Comunista", partido pelo qual já tinha simpatia, desde a vitória dos russos sobre os alemães em Stalingrado.

Neste ano de 1989 faz quarenta anos que Paulo Cavalcanti celebra sua militância política e suas convicções político-sociais dentro do Partido Comunista.

Quando se candidatou pela terceira vez, em 1954, a deputado pelo PSD, o partido de representação popular, o partido de Plínio Salgado, impugnou sua criação, acolhida pelo Tribunal Regional Eleitoral. Sua candidatura foi impugnada porque era "comunista confesso", segundo declararam os integralistas ao fazerem a impugnação. "Como experiência humana valeram a pena os anos que passei no Palácio Joaquim Nabuco."

No governo municipal de Pelópidas da Silveira foi secretário municipal de assuntos jurídicos, depois secretário municipal de finanças e finalmente secretário municipal de administração.

**O Sr. Jamil Haddad** — Permite V. Ex. um aparte?

**O SR. NEY MARANHÃO** — Com muito prazer, nobre Senador Jamil Haddad.

**O Sr. Jamil Haddad** — Nobre Senador, V. Ex. traz a este Plenário um resumo de vida desse grande brasileiro Paulo Cavalcanti, que tive a satisfação e a honra de conhecer. Ele militou no meu antigo partido, o Partido Socialista Brasileiro. Foi auxiliar do último prefeito eleito pelo Partido Socialista Brasileiro, em Recife, o nosso querido Pelópidas.

**O SR. NEY MARANHÃO** — O nosso ex-Prefeito, Pelópidas da Silveira, é uma pessoa do maior respeito. Todos os partidos, sejam de direita, sejam de esquerda, têm em Pelópidas da Silveira um exemplo de dignidade e de honestidade. Precisávamos de muito mais homens da estirpe de Pelópidas da Silveira neste País.

**O Sr. Jamil Haddad** — Pelópidas da Silveira é uma figura que merece de todos nós respeito e admiração. Quando da reorganização, essa nova fase do Partido Socialista Brasileiro, juntamente com os companheiros do Partido Socialista Brasileiro em Pernambuco, estive com Pelópidas, convidando-o para ser presidente do partido em Pernambuco. S. Ex. teve como auxiliar esse grande brasileiro, homem que lutou pelos direitos humanos, lutou a favor da paz, homem que sempre teve coragem política, nunca enganou, nunca deixou, perante a opinião pública, motivação diversa do seu posicionamento político. Neste momento em que V. Ex. faz um pronunciamento sobre Paulo Cavalcanti, eu não poderia

deixar de dar meu singelo aparte, homenageando esse pernambucano, que merece o respeito de todos os brasileiros.

**O SR. NEY MARANHÃO** — Muito obrigado, nobre Senador Jamil Haddad. O aparte de V. Ex. só engrandece este depoimento que estou fazendo no Senado da República, com respeito ao grande brasileiro e pernambucano, que é Paulo Cavalcanti. Muito obrigado a V. Ex.

Continuo, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Quando Dr. Miguel Arraes foi prefeito de Recife, foi um dos secretários de seu governo. E quando Dr. Arraes foi governador de Pernambuco, Paulo Cavalcanti foi diretor do Porto de Recife.

Veio o golpe militar de 1964. Graças à sua postura e convicções políticas, foi preso onze vezes, sendo a última em 1976. Diversas vezes processado e absolvido por unanimidade.

Jornalista profissional e atualmente diretor da Associação da Imprensa de Pernambuco.

Fundador da Associação do Ministério Público de Pernambuco e da União Brasileira de Escritores e foi presidente em ambas.

Escritor premiado, e como advogado sua glória consiste na luta titânica e corajosa na defesa dos presos políticos de seu estado.

Hoje, Paulo Cavalcanti, que completa quarenta anos de militância política, é a maior reverência viva do PCB em Pernambuco.

Casado há 48 anos com dona Ofélia, é pai de três filhos: Moema, que é comunicadora visual, Magnólia, promotora, como fora o pai e Carlos, técnico da Embratel.

Essa a trajetória desse grande brasileiro de Pernambuco que faz quarenta anos de militância política e de muita coerência em suas idéias e em seu comportamento.

Não é preciso combinar com suas idéias para lhe fazer justiça e clamar que Paulo Cavalcanti é um grande homem, um grande patriota, merecedor não só do nosso profundo respeito e gratidão, como também do nosso reconhecimento pela sua luta em favor do homem e da transformação mais justa de nossa sociedade.

Paulo Cavalcanti, em Pernambuco, é uma lenda e uma mística; a ele pois, em seus quarenta anos de vida política, os nossos louvores.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marcondes Gadelha.

**O SR. MARCONDES GADELHA** (PFL — PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o encontro de chefes de Estado, nos dias 5, 6, e 7 de maio, na cidade de Manaus, estabelece um marco definitivo na história da nossa diplomacia. Pela primeira vez, Sr. Presidente, uma conferência cume se realiza no Brasil.

Não, V. Ex., não ouviram mal! É esta, efetivamente, a primeira vez em que temos uma reunião de cúpula de chefes de Estado no Brasil. Este País imenso, com uma grande

ascendência espiritual, histórica, política e econômica no contexto da América Latina, nunca tinha tido a honra de sediar um encontro de chefes de Estado que reunisse mais de duas ou três personalidades.

Agora, Sr. Presidente, sete presidentes de República e um representante plenipotenciário reuniram-se no Brasil para tratar de assuntos que, por sua natureza, alcançam o interesse de toda a humanidade.

Com efeito, instalados no coração mesmo da maior floresta tropical do mundo, os presidentes da República do Brasil, Venezuela, Colômbia, Guiana, Suriname, Equador, Peru, e mais o ministro das Relações Exteriores da Bolívia, discutiram, exaustiva e detalhadamente, aspectos da preservação ambiental que, neste momento, apaixonam e arrastam multidões às ruas, desafiam graves laboratórios e circunspectos centros de pesquisa, e ocupam as tribunas dos parlamentos pelo mundo afora.

Ao final, convergiram em um documento onde reafirmam a determinação de proteger o patrimônio ecológico, cultural e econômico da região pela utilização racional dos seus recursos em favor das gerações atuais e futuras.

Expressam igualmente, Sr. Presidente, o respeito absoluto aos direitos das populações indígenas e o conseqüente compromisso com a preservação dos diversos grupos humanos em seu habitat original.

A Declaração da Amazônia protesta pelo direito soberano de cada país administrar livremente os seus recursos, mas, em nenhum momento, se fecha em xenofobia ou arrogância nacionalista. Ao contrário, conclama os países ricos a que traduzam em medidas de cooperação financeira e tecnológica a retórica agressiva com que destilam as suas preocupações sobre o assunto, franqueando-se, inclusive, a um novo fluxo de recursos orientados para a pesquisa pura ou aplicada à proteção do meio ambiente.

Condena, entretanto, o documento, com veemência, a atitude daqueles que, arvorando-se em juizes da situação, estabelecem condicionais na alocação de meios para o desenvolvimento, e denuncia o fanatismo dos que tentam obter lucros comerciais, invocando legítimas preocupações ecológicas, o que não deixa de ser uma nova forma de simonia, pois que mercadeja com valores sagrados.

Em seu último parágrafo, a nota conjunta dos presidentes do Pacto Amazônico faz uma exortação candente aos que ameaçam a Terra com arsenais nucleares e intoxicam a biosfera com poluentes de toda sorte, manifestações inapeláveis de modelos de industrialização e consumo descompromissados com o equilíbrio natural, invoca-os a que revertam os seus métodos e objetivos em benefício de uma convivência harmoniosa entre todas as criaturas que povoam terras, céus e mares deste planeta.

Ao final, Sr. Presidente, a reunião de Manaus lavrou um outro tratado pelo qual se institui o Parlamento Amazônico.

É uma forma de concitar as instituições parlamentares dos Estados membros a que deem

a sua contribuição, a que participem com a sua experiência, com a sua visão da realidade sociológica para que nós possamos avançar a causa da defesa deste patrimônio comum, que é a enorme biodiversidade dos ecossistemas amazônicos.

Sr. Presidente, esta reunião de Manaus insere-se com muita oportunidade numa sequência de eventos em que a Nação brasileira vem demonstrando, em alto e bom som, o seu comprometimento com a causa da defesa do meio ambiente. Já há algum tempo este tema vem-nos envolvendo e desafiando a nossa imaginação. Mas foi a partir da Assembleia Nacional Constituinte que demos o primeiro e definitivo passo. Com efeito, Sr. Presidente, a Carta brasileira é a primeira Constituição a tratar, com um enfoque moderno, a questão do meio ambiente, e o faz sem meias palavras, e o faz sem rodeios, estabelecendo os objetivos da preservação ambiental e combinando sanções graves, Sr. Presidente, a todos aqueles que transgredirem o equilíbrio da ordem originalmente instituída pela natureza em nosso ambiente.

**O Sr. Rachid Saldanha Derzi** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. MARCONDES GADIELHA** — Apenas um instante, nobre Senador Rachid Saldanha Derzi.

Mas, ainda, Sr. Presidente, a Constituição é específica quando trata da defesa da floresta Amazônica, da mata Atlântica e de inúmeros outros sítios ecologicamente importantes do Brasil.

A Constituição não é retórica, Sr. Presidente, a Constituição não é discurso, são palavras pelas quais nós vivemos e pelas quais gostaríamos de ver constituída a convivência social daqueles que nos seguirem.

Ouçoo o nobre Senador Rachid Saldanha Derzi.

**O Sr. Rachid Saldanha Derzi** — Nobre Senador Marcondes Gadelha, como V. Ex<sup>a</sup>, eu também tive a oportunidade de fazer parte da comitiva do Senhor Presidente da República nesta reunião, que congregou os oito Presidentes da Região Amazônica. Realmente, nós podemos felicitar sua Excelência o Senhor Presidente da República, pela sua política externa, sobretudo pela sua política de integração da América. Hoje, somos uno. E a demonstração disto foi a presença dos oito Presidentes de Repúblicas, nesta Reunião. E a solidariedade que deram ao entendimento do Brasil, e as manifestações do Brasil, revidando ataques ao nosso País, que vislumbram, exclusivamente, a ganância sobre a Amazônia; o desejo do comando externo de países estrangeiros sobre a Amazônia, são problemas nossos, do Brasil e dos países amazônicos. A cobiça sobre a Amazônia, isto é de muitos anos, vem sendo reacendida, como agora, em que percebem a evolução, o progresso, o desenvolvimento da Amazônia. Então, as potências estrangeiras voltam seus olhos, sua ambição sobre aquela região. Mas esta Reunião, com o pronunciamento de todos os Presidentes

de República dos países amazônicos, foi em defesa da Amazônia; quem vai determinar as medidas de defesa da Amazônia somos nós, são os países amazônicos. Não vamos aceitar as missões de países estrangeiros. Acredito que foi um sucesso extraordinário, e será de grande repercussão aquela reunião que o Brasil teve oportunidade de comandar em Manaus, nos dias 5, 6 e 7 de maio. Congratulo-me com o Presidente da República, pelo grande sucesso daquela reunião e, sobretudo, da nota conjunta dos outros Presidentes de República sobre a Amazônia. A Amazônia é nossa, somos nós que vamos determinar o que vamos fazer lá e orientar o que devemos fazer; nós é que vamos preservar a Amazônia, não eles, os países estrangeiros. Por isso, congratulo-me com o discurso de V. Ex<sup>a</sup>, tão oportuno.

**O SR. MARCONDES GADIELHA** — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Rachid Saldanha Derzi, pelo seu aparte. V. Ex<sup>a</sup> citou, com muita propriedade, a reunião de Manaus como um passo a mais no rumo da integração de toda a América Latina. Foi um encontro regional dos países do Pacto Amazônico, mas é também um passo na direção da integração.

Aliás, uma ou outra ação meritória da diplomacia brasileira. De certa forma, rompemos todos os antagonismos, todas as idiosincrasias que nos separavam. Hoje, a América Latina busca, com ansiedade, com sofreguidão, a sua integração.

E o Brasil está à frente destas ações.

**O Sr. Mauro Benevides** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte nobre Senador?

**O SR. MARCONDES GADIELHA** — Só um instante, para concluir meu raciocínio, nobre Senador Mauro Benevides.

E V. Ex<sup>a</sup> diz muito bem: a Amazônia, ao contrário do que muitos pensavam, passou a ser um elemento de vínculo integracionista, que nos enlaça em um destino comum.

Todos pensavam que a Amazônia com suas adversidades, com a suas florestas, seus rios caudalosos, suas fronteiras mal demarcadas, fosse um anteparo, fosse um obstáculo, fosse uma dificuldade à sua integração. Ao contrário, descobrimos com mais ênfase, com mais nitidez, depois daquela reunião, que a Amazônia é, como disse o Presidente Alán García Pérez, do Peru, uma integridade. Somos um só e único contexto. O que acontece aos peixes do Peru, reflete-se em Belém do Pará. O que acontece a tribos indígenas na Venezuela, de alguma forma, também, nos afeta. O que acontece às matas, aos animais, a todos os seres que pululam naquelas vastidões, nobre Senador, envolvem uma responsabilidade e uma conseqüência que nos são comuns a todos.

Sentimos que a Amazônia, ao invés de nos separar, nos une, nos fortalece, e estimula ainda mais a busca da integração de todo o subcontinente latino-americano.

Com prazer, ouço agora V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Mauro Benevides.

**O Sr. Mauro Benevides** — Nobre Senador Marcondes Gadelha, além desse aspecto

da integração, tão bem ressaltado, no aparte a V. Ex<sup>a</sup>, pelo nobre Líder Rachid Saldanha Derzi, e agora ampliada essa integração pelas considerações que V. Ex<sup>a</sup> também teceu em torno desse aspecto da reunião de Manaus, eu me permitiria dizer a V. Ex<sup>a</sup> que a reunião de Manaus, dos presidentes de República, a começar pelo Dr. José Sarney, vale também como uma resposta àqueles que pretenderam insinuar, pretenderam mesmo atentar, desprimorosa e descabidamente contra a soberania nacional, ao apreciar o problema da Amazônia. Uma resposta incisiva, oportuna, oferecida pelo nosso País, já agora com a colaboração de outras nações àqueles que pretenderam, dessa ou daquela forma tisonar a nossa soberania, que deve ser íntegra e defendida por todo o povo brasileiro.

**O SR. MARCONDES GADELHA** — Muito obrigado, pelo seu aparte, nobre Senador Mauro Benevides. Realmente, V. Ex<sup>a</sup> tem razão. A reunião de Manaus foi também uma oportunidade para reiterar a denúncia de tentativas solertes, descabidas, de internacionalização da Amazônia. O Presidente José Sarney, como V. Ex<sup>a</sup> muito bem frisou, fez um levantamento histórico, que remonta ao século passado, quando companhias de navegação inglesas tentavam criar núcleos, que eles chamavam colonização ou modernização ou focos civilizatórios que, na verdade, eram também mecanismos de desmatamentos e uma tentativa de abrir a Amazônia a conquistas econômicas de países de todas as latitudes.

O presidente fez um levantamento histórico de inúmeras tentativas, que culminaram com a proposta de constituição de um imenso lago amazônico pelo Instituto Hudson dos Estados Unidos, a pedido da Raud Corporation. Toda essa evolução cadenciada, mas sustentada, parecia apontar para o quadro que estamos vivendo hoje de pressões intensas sob o pretexto de preservação ambiental, mas que, de alguma forma, pode esconder, nobre Senador, apetites e outras formas de cobiça, de cupidéz sobre as potencialidades econômicas daquela imensa região.

Dizia eu, Sr. Presidente, que a reunião se insere numa seqüência de eventos, onde o Brasil não apenas afirma a sua soberania, mas também a sua capacidade, a sua determinação, o seu senso de responsabilidade na preservação do patrimônio ecológico da Amazônia.

Após a lavratura do texto constitucional, o governo entrou com uma proposta, talvez, Sr. Presidente, a mais ambiciosa, deste momento, no mundo inteiro, em termos de proteção ambiental aqui e agora: trata-se do Projeto Nossa Natureza, que envolve levantamentos minuciosos da situação, diagnóstico cuidadoso sobre as ações que se exercem na Amazônia até as propostas de educação ambiental, de recuperação de áreas prejudicadas e de impedimentos de outras ações predatórias. O Projeto Nossa Natureza tem hoje o reconhecimento de inúmeros centros de pesquisas em todo o mundo, como uma proposta avançada, capaz de dar uma resposta cabal a todas as

acusações e impropérios, que têm sido atraídos à nossa face.

**O Sr. João Menezes** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> uma aparte?

**O SR. MARCONDES GADELHA** — Com muita honra.

**O Sr. João Menezes** — Eminentíssimo Líder, V. Ex<sup>a</sup> focaliza a última reunião dos Presidentes em Manaus. Realmente, o Presidente José Sarney tem tido um papel importantíssimo em tudo isso, porque Sua Excelência não só está procurando levantar essa parte da defesa ecológica da Amazônia, como tem tido o grande mérito de fazer a união de todas as regiões que compõem a Amazônia. Este fato vai fazer com que o Presidente José Sarney passe para a História. Daqui a algum tempo, Sua Excelência, como verdadeiro estadista, vai passar para a História como o homem que realmente se empenhou e procurou fazer com que todos os países com uma faixa dentro da Amazônia despertassem para aquela região imensa e riquíssima que lá está. O Presidente Sarney está sendo, por assim dizer, o grande pioneiro nessa batalha pelo reconhecimento da Amazônia. Sua Excelência vem trabalhando *pari passu*, vem ocupando todos os espaços e tendo contato com os Presidentes de países com interesses ligados à Amazônia. Isto vai fazer com que a Amazônia se fortaleça e possa enfrentar todos esses arranjos de outros países; sobretudo, isto vai marcar o ponto de união que a levará ao seu verdadeiro destino, porque ela será o grande espaço que vai ligar o mundo e os oceanos. É através da Amazônia que haverá um grande desenvolvimento para o nosso País e para o mundo. Meus parabéns a V. Ex<sup>a</sup> pelo discurso que faz.

**O SR. MARCONDES GADELHA** — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup> pelo seu aparte, nobre Senador João Menezes.

Reforço a indignação de V. Ex<sup>a</sup> contra a desfaçatez de certos países ricos, de países superdesenvolvidos que ficam a nos cobrar uma ação de preservação da floresta amazônica, quando eles próprios já destruíram o seu meio ambiente; quando eles próprios já destruíram ou homogeneizaram as suas florestas. E quando não satisfeitos com isso, ainda dispõem de um estoque inumerável de toda sorte de artefatos nucleares em condições de destruir, não apenas a biosfera, não apenas esse frágil envelope da Terra, mas todo o globo, todo o mundo, nobre Senador João Menezes. E, como se isso não bastasse, destroem a camada de ozônio, inundando a atmosfera com gás freon e, ainda, pela utilização de combustíveis fósseis, a todo instante, inundam também o Planeta com bióxido de carbono que é reciclado, por sinal, na floresta amazônica.

Veja V. Ex<sup>a</sup>, acho que não há outra palavra para qualificar essa expressão daqueles que nos apontam como um horda de destruidores e depredadores da natureza. Não há outra palavra para qualificar essa atitude, senão cinismo mais desvirado, nobre Senador João Menezes, porque são justamente esses países

avançados que concorreram para aumentar a entropia no globo terrestre; para aumentar a temperatura do globo; para criar o efeito estufa; para criar toda sorte de ameaças das quais também somos vítimas.

Agora, ficam protestando sobre problemas da Amazônia e se esquecem que a Amazônia ainda está lá. Se a Amazônia é um foco, é um ponto de discórdia, se a Amazônia é um foco de discussão, se a Amazônia é um elemento polêmico, é precisamente porque ela ainda existe. E ainda existe, porque o Brasil a mantém intacta ou virtualmente intacta, embora tenhamos um País de 140 milhões de pessoas lutando por espaço vital, buscando oportunidade para produzir, para se tornar útil a si próprio ou ao seu País, ou à sua família e se encontram comprimidos em espaços que já não respondem adequadamente às suas necessidades e teriam, compulsoriamente, que migrar para aquelas regiões e lá estabelecer mecanismos de ação econômica que, de certa forma, resultariam em alterações do meio ambiente.

Nobre Senador João Menezes, a floresta amazônica está lá, intacta, e é por isso que temos essa polêmica: acusamos de depredar uma coisa pela qual dizem zelar e que temos absoluta consciência que só existe pela parcimônia, pelo comedimento do povo brasileiro e do seu Governo.

**O Sr. Ney Maranhão** — V. Ex<sup>a</sup> me concederia um aparte?

**O SR. MARCONDES GADELHA** — Ouço V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador.

**O Sr. Ney Maranhão** — Senador Marcondes Gadelha, V. Ex<sup>a</sup> está trazendo aqui para o Senado um assunto de grande relevância quando fala no cinismo porque é cinismo desses países que estão nos acusando hoje. V. Ex<sup>a</sup> veja como os países desenvolvidos têm amnésia. A Inglaterra, um país que nós lembramos, tem o rio Tâmisa, que era um rio poluído, mas que ela só trataram de despoluir depois que resolveram os problemas sociais. Hoje, na Inglaterra, quantos filhos, quantas crianças nascem e morrem? Praticamente não existe mortalidade infantil. Os problemas sociais desses países estão mais ou menos equilibrados, controlados, e hoje somos um saco de pancada. Eles têm o cinismo de nos acusar, mas não sabem nós sabemos - quantas milhares de crianças morrem, hoje, neste País. A fome, os empréstimos escorchantes e os juros dessa dívida externa... Tudo isso temos que pagar a eles, mas o cinismo não fica aí. V. Ex<sup>a</sup> está falando a voz do povo, aquilo que o povo tem vontade de dizer: é a revolta do povo brasileiro. V. Ex<sup>a</sup> está natribuna representando esta revolta e como Senador do partido Municipalista Brasileiro, fazendo oposição ao Presidente José Sarney, faço justiça a Sua Excelência quando está, neste momento, defendendo a nossa independência e defendendo o nosso País com toda a galhardia; tem o apoio de todos os brasileiros e do Congresso Nacional. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. MARCONDES GADELHA** — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup> pelo seu aparte, nobre Senador Ney Maranhão. Eu sei que V. Ex<sup>a</sup>, com o seu elevado discernimento, com o seu descortino, não negaria, neste momento, o reconhecimento à ação pioneira do Presidente José Sarney na luta pela preservação do meio ambiente, simultânea com a manutenção da nossa soberania e da nossa independência naquela região conflagrada.

Mais ainda: o Presidente José Sarney tomou outras iniciativas no campo da integração da América Latina. Eu disse, no começo deste pronunciamento, que esta é a primeira vez que temos uma conferência cume no Brasil, porque o que havia antes era a desconfiança; porque o que havia antes era a suspeição; porque o que havia antes era a suspicácia, nobre Senador Ney Maranhão, sobre uma suposta veleidade hegemônica do Brasil dentro do Continente.

**O Sr. Ney Maranhão** — Mas essa atitude do Presidente Sarney é que adquiriu a confiança dos presidentes dos países amazônicos e, hoje, o resultado, os frutos estão aí.

**O SR. MARCONDES GADELHA** — Exatamente. Foi um trabalho lento, foi um trabalho sustentado, mas cheio de confiança, que começou com conversações bilaterais, inclusive, no Cone Sul, com a Argentina, com o Uruguai e, depois, avançou até mesmo ao Caribe, de maneira que o Brasil começou a quebrar toda aquela prevenção que existia sobre os nossos objetivos, sobre os nossos propósitos, sobre as nossas potencialidades, sobre os nossos interesses e, hoje, posso dizer, Senador Ney Maranhão, a América latina não é mais aquele arquipélago a que se referem os que nos olham de fora; não é mais aquele grupo de países indistintos e separados ou voltados de costas uns para os outros. Hoje, temos laços muito fortes, hoje, temos laços muito nítidos...

**O SR. PRESIDENTE** (Nelson Carneiro. Fazendo soar a campanha) — A Mesa lamenta informar a V. ex<sup>a</sup> que o seu tempo regimental está esgotado.

**O Sr. Nabor Júnior** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. MARCONDES GADELHA** — Sr. Presidente, não gostaria de encerrar o meu discurso sem ouvir o aparte do nobre Senador Nabor Júnior, inclusive representante da Amazônia, cujo estado, neste momento, é objeto de uma controvérsia internacional de vez que, pelo Estado do Acre, passa a nossa ligação com o Peru, o que é sistematicamente contestado por países que nada têm a ver com a nossa realidade interna.

**O Sr. Lourival Baptista** — Eu pediria a V. Ex<sup>a</sup> que, em seguida, permitisse aparteá-lo por dois minutos.

**O SR. MARCONDES GADELHA** — Eu pediria, então, a tolerância do nobre Presidente Senador Nelson Carneiro para ouvir V. ex<sup>a</sup> logo após o aparte que concedo ao nobre Senador Nabor Júnior.

**O Sr. Lourival Baptista** — Tenho certeza de que S. Ex<sup>a</sup> o permitirá.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelson Carneiro) — A Mesa solicita que V. Ex<sup>a</sup> conclua o seu discurso logo após ouvir os dois apartes solicitados.

**O Sr. Nabor Júnior** - Eminente Senador Marcondes Gadelha, no momento em que V. Ex<sup>a</sup> aborda, aqui, da tribuna do Senado Federal, esse assunto tão palpitante, que foi objeto de uma recente reunião de presidentes de países amazônicos realizada em Manaus, eu gostaria também de sublinhar a necessidade de o Governo brasileiro, juntamente com os Governos que integram o Pacto Amazônico, estudar um projeto de integração e de desenvolvimento para a Amazônia. Não podemos permanecer apenas tendo a Amazônia como santuário, como uma reserva ecológica para o deleite dos brasileiros e de outros povos de outros países. Precisamos desenvolver a região, integrá-la ao contexto nacional e dar condições de vida a seus habitantes. Por isso, nesta hora tão crucial que a nação atravessa, com tantas acusações de devastação da Amazônia, há uma imperiosa necessidade de o Governo brasileiro levar à sério o projeto de desenvolvimento daquela Região, para que ela não continue sendo ambicionada por outras nações, como temos assistido ultimamente através da Imprensa, através de manifestações, inclusive de presidentes de outros países. Este é o apelo que faço, inserindo, no discurso de V. ex<sup>a</sup>, este modesto aparte. Muito obrigado.

**O SR. MARCONDES GADELHA** — Muito obrigado a V. ex<sup>a</sup>, Nobre Senador. V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão. O Governo não vai parar em ações apenas defensivas. Inclusive foi criado, nessa reunião, o Instituto da Amazônia, para estudar uma maneira de ocupação racional da Amazônia, de utilização daquela Região sem ferir o equilíbrio ecológico, porque sabemos que isso é possível e perfeitamente exequível, mas, era preciso tomar essa atitude enérgica, convocando, inclusive, os países vizinhos para mostrar ao mundo que essa luta não é só nossa, porque essa também era uma forma de desestimular as ações que visam inibir o processo de desenvolvimento na Região. Sabe V. Ex<sup>a</sup> que a Hidrelétrica de Kararaô, por exemplo, um dos projetos mais bem concebidos no mundo inteiro, sofre, hoje, uma contestação violenta de fora para dentro, que nos inibe, que nos tolhe os passos aqui, como se estivéssemos cometendo um crime contra a natureza, como se estivéssemos praticando uma aberração, uma monstruosidade em relação ao meio ambiente.

Sabe V. Ex<sup>a</sup> que a estrada que liga o Brasil ao pacífico, através de Pucallpa, no Peru, tem sofrido obstáculos. Não sabemos que mão invisível impede financiamentos dessa estrada, mas sabemos a maneira antipática com que esse problema tem sido colocado a nível internacional. E todas as outras tentativas de encontrar meios e modos de viabilizar o desenvolvimento da Amazônia têm sido, também, sistematicamente contestadas, como,

por exemplo, a ligação entre Boa Vista e Georgetown sofre, nobre Senador, sofre pressões de toda a sorte. É preciso que o mundo saiba que temos também um compromisso ético em relação àquela Região, que estamos atentos à preservação do ecossistema, da biodiversidade, do imenso banco de genes, que é a Amazônia; mas não queremos transformar a Amazônia apenas em um jardim zoológico, em um santuário, porque achamos que é perfeitamente possível o desenvolvimento integrado com a preservação do meio ambiente e da biodiversidade.

**O Sr. Lourival Baptista** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. MARCONDES GADELHA** — Com todo o prazer, nobre Senador Lourival Baptista.

**O Sr. Lourival Baptista** — Eminente Senador Marcondes Gadelha, desejo associarme com V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento que está fazendo na tarde de hoje, dizendo a este Senado o que foi o Encontro da Amazônia, onde se reuniram com o Presidente José Sarney os sete presidentes dos países integrantes do Pacto Amazônico, que subscreveram um Declaração de Apoio ao Brasil, nesta hora em que o nosso País tem sido vilipendiado, não só nos Estados Unidos como em outros países da Europa, inclusive com críticas ao nosso povo e ao nosso Governo. Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup>, eminente Senador Marcondes Gadelha, que, há duas semanas, aqui esteve uma delegação de americanos e nos disse que as televisões americanas freqüentemente atacam o Brasil, inclusive na referida radioemissora e jornais norte-americanos. O Brasil tem sido muito atacado. Esses americanos me informaram que um cinegrafista americano esteve no Brasil, durante dois anos, acompanhando Chico Mendes e fazendo um filme a seu respeito. Ontem, recebi um telefonema de Nova Iorque, dizendo que as televisões norte-americanas continuam atacando o Brasil e solicitando auxílios financeiros, dando números de contas bancárias, para que algumas pessoas sejam subvencionadas na campanha contra o Governo brasileiro. É isso que está havendo no exterior e é preciso que se diga: são elementos que querem perturbar a paz e querem fazer com que a ordem não exista. Mas quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que o Presidente José Sarney aí está, nós aqui estamos e nada disso virá perturbar o que eles querem que seja perturbado. Quero dizer que V. Ex<sup>a</sup> faz muito bem, e parabeno-o, porque fez parte da delegação brasileira junto aos presidentes latino-americanos, que distinguiram a verdade, que olharam, que escutaram e viram o que, na realidade, existe no Brasil.

**O SR. MARCONDES GADELHA** — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Lourival Baptista.

Digo que esse episódio Chico Mendes, que a todos nos magoou, que a todos nos feriu, tem sido usado de uma forma disvirtuada, com o propósito de denegrir a imagem do País.

Ora, Chico Mendes é um herói, é um mártir da causa ecológica que todos pranteamos, que todos nós, aqui, no Brasil cultuamos com o mais reverente respeito, nobre Senador Lourival Baptista, mas a causa da preservação ambiental não termina com a morte de Chico Mendes, nem o Brasil pode ser responsabilizado pelo assassinato de Chico Mendes. Seria o caso, como bem lembrou o Presidente José Sarney anteontem, de se responsabilizar os Estados Unidos pelo assassinato de John Kennedy, e achar que com isso a luta pelos direitos civis ficou encerrada; seria o caso de se responsabilizar os Estados Unidos pelo assassinato de Martin Luther King e entender, com isso, que a causa da igualdade racial tenha também terminado com a morte daquele líder. Seria o caso de culpar a Itália pelo assassinato de Aldo Moro, e achar que a causa da condenação do terrorismo termina com o seu assassinato. Da mesma forma dizemos que o Brasil não é responsável e tornou as providências, como V. Ex.<sup>a</sup> sabem, para punir os culpados. Mas o que é mais importante, a causa não se esgota com o desaparecimento de Chico Mendes. A luta é permanente, está escrita na Constituição, está escrita em textos dos mais elevados, como o programa "Nossa Natureza", e agora um comprometimento coletivo e solidário de várias nações da América Latina que tem esse mesmo empenho, esse mesmo propósito.

**O Sr. Aluizio Bezerra** — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. MARCONDES GADELHA** — Concedo o aparte a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE** (Nelson Carneiro) — Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que seja breve em seu aparte, pois prestaremos uma homenagem aos Excedentários que aqui estão presentes.

**O SR. MARCONDES GADELHA** — Encerrarei em seguida.

**O Sr. Aluizio Bezerra** — Nobre Senador Marcondes Gadelha, não poderia deixar passar essa oportunidade em que V. Ex.<sup>a</sup> traz um assunto dessa magnitude, nesta tarde, nesta Casa, justamente sobre a Amazônia em que envolve a questão do ecologista e líder sindical Chico Mendes, que, inclusive, foi objeto de homenagem, desta Casa, em sessão especial que tivemos durante o mês de abril. Na medida em que esse temário "Amazônia", a partir do fato Chico Mendes que ganhou repercussão nacional e internacional, coloca hoje o Brasil no centro da discussão internacional, no que diz respeito ao meio ambiente, a partir da preocupação e do interesse que a Amazônia desperta em todos nós, trago algumas informações neste aparte que formulo ao pronunciamento que faz V. Ex.<sup>a</sup> Com base justamente nessas preocupações é que estive integrando uma comissão de parlamentares, deputados e senadores, a partir do dia 12 do mês de abril, fazendo o trajeto de toda a Calha Norte com a participação do Exército e da Aeronáutica, acompanhando a ocupação que faz o Brasil da região da fronteira com a Venezuela

e com a Colômbia. Constitui um trabalho pioneiríssimo e de grande importância para o nosso País e para os países vizinhos, porque significa pontos avançados de colonização com vantagens recíprocas tanto para nós quanto para os países vizinhos, para que possamos, a partir daí, estabelecer o intercâmbio de desenvolvimento dessas regiões. No meu retorno da Calha Norte, cuja programação sabem V. Ex.<sup>a</sup> e a Casa, fui designado para participar de um encontro, em Lima, de todos os parlamentares dos países da bacia Amazônica, com a preocupação justamente de termos um órgão com a responsabilidade a nível parlamentar e trabalhar as questões da Amazônia. Em Lima, entre os dias 17 e 18 do mês próximo passado, foi criado o denominado Parlamento Amazônico que se propõe organizar para cooperar no trabalho de desenvolvimento, estabelecendo normas conjuntas de todos os países e buscando a defesa de uma soberania regional e oposição de uma soberania relativa que querem tanto, nos Estados Unidos como nos países do Primeiro Mundo, impor aos países que hoje compõem a bacia Amazônica. Neste sentido, essa informação tem muita importância pelo seu desdobramento, em vista que a reunião que tivemos nos dias 6 e 7, dos Chefes de Estado, do qual participou o Presidente José Sarney, em Manaus, como parte deste trabalho e dessa preocupação, se soma a um contexto em que procuramos todos definir uma proposta que tenha como objetivo o desenvolvimento harmonioso com o ecossistema, e nesse contexto estão também preservadas as comunidades nativas, os seus espaços geográficos além das suas expressões culturais. E a esse trabalho deveremos dedicar-nos todos, sem que isso implique, por exemplo, o exagero de impedirmos a devastação da Amazônia, o que todos condenamos, a ecologia, transformar a Amazônia num bloco fechado, ou seja, numa redoma de cristal impenetrável, como um santuário. Não é isso. Temos que definir um desenvolvimento baseado em critérios técnicos e científicos em que a expressão mais elevada da ecologia, que é o próprio homem, possa submeter a natureza às necessidades humanas sem destruí-las e, para isso, temos como país e como nação, como expressão cultural, a responsabilidade e a competência para fazermos da Amazônia, juntamente com os países vizinhos, essa destinação. Era o parte que queria inserir no discurso de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. MARCONDES GADELHA** — Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Senador Aluizio Bezerra, pelo seu aparte extremamente oportuno e elucidativo.

Sr. Presidente, encerro dizendo que o Encontro da Amazônia foi uma realização altíssima da nossa diplomacia, foi uma afirmação de soberania e foi a expressão de um compromisso maduro, de um compromisso sereno, de um compromisso honesto e responsável com a preservação do meio ambiente.

Saibam todos os que nos criticam e que nos agride, que tomamos a braço a defesa de nosso patrimônio natural, a defesa de nossa

ecologia, da nossa natureza, não por expiação de culpa, não para limpar o labéu de uma infâmia montada com base em versões baldias sem nenhuma sustentação dos fatos, mas porque esta é a nossa responsabilidade, porque este é o nosso dever, porque esta é a nossa obrigação que, serenamente, tomamos a cargo.

Finalizo, Sr. Presidente, congratulando-me com o Itamarati pela eficiência com que elaborou o encontro, a sua pauta, a sua agenda, a parte logística, dando apoio material, executada em tempo recorde e com uma habilidade, que a todos nos impressionou.

Nossos parabéns à nossa diplomacia, ao Itamaraty.

E peço a V. Ex.<sup>a</sup> por derradeiro, que faça constar nos Anais do Senado Federal esta "Declaração da Amazônia", firmada pelos presidentes da República da Venezuela, da Guiana, do Suriname, do Brasil, do Equador, da Colômbia, do Peru e pelo Ministro Plenipotenciário das Relações Exteriores da Bolívia.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

#### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. MARCONDES GADELHA EM SEU PRONUNCIAMENTO:**

Os Presidentes dos países-membros do Tratado de Cooperação Amazônica, reunidos em Manaus no dia seis de maio de 1989 com o propósito de realizar uma reflexão conjunta sobre seus interesses comuns na região amazônica e, em particular, sobre o futuro da cooperação para o desenvolvimento e a proteção do patrimônio de seus respectivos territórios amazônicos, adotamos a seguinte:

#### **Declaração da Amazônia**

1. No espírito de amizade e de entendimento que anima o nosso diálogo fraterno, afirmamos a disposição de dar todo impulso político ao esforço de concentração que nossos Governos vêm empreendendo no marco do Tratado de Cooperação Amazônica, assinado em 3 de julho de 1978, e também no marco de suas relações bilaterais, com vistas a promover a cooperação entre nossos países em todas as áreas de interesse comum para o desenvolvimento sustentável da região amazônica. Nesse sentido, comprometemo-nos a dar impulso ao cumprimento das decisões contidas na Declaração de São Francisco de Quito, adotada por nossos ministros de Relações Exteriores em 7 de março de 1989.

2. Conscientes da importância de proteger o patrimônio cultural, econômico e ecológico de nossas regiões amazônicas e da necessidade de mobilizar esse potencial em proveito do desenvolvimento econômico e social de nossos povos, reiteramos que o patrimônio amazônico deve ser conservado por meio da utilização racional dos recursos da região, para que as gerações atuais e futuras possam usufruir os benefícios desse legado da natureza.

3. Expressamos o nosso apoio às recém-criadas Comissões Especiais do Meio Ambiente e de Assuntos Indígenas, destinadas a fomentar o desenvolvimento, conservar os re-

ursos naturais, o meio ambiente e as respectivas populações amazônicas, e reiteramos o pleno respeito ao direito que assiste às populações indígenas dos territórios amazônicos de que sejam adotadas todas as medidas conducentes à manutenção e preservação da integridade dos grupos humanos, suas culturas e do seu "habitat" ecológico, no exercício do direito inerente à soberania de cada Estado. Reiteramos, igualmente, nosso apoio a ações que conduzam ao fortalecimento da estrutura institucional do Tratado de Cooperação Amazônica, de acordo com o preconizado na Declaração de São Francisco de Quito.

4. Reafirmamos o direito soberano de cada país de administrar livremente seus recursos naturais, tendo presente a necessidade de promover o desenvolvimento econômico e social de seu povo e a adequada conservação do meio ambiente. No exercício da responsabilidade soberana de definir as melhores formas de aproveitar e conservar essas riquezas, e em complementação aos nossos esforços nacionais e à cooperação entre nossos países, manifestamos nossa disposição de acolher a cooperação de países de outras regiões do mundo e de organizações internacionais que possam contribuir para a implementação dos projetos e programas nacionais e regionais que decidamos adotar livremente e sem imposições externas, de acordo com as prioridades de nossos Governos.

5. Reconhecemos que a defesa de nosso meio ambiente requer o estudo de medidas, bilaterais e regionais, para prevenir acidentes que causem contaminação e lidar com suas consequências.

6. Assinalamos que a proteção e a conservação do meio ambiente na região, um dos objetivos essenciais do Tratado de Cooperação Amazônica, a que cada um de nossos países está firmemente dedicado, não podem ser alcançados sem a melhoria das angustiantes condições sociais e econômicas que afligem nossos povos e que são agravados por uma conjuntura internacional cada vez mais adversa.

7. Denunciamos as graves características da dívida externa e de seu serviço, que nos convertem em exportadores líquidos de capital para os países credores, às custas de sacrifícios intoleráveis para nossos povos. Reiteramos que a dívida não se pode pagar nas atuais condições e circunstâncias, e que seu tratamento se deve basear no princípio da corresponsabilidade, em termos que permitam a retomada do processo de crescimento econômico e desenvolvimento em cada um de nossos países, condição essencial para a proteção, conservação, aproveitamento e utilização racional do nosso patrimônio natural.

8. Ressaltamos a necessidade de que as preocupações expressas nos países altamente desenvolvidos com relação à conservação do meio ambiente amazônico se traduzam em medidas de cooperação nos planos financeiro e tecnológico. Defendemos o estabelecimento de novos fluxos de recursos, em termos adicionais e concessionais, para projetos voltados para a proteção ambiental em nossos países,

inclusive no que diz respeito à pesquisa científica pura e aplicada, e objetamos a tentativas de impor condicionalidades na alocação de recursos internacionais para o desenvolvimento. Esperamos ver a criação de condições que permitam o livre acesso ao conhecimento científico e às tecnologias não-poluentes ou destinadas à proteção ambiental e rechaçamos tentativas de obter lucro comercial invocando legítimas preocupações ecológicas. Fundamenta essa percepção, sobretudo, o fato de que a principal causa da deterioração do meio ambiente em nível mundial são os modelos de industrialização e consumo, assim como o desperdício nos países desenvolvidos.

9. Conscientes dos riscos globais que representa para a vida e a qualidade do meio ambiente a existência de armas nucleares e de outras armas de destruição em massa e preocupados em preservar nossa região de tais ameaças, reafirmamos os compromissos de nossos países de utilização a energia nuclear exclusivamente para fins pacíficos e instamos os países possuidores de armas nucleares a cessar imediatamente os testes de tais armas e a promover a eliminação progressiva de seus arsenais. Repudiamos igualmente o depósito de resíduos radiativos e outros resíduos tóxicos que comprometam os ecossistemas na região amazônica. Manifestamos a necessidade de que sejam adotadas as medidas adequadas para reduzir os riscos de contaminação ambiental na utilização pacífica da energia nuclear. Expressamos também nosso apoio aos objetivos e propósitos do Tratado para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina.

10. Convencidos da necessidade de intensificar o processo de consulta e diálogo entre nossos países sobre todos os assuntos relativos ao desenvolvimento da região amazônica, inclusive os previstos no Tratado de Cooperação Amazônica, e seguros de que nossa cooperação fortalece a integração e a solidariedade na América Latina, afirmamos nossa decisão de conjugar esforços num empreendimento conjunto, vigoroso e pioneiro, voltado para assegurar um futuro de paz, de cooperação e de prosperidade para as nações da região amazônica. Para tanto, decidimos passar a reunir-nos anualmente.

Governo do Brasil, *José Sarney* — Governo do Equador, *Rodrigo Borja* — Governo do Peru, *Alan García Pérez* — Governo da Venezuela, *Carlos Andrés Pérez* — Governo da Colômbia, *Virgílio Barco* — Governo da Guiana, *Hugh Desmond Hoyte* — Governo do Suriname, *Ramsewak Shankar* — Governo da Bolívia, *Valentín Abecia Baldovinos*.

Os Presidentes dos países membros do Tratado de Cooperação Amazônica, reunidos em Manaus no dia seis de maio de 1989,

Apoiamos com satisfação a iniciativa de parlamentares dos países membros do Tratado de Cooperação Amazônica, como indicação da disposição de complementar e reforçar nossas ações conjuntas no marco do desenvolvimento do Tratado.

Governo do Brasil, *José Sarney* — Governo do Equador, *Rodrigo Borja* — Governo do

Peru, *Alan García Pérez* — Governo da Venezuela, *Carlos Andrés Pérez* — Governo da Colômbia, *Virgílio Barco* — Governo da Guiana, *Hugh Desmond Hoyte* — Governo do Suriname, *Ramsewak Shankar* — Governo da Bolívia, *Valentín Abecia Baldovinos*.

*(Durante o discurso do Sr. Senador Marcondes Gadelha o Sr. Senador Pompeu de Sousa deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Senador Nelson Carneiro.)*

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)

— Concedo a palavra ao nobre Senador Jarbas Passarinho, para saudar os nossos ilustres visitantes.

**O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente e Srs. Senadores, ilustres Expedicionários que aqui se encontram acompanhados de suas famílias.

Senhor Presidente, recebi com muito orgulho a missão que V. Ex<sup>a</sup> me prometeu de tratar, hoje, aqui nesta sessão, lembrando este dia 8 de maio como sendo aquele em que cessaram as hostilidades no teatro de operações européia. E, certamente, V. Ex<sup>a</sup>, quando me designou, em parte o fez, ao menos, pela razão de que fui eu um militar por 28 anos de minha vida. Desde a condição de aluno da Escola Preparatória de Cadetes, de Porto Alegre, até à de Coronel-Chefe do Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia, este tempo todo decorreu e a minha espada foi virgem. Não combati, não sofri as agruras da guerra e não tive sequer os incômodos de um combate. Razão que me faz prestar com muito mais veemência, e muito mais ardor, à minha homenagem àqueles que, encanecidos, aqui se encontram e que fizeram pela Pátria tanto no exterior, no momento em que o Mundo decidia entre liberdade e tirania.

Todos nós sabemos que o Brasil tem uma destinação pacífica. Sua História está mostrando isto. Sistemáticamente, marcamos nossas fronteiras praticamente com regime de arbitragem, servindo-nos do Tratado de Madri, e, antes da nossa operação na Itália, apenas simbolicamente uma participação na Segunda Guerra Mundial, e antes disto no tempo do Império, a luta da Tríplice Aliança contra o Paraguai.

Hoje há quem esteja pretendendo reescrever a História, reescrever segundo os seus sentimentos e os seus interesses, e querem apresentar o Brasil naquela ocasião como sendo imperialista, como um país que se tivesse destinado a garantir a hegemonia da América do Sul é, mais do que isso, estrangular países vizinhos.

Mas aqueles que lutaram, aqueles que tiveram vida militar e aqueles que estudaram a História militar, ainda que como civis, podem deter-se apenas num dado de referência: é que, enquanto Solano López mobilizava num pequeno país como o Paraguai 80 mil homens prontos para o combate e dispunha, inclusive, de artilharia pesada, o Império brasileiro tinha, ao longo de todo esse imenso subcontinente



que é o Brasil, apenas 15 mil homens. Então, não era este País que pretendia ser imperialista, de fazer anexação de territórios no rio da Prata.

Nós tivemos a presença da Força Expedicionária Brasileira, a partir do momento em que fomos agredidos também. Eu era, nesta altura, Presidente da Sociedade Acadêmica Militar da Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro.

Lembro-me bem do esforço que lá fazíamos para que houvesse uma consciência democrática nacional, quando parte expressiva do Governo de então era, não direi nazista em hipótese alguma, mas direi germanófila no todo. E vimos com imensa tristeza, quando saímos graduados a aspirantes a oficial na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, que o nosso patrono de turma era o Teniente Alípio Serpa, que surgia como patrono exatamente pelo fato de ter sido morto com o torpedeamento do navio em que ele se dirigia para o Nordeste brasileiro, torpedeamento que foi atribuído a submarinos alemães. E confirmado, aliás.

A resposta brasileira foi a tentativa, pelo plano do Estado-Maior do Exército brasileiro, de fazer três Divisões de Infantaria. Eu estava numa dessas Divisões, porque servia no Estado do Pará, numa bateria isolada de artilharia, e como subcomandante recebia toda a documentação confidencial.

A nossa Divisão Expedicionária deveria ser a terceira, que recebera a instrução por parte do próprio Governo, de se antecipar à segunda, e seria comandada pelo General Newton Cavalcante. Mas os nossos bravos guerreiros ajudaram a democracia que estavam em luta, e luta hamletiana de ser ou não ser, naquele instante, acabar com a guerra mais depressa, e nós ficamos apenas relacionados no papel.

Essa Força Expedicionária Brasileira, que foi como resposta aos campos de combate da Itália, como teve o seu desempenho? Era bom que se lembrasse agora — e aqueles que estamos vendo aqui naturalmente têm lembranças entre penosas e gratas desse passado —, deve também meditar sobre a tentativa que se faz agora de diminuir, minimizar, e até enxovalhar o papel que a Força Expedicionária Brasileira prestou na Segunda Guerra Mundial.

Infelizmente, há supostos historiadores brasileiros fazendo isso. Eu não os chamaria de historiadores, os chamaria de "historicidas", que pretendem destruir o papel que a Força Expedicionária Brasileira teve e que com tanto brilho, posso dizer, se bateu no exterior. Começam por dizer que ela foi para o teatro de operações secundárias, porque o teatro de operação fundamental e principal não era aquele. Mas dizer que combater tropas alemãs, combater tropas italianas seria uma atividade puramente secundária do ponto de vista estratégico é possível, do ponto de vista tático, não.

Pensamos, por exemplo, como surgiu a Força Expedicionária Brasileira nesse local, na Itália, quando ela chegou. Ela chegou para substituir tropas francesas que saíram depois com o General Leclerc, para ir servir ao Gene-

ral De Gaulle, para a invasão da França, a invasão do continente, já a primeira frente aberta.

Ora, pode-se imaginar os brasileiros chegando para utilizarem um material que não era propriamente aquele que os oficiais, sargentos, cabos e praças tinham trabalhado no Brasil, tinham que se adaptar àquelas circunstâncias, e uma tropa que chega para substituir a outra é considerada em tática uma posição extremamente difícil.

Fala-se muito em linguagem tática de flagrante delito de mudança de posição. O delito de mudança de posição é exatamente quando uma tropa substitui a outra, e, antes que ela se tenha assenhoreado exatamente daquele local, recebe contra-ataques. Essa força que substituiu os franceses brilhou naquele local, brilhou. Fala-se hoje em alguns nomes que são tão caros ao coração dos brasileiros e muito especialmente ao coração dos expedicionários, fala-se de Monte Castelo, nas diversas tentativas de tomadas do Monte Castelo. Quando se diz que a frente era secundária, ninguém reconhece que lá estava ao lado, tentando a mesma causa que os brasileiros, uma das divisões de elite americana, que era a Divisão de Montanha.

Ora, fala-se em Montese, e a Infantaria brasileira se cobriu de glórias naquele local, pois foi um dos combates mais belos que a Força Expedicionária Brasileira travou, o de Montese. Mas, não seria apenas a Infantaria, seria a minha Artilharia, a Artilharia a que por tantos anos servi, e com tanto orgulho, aquela que, quando acabou a Guerra, tempos depois, feito o apresamento de um arquivo da frente alemã, havia um general alemão que tinha feito uma instrução à sua tropa e que dizia: "revelou-se na frente uma nova artilharia — era a Artilharia brasileira que chegava com a FEB — precisa nos seus fogos", e recomendava o maior empenho na proteção aos seus combatentes. Foi o nosso Grupo de Aviação, o nosso Grupo de Caça, que lá deixou também os nossos companheiros mortos, mas que desempenhou as tarefas de maneira excepcional em todas as missões que cumpriu. Não foi apenas a Infantaria, não foi apenas a Artilharia, não foi apenas a Aviação. Tivemos também até a nossa Cavalaria lá representada, o nosso General Pitaluga, que era um Capitão que comandava um esquadrão motorizado; tivemos os nossos engenheiros, tivemos a oportunidade de verificar essa gente, que saía de um Brasil, que nunca tinha visto neve, ter que combater durante o inverno da mesma maneira que combatia aqui sob o sol e o calor do Território brasileiro.

**O Sr. Pompeu de Sousa** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Com muito prazer, nobre Senador Pompeu de Sousa.

**O Sr. Pompeu de Sousa** — Congratulo-me com a Presidência do Senado por haver designado V. Ex<sup>a</sup> para, em nome do Senado brasileiro, saudar esses gloriosos veteranos da

Força Expedicionária Brasileira. V. Ex<sup>a</sup> é o homem certo no lugar certo. V. Ex<sup>a</sup> traz "o saber de experiência feito", de vez que, nesta Casa, compõe o que eu chamo a Bancada castrense, desfalcada hoje do nosso querido Virgílio Távora. V. Ex<sup>a</sup> lembra que era, à época, um jovem Cadete, e eu me recordo que eu era um jovem — talvez menos jovem do que V. Ex<sup>a</sup> — jornalista no Rio de Janeiro e o quanto sofri de angústia e de temor pelo Brasil e pela humanidade; pelo homem, pela liberdade e pela dignidade humana, quando as hordas do nazismo pareciam absolutamente invencíveis; e quando justamente — V. Ex<sup>a</sup> lembra muito bem — este País vivia sob um regime de arbítrio inspirado na ideologia fascista. Era um fascismo caboclo, traduzido do italiano para o português através de Antônio Ferro, e, no Brasil, através de Lourival Fontes. Mas era, em todo o caso, o sustentáculo ideológico do regime que então havia. Lembro-me das agonias que nós, os combatentes da democracia, no campo dessa luta bem menos perigosa que é o campo das idéias, sofríamos então. E lembro-me, com comovido orgulho — neste dia 8 de maio de hoje que celebra "O Dia da Vitória" de 1945 — do momento em que o Governo brasileiro acabou tendo que entrar na guerra, do lado de cá, e não do lado de lá como muitos queriam, pelo menos por omissão. E vejo hoje, nesses veteranos sobreviventes da campanha da Itália, nesses guerreiros que, como V. Ex<sup>a</sup> diz muito bem, substituíram à altura o Exército do General Leclerc — o Exército de Mascarenhas de Moraes esteve à altura do Exército do General Leclerc —, vejo, com comovido orgulho, essas presenças encanecidas, tão encanecidas como este velho Senador que aqui, hoje, se associa à saudação de V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Jarbas Passarinho. Vejo, nessas faces já enrugadas pelo tempo, a presença gloriosa daqueles campos de batalha, em que muitos deles lá ficaram, em Pistóia, como uma bandeira do Brasil para a história da democracia no mundo. Vejo-os com comovido orgulho — volto a repetir, quase como um estribilho — neste "Dia da Vitória"; porque, na verdade, esses guerreiros que daqui foram em condições tão adversas — não sou militar como V. Ex<sup>a</sup>, mas um jornalista é uma pessoa que sabe um pouco de tudo, sem saber nada, e lembro-me que soube que o nosso fardamento era inadequado para as condições do campo de batalha, na época —, eles venceram tudo, inclusive o subdesenvolvimento, porque traziam em si a chama do patriotismo, a defesa da dignidade humana, que naqueles campos da Itália se resolvia, definitivamente, pela destruição ou pela vitória. E é por isso — com comovido orgulho, volto a dizer — que este velho companheiro de geração, este velho Senador encanecido como vocês, meus caros companheiros da mesma luta, de uma luta bem mais difícil, porque era a luta das armas, era a luta de viver ou de morrer; com comovido orgulho abraço cada um de vocês que aí trazem, na bráadeira gloriosa, a efígie da cobra fumando e, ao mesmo tempo, lembro-me dos seus companheiros do Senta a Púa. E mais uma



vez digo com comovido orgulho: abraço cada um de vocês e beijo respeitosamente as mãos de suas companheiras, das suas esposas, que lhes souberam dar todo o apoio, todo o respaldo, toda a substância de dignidade com que nos campos de batalha engrandeceram o Brasil. Muito obrigado, companheiros de luta. (Palmas.)

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> há de ter concluído neste instante que fez má escolha quando me chamou para saudar os Expedicionários.

Quisera eu chegar aos 50 anos com a vitalidade dos 40 anos do Senador Pompeu de Sousa. Esse entusiasmo desbordante, extraordinário. (Palmas.)

Falava, ainda há pouco, sobre as Armas que se bateram na Itália.

Devo também fazer uma referência à Marinha, especialmente à Marinha Mercante, que teve também as suas perdas e fez a sua excelente contribuição para que a vitória fosse também brasileira. Quero em duas pessoas apenas, Sr. Presidente, já que faço esta saudação tomando alguns tópicos de referência para desenvolvê-la, sem ter sequer mergulhado na literatura, que eu podia rever, da atuação da Força Expedicionária Brasileira, para que a saudação pudesse ser mais transparente, mais sincera e menos rebuscada. Vejo dois nomes que naturalmente aos Expedicionários dizem muito: o Sargento Wolf, que não conheci, e o então Capitão Airosa (palmas), do qual fui depois colega na Escola de Comando do Estado-Maior. Eles marcaram, Sr. Presidente e Srs. Senadores, desde logo, a bravura do soldado brasileiro e deixaram um itinerário cintilante, que pode ser comparado a qualquer Exército do Mundo, sem nenhuma diminuição para o Exército Brasileiro.

**O Sr. Mauro Benevides** — Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador Jarbas Passarinho?

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Ouço V. Ex.<sup>a</sup> com prazer.

**O Sr. Mauro Benevides** — Nobre Senador Jarbas Passarinho, é indiscutível que todos nós Senadores, dos quais V. Ex.<sup>a</sup> neste instante é o intérprete legítimo, vivemos neste dia 8 de maio, momento de profunda emoção, pelas palavras de V. Ex.<sup>a</sup> e pela presença, nas galerias deste plenário, desses homens encaixados que tudo fizeram para que víssemos aqui e em todo Mundo um clima de liberdade e de respeito à pessoa humana. V. Ex.<sup>a</sup> rememorou todos aqueles fatos impagáveis da História brasileira que evidenciaram, sobretudo, a bravura, a dignidade, o patriotismo inextinguíveis da nossa tropa que compareceu aos campos de batalha da Itália. V. Ex.<sup>a</sup> se reportou àqueles momentos épicos que nos tocavam tão fundo a alma e o coração — as Batalhas de Monte Castelo, Montese, e tantas outras —, quando a Força Expedicionária Brasileira demonstrava exatamente a sua disposição e o seu propósito de libertar o Mundo das hordas nazi-fascistas. V. Ex.<sup>a</sup> mencionou, no curso do

seu pronunciamento, aquelas figuras que, a seu juízo, mereciam uma referência especial. Neste instante, eu também me permitia dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que houve um cearense que, sem segurar em armas, teve um papel extremamente importante para manter o ânimo da tropa, a fé, a esperança, tudo isto vivo e arraigado naqueles brasileiros que deixaram seus lares e foram combater na Itália. Reportar-me-ia, nobre Senador Jarbas Passarinho, ao Padre Joaquim de Jesus Dourado, Capelão da Força Expedicionária Brasileira (palmas), que, num livro primoroso de crônicas, repassando aqueles fatos com os quais ele conviveu durante o tempo em que esteve na Itália. Tudo isto, hoje recordado neste aparte, profiro não apenas em meu próprio nome, como também no da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Tudo isto, nobre Senador Jarbas Passarinho, significa a demonstração do nosso testemunho e do nosso reconhecimento a esses homens bravos, intrépidos e corajosos, que arriscaram a própria vida em nome do Direito, da Justiça e da Liberdade. (Palmas.)

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Sou muito grato ao aparte de V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Senador Mauro Benevides, e a lembrança que enunciou era essencial fazê-la, mas já que V. Ex.<sup>a</sup> falou em cearense, e eu não gostaria de tratar de todos aqueles que representavam cada Estado na Força Expedicionária Brasileira, V. Ex.<sup>a</sup> me faz retornar a um dos períodos mais férteis da minha vida militar, quando conheci, ainda cadete, o Major Humberto de Alencar Castello Branco (palmas), e foi este homem que, pelo seu talento militar, exerceu a Chefia do Estado-Maior da Força Expedicionária Brasileira. A ele, como cearense e como brasileiro também, o tributo da nossa homenagem.

**O Sr. João Menezes** — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Pediria apenas que V. Ex.<sup>a</sup> aguardasse um segundo, queria concluir esta parte, não para falar daquilo que os nossos prezados visitantes, aqueles que combateram sob o céu da Itália, fizeram muito melhor, porque fizeram a ação — nós somos apenas os leitores desta ação — mas gostaria de concluir que ainda recentemente eu via, em um jornal, uma fotografia de Nelson de Mello, Coronel, recebendo a rendição de uma divisão de infantaria alemã. Era ele quem negociava, naquele instante, como coronel.

E a Força Expedicionária Brasileira fez com que, no fim brilhante de sua tarefa no solo da Itália, nós tivéssemos ainda, como resultado final de operação tática-militar, dado a impressão de que éramos muito mais do que na verdade éramos e com isso levado à rendição um expressivo contingente de uma divisão alemã e de uma divisão italiana.

Estê foi o trabalho que nós, brasileiros, tivemos, realizado por aqueles que nos representavam em terras estrangeiras. O papel tático, o papel estratégico da Força Expedicionária Brasileira não podem ser minimizados, não

podem ser diminuídos por quem não teve a coragem, nem a dignidade, nem sequer a oportunidade de lutar lado a lado com esses homens.

Ouçõ, com prazer, o nobre Senador João Menezes.

**O Sr. João Menezes** — Em nome do Governo, quero solidarizar-me com V. Ex.<sup>a</sup> pelo discurso que faz nesta data, muito bem designado pela Mesa, nesta homenagem aos pracinhas. Os tempos passaram. O povo, às vezes, tem memória fraca, mas esses todos que se encontram nas galerias certamente estão-se lembrando dos momentos históricos por que passaram; dificuldades tremendas, a despedida da família, a partida de casa, o embarque, a hora da luta, a hora do fogo cerrado e a alegria da volta. Isso, se para muitos passou, para eles fica, está gravado na memória e no coração. E neste fato todo, eu que sou lá do Pará, tenho certeza de que V. Ex.<sup>a</sup> incluirá neste discurso uma figura nossa que foi um expoente, o Expedicionário que foi Cléo Bernardo de Macambira Braga; era um idealista, foi para o campo de luta com outros paraenses que para lá também foram. Portanto, quando falo neste assunto, me recordo daquelas épocas e fico com a emoção da intranquilidade dos momentos de incerteza, não só que o Brasil viveu, mas que o Mundo inteiro viveu. Portanto, eminente Senador Jarbas Passarinho, V. Ex.<sup>a</sup> faz muito bem em rememorar esta data, rememorar estes fatos, porque eles precisam estar sempre marcados na História do nosso País. (Palmas.)

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>, Senador João Menezes, pelo aparte que me deu e que tanto me honra.

Eu era já um primeiro-tenente, estava sediado no Grupo de Obuses de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, quando tive a alegria de ser designado para, na Avenida Rio Branco, formar com a tropa que receberia o Primeiro Escalão de volta ao Brasil, e ainda tenho, hoje, praticamente a lembrança intacta do **friasson** que correu por minha espinha na hora em que vi aquela tropa chegando e começando a desfilar sob os aplausos do povo. E quando os saudei, como fazíamos na nossa saudação de oficial, eu sabia que estava, naquele instante, tributando a homenagem mais profunda que algum oficial na minha condição poderia prestar exatamente àqueles que tinham corrido o risco de vida em defesa de um ideal democrático.

**O Sr. Marcondes Gadelha** — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Ouço o nobre Senador Marcondes Gadelha.

**O Sr. Marcondes Gadelha** — Nobre Senador Jarbas Passarinho, quero associar-me a V. Ex.<sup>a</sup> nesta homenagem aos nossos pracinhas e trazer também o preito de reverência de toda a minha Bancada do Partido da Frente Liberal. Não sei o que passava na alma, na imaginação desses homens quando, deixando tudo atrás de si — o lar, a família, os amigos.

a terra natal —, saíam para a guerra, em terra estranha. Não sei que fogo aquecia a alma desses homens, que, ante o perigo, ante a iminência de perda da própria vida, se manifestavam com redobrada esperança e com mais entusiasmo. Como partiam para a guerra com vibração é um mistério, nobre Senador Jarbas Passarinho, para mim até hoje insondável, para mim até hoje inescrutável. Mas uma coisa eu sei, eles mudaram o curso da História; uma coisa eu sei, eles aplainaram os caminhos das gerações seguintes, inclusive a minha geração. O que sei é que, por conta do seu sacrifício, por conta daquele ardor que ninguém sabia de onde brotava, hoje o Mundo fala em liberdade como um bem natural acessível a todos. Eles eram jovens e descuidados da própria sorte quando partiram: eles pensavam na Pátria, eles pensavam em um conjunto de valores que os arrastava e os atraía para a luta e os fazia mais fortes e mais bravos, e muitos ficaram por lá. Como V. Ex<sup>a</sup> bem disse, hoje voltam de cabelos brancos, alquebrados pelo tempo, já não ouvem o som distante de tambores, o ronco dos canhões, já não vêm na névoa o fogo do bivaque. Mas, nobre Senador Jarbas Passarinho, no coração da Pátria o tempo não passou. Por isso, a nossa gratidão não tem fim; por isso, a nossa gratidão é eterna; por isso, este momento de hoje é o momento em que eles iniciaram e terminaram a sua luta. O tempo não passa em nossa homenagem, nobre Senador Jarbas Passarinho, e eu me congratulo com V. Ex<sup>a</sup> pela maneira brilhante com que retrata este episódio comovente da História brasileira. Nós esperamos que nunca mais outros tenham que partir, esperamos que nunca mais guerras aconteçam por este Mundo agora. Esperamos, em última análise, que o sacrifício deles não tenha sido em vão e que tenha servido para encerrar todo um período na vida da Humanidade.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Senador Marcondes Gadelha, V. Ex<sup>a</sup> se referiu, ainda há pouco, a respeito da nossa eterna gratidão, e eu gostaria de lembrar um episódio muito recente, quando votávamos como Constituintes — eu no meu Partido, o Partido Democrático Social, e V. Ex<sup>a</sup>, já como Líder ou Vice-Líder da Frente Liberal — e houve um momento em que eu presidia a Comissão de Sistematização, quando votávamos esta matéria, e nós acostumados a ver, aqui, o Senado e a Câmara, tomados de assalto por lobistas de toda categoria, com violência, com uma forma de intimidação nítida sobre nós, e o que vimos, naquele dia, quando votávamos uma pequena vantagem para a Força Expedicionária Brasileira, que estava ali representada por um pugilo de veteranos, nós caracterizamos a conduta deles inteiramente diferenciada; silenciosos, respeitosos, fazendo a saudação como deveriam fazer, respeitando o Congresso Nacional que se dobrava também, num mesmo tributo, em relação a eles. (Palmas.)

**O Sr. Lourival Baptista** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador?

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Ouço o nobre Senador Lourival Baptista.

**O Sr. Lourival Baptista** — Eminentíssimo Senador Jarbas Passarinho, o nosso Líder, Senador Marcondes Gadelha disse muito bem quando falou da alegria dos soldados brasileiros, dos pracinhas que embarcavam para a luta. No Rio de Janeiro eu estava quando eles embarcaram e assisti às comemorações do "Dia da Vitória", já em Sergipe. Não fui pracinha, mas, após formar-me em Medicina em 1943, inscrevi-me, em Salvador, no 5º Grupo de Artilharia de Dorso, para prestar serviço como médico. E me recordo, eminente Senador Jarbas Passarinho, dos navios que foram torpedeados nas costas da Bahia e Sergipe — "Baependi", "Araraquara", "Itagiba", "Aníbal Benévolo" e "Arará". Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> da tristeza na oportunidade daqueles torpedeamentos. Andamos pelas ruas de Salvador, algumas vezes, solidários com aqueles nossos patrícios torpedeados e, depois, quando Governador do Estado, fomos daqueles que fizeram com que aquele cemitério que existe na praia da Atalaia, onde foram sepultados muitos naufragos, fosse preservado. E, nesta hora, em que V. Ex<sup>a</sup> presta esta homenagem ao pracinha, eu digo: foi com alegria também que eu me incorporei ao 5º Grupo de Artilharia de Dorso, em Salvador, para dar o meu trabalho, o que pudesse fazer como médico recém-formado prestando serviços àqueles que sofreram as agruras da guerra, pronto para as missões que, porventura, me fossem designadas. Felicito V. Ex<sup>a</sup>, eminente Senador Jarbas Passarinho pelo brilhante discurso que está pronunciando. As minhas felicitações pelo "Dia da Vitória" aos heróis da Pátria que tombaram, muitos que lá ficaram e a esses que aqui estão para dizer que cumpriram o seu dever. (Palmas.)

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Senador Lourival Baptista, muito grato a V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Ney Maranhão** — Permita-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Com muito prazer, nobre Senador Ney Maranhão.

**O Sr. Ney Maranhão** — Senador Jarbas Passarinho, ninguém melhor do que V. Ex<sup>a</sup>, nesta Casa, para homenagear os nossos heróis, os nossos pracinhas que, nos campos da Itália — nas epopeias de Monte Castelo, de Montese —, deram a prova de heroísmo em defesa da liberdade e da democracia. Eu não podia deixar de também citar um desses companheiros, um desses heróis nacionais, o Capitão, na época, Cordeiro de Faria, da Força Expedicionária Brasileira. (Palmas.) Senador Jarbas Passarinho, relembro neste instante, as palavras históricas daquele grande general romano que, quando voltava vitorioso com seus exércitos, atravessando o Rubicão, disse aquelas célebres palavras: *veni, vidi, vici*. A Força Expedicionária Brasileira voltou ao solo pátrio repetindo aquelas mesmas palavras de Júlio César. Vim, vi e venci pela democracia e pelo Brasil. (Palmas.)

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Muito obrigado, Senador Ney Maranhão. Quando V. Ex<sup>a</sup> cita o então General Cordeiro de Faria, fala exatamente naquele que foi um dos símbolos da minha Arma, a Artilharia. E me lembro com muito carinho de ter lido depois, que foi o General que fez talvez o que naquela ocasião fosse algo inédito — se não inédito, pouco comum —, que era o relacionamento admirável que ele tinha não apenas com oficiais, mas com sua tropa como um todo. V. Ex<sup>a</sup> presta uma grande homenagem, e eu me associo a este preito de saudade, como oficial de Artilharia que fui, àquele que foi também o símbolo da nossa Arma no solo da Itália.

Haveremos de falar também em alguém, gaúcho que seja, ou brasileiro em geral, em Mascarenhas de Moraes. (Palmas.)

Eu assistia, Srs. Senadores, a uma cerimônia pouco depois da chegada da tropa expedicionária ao Brasil, no Rio de Janeiro, tão bem representado aqui pelo eminente Senador, nosso Presidente Nelson Carneiro, eu estava à paisana, e vi um homem um pouco mais idoso, tendo pela mão um adolescente. Quando terminou a cerimônia, passava por nós o General Mascarenhas de Moraes — ainda não era o Marechal que o Congresso faria, depois. Vi que aquele homem ao meu lado estava com os olhos marejados, e o filho lhe perguntou: "por que, meu pai? Quem é esse que passa aí?" E ele respondeu, apenas: "este é um homem".

E este homem era Mascarenhas de Moraes, que poderia ter voltado ao Brasil com pretensões políticas, porque era um General vitorioso que chegava a um País que era contraditório em relação àquilo que ele havia representado na Europa: era um País sob ditadura total.

Quantas vezes ouço aqui falar em ditadura dos últimos 20 ou 21 anos. Aquela ditadura que eu vivi, como outros viveram aqui, e muitos fizeram sua carreira política, como Nelson Carneiro, cavando na rocha da ditadura a sua afirmação, nessa não havia eleição nem para miss, quanto mais para Vereador, Deputado e Senador. (Palmas.)

E foi essa ditadura que não poderia sobreviver depois que a Força Expedicionária voltou ao Brasil. Lembra um pouco o que aconteceu com a Força Expedicionária Brasileira, o Exército brasileiro quando foi ao Paraguai combater: combatia contra um país que, na verdade, não era escravagista! E, quando voltamos, era impossível manter o sistema de escravismo no Brasil, depois das vitórias conquistadas naqueles duros combates e batalhas, nos rios e nas terras do Paraguai.

A Bandeira, que era a do Império, pouco diferente da Bandeira da República hoje, se cobriu de glória naquelas paragens! Naquelas paragens, no chaco, nas ações de tomadas de Humaitá, de Pequiré, de Lomas Valentinas e, ao final a conquista do próprio Paraguai como um todo.

Essa mesma Bandeira tremulou no céu da Itália, garantida e homenageada sistematicamente pelo sangue dos que ficaram em Pístia e pela bravura daqueles que estão de pé até hoje. (Palmas.)

**O Sr. Aluizio Bezerra** — Nobre Senador Jarbas Passarinho, V. Exª me concede um aparte?

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Ouço V. Exª com todo o prazer.

**O Sr. Aluizio Bezerra** — Nobre Senador Jarbas Passarinho, associo-me às homenagens que, de maneira muito sábia e competente, faz V. Exª à Força Expedicionária Brasileira que combateu na Europa, num dos momentos mais difíceis não só para Brasil como para todo o Mundo. Atravessávamos uma das encruzilhadas para toda a Humanidade. E é importantíssimo o fato de que, naquele momento histórico, o nosso País tenha assumido a posição do progresso da História. Há muitos que dizem que na luta dos contrários prevalece sempre o melhor, prevalece o progresso sobre o mal. Nessa virada da História, foi indiscutivelmente acertada a posição do nosso País ao assumir a luta contra o nazi-fascismo. De maneira extraordinária, as forças expedicionárias que se fizeram presentes, pela sua mais elevada expressão em prol da liberdade, da democracia e do progresso, combinaram forças nessa batalha que se travou nos campos e que teve uma decisão militar. Embora dos seus esforços tenha participado toda Humanidade, é importante que esta homenagem que hoje fazemos, especialmente porque marcam nossas Forças Armadas um dos momentos mais elevados da sua História, pois cumpriam, na luta contra o nazi-fascismo, uma função libertária não somente em nome do nosso País, como em nome de toda a Humanidade. Defina-se aí a luta pelo progresso da Humanidade, que significava a derrota do nazi-fascismo, para que pudesse sobreviver o progresso com liberdade, através dos instrumentos democráticos e das nações que, àquela época, somavam todos os seus esforços. Portanto, associo-me, e não poderia deixar de fazê-lo nesta oportunidade, ao pronunciamento de V. Exª, que, como sempre, o faz com brilhantismo, inteligência e com muita competência, especialmente no que diz respeito à matéria em foco, na qual V. Exª é grande mestre, e também porque sabemos dos sentimentos nacionalistas e democráticos de V. Exª, como o são também os nossos. E, ao comemorarmos a vitória de 8 de maio, estamos revivendo-a hoje na reconstituição democrática do nosso País. Portanto, a presença de nossas Forças Armadas na luta contra o nazi-fascismo, a vitória de nossas Forças Armadas é para nós também o mais alto galardão democrático. Queremos sempre ter a certeza de que com as Forças Armadas caminhamos juntos com o povo brasileiro, a cada dia, a cada hora, construindo o nosso progresso com liberdades democráticas. Como disse V. Exª muito bem, o resultado vitorioso nos campos de batalha, na Itália, teve como repercussão imediata a restauração da democracia no r diferente. Por isso, a função libertária de nossas Forças Armadas está intimamente ligada à vocação democrática do povo brasileiro. Com este aparte me associo ao pronunciamento que faz V. Exª, da mais justa homenagem

aqueles pracinhas que cumpriram, com muita dignidade, com grande heroísmo, em nome de todo o povo brasileiro, em nome da Humanidade, o seu papel na luta que travaram vitoriosa, na Itália, pelo progresso e pela defesa democrática não somente no País, como de toda a Humanidade. (Palmas.)

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Muito obrigado Senador Aluizio Bezerra.

**O Sr. Aureo Mello** — Senador Jarbas Passarinho, permite um aparte?

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Ouço V. Exª, Senador Aureo Mello.

**O Sr. Aureo Mello** — Sr. Senador Jarbas Passarinho, nesta ocasião em que todos os representantes dos Estados brasileiros se manifestam, expendendo o seu regozijo à luta heróica dos nossos compatriotas nos campos de batalha da Itália contra o nazi-fascismo, não vou deter-me nos nomes extraordinários daqueles representantes da Amazônia que também deram o seu sacrifício, sua inteligência, seu esforço, para a consecução da grande vitória final que foi obtida pelos aliados, em relação às tropas da ditadura. Falarei apenas em Sizeno Sarmento, amazonense ilustre, que foi um dos comandantes daquelas tropas e que também teve, em Monte Castelo, um papel destacado, que V. Exª conhece bem. Recordo a figura romântica de Cleo Bernardo Macambira Braga, que se alistou voluntariamente, representando a mocidade do Pará. Lembro-me da tentativa de alistamento de jovens que ainda não tinham nem idade para combater, lá em Manaus, tendo à frente Samuel Benchimol, Agnelo Bittencourt Filho, que foram recusados, porque eram muito garotos. E esse grupo, realmente, era a fina flor da juventude intelectual daquela época. Lembro, sem dúvida, de todos episódios e do esforço brasileiro, em todos os Estados, em favor da vitória deste País. Mas desejo sublinhar e enfatizar o papel desempenhado pelos "soldados da borracha", que foram os nordestinos, amazonenses, paraenses e acreanos, assim como todos aqueles que se embrenharam nas selvas amazônicas para colaborar no esforço de guerra, produzindo, como um silencioso exército dentro da mata, aquela matéria-prima imprescindível para a vitória das forças internacionais que lutavam contra aqueles adversários que postulavam um domínio bastante violento e, quiçá, irracional do Mundo inteiro. Tivemos oportunidade, ao ensejo da Constituinte, de apresentar, com o apoio dos Srs. Senadores e Deputados da Amazônia, como Aluizio Bezerra, Nabor Júnior e outros, emenda estebelecendo, também, a pensão, que hoje está inserida na Constituição, para aqueles que, no âmago da selva, embora não estivessem sob o estridor da metralha, colaboravam nas forças de retaguarda para que as tropas brasileiras pudessem avançar e, galgando as serranias, os montes da Itália, viessem a colaborar para que a Bandeira deste País fosse fincada no topo do morro e ali tremulasse como um atestado de que esta Pátria, formada por povos de todas as raças e de todas as origens, afir-

masse cada vez mais, pela bravura, pelo esforço e pela capacidade de seus filhos. Presta-se, ao ensejo do discurso de V. Exª, especial homenagem aos "soldados da borracha", alguns dos quais pobres, miseráveis, encanecidos, que precisam ser assistidos cada vez mais, para que tenham a recompensa adequada pelo seu esforço e pela sua luta na grande batalha brasileira.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Muito obrigado, Senador Aureo Mello, pelo aparte de V. Exª

Senhores Senadores da República, estamos num dia de comemoração muito especial, muito diferenciada. Raramente tenho visto esta galeria como a vejo, hoje, e devemos ter o orgulho de representar os nossos Estados num plenário que se vê respeitado e, ao mesmo tempo, tributa, com a maior comoção, mais que a homenagem, o respeito; mais que o respeito, a devoção àqueles que, com tanto risco da própria vida, correspondendo ao seu juramento, quando fizeram o ingresso na vida militar, lutaram para que a Humanidade fosse um pouco melhor e para que não estivéssemos hoje sob o suposto e temido regime hitlerista de mil anos de conquista.

Eu imagino, Sr. Presidente, a comoção dessas pessoas, desses combatentes, desses veteranos, quando se lembram no dia de hoje, há 44 anos, aquilo que sentiram nas terras distantes; imagino quando os canhões silenciaram, as metralhadoras foram postas de lado, os fuzis foram baixados, os aviões pousaram e foram para os seus hangares recolhidos; imagino a comoção desses homens pensando, já agora, na volta ao seu País, na chegada ao Brasil.

O eminente Senador Octávio Mangabeira, e creio que Nelson Carneiro foi testemunha do fato, ao saudar a presença no Brasil do General Eisenhower, beijou-lhe as mãos ao término do discurso; gesto absolutamente inédito e considerado por muitos como fora de propósito. Hoje, o Senador Pompeu de Sousa, cearense-brasiliense, representando Brasília neste Senado, beijou a mão de todas as senhoras que aí se encontram. Talvez fosse o fecho do meu discurso e devesse fazê-lo também, mas eu prefiro, Sr. Presidente, neste instante em que encerro a missão que V. Exª me cometeu, dizer que estes homens, acima de tudo, confirmaram a nobreza e a grandeza daquele juramento militar, que diz: "jamais desembainhe a espada sem razão e nunca a embainhe sem honra". Eles tiveram razão e preservaram a honra do Brasil. (Muito bem! Palmas prolongadas. O orador é efusivamente cumprimentado.)

**O SR. PRESIDENTE** (Nelson Carneiro) — O Senado Federal, pela palavra do eminente Senador Jarbas Passarinho, já traduziu o sentimento de todo o Poder Legislativo. E, a essa palavra brilhante do ilustre Representante do Pará, se somaram outros depoimentos que enriquecerão os Anais da Casa.

Ao agradecer a presença desses combatentes da democracia, hoje encanecidos, e daqueles que lembram os que já não estão entre

nós, a Mesa recorda que a Assembléia Nacional Constituinte atendeu unanimemente ao seu apelo, e lhes assegurou direitos que lhes tinham sido negados até então.

Neste momento, esta Presidência espera que o que está escrito na Constituição seja, afinal, cumprido. E os que hoje aqui comparecem e os que não puderam comparecer recebam da Nação a gratidão e o testemunho que merecem. E nunca mais sejamos nós, os brasileiros, convocados para lutar em outras terras em defesa dos ideais da liberdade.

Confio e espero que o Poder Executivo torne realidade o reconhecimento nacional, expresso na Constituição de 1988. Chegou a hora de fazer justiça aos que lutaram pelo novo Brasil, pelo Brasil da democracia e da liberdade. (Palmas.)

#### COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Mário Maia — Carlos D'Carli — Aureo Mello — Almir Gabriel — Jarbas Passarinho — Carlos Patrocínio — João Castelo — Hugo Napoleão — Afonso Sancho — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benevides — Marcondes Gadelha — Raimundo Lira — Marco Maciel — Ney Maranhão — Nelson Carneiro — Ronan Tito — Fernando Henrique Cardoso — Maurício Corrêa — Meira Filho — Márcio Lacerda — Mendes Canale — Jorge Bornhausen — Nelson Wedekin — José Paulo Bisol.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)

— Em sessão anterior foi lido o Requerimento nº 234, de 1989, de autoria do nobre Senador Lourenberg Nunes Rocha e outros Srs. Senadores, solicitando, nos termos regimentais, a prorrogação do prazo, por 60 dias, da Comissão Especial destinada a apresentar proposição legislativa regulando a competência privativa do Senado Federal disposta no art. 52, incisos V, VII, VIII e IX da Constituição Federal. O requerimento deixou de ser votado naquela oportunidade por falta de *quorum*.

Passa-se, portanto, à votação do requerimento.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do plenário.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)

— Em sessão anterior, foi lido o Requerimento nº 235, de 1989, de autoria do nobre Senador Fernando Henrique Cardoso e outros Srs. Senadores, solicitando, nos termos regimentais, a prorrogação do prazo, por 60 dias, da Comissão Especial destinada a examinar a questão da dívida externa brasileira e avaliar as razões que levaram o Governo brasileiro a suspender o pagamento dos encargos financeiros dela decorrentes, no plano externo e interno.

O requerimento deixou de ser votado, naquela oportunidade, por falta de *quorum*.

Passa-se, portanto, à votação do requerimento.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do plenário.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)

— Em sessão anterior foi lido o Requerimento nº 236, de 1989, de autoria do nobre Senador Carlos Alberto e outros Srs. Senadores, nos seguintes termos:

"Solicitamos, nos termos regimentais, a prorrogação do prazo, por 60 dias, da Comissão Especial do Senado Federal, destinada a estudar a questão das perdas salariais dos trabalhadores e servidores públicos ocorridas nos 10 anos por força de diversas metodologias e políticas de reajustes salariais adotadas."

O requerimento deixou de ser votado naquela oportunidade por falta de *quorum*.

Passa-se à votação do requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do plenário.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)

— Passa-se à

### ORDEM DO DIA

#### Item 1:

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei do DF nº 5, de 1988, que dispõe sobre o vencimentos dos conselheiros, auditores e membros do Ministério Público do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Parte vetada: art. 4º

O Sr. Mauro Benevides — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)

— Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

#### O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB —

CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, requeiro a V. Exª o adiamento da votação do Item 1, pelas razões tantas vezes invocadas, agora com mais oportunidade, porque, como o previsto, amanhã o Congresso Nacional deverá estar decidindo conclusivamente sobre esta matéria.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)

— Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com o pedido de adiamento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, fica adiada a apreciação da matéria.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)

— Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

#### O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB —

CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, já tive o oportunidade de abordar, nesta mesma tribuna, o angustiante drama vivido por milhares de cearenses, adiante do rigor do

inverno de 89, atingindo cruelmente inúmeras cidades, notadamente as que se situam na região jaguaribana.

Embora destacando o enorme esforço assistencial levado a efeito pelo Governo Tasso Jereissati, encarei o indispensável apoio do Poder Central, através, notadamente, do Ministério do Interior, com os órgãos a ele vinculados, como a SUDENE e a LBA.

Se é certo que, a ação conjugada dos Executivos Federal e Estadual tem-se feito sentir nas áreas mais seriamente alcançadas pela calamidade, os danos ampliam-se assustadoramente, representados pelo desabrigo de famílias, a derrubada de moradias, a devastação das plantações e a carência inevitável de alimentos.

Ontem, a televisão exibiu, para conhecimento da opinião pública nacional, uma das cidades mais inundadas — no caso *Itaíba* — espelhando um quadro pungente, que deve ter sensibilizado o coração de quantos assistiram ao noticioso da TV Globo.

Ao deixar Fortaleza, ontem, constatei a preocupação do Governador Tasso Jereissati e das lideranças políticas, empresariais e comunitárias — todas desejosas de ver superadas as imensas dificuldades que atormentam o Estado e parte ponderável de sua população.

Cogita-se, inclusive, de proporcionar aos agricultores, tão logo baixem mais acentuadamente as águas do rio Jaguaribe, nova oportunidade de plantio, através da distribuição de sementes de feijão, milho e algodão, numa tentativa de recuperação parcial daquelas culturas.

Por outro lado, já sugeri ao Presidente do BNB, Dr. José Pereira e Silva, a abertura de crédito emergencial para os produtores prejudicados pelas enchentes, a exemplo do que já ocorreu em oportunidades semelhantes.

Nos relatórios do Grupo de Defesa Civil, registra-se a constante solicitação de gêneros alimentícios, bem assim de ajudas para a próxima recuperação das casas destruídas, numa tarefa de reconstrução que exigirá o dispêndio de recursos apreciáveis.

Ao próprio Ministro João Alves, que percorreu a zona mais afetada, fiz um relato minucioso das reivindicações, reenfatizando a necessidade de o Governo Federal continuar emprestando o seu apoio às vítimas da intempérie.

É de esperar, também, que a própria solidariedade dos brasileiros seja despertada espontaneamente, gerando um movimento de maior ressonância, com a participação da sociedade no socorro às famílias desabrigadas.

O Sr. Afonso Sancho — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES — Concedo o aparte ao nobre Senador Afonso Sancho.

O Sr. Afonso Sancho — Pela segunda vez, V. Exª traz este assunto ao plenário do Senado Federal, porque, realmente, trata-se de um assunto muito importante. Infelizmente, nobre Senador Mauro Benevides — e nisto não vai nenhum desejo de oposição ao gover-

nador Tasso Jereissati — infelizmente, diga-se de passagem, o tratamento que está sendo dado a essa situação, que já ocorreu em outras épocas, não tem sido aquele que o povo cearense está acostumado a assistir. Faço, daqui, um apelo para que o Governador Tasso Jereissati arregace as mangas e faça o atendimento necessário àqueles nossos conterrâneos que estão sofrendo as agruras do excesso de chuva. Conforme sabe V. Ex<sup>a</sup>, ao Ceará foram alguns ministros, e não por trabalho feito pelo governador, e sim pela bancada, tendo à frente o Presidente da Câmara Paes de Andrade. O meu desejo coincide com o de V. Ex<sup>a</sup>, mas esse trabalho tem que ter um comandante e este não pode deixar de ser o governador, já solicitando dos Ministros, aqueles auxílios que outros estados estão recebendo, já solicitando do setor financeiro do governo os empréstimos de emergência — como V. Ex<sup>a</sup> bem citou — e já solicitou do Banco do Nordeste; já solicitando outras providências que precisem ser tomadas, porque o que está ocorrendo não é passageiro, vai continuar. Então, há necessidade de uma persistência do governo do estado no trato deste assunto, que é muito importante e não deve ser tratado, assim, *en passant*, como está sendo feito no Ceará e como pude sentir, tanto através de amigos com quem conversei como através de informações na redação do jornal. Senador Mauro Benevides, me congratulo com V. Ex<sup>a</sup> pela sua preocupação, pela sua insistência, no sentido de que sejam atendidos os nossos conterrâneos, especialmente no Baixo Jaguaribe. Era este o aparte que eu gostaria de dar a V. Ex<sup>a</sup> neste momento.

**O SR. MAURO BENEVIDES** — Muito grato a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Afonso Sancho, que, tendo retornado do Ceará, oferece a esta Casa o testemunho de quanto é grave e dramático o quadro vivido ali por cerca de 100 mil coestaduanos nossos, que foram cruelmente atingidos pela avalanche das águas no inverno de 1989.

Eu diria, porém, a V. Ex<sup>a</sup> que, desde o primeiro momento, o Governador Tasso Jereissati tem-se empenhado, percorrendo de aviões, de helicóptero, as zonas inundadas, descendo naqueles pontos considerados realmente nevralgicos, e diligenciando, com a sua ação dinâmica e proficiente, a assistência àqueles que foram castigados pela intemperie das quedas pluviométricas deste ano.

Veja V. Ex<sup>a</sup> que todas as forças vivas estão mobilizadas pelo governo. A própria primeira dama do estado também se engajou nessa luta: ela própria, ocupando os canais de televisão, para apelar a todos os segmentos da sociedade cearense no sentido de que colaborem para minorar o sofrimento dos nossos irmãos.

Tenho certeza de que o Governador Tasso Jereissati, longe de ficar omissos, tem sido presente, reclamando do governo federal essa conjugação de esforços que, no pronunciamento de hoje, fiz questão de considerar como imprescindível, indispensável mesmo, para que o governo estadual e o governo federal, de mãos dadas, possam socorrer a todos os

cearenses que neste momento estão alcançados pelo rigor do inverno de 1989.

Fica, portanto, aqui, Sr. Presidente, Senador Pompeu de Sousa, o nosso apelo, já agora endossado pelo Senador José Afonso Sancho, no sentido de que o governo federal acuda o Executivo do estado, compareça, através dos órgãos de mais expressão — a Sudene, a LBA, enfim, o Ministério do Interior — e haja uma mobilização de forças para socorrer os cearenses em mais esta dolorosa calamidade que estamos a enfrentar no estado.

Com estas considerações, Sr. Presidente, clamo em favor dos 100 mil conterrâneos, a braços com a avalanche das águas desde abril do corrente ano.

É o apelo veemente e patético que transmito da tribuna do Senado Federal!  
(Muito bem!)

*(Durante o discurso do Sr. Senador Mauro Benevides o Sr. Senador Nelson Carneiro, Presidente deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Senador Pompeu de Sousa, 3º Secretário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco.

**O Sr. Itamar Franco** ( — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, há 100 anos no dia 22 de abril, nascia, no Rio de Janeiro, uma das figuras mais importantes no campo da tecnologia avançada do Brasil: o Almirante Álvaro Alberto. Retomemos um pouco no tempo para que possamos narrar algumas passagens da vida deste grande brasileiro.

Aos 16 anos, ingressou na Escola Naval e, graças à sua aplicação aos estudos durante o curso, conseguiu conquistar o prêmio Grehnigh. Formou-se Guarda-Marinha em 1909. Desde cedo, seus dotes científicos ficaram patentes e, em 1916, aos 27 anos, foi nomeado professor de química e explosivos do corpo docente da Escola, que, poucos anos atrás, havia frequentado na condição de aluno.

Rapidamente, seu renome extrapolou os limites do âmbito naval, sendo em 1921, eleito membro titular da Academia Brasileira de Ciências, onde, sucessivamente, exerceu os cargos de secretário, secretário-geral, vice-presidente e, por dois períodos, presidente.

Incansável na busca do saber, Álvaro Alberto produziu um grande número de inventos, trabalhos experimentais e monografias especializadas nos campos da física e da química. Em sua luta para que o País alcançasse estágios tecnológicos mais avançados, fundou a Sociedade Brasileira de Química, da qual foi também presidente e participou da criação da Escola Nacional de Química. Valendo-se de sua condição de representante do Brasil na União Internacional de Química Pura e Aplicada e devido a muito esforço, conseguiu que o Brasil sediasse, em 1937, o III Congresso Sul-Americano de Química.

Com o término da Segunda Guerra Mundial, em 1946, o então Capitão-de-Mar-e-Guerra Álvaro Alberto foi designado representante do

Brasil na Comissão de Energia Atômica da Organização das Nações Unidas. No curso de 1947, surgiu a tentativa de controle das reservas minerais radioativas, proposta pela delegação dos Estados Unidos no âmbito da referida comissão; foi o chamado Plano Baruch. O objetivo era estabelecer uma supervisão internacional em todos os países produtores de minerais atômicos e sobre o uso da energia atômica, tudo em nome da segurança mundial.

Na defesa de nossos interesses, Álvaro Alberto levantou a questão das compensações, ou seja, preço remunerador, cotas preferenciais de energia, instalação em território nacional de reatores primários de combustíveis (urânio 233 e plutônio) e reatores secundários para produzir eletricidade. As discussões, na comissão, estenderam-se até 1948, quando, devido a um impasse entre seus membros, o plano foi abandonado.

Em 1949, as posições antagônicas, entre o Conselho de Segurança Nacional e o Itamaraty, eram demais visíveis, pois o primeiro queria impor condicionamentos à exportação de minérios, para obter, em troca, compensações que viabilizassem a execução de um programa nuclear; e o segundo buscava, em Washington, outras vantagens de natureza político-econômica. Foi então que o Presidente Dutra compreendeu que era chegado o momento para a definição de uma política nuclear. O Almirante Álvaro Alberto foi então convocado para estudar e propor medidas. Seu trabalho resultou na apresentação de anteprojeto de lei que, enviado ao Congresso, se transformou na Lei nº 1.310. Tal lei caracteriza-se fundamentalmente pelo monopólio estatal na exploração de minérios radioativos e pela criação do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), que, mais tarde, desempenharia importante papel na política nuclear brasileira. Em 1951, foi implantado o CNPq, tendo sido o almirante Álvaro Alberto nomeado seu presidente. Neste mesmo ano, com a colaboração do Conselho de Segurança Nacional e do Emfpa o CNPq consegue formular uma nova política com base em dois princípios, quais sejam:

- 1 — as compensações específicas; e
- 2 — a liberdade de relações com outros povos.

Entretanto, em 1952, o Ministério das Relações Exteriores assina um acordo de exportação de monazita e óxido do tório para os Estados Unidos, sem levar em consideração as compensações estabelecidas pelo CNPq. Como estava previsto, os americanos não cumpriram sua parte no acordo, então o CSN solicitou ao Almirante Álvaro Alberto um relatório e, com base nele, surgiu uma nova política nuclear no Brasil, adotada pelo Presidente Getúlio Vargas.

A participação do almirante foi fundamental pois graças a ele foram adotadas os seguintes pontos que norteariam a política nacional do setor de energia atômica, a saber:

- 1 — completo ciclo de mineração, com recurso à tecnologia norte-americana ou francesa;

2 — tratamento químico dos minérios nucleares, com tecnologia francesa;

3 — metalurgia de urânio nuclearmente puro, com tecnologia e indústria francesas;

4 — produção de urânio enriquecido, com tecnologia e indústria alemãs;

5 — reatores atômicos para fins de pesquisa, bem como produção de energia, com recurso à tecnologia americana e alemã;

6 — ampliação das equipes de cientistas e tecnólogos, considerado problema fundamental e cuja prioridade sobrelevava os demais, com o apoio dos meios científicos e tecnológicos dos Estados Unidos, França, Itália, Inglaterra, Alemanha, Suíça, Escandinávia, Holanda, Canadá, Índia e Japão.

Sob a presidência de Álvaro Alberto no CNPq foram fundados: o Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa), em 1952; o Instituto Brasileiro Bibliográfico e de Documentação (IBBD), em 1954; o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, em 1952; e a Comissão de Energia Atômica em 1955.

Além disso, cabe ressaltar que foi o Almirante Álvaro Alberto quem primeiro propôs que o Brasil deveria procurar chegar ao enriquecimento do urânio pelo processo da ultracentrifugação, tendo inclusive dado os primeiros passos nesta direção. E apesar do Governo Federal não ter levado em consideração suas proposições, a Marinha brasileira o fez a partir de 1979, alcançando com êxito o domínio do ciclo do combustível nuclear.

Hoje estamos aqui para prestar nossas homenagens a este grande brasileiro e que seu exemplo nos sirva de paradigma para que possamos construir um Brasil melhor e aprendamos a lutar mais pelo que é nosso assim como ele o fez. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA** (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o jornalista Gilberto Guimarães, secretário da Ordem dos Velhos Jornalistas, faleceu aos 77 anos de idade, depois de muitos anos de intensas atividades profissionais no *A Tarde*, no *Imparcial*, e no *Diário de Notícias*, prestigiosos órgãos da imprensa baiana e, posteriormente, em *O Globo*, no Rio de Janeiro, onde se fixou durante quase 40 anos.

No Rio de Janeiro, Gilberto Guimarães, além de jornalista, desempenhou o cargo de Chefe do Cerimonial da Assembleia Legislativa.

Nascido em Alogoinhas, na Bahia, Gilberto Guimarães era um dos meus amigos de infância, amizade fortalecida no Rio de Janeiro, quando exerci o mandato de deputado federal, circunstância que me proporcionou a oportunidade de freqüentes encontros com esse inesquecível, culto e excelente amigo. Ainda hoje, lêem-se com proveitos e alegria, as crônicas publicadas pelo *A Tarde*, de Salvador, na sua festejada coluna que era muito lida e comentada.

Escritor primoroso, publicou o livro "Castro Alves nas ruas do Rio", resultado de vários anos de pesquisas, publicado em 1979.

Os dois últimos anos de sua existência passou-os, Gilberto Guimarães, em Salvador, onde foi sepultado.

Ao fazer este sucinto registro, associo-me à tristeza e à saudade dos seus familiares e amigos, dentre os quais, me incluo.

Eram estas as breves considerações que eu desejava fazer nesta oportunidade, lamentando o desaparecimento de um velho amigo e jornalista que soube dignificar a sua profissão e a terra em que nasceu. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Wedekin.

**O SR. NELSON WEDEKIN** (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, passo a ler, para que conste dos Anais do Senado Federal, a nota de esclarecimento emitida pela Coger:

#### Nota de Esclarecimento

A corporação gerencial da Telesc (Coger) organismo que congrega os gerentes da empresa, preocupada com as freqüentes mudanças que vêm ocorrendo no seu nível diretivo por injunções estranhas à organização, traz ao conhecimento da comunidade catarinense que, em negociação atualmente em curso, cogitam de promover, mais uma vez alterações na diretoria da Telesc.

Todos sabem que estas alterações entempestivas sem qualquer justificativa de ordem administrativa, não trazem benefícios à empresa ou à comunidade catarinense. Ao contrário, apenas tumultuam e entravam o processo organizacional, atrasando conseqüentemente os compromissos que a empresa tem perante a sociedade.

Estes entraves já se materializaram em problemas de congestionamento do sistema, baixo atendimento da demanda e queda acentuada na qualidade dos serviços, após sucessivos processos de troca no comando da organização.

Qualquer mudança no corpo diretivo nos levará fatalmente à situação anteriormente vivida, principalmente neste momento em que a empresa encontra-se em processo de recuperação técnico-operacional e estabilidade econômico-financeira.

Entendendo a Coger que os interesses da comunidade devem estar acima das negociações de ordem político-partidárias, vem a público repudiar o loteamento de cargos na empresa, sob esta ótica.

Contando com o apoio da comunidade usuária dos serviços de telecomunicações, conchama as pessoas e instituições que estejam vivamente interessadas na preservação da instituição — Telesc — a se manifestarem junto às autoridades competentes, no sentido de que os man-

datos estatutariamente ocupados sejam respeitados.

Florianópolis, 5 de maio de 1989. — Coger.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** Pompeu de Sousa) — Não há mais oradores inscritos.

nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

## ORDEM DO DIA

### — 1 —

#### Veto Parcial

PROJETO DE LEI DO DF  
Nº 5, DE 1988

(Art. 4º, *in fine*, da Resolução  
nº 157, de 1988)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei do DF nº 5, de 1988, que dispõe sobre os vencimentos dos conselheiros, auditores e membros do Ministério Público do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

**Parte Vetada:** art. 4º

### — 2 —

PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 28, DE 1987

(EM REGIME DE URGÊNCIA — ART. 371,  
c DO REGIMENTO INTERNO)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 28, de 1987, de autoria do Senador Jamil Haddad, que define o crime de tortura e dá outras providências, tendo

**PARECER**, sob nº 15, de 1989, da Comissão — **de Constituição, Justiça e Cidadania**, favorável ao projeto com emenda que apresenta de nº 1 — CCJ.

(Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Emenda nº 2, de plenário.)

### — 3 —

REQUERIMENTO Nº 200, DE 1989

Votação, em turno único, do Requerimento nº 200, de 1989, de autoria do Senador Roberto Campos, solicitando, nos termos regimentais, informações ao presidente do Tribunal de Contas da União sobre os balanços da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro — Lloydbrás, nos últimos cinco anos, acompanhadas dos respectivos pareceres das auditorias que os examinaram.

### — 4 —

REQUERIMENTO Nº 217, DE 1989

Votação, em turno único, do Requerimento nº 217, de 1989, do Senador Cid Sabóia de Carvalho, solicitando tramitação conjunta para os Projetos de Lei do Senado nº 102, de 1988 — Complementar, de sua autoria, 27, de 1989, do Senador Jarbas Passarinho, 88 e 92, de 1989 — Complementar, do Senador João Meneses, regulamentando o direito de greve.



— 5 —

**Redação Final****PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 15, DE 1985**

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão Diretora em seu Parecer nº 26, de 1989), do Projeto de Lei Câmara nº 15 de 1985 (nº 4.248-80, na Casa de origem), que institui a Cademeta de Controle do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e dá outras providências.

— 6 —

**Redação Final****EMENDA DO SENADO AO PROJETO  
DE LEI DA CÂMARA  
Nº 17, DE 1986**

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão Diretora em seu Parecer nº 27, de 1989), da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 1986 (nº 6.692-85, na Casa de origem), que dispõe sobre as unidades orgânicas das indústrias gráficas na administração federal e dá outras providências.

**O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)**

— Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 30 minutos)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR.  
AUREO MELLO NA SESSÃO DE  
26-4-89 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO  
DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POS-  
TERIORMENTE.****O SR. AUREO MELLO (PMDB — AM.**

Para questão de ordem.) — Sr. Presidente, ainda acho que o nobre Relator do nosso Regimento tem razão, e esse problema da hermenêutica, que está sendo interpretado pela Casa, me parece que o está de maneira que não condiz com o texto regimental. Entendo eu que quando fala "o requerente", no singular, ele se refer ao autor do requerimento em si, e não àqueles que o apóiam, embora exigindo-se o mínimo de três apoiantes e, estando presentes esses três apoiantes, não se configura o caso mesmo nessa hermenêutica, nessa interpretação, nessa exegese — da invalidade do requerimento que foi votado. Mas eu tenho a impressão — salvo o juízo dos doutos — de que se refere a um requerente só, ao requerente em si. E nós temos tido, inclusive, precedentes, nesta Casa, quando o autor do requerimento se retira e, imediatamente, se aplica aquele princípio latino do *sublata causa, tollitur effectus*, "removida a causa desaparece o efeito", e é como se não tivesse requerido. Não há implicação no grupo inteiro.

De maneira que, às vezes, *data venia*, se me afigura até como se fosse um sofisma essa interpretação que quer ser dada por esse mestre do Regimento, nosso querido Senador Jutahy Magalhães, de que terão que estar presentes todos os três. No meu modo de entender, é o requerente, no singular. E isso é confirmado depois no texto invocado pelo nobre

Senador Mário Maia. Ele se refere a um requerente, isto é, o requerente em si. Os outros são apoiadores. Agora, um mínimo de três e, os três, casualmente estavam presentes naquele momento.

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR.  
JOÃO MENEZES NA SESSÃO DE  
3-5-89 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO  
DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POS-  
TERIORMENTE.**

**O SR. JOÃO MENEZES (PFL — PA.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Wladimir Ilitch Lenine, disse o seguinte:

"Igualdade perante a vida não significa igualdade na vida. Não só perante a lei mas, também, na vida, a mulher trabalhadora tem que conquistar os mesmos direitos que os homens possuem."

A nossa Constituição, no seu art. 5º, I, diz o seguinte:

"Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I — homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição."

Ora, Sr. Presidente e Srs. Senadores, está hoje estabelecida, na Constituição, uma luta pela qual durante muito tempo nos empenhamos, que era aquela de conseguir fazer com que inexistisse essa diferenciação odiosa entre homens e mulheres em nosso País.

Tivemos há alguns anos, a idéia de criar "O Dia Nacional da Mulher", e apresentamos o projeto que foi transformado na Lei nº 6.791, de 9 de julho de 1980. Devo dizer que a luta foi árdua. Na oportunidade, na Câmara dos Deputados, sofremos o maior combate, porque se dizia que era mais um dia de comemoração que se criava no País, quando nunca foi esta a nossa intenção.

Quando pensamos e criamos "O Dia Nacional da Mulher", não foi para criar um dia de lazer, e sim um dia em que elas pudessem, em todo o território nacional, não com festas, discutir todos os assuntos que dizem respeito ao interesse da mulher como pessoa, em relação ao seu espírito, em relação à sua alma, em relação ao seu corpo. Foi essa a grande finalidade da apresentação da nossa lei e, se comemora, a cada dia 30 de abril, em todo o território nacional, "O Dia Nacional da Mulher".

Em todos os lugares, nos mais recônditos, fala-se e discute-se sobre o direito da mulher. E a mulher já conseguiu, em relação aos homens, uma posição ao sol e um direito que lhe está assegurado na própria Constituição.

Ano passado, estivemos no interior do Pará, num lugar chamado Marituba, onde fizemos uma grande reunião com mais de cem mulhe-

res e discutimos os seus direitos, os seus deveres, as suas obrigações, as suas facilidades e as suas dificuldades.

Não queremos e não desejamos, neste nosso pronunciamento, repetir aquela forma costumeira de falar na D. Jerônima Mesquita, a grande impulsionadora do direito da mulher. Não queremos falar em Berta Lutz, que, em 1922, criou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Tampouco falaremos em Juvenal Lamartine, que, em 1928, implantou o voto feminino — imaginem V.ª — no Rio Grande do Norte, antes da Revolução de 10. Não queremos falar na Dr.ª Rôny Medeiros da Fonseca, essa grande mulher que, com sua inteligência, vem há muitos anos mantendo e movimentando o Conselho Nacional das Mulheres do Brasil, que temos a honra de apresentar no Congresso Nacional. Não queremos, nesta oportunidade, levar à frente o problema das mulheres através do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que tem, como comandante, a Dr.ª Jacqueline Pitanguy, que, apesar das dificuldades enfrentadas no Ministério da Justiça, vem presidindo aquele Conselho; ampliando, aprofundando as informações sobre o conhecimento da realidade da condição feminina, levando à mulher à situações condizentes, à uma condição de vida mais humana, sem violência, sem discriminação e, sobretudo, com muita dignidade.

Queremos nos referir à Teresa Barroso, que declarou:

"O papel da mulher, no mundo, moderno, não é de competição com o homem, em base de uma igualdade impossível, mas o de plena integração consigo mesma, com a sua tipicidade genética, psicológica e cultural, que a faz ímpar e insubstituível nas funções que lhe cabe desempenhar na relação humana."

Assim, queremos sair do diapasão comum de defesa dos direitos legais da mulher de igualdade com os homens, da disputa de posições em diversos assuntos onde as mulheres estão correlatadas com os homens.

Nós examinamos os saltos que têm dado as mulheres, ocupando os mais altos cargos no Legislativo, no Executivo ou no Judiciário.

Vamos tratar, hoje, em comemoração ao "Dia Nacional da Mulher", de um assunto que lhe diz respeito como pessoa física, no seu próprio relacionamento como pessoa humana.

Tem-se lutado muito pelos direitos da mulher, mas o importante é cuidar de sua saúde, do direito sobre o seu próprio corpo e das demais consequências. O direito da mulher, em todos os campos, é debatido e não se consegue chegar à realidade. A mulher concorre com o homem, em igualdade de condições, em quase todos os setores da vida pública. Mas há um ponto crucial que precisamos, dentro das comemorações do "Dia Nacional da Mulher", trazer a público, que é o que diz respeito à saúde, que é da maior importância; mais importante, talvez, do que a disputa pelos lugares, do que a disputa pelas posições, do



que a disputa já vencida na igualdade do direito da pessoa humana.

Um dos pontos fundamentais que hoje queremos formular e declarar é aquele que diz respeito à saúde da mulher, porque o direito da mulher em disputa com o homem já está ficando cediço, porque já alcançou e até ultrapassou, em vários setores, a capacidade do homem.

Queremos tratar de um ponto fundamental que está sempre encoberto e escondido, que diz respeito à saúde da mulher. Este será hoje, e daqui por diante, a nossa luta, como foi nossa luta a defesa da igualdade do direito da mulher. Daqui para adiante será a luta em defesa da saúde da mulher, porque sem isto não podemos progredir, e o País não poderá esperar melhores horizontes.

Queremos dizer que a mulher, entre 15 e 49 anos, tem os maiores problemas, que se referem à sua vida sexual e à vida reprodutiva. Esses problemas estão escondidos, estão debaixo de um mosquito que temos de tirar e trazer para onde o debate da opinião pública, como trouxemos, da mesma forma, a disputa do direito da mulher em relação ao homem.

Assim, vemos que as mortes obstétricas da mulher podem ser diretas ou indiretas. São diretas quando há complicações na gravidez, no parto e no puerpério, e são indiretas quando existem doenças anteriores ou que se desenvolvem durante a gravidez.

Este é um assunto crucial e da maior importância. Como índice, se temos para cada grupo de 10 mil mulheres 10 mortes, o índice é tido como baixo; se temos para cada 10 mil mulheres 10 a 20 mortes, o índice é moderado; se temos acima de 20 mortes, o índice é considerado alto. Todos esses dados foram retirados da Organização Mundial de Saúde, das Nações Unidas.

Podemos ver, através de percentual, a mortalidade materna por 100 mil nascidos vivos, verificamos que o Brasil se apresenta com um dos mais altos índices: tem 100 mulheres sacrificadas por 100 mil nascidos vivos. Mais do que o Brasil só temos o Equador, o Paraguai, a Bolívia. O Canadá tem 6; Estados Unidos tem 10; Porto Rico 8; Cuba 40 e por aí afora. Vejam como é alto o nosso índice de mortalidade. É um problema que precisa ser discutido e enfrentado com seriedade, se é que queremos cuidar realmente dos grandes problemas brasileiros.

Temos, por exemplo, outro dado assombroso: é óbito das mulheres ocasionado nos partos ou por complicações dele advindas. Este assunto está escondido, ninguém fala, ninguém discute. Não é só o direito da mulher que queremos igual ao do homem. Queremos que seja saudável, queremos proteger a mulher. O governo, os homens e a sociedade têm obrigação de protegê-la.

Vemos, por exemplo, o número de óbitos estimados por complicações da gravidez do parto e do puerpério. No Norte, temos 701 mortes representando 14,7%; no Nordeste, temos 1.643, representando 7,1%; no Sudeste, temos 877; no Sul, 369; no Centro-Oeste,

2.274, totalizando no Brasil, 3.864 mulheres sacrificadas pelo parto e pelo puerpério.

Em relação às demais causas, temos mais 66.215 mulheres sacrificadas, o que nos dá um total de 70.079 mulheres sacrificadas.

Nisso ninguém fala. A bandeira da saúde das mulheres iremos desfaldar, de hoje em diante, tendo como marco "O Dia Nacional da Mulher". Este fato é da maior importância e da maior gravidade.

**O Sr. Mário Maia** — Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOÃO MENEZES** — Muito me honra o aparte de V. Ex.<sup>a</sup>

**O Sr. Mário Maia** — Nobre Senador João Menezes, interfiro no seu discurso em nome do meu Partido, o PDT, e também do PDS, a pedido do nobre Líder Senador Jarbas Passarinho, que pede que a manifestação seja em nome dos pequenos partidos, neste momento em que V. Ex.<sup>a</sup> fala de "O Dia Nacional da Mulher", que ocorreu exatamente no último domingo, dia 30, e que hoje esta sessão, nesta primeira hora, oferece a oportunidade para se falar desta que é a complementação da vida do ser humano, a outra metade da doce laranja da vida — a mulher. Nós queremos aqui hipotecar solidariedade às palavras justas, amáveis carinhosas e fraternas que V. Ex.<sup>a</sup> traz para exaltar o nome deste outro lado da vida tão significativo para a perpetuação da inteligência e da presença de Deus neste planeta, que é a culminância do ser vivo, da inteligência no planeta Terra. Na nossa concepção, não apenas filosófica, mas também científica da evolução dos seres humanos, temos a convicção de que a mulher é o ser vivo mais perfeito existente sobre a Terra, como obra da criação de Deus, porque ela é que carrega em sua natureza corporal, na sua natureza anatômica e fisiológica os percalços que se integram para fazer a reprodução da vida e da inteligência humana, inclusive a própria anatomia de seu corpo é mais evoluída do que a natureza anatômica do homem, posto que a sua intimidade, que é o estójo onde está alojado o esteio da vida está mais evoluído do que as particularidades anatômicas do homem. Neste momento, em nome do PDT, do PDS, e creio que dos pequenos partidos, congratulo-me com V. Ex.<sup>a</sup> quando presta homenagem à nossa companheira, à mulher, a todas as mulheres do Mundo, por que o que seria de nós, homens, se não existissem as mulheres na face da Terra. Muito obrigado.

**O SR. JOÃO MENEZES** — Eminente Senador, agradeço muito a V. Ex.<sup>a</sup> a intervenção, não só pela capacidade de senador, como também pela capacidade de médico e com sua veia de poeta.

Realmente, o que seria de nós, o que seria do Mundo se não fossem as mulheres, e o que seria do Mundo se não fossem os homens.

Estamos fugindo do diagrama da defesa do direito da mulher e passando frontalmente à defesa da saúde da mulher. E essa defesa se faz principalmente porque ela está sendo abandonada, ela não está sendo cuidada, ela

não está sendo olhada. Enquanto se discutem todos os outros assuntos, a saúde da mulher está relegada a segundo plano, conforme vimos nessas estatísticas arrasadoras que acabamos de demonstrar.

A par disso, temos outro ponto importante a examinar n' "O Dia Nacional da Mulher": é o que diz respeito à criança. Sem a criança, o que poderemos ter no futuro? Sem a criança, o que podemos fazer? Como as crianças podem crescer sem a creche? Não existem creches no País. Apesar do trabalho exaustivo da Legião Brasileira de Assistência, as creches estabelecidas ainda são ínfimas em relação aquilo de que necessitamos.

**O Sr. Ronan Tito** — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOÃO MENEZES** — Ouço o aparte do nobre Senador Ronan Tito.

**O Sr. Ronan Tito** — Nobre Senador João Menezes, V. Ex.<sup>a</sup>, em boa hora, requereu que o tempo destinado aos oradores do Expediente desta sessão fosse dedicado à comemoração d' "O Dia Nacional da Mulher", e V. Ex.<sup>a</sup> faz essa homenagem com proficiência, com competência e com sensibilidade. O PMDB associa-se a esta homenagem que V. Ex.<sup>a</sup> presta à mulher, e o faz destacando duas qualidades da mulher que nem sempre ressaltamos. Quase sempre, quando se fala da mulher, ressaltamos sua intuição e sua sensibilidade. Vou ressaltar, agora, duas qualidades inerentes à mulher e de que muitas vezes esquecemos: a coragem e a disposição para o trabalho. A mulher é sempre, e sem dúvida nenhuma, bem mais laboriosa do que o homem. O homem pode ter até arroubos de entusiasmo para o trabalho, mas a mulher tem o permanente entusiasmo e energia para o trabalho. É difícil assistirmos a uma mulher sentada em lazer numa casa. Ela trabalha permanentemente. Ressalto mais, neste momento, esta qualidade: a coragem da mulher. A mulher é coragem, essencialmente coragem. Podemos verificar, através de capítulos da História, em determinados momentos, a coragem da mulher. Aos pés da cruz de Cristo havia várias mulheres e um rapaz, dizem que imberbe, que talvez nem soubesse muito bem o que estava fazendo ali. Já na sua peregrinação para a cruz, Cristo foi acudido por uma mulher, Verônica, que lhe enxugou o rosto. Durante a História da humanidade, nas guerras temos várias para ressaltar — Joana D'Arc, Anita Garibaldi. Não quero falar, neste momento, das mulheres do passado, quero ressaltar agora as mulheres do presente: as mulheres brasileiras da anistia. Quando os homens se acovardaram, muitas vezes porque os seus filhos tinham sido presos, torturados, exilados, elas estavam à frente da luta, do trabalho representado por essa mulher brasileira — Tereza Zerbini, um encanto de mulher, pela sua coragem principalmente. Nós nos lembramos também de um episódio recente da História Universal, que é a presença da mulher na Plaza de Mayo, em Buenos Aires. "As locas de la Plaza de Mayo". Loucas, porque tinham a cora-

gem de naquele momento enfrentar os generais carrancudos e, chorando, clamarem pelos filhos e pelos maridos — 30 mil, que tinham desaparecido na guerra suja. De maneira que, a este discurso sério que V. Ex<sup>a</sup> faz, e muito merecido, de homenagem à mulher, aduzo essas duas virtudes que muitas vezes são esquecidas quando nos lembramos da mulher. Faço-o em nome do meu partido, e o faço curso que V. Ex<sup>a</sup> profere homenageando a mulher. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a oportunidade.

**O SR. JOÃO MENEZES** — Eminentíssimo Senador e nobre Líder Ronan Tito, ficamos muito gratos a V. Ex<sup>a</sup> pelo aparte, que enriquece o nosso pronunciamento, e traz, sobretudo, fatos da História, e traz também um pedaço de seu coração de mineiro que é sempre traduzido como base fundamental da família brasileira. Os mineiros são tidos como os donos das grandes famílias, a família mineira é tradicional e V. Ex<sup>a</sup>, quando comparece ao nosso discurso, nos dá esse alento da defesa daquilo que estamos procurando expor nesta hora marcante da vida brasileira.

A mulher é fundamental. Não adianta só termos escrito na Constituição esses dispositivos, dizendo que a mulher é igual ao homem, se não cuidarmos da saúde da mulher, se não dermos à mulher o condicionamento para que possa ter os seus filhos, para que possa cuidar da criança.

E a criança também está aqui defendida na Constituição, no art. 227, que diz:

**"É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão."**

Não basta estar escrito na Constituição. Tornar-se necessário que medidas se tomem a fim de que não continuem escondidos, debaixo dos panos esses problemas gravíssimos que afligem a saúde da mulher brasileira e, sobretudo, o condicionamento da criança.

Podemos verificar, por exemplo, que temos mais de 25 milhões de crianças de 0 a 6 anos das quais apenas 10% recebem algum tipo de assistência. Agora isso, são abandonadas, acompanham os homens ou as mulheres ao trabalho, ficando sem a mínima assistência necessária para sua formação, seu condicionamento, sua vida, sua saúde, sua educação, para que amanhã possam tornar-se os grandes defensores deste nosso imenso País.

A lei está aí, está aí o art. 227 da Constituição, mas o que temos feito? Onde estão as nossas creches para receber a criança da mulher que vai ao trabalho? Onde estão nossas creches para dar aleitamento, para dar condição de vida a esses milhares e milhares de compatriotas nossos que estão nascendo, estão dispersando, que estão na idade mínima e ficam, muitas vezes, abandonados na casa,

porque a mulher tem que ir para o trabalho, ou, então, ficam entregues em mãos de terceiros?

Esta é a realidade brasileira. E é dentro desta realidade que estamos aproveitando "O Dia Nacional da Mulher" para levantar mais esta bandeira de proteção à criança. O nascimento da criança, importa na existência de creches, para quem precisa.

É importante verificarmos o que ocorre em todos os países do mundo. Na França, por exemplo, já no final do século XVIII, eram criadas as *garderies*, para abrigar as crianças durante o período de trabalho das mães. Na Itália, em Turim, em 1827 foram fundados os *asili infantili*, semelhantes às *garderies*. Na Bélgica, no mesmo ano, surgiram as *écoles gardiennes*. Nos Estados Unidos, o atendimento às crianças em idade pré-escolar tornou-se uma preocupação crescente em meados do século passado. A primeira *day nursery* de que se tem notícia foi aberta em 1854, em Nova York, para atender os filhos dos trabalhadores pobres.

Verificamos que este assunto é cuidado como prioridade em na grande parte dos países do mundo. E por que nós, que somos um país de grande potencial, somos um país de gente de grande inteligência, de grande acuidade mental e de grande riquezas no solo e no nosso subsolo, não vamos preparar a mulher, não vamos preparar a criança para o dia de amanhã? Não entendem, não compreendem.

Não basta estar escrito na Constituição, e nada se fazer, é preciso que se realize o mínimo daquilo que se pode. Não adianta o homem do campo, não adianta o homem do subúrbio, não adianta o homem da favela ou a mulher do campo no subúrbio ou na favela ler esse artigo da Constituição, que lhe dá todos os direitos, se não pode valer-se deles, porque o Estado não tem condições de atendê-lo, em toda a sua plenitude!

É essa desigualdade, é esse desencontro, como outros problemas que estamos levantando desta tribuna do Senado, que esperamos vá ter a repercussão necessária no seio das associações de mulheres, para que elas continuem o trabalho que vêm executando, daqui por diante tendo como prioridade não só o cuidado da criança, o cuidado do menor, como o cuidado da saúde da própria mulher. Isso será fundamental para a nossa vida, e indispensável para o progresso do País.

**O SR. Ney Maranhão** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador João Menezes?

**O SR. JOÃO MENEZES** — Com prazer, ouço V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Ney Maranhão.

**O SR. Ney Maranhão** — Nobre Senador João Menezes, em nome do Partido Municipalista Brasileiro, congratulo-me com V. Ex<sup>a</sup> neste momento em que pediu essa sessão especial do Senado para homenagear a mulher. Todos sabemos que a mulher é nossa mãe, é o poder moderador, é quem aconselha. Como muito bem disse o Líder do PMDB, Senador Ronan Tito, a mulher é forte. Na His-

tória, temos o exemplo de Joana D'Arc; temos o exemplo, no Brasil, de Anita Garibaldi; temos o exemplo das mulheres de Tejucoapapo, na luta pela independência do nosso País, na Invasão Holandesa, em meu Estado de Pernambuco; temos a Ana Néri, temos agora, neste século uma Margaret Thatcher; temos a Primeira-Ministra, que foi assassinada na Índia, Indira Gandhi, e tantas outras mulheres provando a sua inteligência e a sua capacidade de dirigir os povos. Portanto, Senador João Menezes, ou me congratulo com V. Ex<sup>a</sup> e com todas as mulheres deste País, nesta data que ninguém pode esquecer. Parabéns, nobre Senador.

**O SR. JOÃO MENEZES** — Obrigado, nobre Senador Ney Maranhão. V. Ex<sup>a</sup> que é um homem do agreste, V. Ex<sup>a</sup> que conhece a dificuldade da mulher do Nordeste, alegre-me muito a sua interferência, porque temos certeza de que também vai, conosco, desfraldar essa bandeira, que é a do reconhecimento que precisa ser efetuado quanto à saúde da mulher e da criança, e não ficarmos a continuar nessa história, nessa luta de igualdade de direitos, pois isso as mulheres já conseguiram. A igualdade de direitos, em matéria jurídica, as mulheres já obtiveram e agora é só a disputa pela vida, para ver quem pode mais, a mulher ou o homem. Quanto à saúde da mulher, quanto à vida da criança, quanto à vida da pessoa que nasce, estamos ainda muito atrasados, e somente se pudermos reclamar, se pudermos levar aos diversos quadantes do País essa bandeira, é que iremos conseguir uma melhoria ao sofrimento, sobretudo daquela mulher que não tem recursos, nem inteligência, nem educação para cuidar da sua saúde da saúde de seus filhos. E por isso que esse dia é para mim da maior importância e da maior emoção, porque vimos acompanhando esse trabalho em defesa da mulher brasileira há muitos anos. Temos sofrido talvez pelo nosso ato impensado, talvez pelo nosso direito de querer acertar as maiores restrições, sobretudo em um Estado pequeno, como o meu, o Pará.

Lembro-me de alguns anos atrás, quando apresentei pela primeira vez uma emenda constitucional, a fim de permitir as mulheres participarem das Forças Armadas, o que sofri. E agora vejo, com alegria, as mulheres ingressarem na Marinha. Fui à formatura da primeira turma, 300 mulheres Oficiais, Sargentos da Marinha, no Rio de Janeiro. Que coisa bela! Tocou-me o coração e a alma! Como vejo as mulheres nas outras Forças Armadas, vejo as mulheres dirigindo o trânsito nas ruas, mas custou! Custou, mas não custou tanto quanto vai custar a nossa luta para fazermos com que os governantes, os políticos, enfim todos que se interessam pelo País, desfraldem a bandeira da defesa da saúde da mulher e da criança. Esta bandeira não pode ser esquecida, não pode ficar para trás, ela tem que ser vanguarda na nossa luta, tem que ser vanguarda na campanha que encetamos.

Quando falamos em mulher, verificamos que o amor é fundamental em tudo — como

já disse o Senador do PDT, falando em nome da Liderança e de outros pequenos Partidos. Sem o amor nada existe! Sem o amor a vida perde a graça, todo o encanto, perde toda a sutileza. Temos que amar as mulheres, amar as flores, amar o mundo, amar os cidadãos, amar o trabalho, amar a vida, e só assim poderemos trazer alegria para quem quer viver bem.

Mas, em se tratando ainda do "Dia Nacional da Mulher", há um grande objetivo que devemos alcançar: é aquele que diz respeito ao uso do corpo da mulher. Isto é fundamental. A luta é muito grande para se saber até onde a mulher pode usar o seu corpo. Este é o debate do século. É a luta da incompreensão ou da compreensão? Não sabemos. O fato é que a luta está aí e vai continuar. Esta é outra bandeira que será desfraldada pelas mulheres, que é aquela que diz respeito ao uso do seu corpo. Ela é que tem que determinar o que vai fazer com o seu corpo. É muito bom falarmos em amor, em carinho, mas os problemas aí estão. Os problemas surgem e, de repente, a mulher pergunta: "Como é, vou procriar? Vou ter filhos? Posso ou não ter filhos? A sociedade vai ou não aceitá-los? Não tenho condições financeiras para tê-los. O conglomerado, onde vivo, não os aceita". Tudo isso são problemas que precisamos debater, para que a mulher possa, na realidade, ser a dona do seu corpo e dar o destino que bem entender e como achar conveniente para a sua vida em sociedade.

**O Sr. Marcondes Gadelha** — Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOÃO MENEZES** — Com muita honra, eminente Líder.

**O Sr. Marcondes Gadelha** — Nobre Senador João Menezes, V. Ex.<sup>a</sup> presta uma homenagem ao "Dia Nacional da Mulher". Todos nós nos associamos aos seus conceitos, às palavras que V. Ex.<sup>a</sup> venha proferir e às opiniões expandidas. Tudo que se disser a respeito da mulher, no seu dia, em termos de louvação, de encorajamento, de apoio à luta da mulher pela sua afirmação ainda será pouco, nobre Senador. Mesmo porque um dia é pouco para homenagearmos a mulher. Acho que todo dia é dia da mulher — da mulher operária, da mulher mãe de família, da mulher educadora, da mulher mestra da vida. Todos os dias a mulher se doa por inteiro ao seu mister, mais do que humano. E V. Ex.<sup>a</sup> fez um levantamento de toda a luta emancipacionista da mulher, todo o empenho da mulher em uma sociedade que, historicamente, lhe tem sido adversa, tem-se esmerado em lhe negar direitos, até os dias atuais, em que, afinal de contas, ela encontrou o seu lugar na sociedade, a respeitabilidade que lhe é devida, o seu papel como sócia do homem na tarefa da mudança social, da mudança do nosso ambiente convival. Agora, nobre Senador, já ao final de seu discurso, V. Ex.<sup>a</sup> suscita um tema extremamente polêmico quando fala do direito que a mulher tem ao uso de seu próprio corpo como bem lhe aprouver. V. Ex.<sup>a</sup> tem razão. A mulher

tem o direito de escolher quando deve engravidar, a mulher tem o direito de determinar quantos filhos deve ter e o espaçamento entre os nascimentos. Esta é uma batalha já vencida contra todos os preconceitos, nobre Senador João Menezes, esta é uma luta onde o direito da mulher triunfou sobre o obscurantismo, sobre toda a forma de enfoque medieval da questão que, lamentavelmente, perdurou até muito recentemente. Quero crer que o seu raciocínio se encaminhava para outra direção, num campo onde V. Ex.<sup>a</sup> tem sido um dos campeões da causa que é o problema do aborto. E aí temos que colocar o problema em termos adequados, nobre Senador. Quando V. Ex.<sup>a</sup> diz que a mulher tem o direito de usar do seu corpo como lhe for conveniente, como lhe aprouver, V. Ex.<sup>a</sup> tem toda a razão, só não pode esquecer que quando se trata de aborto, a decisão também implica sobre o corpo de outrem e não apenas sobre o corpo da própria mulher, mas sobre o corpo de outro ser vivo, que lhe é consubstancial, que a ela está aderido e solidário, que lhe deve a vida e que lhe retribui, também, de alguma forma, que tem expectativa de direito que não lhe podem ser negados, também, sem qualquer defesa. Este é um tema extremamente delicado, ainda sujeito à controvérsia; um tema sobre o qual não temos em toda a humanidade um denominador comum, um ponto de vista uniforme, e mesmo sociedades que já avançaram muito neste terreno, neste momento, voltam a questionar. Há o caso, por exemplo, dos Estados Unidos, onde o aborto está novamente na ordem do dia. V. Ex.<sup>a</sup> deve ter visto pela mídia eletrônica passeatas enormes em frente à Corte Suprema, levantando de novo a questão do abortamento, num país onde se pensava que este tema já estava definido e absolutamente insusceptível de qualquer objeção. Volta com toda a força o tema do aborto nos Estados Unidos, e não apenas nos Estados Unidos, como também na Europa. Prova de que estamos certos, nós não temos, ainda, um ponto de vista definido, seja ele médico, seja ele filosófico, seja ele ético, seja moral, seja de que natureza for. Esta é, ainda, uma questão em aberto. Não podemos avançar, nobre Senador, sem tentar discernir para onde nos encaminha a ciência, para onde nos encaminham as modificações nos valores mais básicos da sociedade, para onde nos encaminha este direito absoluto e total para discernir não apenas sobre o corpo da mulher, como também sobre a vida que está no seu interior, forma de conspiração. Uma conspiração contra um ser absolutamente indefeso e, por isso mesmo, com este agravante: pai, mãe, enfermeira, médico, um conciliábulo se reúne para decidir a vida de um ser que não tem nenhum direito de defesa. Este é um ponto a refletir, nobre Senador João Menezes, com estas observações, para que não avancemos muito ainda neste ponto sem uma avaliação mais aprofundada, sem um acompanhamento sobre os novos questionamentos que, neste momento, afloram em todas as partes do mundo; não avançamos ainda demasiado neste terreno. Agora isto, tem V. Ex.<sup>a</sup> todos os ecônomos,

tudo o nosso louvor, todo o nosso aplauso por este pronunciamento fecundo, por este pronunciamento importante com que brinda o Senado Federal nesta tarde, em homenagem à mulher.

**O SR. JOÃO MENEZES** — Eminente líder, muito grato pelo aparte, que entrou num caminho no qual realmente não tínhamos chegado. Este tema é da maior importância, envolvendo o aborto. Estávamos falando no direito que a mulher deve ter sobre o corpo. E é esse direito que continuamos a defender aqui e esperamos que essa bandeira vá em frente, porque o amor é a base de tudo. E perguntamos: ter ou não ter filhos, como resultado do amor, é uma escolha que todas as pessoas adultas podem fazer? É a pergunta que fica no ar. É uma pergunta simples, que se pode fazer a qualquer momento, mas difícil de responder. É tão difícil de responder que V. Ex.<sup>a</sup>, eminente líder, como um dos médicos mais abalizados, pela sua cultura, pela sua inteligência, sabe que hoje a juventude anda com pílulas dentro da bolsa. As mulheres, em grande parte, estão ligando as trompas; os homens estão fazendo vasectomia. Outros processos são usados, como o Diu, sobretudo no interior brasileiro. Isso o que é? É a prova de que ou a mulher começa a ter o direito sobre o seu corpo, ou é a negação. Ficamos, filosoficamente, perguntando qual é o certo e qual é o errado. O fato é que isso existe, e negar que isso existe é querer enganar a Humanidade, é querer enganar o Mundo. O fato está presente.

Falou V. Ex.<sup>a</sup> em aborto. É, realmente, um assunto muito controvertido, pelo qual já sofri muito.

Imagine V. Ex.<sup>a</sup> o direito de a mulher ter o filho, se são feitos, clandestinamente, no País, quatro milhões de abortos por ano. Clandestinos! Clandestinos! Sou contra o aborto. E pergunto onde está o direito da mulher? Onde está o direito de a mulher escolher, de fazer aquilo que deseja, de ter ou não ter? É um assunto muito complicado, muito difícil. É por isso que aqui estamos usando um princípio que a mulher brasileira, nas suas reuniões, nas suas conferências, nas suas convenções, vem debatendo muito: o uso do direito do corpo. A mulher já está usando esse direito, e já está usando porque usa a pílula, quer dizer, ela usa a pílula porque acha que não pode usar, naquele momento, o direito da procriação, ela usa o Diu porque acha que o seu corpo não está em condições de ter filho naquela ocasião. Ela liga as trompas porque acha que não pode mais ter filhos pela condição social, econômica ou qualquer outra que seja. Então, é o problema que está aí. É o problema daquele direito que a mulher deve ter de usar o seu corpo.

Não quero entrar nesse outro aspecto que V. Ex.<sup>a</sup> levantou, porque, realmente, é um aspecto mundial. Já fiz palestras em Roma, já fiz palestras em Londres sobre este assunto e é, na verdade, por demais debatido, por demais inseguro e por demais incerto.

Realmente, não podemos saber o que é certo ou o que é incerto, o que é correto ou o que é incorreto, o que é bom ou o que é ruim quanto a este tema. O fato é que o assunto é polêmico e estamos em dificuldades.

É preciso que a mulher seja dona do seu corpo; que a mulher possa usá-lo, porque é seu; possa transportá-lo, porque é seu; possa, em todas as circunstâncias, fazer o que realmente julga que é melhor. Não quer dizer que vá fazer aborto, porque, quando ela usa esses outros métodos, que V. Ex.<sup>a</sup>, como médico, conhece, já está usando um direito que ela pensa que lhe cabe; ela está usando já de uma forma de garantir o uso do seu corpo, porque, se ela não quisesse garantir o seu corpo, ela não usaria esses métodos, esses princípios que estão por aí a fora e que são públicos e espalhados em todo o território nacional: a Capital, no interior, nos vilarejos e em qualquer outro lugar.

Portanto, "O Dia Nacional da Mulher", o dia da mulher brasileira, levantamos esta tese. Não é mais o direito de igualdade, porque este já o tem; não é igual ao direito de disputa.

Levantamos aqui o direito que a mulher tem de exigir do Estado métodos para conservar a sua saúde, o direito que tem de exigir do Estado métodos para criar os seus filhos, métodos para proteger a sua família.

É isso que estamos debatendo neste momento; é esta bandeira que queremos deixar fincada no Senado, na certeza de que encontraremos a repercussão e encontraremos seguidores, porque todos sabem, não estamos dizendo nenhuma novidade, estamos apenas falando de fatos que estão escondidos, que não se tocam, que **on ne passe pas**, como dizem os franceses, mas são fatos que nos estão atordoando, que nos estão incomodando, que precisamos trazer à tona, em lugar de estarmos discutindo coisas que não interessam em nada ao País, em nada à melhoria da nossa raça e de nossas melhores condições de vida.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, quero fazer um pequeno parêntese, para deixar registrada mais uma conquista das mulheres. Hoje é "O Dia dos Taquígrafos". Queremos deixar também expresso o nosso Braço e a nossa felicitação a todas as taquígrafas do Brasil, a começar pelo Congresso, porque foi um lugar que elas conquistaram já na disputa da igualdade de direito, que conquistaram na luta, da mesma forma com que vamos conquistar o direito pela saúde da mulher e pela saúde da criança.

Vamos terminar, para não estar mais a arrastar este assunto, que às vezes incomoda, porque ninguém gosta de falar da verdade do que existe, mas quer ficar embaixo do pano.

E vamos terminar mandando uma mensagem à mulher brasileira, uma mensagem a todas as mulheres da Capital e do interior: não queremos que a criança seja o filho da mãe. Não, a criança não pode ser mais o filho da mãe, a criança tem que ser o filho da mãe, tem que o ser filho do pai, tem que ser o filho do Estado. E, nesta nossa mensagem

nossa final, queremos que todas as mulheres iluminem a sua inteligência, iluminem a sua coragem, iluminem o seu poder de luta, para que, usando aquele poder que Deus lhe deu, que é o direito de procriar, possam sadias, criar filhos sadios para o progresso da Nação e felicidade de todos nós.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

## ATAS DE COMISSÕES

### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

*Criada através da Resolução nº 22, de 1988, destinada a investigar em profundidade as denúncias de irregularidades, inclusive corrupção na Administração Pública, ultimamente tornadas tão notórias pelos meios de comunicação.*

#### 30ª Reunião, realizada em 17 de maio de 1988

Aos dezessete dias do mês de maio do ano de mil novecentos e oitenta e oito, às dez horas e trinta minutos, na Sala da Comissão de Finanças, presentes os Senhores Senadores Itamar Franco (Vice-Presidente no exercício da Presidência), Carlos Chiarelli (Relator), Maurício Corrêa, Chagas Rodrigues, Mendes Canale, José Paulo Bisol, Mansueto de Lavor, Affonso Camargo, Jutahy Magalhães, Cid Sabóia de Carvalho e Marcondes Gadelha, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar em profundidade as denúncias de irregularidades, inclusive corrupção na Administração Pública, ultimamente tornadas tão notórias pelos meios de comunicação.

Presentes, ainda, os Senhores Senadores Alexandre Costa, Edison Lobão e a Senhora Deputada Dirce Tutu Quadros. Deixam de comparecer, por motivo justificado os senhores Senadores José Ignácio Ferreira, Severo Gomes Agripino Maia.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da comissão e solicita seja dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que, logo após, foi considerada aprovada.

A seguir, designa o senhor Senador José Paulo Bisol, para funcionar como Relator *ad hoc*.

Com a palavra, o Senhor Affonso Camargo, profere parecer sobre as denúncias de corrupção e irregularidades formuladas contra a direção e funcionários da Fundação Nacional do Índio — Funai, encaminhadas à CPI pelo Centro de Assessoramento às Populações Indígenas Brasileiras. Sugere, ainda, que seja encaminhado expediente à Funai solicitando documentos, conforme relação no referido parecer.

Com a palavra, o senhor Senador Carlos Chiarelli, sugere que a matéria, na hipótese de não ser apreciada pela CPI, seja encaminhada, em termos globais, à Comissão de Fiscalização e Controle.

Com a palavra, o senhor Senador Maurício Corrêa, procede leitura do relatório sobre a viagem empreendida ao Município de Pinheiro

(MA), concluindo pela solicitação do envio da documentação ao Ministério Público.

Usam da palavra para discutir a matéria, os senhores Senadores Carlos Chiarelli, Marcondes Gadelha, Alexandre Costa, José Paulo Bisol, Jutahy Magalhães, Chagas Rodrigues, Mansueto de Lavor e Cid Sabóia de Carvalho.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra os trabalhos da comissão às treze horas e dez minutos e, para constar, eu, José Augusto Panisset Santana, assistente da comissão, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

**ANEXO À ATA DA 30ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO Nº 22, DE 1988, DESTINADA A INVESTIGAR EM PROFUNDIDADE AS DENÚNCIAS DE IRREGULARIDADES, INCLUSIVE CORRUPÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ULTIMAMENTE TORNADAS TÃO NOTÓRIAS PELOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO; DESTINADA À APRECIACÃO DOS PARECERES DOS SENHORES SENADORES AFFONSO CAMARGO; NA DENÚNCIA CONTRA A FUNAI E MAURÍCIO CORREIA REFERENTE A VIAGEM EMPREENDIDA AO MUNICÍPIO DE PINHEIRO — MA, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.**

Presidente: Senador José Ignácio Ferreira  
Relator: Senador Carlos Chiarelli

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Havendo número regimental, declaro abertos os nossos trabalhos. Consulto os Srs. Senadores se dispensaremos a leitura das atas das Sessões de ontem e de hoje. (Pausa)

Dispensada.

Senador Affonso Camargo, antes de dar a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>, convido o Senador José Paulo Bisol para substituir o nobre Relator, Senador Carlos Chiarelli.

Era nosso propósito, de acordo com o Regimento e quero deixar bastante claro isto à Comissão e os Srs. jornalistas, se estivesse presente o Senador Marcondes Gadelha, seria o relator convidado para substituir o Senador Carlos Chiarelli. Não se encontrando presente nenhum Senador do Partido da Frente Liberal, o Senador José Paulo Bisol será o relator substituto.

Concedo a palavra ao nobre Senador Affonso Camargo.

O SR. AFFONSO CAMARGO — Consulto a V. Ex.<sup>a</sup> se eu poderia ler o meu parecer que é curto, sobre admissibilidade do poder dos índices, que foi trazido naquela ocasião, antes do Senador Maurício Corrêa ler o dele. Quereria saber se V. Ex.<sup>a</sup> permite.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Com muito prazer.

Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

O SR. AFFONSO CAMARGO — CAPIB — Centro de Assessoramento às Populações Indígenas Brasileiras — e Mário Juruna encaminharam a esta Comissão de Inquérito, instruídas por farta documentação, denúncias versando sobre corrupção e irregularidades praticadas pela Fundação Nacional do Índio — Funai.

As denúncias prendem-se a:

I — irregularidades, inclusive fraude e corrupção, do "Plano Emergencial de Saúde Yanomani", executado pela Funai com recursos e sob a supervisão do projeto Calha Norte, que atestam "a intenção genocida do órgão";

II — corrupção de funcionários da Funai na administração de contratos firmados pela Funai com madeiras, para exploração de madeiras nobres em reservas indígenas; e

III — má administração do órgão.

2. — Constituída pela Resolução nº 22/88 do Senado Federal, esta CPI tem, como pressuposto de validade, a investigação do *fato determinado* de que trata o art. 37 da Constituição Federal e que, na hipótese, é o referido no art. 1º da aludida Resolução, qual seja: "...investigar, em profundidade, as denúncias de irregularidades, inclusive corrupção, na Administração Pública..."

Face à necessidade de ordenar seus trabalhos, à vista do caráter amplo do fato a investigar, torna-se necessária a adoção de critérios rígidos na determinação da admissibilidade de denúncias envolvendo irregularidades em órgãos da administração pública.

3. as denúncias em exame, gravíssimas e acompanhadas, como ressaltado anteriormente, por farta documentação, não nos parecem passíveis, todas elas, de exame por esta Comissão.

4. Efetivamente, no que tange ao Plano Emergencial de Saúde, embora o material anexo demonstre o descaso das autoridades competentes com a saúde da população indígena, não encontramos elementos para opinar sobre a ocorrência de irregularidade na administração do órgão público ou na aplicação de recursos públicos que justificassem uma investigação por esta Comissão de Inquérito — instituição não permanente e que carece de especialistas na matéria, posto que não tem por objetivo específico inquirir sobre problemas relacionados com saúde pública.

No caso, dada a existência de Comissão Permanente especializada, parece-nos mais apropriado que a esta sejam remetidos os documentos relacionados no item 2 da denúncia, constantes de dois volumes.

5. Já as denúncias de corrupção e irregularidades administrativas, formuladas contra funcionários e contra a atual administração da Funai, por outro lado, a nosso ver, merecem ser investigadas por esta CPI, de vez que se adequam, à perfeição, ao escopo da Resolução nº 22/88, desta Casa Legislativa.

Com efeito, há indícios de que funcionários da Funai teriam tentado praticar o crime de extorsão contra empresas madeiras estabelecidas no Estado de Rondônia.

Da mesma forma, há indícios de que a direção do órgão firmou contratos sem cumprir a exigência de licitação.

O fato, aliás, juntamente com diversas irregularidades em contas de servidores da Funai, foi apontado pelo Tribunal de Contas da União.

6. Em face do exposto, no tocante às irregularidades denunciadas no "Plano Emergencial de Saúde Yanomani", opinamos no sentido da remessa de cópia da denúncia e dos documentos listados em seu item 2 à Comissão de Saúde do Senado Federal, para que a mesma se pronuncie sobre a sua competência para examiná-las ou, se for o caso, sobre a conveniência de ser criada Comissão de Inquérito específica para apurá-las.

7. No que toca às irregularidades que teriam sido praticadas pelos administradores da Funai, bem como às denúncias de tentativa de extorsão e de outras condutas delituosas, entendemos que as mesmas devam ser objeto de investigação por parte desta Comissão de Inquérito.

Com vistas a facilitar tal investigação, sugerimos seja dirigido o ofício à Fundação Nacional do Índio requerendo a remessa dos Processos nºs 28.870.000.459/84 e 1.393/86, bem como informações sobre as providências tomadas pelo órgão em virtude das decisões proferidas pelo Tribunal de Contas da União nos processos: TC-012547/86-7 (1º-12-87); TC-014.737/86-8 (de 9-3-88); TC 7.723/84-9 (de 2-12-87); TC 822/87-6 (de 7-7-87); TC 020.276/84-2; TC 013437/84-4 e TC 006-262/84-9 (de 30-7-87).

Este é o nosso parecer, que submetemos à consideração dos nobres Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — V. Exª poderia encaminhar a Mesa o seu parecer?

O nobre Senador Carlos Chiarelli pede a palavra.

Tem a palavra V. Exª

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Sr. Presidente e Sr. Senador Affonso Camargo, a sugestão referente às questões administrativas seria no sentido da apuração pela CPI ou pela Comissão de Fiscalização e Controle da Casa?

O SR. AFFONSO CAMARGO — Pela CPI. Acredito que, de acordo com o roteiro que está sendo programado, porque vai haver um momento que remeterá, e eu não sei se já ficou definido isto — vamos ter que decidir se remeteremos à Comissão de Fiscalização e Controle ou se ficará na CPI.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Seria neste sentido, quer dizer, a apuração pela CPI na medida que esta tivesse um prazo tão largo em que pudesse ir apreciando outros assuntos.

O SR. AFFONSO CAMARGO — Como há outros assuntos que estão pendentes aqui pode ser que a CPI não vá examinar.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Ou o encaminhamento à Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. AFFONSO CAMARGO — Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Apenas quero esclarecer ao Senador Affonso Camargo que nós temos um prazo regimental e o relator pretende apresentar o seu parecer que a comissão examinará e enviará ao Plenário do Senado, e aquilo que julgarmos conveniente, encaminharemos, se o Plenário assim entender, à Comissão de Fiscalização e Controle. É claro que daremos sequência aos trabalhos, tanto na Ordem do Dia, após o problema da intermediação de verbas, o aspecto da Marinha Mercante. Recebemos da Marinha Mercante um telex, e os Srs. Senadores vão receber cópia.

"Atendendo solicitação e comentando telex da Associação Brasileira de Armadores Internacionais especializados, queremos informar o seguinte: preliminarmente, o nosso telex não é de autoria do presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Fluviais — eu chamo a atenção do Senador Maurício Correa — mas sim co-assinado por todos os representantes de sindicatos marítimos, representados na navegação de longo curso."

Este telex vem assinado pelo Sr. Maurício Monteiro Santana, Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores de Transportes Marítimos e Fluviais.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Eu perguntaria a V. Exª o seguinte: com relação ao parecer oferecido pelo Senador Affonso Camargo acolhe-se a sugestão de encaminhamento à Comissão de Saúde, obviamente?

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Sim, não tendo havido manifestação da comissão.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — E a segunda fica na expectativa da definição desta comissão de prazos existentes a examinar, *in tema corporis*, ou não definir para a Comissão de Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Dentro do critério que a comissão estabeleceu, foi exatamente o cronograma a ser estabelecido por ela...

O SR. AFFONSO CAMARGO — Sr. Presidente, só para ficar bem claro: há pessoas interessadas nesse problema, que é grave, nós sugerimos encaminhar à Comissão de Saúde, que não está funcionando no momento, em virtude da Constituinte, ou se criar uma nova Comissão Parlamentar de Inquérito para examinar o problema da saúde indígena.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Exatamente, e foi assim que a Presidência entendeu.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Sugiro, não só com o intuito de ganhar tempo mas para que as coisas funcionem de maneira mais operativa, que ao invés de aguardarmos o final dos trabalhos para definir esta matéria

— e eu não quero puxar a brasa para a sardinha porque tanto faz aqui como lá —, acho que é muito mais pertinente se o Relator concordasse que, ouvido parecer, acolhidas e anotadas as sugestões, fossem estas encaminhadas de pronto à Comissão de Fiscalização e Controle porque elas poderão ser despachadas. Escolhido o relator, o assunto começa a tramitar, e se nós esperarmos até o dia 28 de julho, vamos retardar o processo e lá poderá ser examinado o problema de saúde. Depois do parecer do relator seria esta a minha sugestão.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Se é que eu entendi o relatório do nobre Senador Affonso Camargo, S. Ex<sup>a</sup> julga admissível por uma comissão do Senado a matéria que foi apresentada por representantes de comunidades e nações indígenas contra FUNAI. S. Ex<sup>a</sup> apontou duas trilhas de investigação: a primeira, os problemas administrativos e as acusações de corrupções existentes no órgão; segunda os prejuízos causados à saúde das comunidades indígenas por essa atuação da própria FUNAI, em permitindo a incursão de grupos, de invasores de mineradores etc.

Creio que deva ser registrada a importância dessa denúncia dos representantes dos índios e também da gravidade da situação administrativa por que passa a Funai, neste momento. Não se encontra um representante de comunidade indígena que não faça severas críticas à atual administração da Funai, e a do passado também. Neste caso, a questão que se propõe, e o nobre Senador Affonso Camargo colocou aqui, é o envio da matéria, em parte, à Comissão de Fiscalização Financeira e a Comissão de Saúde.

Gostaria de concordar com o relator, vez que esse dano, essa ameaça à saúde dos índios faz parte de um contexto, ela não é isolada, especificamente no setor de saúde. Neste sentido, entendo que a comissão de Saúde não seria tão habilitada como esta comissão ou a de Controle Financeiro. Só após essa análise por uma Comissão que olhasse globalmente os aspectos administrativos da Funai, é que se poderia remeter para essa comissão específica, que é a Comissão de Saúde do Senado.

Então, voto a favor do parecer do Senador Affonso Camargo com a ressalva feita pelo relator, isto é, de que havendo tempo se analise a matéria nesta CPI, caso contrário, mas em razão do prazo, se remeta à Comissão de Fiscalização do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Senador Mansueto de Lavor, a presidência também entendeu assim.

O Senador Affonso Camargo diz o seguinte, entre outras coisas: "As denúncias de corrupção e irregularidades administrativas formuladas contra funcionários e contra a atual administração da Funai, por outro lado, a nosso

ver, merecem ser investigados por esta CPI. "Esta é uma das conclusões dele.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Em tese.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Evidentemente, dentro do nosso cronograma, e havendo tempo, vamos fazer essa apuração desejada pelo Senador Affonso Camargo.

Em seguida S. Ex<sup>a</sup> disse: "Em face do exposto e no tocante às irregularidades denunciadas no plano emergencial de saúde Yanomami, opinamos no sentido da remessa de cópias da denúncia do documento listado no seu item à Comissão de Saúde do Senado Federal, que não está funcionando no momento".

O nobre relator lembrou, se esta comissão não tiver tempo para examinar o que sugere o Senador Affonso Camargo no seu parecer, nós enviaremos, então, ao Senado da República para que mande ou não; à Comissão de Fiscalização e Controle. O nobre relator quer inveter, S. Ex<sup>a</sup> já quer que se mande de vez, salvo melhor entendimento; por nossa parte que se remeta esse parecer do Senador Affonso Camargo de pronto à Comissão de Fiscalização e Controle.

Então, a comissão terá que definir se nós mandaremos esse parecer à Comissão de Fiscalização e Controle de pronto ou, se vamos aguardar dentro dos nossos trabalhos, dentro do nosso cronograma a ação solicitada aqui pelo Senador Affonso Camargo.

Tomo aqui as coisas bem claras. O Senador Mansueto de Lavor já exprimiu o seu pensamento no sentido de que deva ser apurado, se houver tempo; por esta comissão, ao que se refere o parecer de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Affonso Camargo.

V. Ex<sup>a</sup> quer aduzir alguma coisa?

O SR. AFFONSO CAMARGO — Não, eu quero ver se chegamos a uma racionalização do que estamos pensando em fazer agora. Parece-me que a proposta feita pelo Senador Carlos Chiarelli seria viável já se tomando por princípio que não vamos pedir nova prorrogação.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Exatamente.

O SR. AFFONSO CAMARGO — Já teria sido praticamente decidido. Nós vamos chegar ao final e aquilo que não puder ser apurado será remetido à Comissão de Fiscalização e Controle.

Acho que é mais uma decisão que podemos até tomar daqui para a frente, para não ficarmos esperando até julho, quando a comissão de fiscalização começará a examinar.

Já estamos partindo do princípio de que nem tudo vai poder ser examinado por esta CPI. Entendo que não devemos perder tempo porque o meu receio é exatamente que esses grupos indígenas achem que estamos postergando um problema que eles consideram da maior seriedade.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Eu proponho no sentido de não deliberarmos so-

bre isso neste momento; que esse assunto seja pauta de uma reunião interna da Comissão, que delibere quais os assuntos que seriam encaminhados e qual seria a diretriz no sentido, da prorrogação ou não, quanto ao mérito do relatório que não está sendo votado, está sendo apenas apreciado.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Colocaremos, então, numa próxima reunião, a decisão: se enviaremos à Comissão de Fiscalização e Controle, se examinaremos nesta Comissão se o cronograma permitirá ou não. A Dependência da prorrogação dos nossos trabalhos, é claro, vai depender da assinatura de 1/3 se for necessário ou do próprio Plenário do Senado da República.

O SR. CHAGAS RODRIGUES Sr. Presidente, não vou discutir o assunto, que já está encaminhado. Mas apenas, queria ponderar que o fato de encaminharmos à comissão de fiscalização não implicaria, necessariamente, na impossibilidade de tomarmos, também, conhecimento. Poderíamos, até, oportunamente, se fosse o caso, tomar conhecimento, já com subsídios vindo daquela Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Evidente.

Senador Maurício Corrêa, V. Ex<sup>a</sup> está com a palavra para apresentar o seu Relatório sobre a viagem que fez à cidade de Pinheiro.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Srs. Presidente, Srs. Senadores, no exercício das atribuições com que me honrou a nobre Comissão Parlamentar de Inquérito, procedi *in loco*, à investigação sobre a aplicação de recursos que a Secretária de Planejamento da Presidência da República destinou à administração municipal de Pinheiro, no Estado do Maranhão.

A circunstância de se tratar de verba federal, liberada e alocada a seu nuto, e de se aproveitar, com tais recursos, coincidentemente, à terra natal e a correligionários ostensivos do Excelentíssimo Senhor Presidente José Sarney, nem direta nem obliquamente, como é curial, interferiu na disposição da imperturbável imparcialidade e sereno rigor que inere à atividade desta Comissão.

Toda a Nação é testemunha de que tais são os parâmetros do serviço que nos propusemos a prestar-lhe, e não seria um Senador-Constituinte, profissionalmente formado no espírito de cega e inquebrantável reverência aos postulados do Direito e da Justiça, que viria a ousar desencantá-la.

Vali-me do concurso de três assessores para o exame de ampla documentação que nos fez franquear a prefeitura municipal de Pinheiro, por ordem de seu titular, Dr. Pedro de Souza Lobato, cujo material propiciou o êxito alcançado no início das investigações.

A partir daqueles documentos foi que se percebeu o intrincado jogo de repasse de verbas federais, cujos quantitativos se tornam mais surpreendentes à medida que se patenteia a extranvagância dos valores carregados para um único Município.



Com efeito, recursos de três fontes distintas desaguarão em Pinheiro, no ano de 1987.

Inicialmente, Cz\$ 32.985.000,00 (trinta e dois milhões, novecentos e oitenta e cinco mil cruzados) à conta da Reserva do Fundo Especial, de 27 de abril a 5 de janeiro, no espaço de 39 dias e em três parcelas:

a) a primeira parcela, no valor de Cz\$ 485.000,00 (quatrocentos e oitenta e cinco mil cruzados) creditada pela ordem bancária nº 37, de 27 de abril, visou à Escola Comercial da Acrep — sigla pela qual se identifica a associação Cultural, Recreativa e Educacional de Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Desculpe, V. Exª o nobre Relator teve que se retirar.

De acordo com o Regimento, convido o Senador Marcondes Gadelha, que é o representante do Partido da Frente Liberal, hoje, pela ausência do Senador José Agripino, Membro Titular do Partido, que, por favor substitua o nobre Relator. (Pausa.)

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — A propósito, provar-se-á que as obras da Escola, ainda que sem serem concluídas, já haviam sido pagas, com mais de quatro meses de antecipação.

b) a segunda parcela, de Cz\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzados)...

O SR. MARCONDES GADELHA — Sr. Presidente, dedino da posição de ocupar o lugar do Senador Carlos Chiarelli, aqui, uma vez que já estou substituindo o Senador José Agripino, que também é do meu partido.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Quero deixar bem claro a V. Exª que hoje sendo efetivo, porque está substituindo o Senador José Agripino, cabe-me como Presidente, obedecer o Regimento que manda que o Relator seja substituído pelo representante do Partido a que pertence o Relator.

Se V. Exª declina, não temos nada a opor.

O SR. MARCONDES GADELHA — V. Exª pode ler o Regimento, a parte que trata desse ponto?

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Creio que V. Exª é um entendido no Regimento, mas o lerei com muito prazer. Já que V. Exª quer uma explicação regimental, lhe darei com muito prazer, apesar de saber que não precisaria fazê-lo porque os seus conhecimentos regimentais são excelentes. Quando cheguei ao Senado da República, Senador Marcondes Gadelha, percebi que as Comissões Parlamentares de Inquéritos não tinham relatores que pudessem substituir a ausência do Relator efetivo e as comissões, então, teriam que paralisar os seus trabalhos. Propus um projeto de resolução que foi aprovado, mas sempre entendendo que o Relator deveria ser substituído na sua eventual ausência por um membro do mesmo partido. E aqui está escrito e lerei para V. Exª se quiser anotar, por favor — a Resolução nº 55/79, que diz o seguinte:

"Não estando o relator presente a qualquer ato do inquérito, poderá o Presidente da Comissão designar um substituto para a ocasião, mantida a escolha na mesma representação partidária."

Creio que V. Exª é o Senador Carlos Chiarelli, a não ser que tenham mudado de partido, pertencem ao mesmo partido.

O SR. MARCONDES GADELHA — Indago a V. Exª se o Senador Carlos Chiarelli assinou o livro de presença?

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Assinou. Mas o Senador Carlos Chiarelli, como V. Exª e tantos de nós às vezes temos que nos ausentar por esse ou aquele motivo, pedi-me para ausentar, por alguns minutos, desta reunião.

O SR. MARCONDES GADELHA — Sabe V. Exª que tenho um compromisso público com a minha Bancada, com esta Comissão, com a opinião pública do meu País de em nenhum momento interferir, por substituição ou modificação, a qualquer ato, a meu talante, os trabalhos do Relator desta Comissão, Senador Carlos Chiarelli.

Se S. Exª se ausentou por alguns instantes, se assinou o livro, se consta a sua presença, acho de bom alvitre aguardar o seu retorno. Se S. Exª não vai mais voltar, e é isso que pergunto ao Presidente, eu designaria, então, o Senador Alexandre Costa para essa função.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Primeiro, V. Exª não tem que designar ninguém, quem designa é o Presidente. Designei V. Exª na ausência, por alguns minutos, assim me disse, do Senador Carlos Chiarelli.

Agora, primeiro, a quem cabe dirigir a reunião sou eu, eu quem convido. Convidei V. Exª se V. Exª não quer assumir é outro problema. Eu não vou suspender a reunião até o Senador Carlos Chiarelli voltar porque S. Exª disse que pode demorar 5 minutos, pode demorar duas horas. Portanto, se V. Exª declinou, eu convido o Senador Chagas Rodrigues para ser o Relator da Comissão.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Sr. Presidente, queria lembrar, se me permite o nobre Líder Marcondes Gadelha, que neste momento S. Exª é titular da Comissão porque é suplente, e faltando um da sua Bancada, S. Exª se investe plenamente. De modo que pode exercer a função na plenitude porque é membro da Comissão. Sou membro da Comissão também como suplente neste momento porque alguns companheiros da minha Bancada também não vieram.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — V. Exª está substituindo o Senador Severo Gomes.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — De modo que S. Exª está na plenitude e nós respeitamos os seus sentimentos, mas tem pleno direito de assumir as funções de Relator.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Senador Chagas Rodrigues, fiz o convite, mas

se há o declínio não tenho que insistir com o Senador, e convido V. Exª para substituir o Senador Carlos Chiarelli.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente. Creio que, na realidade, V. Exª invoca o Regimento, mas a questão não é regimental, pelo que me parece é claro que o Senador Marcondes Gadelha não é obrigado a aceitar, não é uma imposição, é um convite. Mas V. Exª segue o Regimento e todos sabem que pelo mesmo Regimento a CPI não pode funcionar um instante sequer sem a presença de um Relator. Todos sabem ainda que pela lei da proporcionalidade se não houvesse um dispositivo que V. Exª oportunamente cita, é importante manter a proporcionalidade, e manter o acordo de composição da Mesa dos trabalhos desta CPI. E esse acordo foi desde o início estabelecido de que a Presidência e a Vice-Presidência competiam ao PMDB e a Relatoria ao PFL. Então, estando aqui presente no momento um ilustre integrante da Bancada do PFL, que é suplente, mas se torna titular pela ausência do titular, o Senador José Agripino, não vejo por que se invocarem questões regimentais para recusa de S. Exª, o nobre e ilustre Senador Marcondes Gadelha. O problema de S. Exª é político e não aceita por questões políticas. É para caracterizar, exatamente, não aceitando o papel de Relator *ad hoc*, e todos nós devemos aceitar a indicação de V. Exª com muito prazer. S. Exª não quer participar para dizer que existem dois PFL, um PFL da oposição e outro do Governo, e ainda mais, para caracterizar esta CPI como órgão meramente de oposição e de inquisição, como vem figurando em todos os organismos oficiais. A questão é política. S. Exª não aceita por questões políticas e jamais por questões regimentais, porque não quer dar a entender à opinião pública, como sempre vem dando a entender, que aqui há onze inquisidores e não uma Comissão interpartidária visando a apuração de fatos e verdades estabelecidos. É isso que gostaria de dizer.

O SR. MARCONDES GADELHA — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — A Presidência já definiu regimentalmente e já propôs a substituição. A Presidência entendeu de cumprir o regimento, e se o nobre representante da Frente Liberal não quer ser o Relator *ad hoc*, por alguns minutos, eu convido e insisto, Senador Chagas Rodrigues, para que V. Exª, a não ser que não queira, participe conosco da Mesa.

Concedo a palavra, então ao Senador Marcondes Gadelha.

O SR. MARCONDES GADELHA — Sr. Presidente, tenho a impressão de que o Senador Mansueto de Lavor percutiu uma tecla muito importante e extremamente significativa. Acho que S. Exª foi ao âmago da questão. E eu aceitaria o repto de assumir circunstancialmente, provisoriamente, a relatoria, desde que, Sr. Presidente, fossem corrigidos os vícios que aponto na condução dos trabalhos desta CPI.



Tenho dito e insisto que eu e o Senador Alexandre Costa nos encontramos aqui inferiorizados numericamente em termos de titularidade. Não temos o direito a voto, é preciso que a opinião pública saiba disso, não somos convocados para reuniões secretas ou reuniões internas, como acabou de assinalar o Relator ainda há pouco, não temos o direito de interferir sobre o cronograma dos trabalhos e nem temos nenhuma sugestão de depoentes aceita, até este momento, por esta Comissão. No momento em que assumisse essa relatoria, estaria exatamente fazendo o papel político que o Senador Mansueto de Lavor está querendo que eu faça, de conestar com um comportamento que considero, na melhor das hipóteses, exclusivista. Não chamei jamais de inquisidores os membros desta Comissão, mas digo que esta Comissão se transformou efetivamente numa espécie de clube fechado, de clube dos onze, inteiramente impermeável à versão alternativa, inteiramente refratária ao contraditório e inteiramente infensa a qualquer opinião divergente. Nós podemos eventualmente falar como aqui estamos falando, mas não temos nenhuma força conosco, não temos nenhum mecanismo que nos dê direitos reais e efetivos aqui, nesta Comissão. E eu poderia lembrar a V. Ex.<sup>a</sup> que pedi insistentemente, encarecidamente, que convocassem o Sr. Consultor-Geral da República, Saulo Ramos. Esta Comissão "cozinhou", "empurrou com a barriga" até que o homem adoeceu e foi operado e até hoje não se conseguiu uma audiência pública do Consultor Saulo Ramos, que é citado como o autor dos supostos decretos ilegais. Requeiri a convocação do Sr. Deputado Luiz Roberto Ponte e não tive nenhuma resposta desta Comissão.

Sr. Presidente, acho que o Senador Mansueto de Lavor está coberto de razão quando aponta para este fato importante. É preciso que haja um equilíbrio, para que nos sintamos efetivamente participantes e responsáveis pelas apurações desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — As observações de V. Ex.<sup>a</sup> foram devidamente anotadas. Só queria lembrar a V. Ex.<sup>a</sup> e aos que aqui estão, particularmente a imprensa, que V. Ex.<sup>a</sup> é suplente e, hoje, está efetivado no cargo pela ausência do seu companheiro de Partido.

Como suplente, e mesmo que não o fosse, qualquer Senador poderá participar de qualquer reunião. Agora, evidentemente, na hora de apurar votos, só os efetivos, V. Ex.<sup>a</sup> está cansado de saber disso, porque isso é do Regimento.

Então, o problema não é *partu pris* com V. Ex.<sup>a</sup>, que no momento, está efetivado pela ausência do Senador José Agripino. E mesmo sem estar efetivado, tem todo o direito, não só sob a minha Presidência, mas também sob a do efetivo, Senador José Ignácio Ferreira, de usar a palavra quando, onde e como desejar.

O SR. AFFONSO CAMARGO — Sr. Presidente, até porque a Comissão não pode tratar

com facções de Partido, porque o Partido da Frente Liberal tem representação na Comissão, inclusive o Relator da Comissão e as reuniões ditas fechadas são feitas com a participação de dois elementos do Partido de Frente Liberal. De modo que acho que está tudo perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Evidente, Senador Affonso Camargo. Achei tão desnecessário dar esta explicação porque tem dois representantes do Partido da Frente Liberal nas tais reuniões fechadas, que o problema *interna corporis* não é da Comissão.

Mas, Senador Maurício Corrêa, V. Ex.<sup>a</sup> está com a palavra para continuar o relatório.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Sr. Presidente, antes do Senador Maurício Corrêa continuar, posso fazer uma manifestação?

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Com prazer, Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Gostaria de falar mais como 1º Secretário do Senado Federal até do que como Senador. Li o pronunciamento feito ontem, pelo Líder do PFL na Câmara dos Deputados, Deputado José Lourenço, e quero afirmar aqui, perante os membros desta Comissão, perante a imprensa, que o Senado não está despendendo um centavo sequer para pagar o Dr. Faoro.

Portanto, foi mais uma acusação leviana daqueles "paladinos" do Presidente da República que querem se apresentar para prestar serviços e estão prestando maus serviços à Sua Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Anotamos as observações de V. Ex.<sup>a</sup>, também, Senador Jutahy Magalhães.

Senador Maurício Corrêa, V. Ex.<sup>a</sup> terá, por certo, agora, a oportunidade de, se achar importante, reiniciar o seu relatório ou partir de onde achar melhor.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Vou prosseguir.

Vali-me do concurso de três assessores para o exame da ampla documentação que nos fez franquear a Prefeitura Municipal de Pinheiro, por ordem de seu titular, Dr. Pedro de Sousa Lobato, cujo material propiciou o êxito alcançado no início das investigações.

A partir daqueles documentos foi que se percebeu o intrincado jogo de repasse de verbas federais, cujos quantitativos se tornam mais surpreendentes à medida que se patenteia a extravagância dos valores carregados para um único Município.

Com efeito, recursos de três fontes distintas desaguarão em Pinheiro, no ano de 1987.

Inicialmente, Cz\$ 32.985.000,00 (trinta e dois milhões, novecentos e oitenta e cinco mil cruzados), à conta da Reserva do Fundo Especial, de 27 de abril a 5 de janeiro, no espaço de 39 dias e em três parcelas:

a) a primeira parcela, no valor de Cz\$ 485.000,00 (quatrocentos e oitenta e cinco mil cruzados) creditada pela ordem bancária nº 37, de 27 de abril, visou à Escola Comercial

da ACREP — sigla pela qual se identifica a Associação Cultural, Recreativa e Educacional de Pinheiro.

A propósito, provar-se-á que as obras da Escola, ainda que sem serem concluídas, já haviam sido pagas, com mais de quatro meses de antecipação.

b) a segunda parcela, de Cz\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzados), creditada pela ordem bancária nº 067, de 14 de maio, objetivou a edificação da Câmara Municipal.

A aplicação da segunda parcela vincula-se a uma estranhável licitação, aparentemente imputada à Câmara, mas, em verdade, paga pela prefeitura do município, com a agravante de que a licitante vitoriosa foi constituída somente depois da liberação dos respectivos recursos... O relato que se particularizará, a respeito, irá consignar a participação do sócio majoritário da construtora no mister oficial de aplicar e fiscalizar a integralidade da verba de dois milhões e quinhentos mil cruzados.

3—A terceira parcela — Cz\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzados), creditados pela ordem bancária nº 110, de 5 de maio, destinou-se a obras de restauração urbana.

Tais foram os recursos à conta da Reserva do Fundo Especial.

À conta da rubrica Encargos Gerais da União, novos recursos se transferiram ao município de Pinheiro. O valor dessa segunda remessa alcançou a casa dos Cz\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzados). Datada de 5 de junho, a ordem bancária pela qual se fez a transferência de iniciativa da Seplan ganhou o nº 819.

A destinação de tais recursos se resume na construção de obras de infra-estrutura. O processo de aplicação dos recursos provenientes dessa rubrica fica exposto no curso deste relatório, com a indicação necessária da inversão da sistemática de licitação e verdadeiros beneficiários do descumprimento legal, nos dois aspectos a configurar incidência de preceitos penais.

Por fim, ver-se-á a rubrica *Pin-Proterra*, à sombra da qual se propiciaram recursos de Cz\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzados), para obras de pavimentação e eletrificação no município. A ordem bancária que ensejou a transferência é a de nº 853, datada de 30 de outubro de 1987.

#### I — Dos recursos transferidos

Durante o exercício financeiro de 1987, portanto, foram repassados à Prefeitura Municipal de Pinheiro Cz\$ 282.985.000,00 (duzentos e oitenta e dois milhões, novecentos e oitenta e cinco mil cruzados), através da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan-PR).

Desse quantitativo, Cz\$ 280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões de cruzados) foram aplicados diretamente pela prefeitura, sendo que os Cz\$ 2.985.000,00 (dois milhões, novecentos e oitenta e cinco mil cruzados) restantes tiveram sua aplicação feita pela Associação Cultural, Recreativa e Educacional

de Pinheiro (Acrep), Cz\$ 485.000,00 (quatrocentos e oitenta e cinco mil cruzados) na construção de um pavilhão da respectiva Escola Comercial e pela Câmara Municipal, à qual foram repassados pela Prefeitura os Cz\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzados) recebidos para construção do prédio-sede daquele Legislativo Municipal.

No mesmo exercício, fez-se também repasse de Cz\$ 164.000.000,00 (cento e sessenta e quatro milhões de cruzados) ao comando Aéreo Regional do Ministério da Aeronáutica no Estado do Maranhão, para construção de um aeródromo igualmente em Pinheiro, obra orçada, segundo Plano de Aplicação apresentado, em Cz\$ 224.000.000,00 (duzentos e vinte e quatro milhões de cruzados).

Ora, o orçamento do município para 1987 estimava uma receita de apenas Cz\$ 44.985.550,00 (quarenta e quatro milhões, novecentos e oitenta e cinco mil e quinhentos e cinquenta cruzados).

Dá se inferir, de pronto, o proveito ilícito de que foi beneficiária a municipalidade, a impôr, por conseguinte, como necessidade impostergável, a criação, pelo Congresso Nacional, de mecanismos capazes de impedir práticas de tão indesejável favoritismo e fisiologismo político, só possível, atualmente, graças à discricionariedade que se reconhece ao Poder Executivo na alocação de recursos públicos a "fundo perdido".

## II — Das Obras realizadas em Pinheiro

Entre março de 1986 e dezembro de 1987, isto é, em 21 meses, o Sistema de Abastecimento de Água de Pinheiro foi reformado e ampliado.

Tal reforma e ampliação compreendeu não só a completa reestruturação do sistema captação de água bruta e respectiva estação de tratamento, como também a construção de reservatórios e a ampliação da rede de abastecimento, que hoje atende, com água tratada, a quase totalidade da população da cidade, após instalados, segundo estimativa, 51.442 metros lineares de tubulações.

Foi implantada, também, no mesmo período, uma rede de esgotos dimensionada para o atendimento de quase toda a população urbana do município, mediante o assentamento, aproximadamente, de 50.502 metros de tubulações.

Na parte da cidade que mais sofria com inundações, foi implantada uma rede de drenagem, composta de canal em gabiões e galerias em tubos de concreto, numa extensão de aproximadamente 3.800 metros, nos quais foram construídos, também, poços de visita, "boças de lobo", etc.

Ainda na cidade, foram pavimentados, aproximadamente, 10.000 metros de vias, com massa asfáltica, e construídos 6.600 metros de sarjeta e meio-fio.

Relativamente à urbanização do município, foram restauradas as Praças José Sarney, São Benedito e São José, nas quais foram realizadas obras de calçamento, iluminação e ajardinamento.

Remodelou-se o Parque do Babaçu, que recebeu pistas de dança e de ciclismo, um coreto, instalações sanitárias, restaurantes, *play ground*, bancos, mesas de jogos e uma quadra de esportes.

O Sistema de Energia Elétrica foi igualmente remodelado e ampliado, com a construção de uma Subestação e de um alimentador com 6.500 metros, e a implantação de 600 (seiscentos) postes e 1.110 (um mil e cem) luminárias, aproximadamente.

Por fim, verificou-se a construção do prédio da Prefeitura Municipal, que agora conta com instalações adequadas ao porte da cidade, do prédio-sede da Câmara de Vereadores e de um pavilhão — com duas salas de aula, uma cantina e dois banheiros — na sede da Associação Cultural, Recreativa e Educativa de Pinheiro (Acrep).

## III — Do "Plano de Urbanização do Município" e da "Licitação" destinada a implantá-lo

Parece-nos curial que para a execução de um "Plano de Urbanização" é imprescindível, antes de tudo, a prévia existência desse mesmo Plano.

A administração do município, porém, desatenta a essa coezinha e elementar verdade, realizou, ainda em 1985, a Concorrência nº 1, daquele ano, objetivando, segundo consta do edital (doc. nº 01), "a implantação do Plano de Urbanização do Município, que consiste, não se limitando, na execução de serviços e obras de implantações e melhorias no setor de saneamento, sistema viário, equipamentos comunitários e demais obras de infraestrutura e paisagismo" (sic).

Ocorre que a concorrência, além de visar à execução de um "Plano de Urbanização" sequer existente, ainda foi realizada com flagrante desrespeito a vários dispositivos da Lei nº 4.066, de 6 de julho de 1979, do Estado do Maranhão — diploma legal que, atendendo às prescrições da Lei nº 5.456, de 1968, editada pela União, disciplina a aplicação, a nível local, dos princípios estatuídos pelo Decreto-Lei nº 200, de 1967, relativamente às licitações.

E as infrações perpetradas contra a mencionada Lei nº 4.066 são de tal ordem que, como se verá, o procedimento licitatório em questão findou irremediavelmente contaminado.

Com efeito, nos termos dessa lei (art. 3º), "nenhuma obra ou serviço será licitado ou contratado, mesmo quando dispensável a licitação, sem prévia alocação de recursos financeiros e projeto básico aprovado pela autoridade competente, sob pena de nulidade dos atos e de responsabilidade de quem lhes deu causa".

Nem uma, nem outra dessas exigências legais foi observada pela administração do município, que, além, de não haver destacado, na Lei Orçamentária anual, os recursos que deveriam destinar-se à execução das obras e serviços licitados, sequer se preocupou, consoante já assinalamos, em previamente elaborar o seu almejado "Plano de Urbanização".

Outro vício igualmente sério é o que diz respeito a pouca ou quase nenhuma publicidade por época da realização do ato licitatório.

O art. 87 da Lei nº 4.066 — já citada — estabelece que "nas concorrências e tomadas de preços realizadas diretamente pelo município, o edital respectivo poderá ser publicado, em resumo, em jornal local ou em jornal *Diário da Capital*, sem prejuízo da obrigatoriedade da publicação no *Diário Oficial do Estado*, durante três dias consecutivos".

O Executivo municipal, porém, desatendendo visceralmente o aludido preceito legal, publicou o aviso de licitação somente no *Diário Oficial do Estado* — e apenas uma única vez (v. doc. nº 02).

Ora, essa enunciada falta de adequada publicidade à licitação igualmente torna passível de invalidação o procedimento.

A propósito, atente-se para a abalizada opinião de festejado administrativista, *in verbis*:

"A administração poderá usar de todos os meios de informação ao seu alcance para maior divulgação da concorrência, visando a ampliar a área de competição. O que não poderá é desatender ao mínimo de publicidade, consistente na convocação dos interessados pelo órgão oficial e pela imprensa particular da localidade ou da região, nem sonegar o edital completo, o projeto, as especificações e demais elementos que definem o objeto da concorrência, como também não lhe é lícito estabelecer discriminações ou privilégios entre interessados na obtenção de tais elementos. Se reduzir a publicidade, sonegar informações ou agir com discriminação entre os candidatos, a administração exporá à invalidação o procedimento licitatório e o contrato subsequente" (Hely Lopes Meirelles, *in Licitação e Contrato Administrativo*, 7ª Edição, págs. 52/3).

Ainda com relação à publicidade, importa salientar que tampouco se observou o prazo de antecedência mínima de 15 (quinze) dias para convocação dos interessados em participar do certame licitatório (art. 25, III, da Lei nº 4.066, cit.), pois o aviso de licitação somente foi publicado no *Diário Oficial* do dia 2 (dois) de dezembro, para a apresentação de propostas a 12 (doze) do mesmo mês (confira-se na fotocópia — doc. nº 02). Portanto, 10 dias apenas.

Máculas menos sérias ainda poderiam ser apontadas, como, por exemplo, a falta de precisa definição do objeto da concorrência, ensejada pela inexistência de projeto básico previamente elaborado.

Limitar-nos-emos, contudo, em benefício da objetividade que aqui se requer, a apontar apenas os atos que constituem irregularidades e, portanto, passíveis de nulidade, medidas essas que ao final serão propostas nas conclusões deste relatório.

E por esse ângulo, notadamente em face da apontada falta de adequada publicidade, já é possível concluir que licitação, efetivamente

te, não houve. Existiu, isto sim, a mera tentativa de formalização de um procedimento de concorrência pública, com o claro objetivo de mascarar a contratação da execução das obras e serviços com a empreiteira adremente escolhida.

Tanto isso é verdade que, não obstante outras grandes empreiteiras estivessem, à época, executando obras no estado — é o caso da Mendes Júnior, por exemplo, contratada pela Codema —, somente acudiu à convocação da Prefeitura a Construtora Andrade-Gutierrez S/A, "licitante única" à qual adjudicado, obviamente, o objeto da licitação (doc. nº 03).

Para a consecução desse objetivo, isto é, a entrega das obras à Andrade Gutierrez por meio de verdadeira contrafação, não só atuaram o Prefeito e seu engenheiro de obras e eventualmente outros, senão a própria empresa beneficiada.

De fato, examinando-se, com acuidade, todo o acervo documental relativo à Concorrência nº 01/85, facilmente se concluirá, dado o volume e a complexidade do edital e dos cadernos que o integram (docs. nº 01,04 e 05), que uma Prefeitura de porte modesto como a de Pinheiro jamais teria condições de sozinha elaborá-los, haja vista que não só não contratou pessoal especializado para esse fim, como também não contava, em seus quadros, com servidor que ostentasse qualificação técnica para tanto.

É certo que a Administração Municipal dispunha de um engenheiro — Dr. Filadelfo Mendes Neto, cunhado do Prefeito —, mas àquele, inegavelmente, faltavam conhecimentos e experiência, por exemplo, para minutar o extenso e minucioso contrato incluso no Edital e posteriormente firmado com a adjudicatária (doc. nº 06).

Até mesmo a planilha de preços (doc. nº 01), destinada a servir de base ao julgamento das propostas, não resiste a um isento e criterioso exame; porquanto sequer foi elaborada à vista das indispensáveis composições de custos unitários.

Aliás, segundo informação do aludido engenheiro (vê depoimento no doc. nº 7), a planilha em questão teve como referência os preços unitários praticados por órgãos e empresas públicas locais, tais como a FSESP, a Caema, a Cemar, etc., assinalando-se que as composições de custos que se vê no soc. nº 08 somente nos chegaram às mãos após nosso retorno a esta Capital.

Da análise desses fatos, conclui-se que a concorrência levada a efeito nos seus aspectos aparentemente formais, na verdade, foi realizada com as cartas marcadas, com o escopo indisfarçável de entregar as obras do Município de Pinheiro à Construtora Andrade-Gutierrez S.A., operando, para que esse intento se consumasse, as facilidades criadas pelo Prefeito Municipal, Dr. Pedro de Sousa Lobato, por outros agentes do poder executivo local e, evidentemente, com o conluio de representantes da própria empresa "vencedora" da licitação, cujo enquadramento penal deverá merecer, na oportunidade apropriada, o acurado

exame do órgão competente do Ministério Público.

É de se perguntar qual a razão que teria conduzido a Construtora Andrade-Gutierrez S.A. a gestos de extrema e inusitada magnanimidade com a coisa pública ou a inusuais comportamentos de indiscutível generosidade para com o pobre e carente Pinheiro, iniciando obra para a qual não havia alocações de recursos, a um ano e cinco meses da primeira remessa da Seplan para aquele fim. Seria um gesto de reverência à terra natal do Presidente?

Ou uma forma de exercício socialista, enquanto as faturas não tinham sido apresentadas com a chegada da primeira remessa?

Resulta indubitosa a necessária declaração da nulidade do ato licitatório e de todos os outros dele consequentes, inclusive pela comprovada falta de adequada publicidade e a expressa cominação nesse sentido estabelecida pelo art. 3º da já citada lei Estadual nº 4.066, de 6 de julho de 1979.

A tudo isso junte-se, ainda, outro dado não menos grave, de que expressiva parte das obras, com dispêndios de vultosa soma de recursos, foi realizada sem a indispensável licitação.

Basta verificar, a propósito, que as obras de construção de 6,5 quilômetros de rede elétrica e de uma subestação, em que foram despendidos Cz\$ 23.330.000,00 (vinte e três milhões e trezentos e trinta mil cruzados) e a reforma e ampliação da Estação de Tratamento de Água, que absorveu gastos adicionais de Cz\$ 12.859.088,00 (doze milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil e oitenta e oito cruzados), sequer foram incluídas entre as obras e serviços objeto da malsinada Concorrência nº 01/85 (cf. Planilha elaborada pela própria Construtora Andrade-Gutierrez S/A, doc. nº 09).

#### IV — Da aplicação dos recursos repassados a terceiro

Conforme assinalou-se em tópico anterior ao cuidar-se dos recursos transferidos pela Seplan-PR ao município, a Prefeitura de Pinheiro repassou a terceiro Cz\$ 2.985.000,00 (dois milhões, novecentos e oitenta e cinco mil cruzados), sendo Cz\$ 485.000,00 (quatrocentos e oitenta e cinco mil cruzados), à Associação Cultural, Recreativa e Educacional de Pinheiro — ACREP, para construção de um pavilhão em sua Escola Comercial, e Cz\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzados) à Câmara Municipal, para construção de seu respectivo prédio-sede.

A ACREP é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com objetivos civis, culturais e assistenciais, reconhecida de utilidade pública por lei municipal e lei estadual (Leis nº 241/61 e 2.240/62, respectivamente), tendo o seu presidente, Sr. José Reinaldo Soares, na qualidade de ordenador de despesas, encaminhado a correspondente prestação de contas à Prefeitura de Pinheiro, conforme Ofício nº 27/88, acompanhada de balancete de receita e despesa, relação discriminativa dos comprovantes das despesas realizadas e rela-

tório, cujas peças estão datadas de 30 de novembro de 1987 (doc. de nº 10).

Com relação à aplicação dos Cz\$ 485.000,00 (quatrocentos e oitenta e cinco mil cruzados), quase nada temos a inrepar, senão o fato de que as obras da Escola Comercial ainda não haviam sido concluídas, não obstante totalmente pagas há mais de 4 (quatro) meses.

Quanto à aplicação da quantia repassada à Câmara Municipal (Cz\$ 2.500.000,00), cumpre observar-se o seguinte:

Com efeito, após creditada, na conta nº 13.070-2, a importância em referência, alusiva à concessão de apoio financeiro para construção do prédio-sede da Câmara Municipal, a Prefeitura de Pinheiro a repassou parceladamente ao Legislativo local, nas seguintes datas e valores:

	Cz \$
1) 23-7-87	1.200.000,00
2) 8-9-87	898.116,30
3) 23-11-87	401.883,70
	<hr/> 2.500.000,00

Vale esclarecer que o custo total da construção da sede da Câmara Municipal foi de Cz\$ 2.996.232,60 (dois milhões, novecentos e noventa e seis mil, duzentos e trinta e dois cruzados e sessenta centavos), sendo Cz\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzados) oriundos da Seplan-PR e Cz\$ 496.232,60 (quatrocentos e noventa e seis mil, duzentos e trinta e dois cruzados e sessenta centavos) provenientes de recursos orçamentários da própria Prefeitura.

A 20 de julho de 1987, realizou-se a licitação — tomada de preços — promovida pela própria Câmara Municipal, dela participando 4 (quatro) empresas, tendo sido declarada vencedora a firma PERICUMÁ ENGENHARIA LTDA, que apresentou a proposta mais barata e se dispôs a executar a obra em prazo menor que o estipulado pelas concorrentes.

No dia seguinte, isto é, a 21 de julho de 1987, foi sancionada a Lei nº 765, de iniciativa da Câmara Municipal, autorizando a abertura de crédito especial, no valor de Cz\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzados), para a construção de seu prédio-sede.

Nesse mesmo dia, a Câmara Municipal assinou com a empresa declarada vencedora — Pericumá Engenharia Ltda — contrato de empreitada global na importância de Cz\$ 2.996.232,60 (dois milhões, novecentos e noventa e seis mil, duzentos e trinta e dois cruzados e sessenta centavos), posteriormente paga em parcelas, a saber:

	Cz\$
1) 24-3-87	1.200.000,00
2) 8-9-87	898.116,30
3) 23-11-87	401.883,70
4) 23-11-87	496.232,60
	<hr/> 2.996.232,60

Em ofício datado de 30 de dezembro de 1987, o Presidente da Câmara Municipal, Dr. José de Arimatéia Nunes, encaminhou ao Pre-

feito de Pinheiro, Dr. Pedro de Sousa Lobato, a prestação de contas dos recursos que lhe haviam sido repassados, através da qual se constata que os pagamentos efetuados à Pericumã Engenharia Ltda, nas parcelas acima mencionadas, ocorreram mediante a entrega, diretamente àquela empresa, de cheques emitidos não pela Câmara Municipal, mas pela própria Prefeitura, embora contra recibo em favor daquela, a saber (cf. doc. nº 11):

1) cheque nº 463.401, de 24-07-87, no valor de Cr\$ 1.200.000,00 (Hum milhão e duzentos mil cruzados), referido na Nota de Empenho nº 142/87, da Câmara Municipal, alusivo à 1ª parcela, objeto da Nota Fiscal nº 001, de 23-07-87, da Pericumã Engenharia Ltda;

2) cheque nº 463.402, de 08-09-87, no valor de Cr\$ 88.116,30 (oitocentos e noventa e oito mil, cento e dezesseis cruzados e trinta centavos), indicado na Nota de Empenho nº 142/87, da Câmara Municipal, referente à 2ª parcela, objeto da Nota Fiscal nº 004, de 08-09-87, também da Pericumã Engenharia Ltda;

3) cheque nº 463.403, de 23-11-87, no valor de Cr\$ 401.883,70 (quatrocentos e um mil, oitocentos e oitenta e três cruzados e setenta centavos), mencionado na Nota de Empenho nº 191/87, da Câmara Municipal e referente à 3ª parcela, objeto da Nota Fiscal nº 008, de 18-11-87, da mesma PERICUMÃ; e,

4) cheque nº 463.404, também de 23-11-87, no valor de Cr\$ 496.232,60 (quatrocentos e noventa e seis mil, duzentos e trinta e dois cruzados e sessenta centavos), referido na Nota de Empenho nº 192/87, da Câmara Municipal e alusivo à complementação da 3ª parcela, consoante Nota Fiscal nº 009, também da Pericumã Engenharia Ltda.

Evidencia-se, com isso, a forma disfarçada de licitar em nome da Câmara Municipal uma obra diretamente paga pela Prefeitura à empresa Pericumã Engenharia Ltda.

Tal procedimento camuflado maliciosamente em sua origem, fica agora desvendado, na medida em que se consta que a empresa vencedora da licitação foi constituída somente após a Sarem haver comunicado a liberação dos recursos. Tanto assim é que o primeiro faturamento da Pericumã Engenharia Ltda foi efetuado por meio da Nota Fiscal de Serviços nº 001, para recebimento da 1ª parcela pela construção da sede da Câmara Municipal.

Digno de registro pela estranheza e singularidade, é o fato de que o sócio majoritário da empresa Pericumã Engenharia Ltda, detentor nada menos, nada mais, do que 60% (sessenta por cento) de seu capital social, além de possuir os poderes de gerência nos negócios e demais atos de sua firma, era o engenheiro encarregado do plano de aplicação e fiscalização das verbas que, com o prestígio direto com o Presidente da República, obteve o atual Prefeito de Pinheiro.

O relato não ficaria correto se aqui não se fizesse a referência de que o engenheiro contratado e posto à disposição da Prefeitura pela Cohab-MA — Cooperativa Habitacional do Maranhão, com ônus para a repartição de ori-

gem e recebendo da Prefeitura as diárias que julgava fazer jus, na sua função de fiscal e assessor da Prefeitura de Pinheiro, é cunhado do atual Prefeito, que por sua vez é genro do ex-prefeito e pai do Dr. Filadelfo, o Sr. Filadelfo Mendes Filho.

Nessa dupla e inusitada condição de fiscal e engenheiro de obras da Prefeitura, e gerente e sócio majoritário da Pericumã o Dr. Filadelfo compareceu pessoalmente a licitação montada para a construção no novo prédio da edilidade pinheirense (Cf. os depoimentos prestados pelo Prefeito e pelo Engenheiro, em documentos anexos).

Como é sabido, a Lei nº 5.456, de 20 de junho de 1968, manda aplicar, aos Estados e Municípios, as normas relativas às licitações para as compras, obras, serviços e alienações previstas nos arts. 125 a 144 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Por sua vez, o Decreto nº 73.140, de 9 de novembro de 1973, que regulamentava as licitações e os contratos relativos a obras e serviços de engenharia, dispõe em seus arts. 6º, VII, 92 e 94, o seguinte:

"Art. 6º Na licitação serão sempre observadas as seguintes normas, independentemente de menção expressa no ato convocatório:

VI — estará impedida de participar da licitação empresa ou consórcio entre cujos dirigentes, gerentes, sócios detentores de mais de 10% do capital social, responsáveis e técnicos, bem como entre os das respectivas subcontratadas, haja alguém que seja diretor ou servidor do órgão ou entidade que promova a licitação, ou que o tenha sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data do ato convocatório;"

"Art. 92. Responderão civil, penal e administrativamente os agentes do Poder Público que, por ação ou omissão, contrariarem o regime legal das licitações e dos contratos, considerando-se em cada caso, para a fixação das sanções, a natureza e a gravidade da infração, os danos causados e a posição hierárquica do responsável."

"Art. 94. Nos termos do artigo 1º do Ato Institucional nº 8, de 2 de abril de 1969, e das Leis nº 5.456, de 20 de junho de 1968, e 5.721, de 26 de outubro de 1971, aplicam-se às disposições deste Decreto aos Estados, Distrito Federal, Municípios e suas autarquias."

À luz desses dispositivos legais, não resta a menor dúvida de que há, na espécie, ocorrência de vícios administrativos insanáveis que estariam a justificar procedimento judicial, em nome da lisura dos atos administrativos, além da existência da prática de delitos que ensejariam a pronta interferência do Ministério Público, na sua função institucional de fiscal do cumprimento da Lei.

Para que essas irregularidades se verificassem em flagrante prejuízo para a administração pública, emprestando-lhes aparência de atos legítimos acobertados por artifícios dolosos, agiram em conluio o Dr. Pedro de Sousa Lobato, Prefeito Municipal, o Dr. José de Arimatéia Nunes, Presidente da Câmara Municipal de Pinheiro, e o Dr. Filadelfo Mendes Neto, engenheiro assessor daquela Prefeitura e sócio majoritário da Pericumã Engenharia Ltda, ganhadora da licitação.

Está fora de dúvida que em tese, pelo menos, ocorreu o crime definido pelo art. 321 do Código Penal.

E ao utilizar, indevidamente, em proveito alheio, renda proveniente de apoio financeiro concedido pela Seplan, sujeita-se, ainda, o Prefeito, às penas cominadas no art. 1º, II, do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967.

#### V — Da Execução do Contrato firmado com a Construtora Andrade — Gutierrez S/A, para implantação do "Plano de Urbanização do Município.

Ultimada, em 23 de dezembro, de 1985, a licitação promovida pela Prefeitura de Pinheiro — da qual resultou vencedora a Construtora Andrade-Gutierrez S/A (doc. nº 3) —, foi assinado, a 25 de fevereiro do ano seguinte, o contrato para execução das obras do "Plano de Urbanização" do município (doc. nº 6).

O contrato, no valor de Cr\$ 104.887.714.919,00 (cento e quatro bilhões, oitocentos e oitenta e sete milhões, setecentos e quatorze mil e novecentos e dezanove cruzeiros), teve por base as quantidades e os preços estimados na planilha (v. doc. nº 1) — da qual é cópia fiel, aliás, a Proposta Comercial da ganhadora (doc. nº 12) —, que detalha preços unitários praticados ainda em outubro de 1985.

Em 28 de fevereiro de 1986 — apenas três dias, portanto, após a assinatura do contrato —, foi decretado o Plano Cruzado que, dentre outras providências, instituiu moeda nova, sendo necessária assim, a conversão do valor avençado no dia 25 anterior.

Objetivando essa providência, foi assinado, a 21 de março seguinte, o Termo Aditivo (doc. nº 13), que, alterando a cláusula vigésima segunda do contrato inicial, fixou como novo valor da avença, feita à conversão, o montante de Cr\$ 227.677.515,15 (duzentos e vinte e sete milhões, seiscentos e setenta e sete mil, quinhentos e quinze cruzados e quinze centavos).

Por aí já se vê que o resultado da conversão foi um substancial incremento dos valores inicialmente contratados, da ordem, mais exatamente, de 117% (cento e dezessete por cento).

Realmente, cotejando os preços da Proposta Comercial (doc. nº 12) com os valores espelhados na nova planilha anexa ao Termo Aditivo (doc. nº 13), verificar-se-á que todos os preços daquela foram uniformemente majorados no aludido percentual.

A explicação dada para esse substancial incremento é a de que os preços que serviram de base ao valor estipulado no contrato inicial

tenham como referência o mês de outubro de 1985. É como o contrato estipulava cláusula de reajustamento, tal procedimento foi adotado antes de efetivada a conversão.

Ocorre, entretanto, que, aplicando-se a fórmula de reajustamento prevista na cláusula vigésima quinta do instrumento contratual, e fazendo-se a conversão dos valores dos preços unitários com o uso do fator 1.0000, constante determina o art. 9º do Decreto-Lei nº 2.284, de 10 de março de 1986, chega-se a valores indicativos de um reajustamento apenas da ordem de 78,27% e não 117%, como consta na planilha anexa ao Termo Aditivo (doc. nº 13, cit.).

Senão vejamos.

Com efeito, nos termos da mencionada cláusula contratual, os reajustamentos de preços devem obedecer à aplicação da seguinte fórmula:

$$R = 0,95 \times I_1 - I_0 \times V$$

Onde

R = valor do reajustamento procurado

$I_0$  = índice de preço referente ao 2º mês anterior ao mês de referência do orçamento básico.

$I_1$  = índice correspondente ao 2º mês anterior ao mês previsto para o pagamento.

V = valor da fatura a ser reajustada.

E aplicando-se, à fórmula acima transcrita, o índice previsto no parágrafo primeiro da mesma cláusula vigésima quinta (IGP — Disponibilidade Interna, Coluna 2 da Revista Conjuntura Econômica publicada pela FGV), tem-se o seguinte resultado:

$$R = 0,95 \times 82,42 - 45,19 \times V$$

45,19

ou seja

$$R = 0,7827 \text{ (ou } 78,27\%) \times V$$

Daí decorre que todas as faturas apresentadas à Prefeitura, por haverem sido calculadas segundo valores reajustados em 117%, contém uma cobrança indevida de +38,73%, o equivalente à diferença entre 117% e 78,27%.

Feitos os devidos cálculos, na forma do Demonstrativo de fls. 38/42, criteriosamente elaborado, chega-se à constatação de que dos Cz\$ 280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões de cruzados) já pagos à Construtora Andrade-Gutierrez S/A, Cz\$ 33.124.616, 72 (trinta e três milhões cento e vinte e quatro mil, seiscentos e dezesseis cruzados e setenta e dois centavos) foram cobrados e pagos indevidamente.

Mas não se restringem apenas a isso os aspectos ruinosos detectados na execução do contrato firmado entre a Construtora Andrade-Gutierrez S/A e a Prefeitura de Pinheiro.

De fato, se nos detivermos no exame da Planilha, juntada por cópia como Doc. nº 09 — elaborada pela própria empreiteira a pedido da Prefeitura, para viabilizar a liberação de mais recursos junto à Seplan —, verificaremos que, não satisfeita com o indevido reajustamento dos preços unitários em + 38,73%, a Construtora Andrade-Gutierrez S/A ainda cobra do município preços bem superiores

àqueles indevidamente reajustados em 117% na Planilha de março de 1987.

É o que se vê do Demonstrativo de fls. 44, montado a partir da já referida Planilha, onde fácil é perceber, por exemplo, que em serviços como o de terraplenagem (item 2 — Doc. nº 13), para um total inicialmente previsto de 117.180m³ de escavação (somatório dos quantitativos dos itens 2.2 a 2.6), cotados a preços unitários nunca superiores a Cz\$ 39,99 (trinta e nove cruzados e noventa e nove centavos), a mencionada empreiteira tem cobrado Cz\$ 88,33 (oitenta e oito cruzados e trinta e três centavos) por metro cúbico já escavado (confira-se dividindo o valor das obras "já executadas" pelo quantitativo registrado na coluna "quantitativos realizados").

O mesmo ocorre, por outro lado, com serviços como drenagem (item 10 da Planilha — Doc. nº 13) e pavimentação (item 3.7 daquela Planilha), cujos preços cotados, respectivamente, a Cz\$ 782,89 (setecentos e oitenta e dois cruzados e oitenta e nove centavos) e Cz\$ 137,05 (cento e trinta e sete cruzados e cinco centavos), foram cobrados a Cz\$ 2.147,93 (dois mil cento e quarenta e sete cruzados) e noventa e três centavos) e Cz\$ 276,92 (duzentos e setenta e seis cruzados e noventa e dois centavos), nessa ordem.

Outras irregularidades dependeriam, para comprovar-se, do espelho de medição dos serviços realizados em Pinheiro, documento que, não obstante os esforços de assessoria do Senado, foi negado tanto pela empreiteira, como pela Prefeitura, da qual recebemos a informação, via contato telefônico mantido com o Engenheiro, Dr. Filadelfo Mendes Neto, de que recebera ordem, sem precisar de quem de "não deixar sair mais nenhum papel".

A tudo o quanto foi acima apontado, adicione-se, também, a constatação de que os preços cotados na Planilha que deveria servir de base ao julgamento das propostas (Doc. nº 01) eram significativamente superiores aos preços praticados na região.

Basta comparar, a propósito, os valores consignados para alguns itens no Quadro de fls. 43, onde postos, lado a lado, os preços cotados em outubro de 1985 (cf. composições de custos unitários enviadas após retornarmos a esta Capital — Doc. nº 08) e aqueles praticados, para esses mesmos itens, em nível regional.

Registre-se, também, por oportuno, que a instâncias da própria Andrade-Gutierrez S/A, foram mantidos dois cotados, aqui no Senado, com técnicos daquela empresa, cujas explicações, não obstante o denodado esforço empreendido, não lograram modificar as conclusões que este relatório resume.

Assim postos os fatos, forçoso é concluir, em suma, que tanto o contrato firmado em fevereiro de 1986, quanto a sua posterior execução, foram extremamente ruinosos para o erário, o que, aliado à vasta gama de infrações e ilícitos apontados ao longo do presente relatório, ainda mais sedimenta a convicção de que se toma imprescindível e inadiável que todos os atos relativos às aplicações das ver-

bas federais remetidas pela Seplan sejam submetidos ao exame do Poder Judiciário, tanto no que se refere aos aspectos de reparação civil, como e principalmente pelas implicações de natureza delituosa.

#### VI — Do BDI e a Taxa cobrada pela Andrade-Gutierrez S/A por obras e serviços sobre o regime de Administração contratada

Sobre as obras e serviços contratados com Prefeitura de Pinheiro, a Construtora Andrade-Gutierrez S/A aplicou o elevado BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) de 45% (quarente e cinco por cento).

O mencionado percentual, segundo publicação patrocinada pela própria empreiteira (Jornal de Brasília, edição de 31/03/88, pág. 3), teria a seguinte estrutura:

Administração local	9,9%
Administração Central	5,4%
Despesas financeiras	12,9%
Seguro	0,6%
Lucro e impostos	16,2%
	45%

Tais cálculos, não resistem ao exame mais superficial.

Tome-se, por exemplo, o item "administração local", e logo se verá que o percentual a ele atribuído é extremamente elevado (9,9%), pois é inadmissível que apenas com engenheiros, mestres-de-obras, almoxarifes, etc., sejam consumidos quase 10% (dez por cento) do valor dos custos diretos de obras e serviços que estavam orçados, já em outubro de 1985, em mais de Cz\$ 70.000.000.000,00 (setenta bilhões de cruzeiros).

O mesmo se diz do item "lucros e impostos", com o percentual de 16,2% (dezesseis e dois décimos por cento), porque, como se vê das faturas emitidas pela própria empreiteira, sequer lhe fora exigido o pagamento de ISS. Até o imposto de renda incidente sobre o lucro, portanto, cobrou-se da prefeitura.

Agora, uma rápida referência ao percentual cobrado pela execução de obras e serviços sob regime de administração contratada, da ordem de 30% (trinta por cento), segundo a cláusula vigésima quarta, parágrafo segundo, do contrato (doc. nº 06).

Oportuno é esclarecer que são remuneradas, nesse percentual, as aquisições, por exemplo, de equipamentos e materiais como bombas, peças, conexões, tubos, válvulas, etc., destinados à operação dos sistemas a serem montados.

O mesmo ocorre, por outro lado, com serviços realizados por terceiro.

Ora, evidentemente que se trata de atividades de mera intermediação, quase sem nenhum risco, insuscetíveis de justificar a cobrança do tão elevado percentual.

#### VII — Das tratativas desenvolvidas para a obtenção dos recursos necessários à implantação do "Plano de Urbanização" de Pinheiro e os elevados custos desse plano para o município.

Declarações prestadas pelo próprio Prefeito de Pinheiro (doc. nº 14), são incisivas e pe-

remptórias no sentido de que todos os entendimentos havidos para esse fim, isto é, a implantação do "Plano de Urbanização do Município", foram feitos diretamente por ele com o Senhor Presidente da República, de quem, ao final, após várias audiências, obteve o compromisso de que "iria empenhar-se para que os recursos fossem obviados".

Afirma ele, ainda, em seguida, que "com base na segurança de que Pinheiro iria ter recursos suficientes para as obras planejadas, começou a preparar os itens prioritários que deveriam ser atacados, relativos à drenagem, água e esgoto, terraplenagem, pavimentação, aeroporto e cais, projetando as estimativas, àquela ocasião, para os seus custos, dando, pessoalmente, conhecimento desses valores ao Presidente da República".

Baseado na palavra empenhada e do próprio chefe da Nação, e ainda segundo suas próprias palavras, "com a segurança dada sobre os empréstimos" (sic), fez publicar no Diário Oficial do Estado "o edital nº 01/85, com o escopo de selecionar empresas ou empresa que pudessem cumprir a agenda de trabalho", havendo comparecido uma única interessada em participar da licitação — a Construtora Andrade-Gutierrez S.A.

O Prefeito assim agira diante de certeza de que a palavra oficial do Presidente da República seria cumprida e imediatamente os recursos seriam despachados para Pinheiro para cobrir os gastos decorrentes do contrato que acabara de firmar, inclusive, em dia de festa comemorada no "Casino Pinheirense", tendo como testemunhas do instrumento o próprio Deputado José Samey Filho e seu irmão, Dr. Fernando Samey (doc. nº 06).

Prosseguindo em seu depoimento, afirma o Dr. Pedro de Souza Lobato que a Construtora Andrade-Gutierrez S.A., ao participar da licitação, "já havia tomado conhecimento de que a Prefeitura não tinha dinheiro para o início das obras, mas mesmo assim os seus representantes legais confiaram no empenho presidencial a assinar o contrato" (doc. nº 14).

Essas declarações são inquestionavelmente corretas e se ajustam ao que subsequente-mente veio a acontecer, pois embora as obras houvessem se iniciado em março de 1986, a empreiteira só veio a receber a primeira parcela, no montante de Cz\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzados), em julho de 1987. Financiou as obras, por conseguinte, ao longo de mais de um ano...

O desprendimento da empreiteira, se de um lado quis implicar em ato de especial atenção e até de insólita generosidade para com a terra natal do Presidente da República, converteu-se, na verdade, em expediente altamente lesivo e danoso à administração pública do município de Pinheiro e da União.

Defato, dos Cz\$ 280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões de cruzados), liberados e pagos à empreiteira, apenas Cz\$ 69.351.052,61 (sessenta e nove milhões, trezentos e cinquenta e hum mil, cinquenta e dois cruzados e sessenta e um centavos) se referem às obras e serviços efetivamente reali-

zados, ao passo que o restante no alto valor de Cz\$ 182.091.433,44 (cento e oitenta e dois milhões, noventa e hum mil, quatrocentos, e trinta e três cruzados e quarenta e quatro centavos) foi despendido com correção monetária e Cz\$ 28.557.523,95 (vinte e oito milhões, quinhentos e cinqüenta e sete mil, quinhentos e vinte e três cruzados e noventa e cinco centavos), com juros de mora, em função do atraso no pagamento das medições.

O censurável nem seria em si o pagamento desses encargos, embora inusuais em contratos administrativos dessa natureza, pois tais ônus foram previstos tanto no edital quanto no próprio contrato, como a contemplar exatamente o que sucedeu, previsível em cláusula fictícia que não se havia incorporado ao contrato de empreitada.

O que causa espécie, sem dúvida, no caso, são os gravíssimos prejuízos e danos consequentes que se sucederam ao compromisso do "empenho presidencial", pois a demora na liberação dos recursos prometidos não só onerou de modo excessivo os custos das obras e demais serviços, em virtude dos elevados aumentos decorrentes dos financiamentos contratuais, como também — o que é inescusavelmente imperdoável e gravíssimo — fez recair sobre a responsabilidade do frágil erário municipal compromissos contratuais que devem juridicamente ser cumpridos hoje ou amanhã, salvo providência corretiva de ato jurisdicional — compromissos que superam em muitas vezes a capacidade de endividamento municipal e ultrapassam irresponsavelmente a sua modesta arrecadação anual.

A gravidade desses fatos e o que deles pode advir estão nitidamente delineados nos próprios cálculos elaborados pela Prefeitura, por ocasião de seu último pedido de reforço de verbas dirigido à Seplan (doc. nº 15), necessário para cobrir dívida vencida com a empresa empreiteira, que atinge, em valores fixados em OTN de abril do corrente ano, a astronômica importância de Cz\$ 1.350.000.000,00 (hum bilhão e trezentos e cinqüenta milhões de cruzados). Isso significa que em hipótese alguma terá a Prefeitura de Pinheiro condições de solvê-la, salvo por milagroso socorro da União, ou de mais um gesto concreto de generosidade da Construtora Andrade-Gutierrez, traduzido formalmente no perdão do que lhe cabe. Acrescente-se, ainda, a isso, o fato de que restam 20% das obras a serem realizadas.

#### VIII — Conclusões e recomendações

O "Plano de Urbanização" do município de Pinheiro encerra a cena montada pela empresa vencedora da Concorrência 01/85, para que chegasse ao resultado da adjudicação a seu favor das obras objeto de uma arranjada licitação que já tinha o seu resultado definido.

Seria esse apenas um propósito do lobby da empreiteira, que já possui algumas obras no Estado do Maranhão, de grande expressão pecuniária, para agradecer pessoalmente o Presidente da República e obter outras, ou se trata, além disso, de um cartel montado, à sombra do Poder, para dirigir a distribuição de obras de grande porte no emprego das

polpudas verbas que são financiadas pelo Erário Nacional?

De qualquer maneira, trata-se de juízo que se é permitido formular diante de coincidências extremamente curiosas, a exemplo do que ocorreu aqui em Brasília no encaminhamento da concorrência realizada pela Caesb — autarquia da administração pública do Distrito Federal — que igualmente fez adjudicar à Construtora Andrade-Gutierrez S.A. as obras de despoluição do Lago Paranoá, envolvendo milhões de dólares, e que, inclusive, está merecendo investigação da Comissão do Distrito Federal, no Senado da República, através de Subcomissão de Inquérito, cujas conclusões até aqui determinantes recomendam a sua anulação (doc. nº 16 — Parecer do relator, aprovado por três votos a dois, ainda inconclusa a votação, por mais uma misteriosa coincidência).

Em época mais remota, também saiu vitoriosa a mesma empresa em concorrência realizada pela Prefeitura de Jundiá, no Estado de São Paulo, em que o *modus operandi* para a adjudicação obedeceu a critérios semelhantes aos usados em Pinheiro e em Brasília.

Pende, igualmente, a respeito da licitude dessa concorrência, ação popular ajuizada naquela Comarca, ora em fase de julgamento, conforme se vê pela documentação ora anexa (doc. nº 17).

Adotando procedimento e comportamento inteiramente diferentes à época da visita da CPI a Pinheiro, quando ela se dirigiu àquela cidade, já em Brasília, de regresso, o Dr. Pedro de Sousa Lobato, Prefeito Municipal, fez publicar farta matéria paga no jornal o "Imparcial", de São Luiz, edição do dia 3-4-88 em que, dentre outras imprecisões, salienta que o responsável por este relatório teria usado expedientes de tortura, tipicamente nazistas, para a coleta do depoimento que faz parte integrante deste relatório (doc. nº 18).

A este propósito, cumpre salientar que ambos os depoimentos ali tomados — o do Prefeito e de seu cunhado e engenheiro de obras — o foram em ambiente de cordialidade, obedecidas as formalidades legais, tendo servido de datilógrafo dos respectivos termos um alto funcionário da Prefeitura — ocupante de uma de suas Secretarias — e na presença dos Assessores do Senado que integravam a Comissão, além de outros funcionários daquela municipalidade e de representantes da imprensa.

O curioso é que, logo em seguida, também foram republicadas, em forma de matéria paga, nas edições dos jornais *Côreio Brasileiro* e *Jornal de Brasília*, do dia 7-4-88, através da agência de publicidade "Trianon Publicidade e Assessoria Ltda.", segundo se vê pela juntada dos recortes anexos (docs. nºs 19 e 20), cuja responsabilidade está sendo, por dever de ofício, apurada convenientemente.

Tal registro não teria sentido se, do fato, não se extraíssem conclusão que o torna indispensável, como adiante se verá.

O sistema presidencialista de governo, confirmado com as sofisticadas introduzidas pela Constituinte neste primeiro turno de votação,



e tradicional na vida republicana brasileira desde a sua institucionalização em 1891, coloca sobre os ombros do Presidente da República as altas responsabilidades de Chefe de Governo e de Estado. Os atos promanados da Presidência, máxime na alocação de grandes recursos da Administração, implicam necessariamente planos de sua aplicação e a respectiva prestação de contas do que deles é feito.

Não cabem neste relato digressões a respeito da generosa aplicação de verbas a Fundo perdido, sobretudo quando a Federação foi umbilicalmente discriminada, permitindo-se que substancial parte dessas verbas fosse distribuída isoladamente aos Estados do Maranhão, terra natal do Presidente da República, e a Minas Gerais, do ex-Ministro Aníbal Teixeira, pois do total entregue, no montante de Cr\$ 4.142.556.800,00 (quatro bilhões, cento e quarenta e dois milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil e oitocentos cruzados), 17,79% couberam ao Maranhão, enquanto que 26,83% se destinaram a Minas Gerais, perfazendo o total de 44,62%.

Mas é pertinente a análise do genérico para se chegar ao específico.

Tal discriminação, odiosa com relação aos outros Estados, mereceu inclusive do próprio ex-Ministro João Sayad a afirmação de que "vetaria a liberação de Cr\$ 230 mil para cidade de Samey".

Em entrevista publicada na edição do dia 13 próximo passado, a página A-4, da *Folha de S. Paulo*, acrescentou que "caso o Presidente da República se dispusesse a três vezes o orçamento do município — ele, Sayad, trataria de alertá-lo a respeito "da concentração abusiva e injustificável" de recursos federais a fundo perdido em apenas um município (doc. nº 21).

Só que o ex-Ministro Sayad se equivocou; o montante não é o de Cr\$ 230.000.000,00 (duzentos e trinta milhões de cruzados), mas Cr\$ 282.985.000,00 (duzentos e oitenta e dois milhões e noventa e oitenta e cinco mil cruzados), além de mais Cr\$ 164.000.000,00 (cento e sessenta e quatro milhões de cruzados), o equivalente a bem mais vezes o orçamento do município.

Define o art. 2º da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 — Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União — que "para os efeitos deste Estatuto, funcionário é a pessoa legalmente investida em cargo público; e cargo público é o criado por lei, com denominação própria, em número certo".

Por seu turno o artigo 327 do Código Penal prescreve que "considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública".

Claro está, portanto, que o Presidente da República é um funcionário público investido nos termos que a Constituição assegura.

É de indagar-se o Presidente da República, ao receber o Prefeito de Pinheiro e ter com ele assumido o compromisso de obter verbas para o chamado "Plano de Urbanização", que lhe foi exposto, com a implicação, inclusive,

de complementação orçamentária do que precisa alocar para atender ao volume do empreendimento, teria infringido dispositivo expresso, capitulado no artigo 82, da atual Constituição, que define os crimes de responsabilidade do Presidente da República.

As provas então colhidas põem em evidência que o Senhor Presidente da República formalizou o comprometimento de recursos pertencentes à União, em proveito do Município de Pinheiro, pela única circunstância, nunca desculpável, de que essa cidade lhe serviu de berço natal; e que, depois de autorizar o esquivo emprego de valores tão altos, com dano para o erário federal, ordenou a remessa repassada de inaceitável liberalidade, com nítida exorbitância dos poderes constitucionais e sem o mais tênue resquício de amparo legal. A agravar-lhe a conduta, ainda emerge dos fatos a revelação de que a execução do próprio plano de urbanização da cidade e de sua periferia pendeu de expressa anuência do Chefe do Governo, o que materializa a ilação óbvia de vinculá-lo à situação de falência da Prefeitura de Pinheiro, diante da obrigação assumida com a Construtora Andrade Gutierrez S.A., primeira e principal beneficiária dessa sucessão de descabros de que a municipalidade foi a um só tempo palco e protagonista.

Acresça-se a estas observações, submetidas em forma de sugestão à sensibilidade e à erudição do eminente relator da CPI, a ponderação de que se faria sujeitar o primeiro magistrado da Nação à incidência expressa do art. 89 da Constituição de 46, cujo inciso VI já definia como crime de responsabilidade e fato de violar o dever de "guarda e do legal emprego dos dinheiros públicos".

O texto constitucional vigente, hoje, dá à regra redação diferente, incluindo no rol de tais crimes a ação presidencial que atentar contra "o cumprimento das leis e das decisões" (art. 82).

Dever-se-ia inferir que a diversidade do enfoque, no novo texto, afasta do conceito de crime de responsabilidade aquele incúrio quanto à guarda e emprego dos recursos do erário?

Primeiramente, cumpre consignar que a discrepância nos dispositivos é só aparente. Com efeito, qualquer destas duas disposições, a de 46 e a de 69, independentemente da forma em que foram redigidas, incidiria sobre o mesmo fato afrontoso à Constituição que resultasse no descumprimento da lei, em matéria de guarda ou mau emprego dos dinheiros públicos.

Há mais. Diferentemente da Constituição de 1946, que fora elaborada anteriormente à Lei 1.079, de 10 de abril de 1950, o texto constitucional de hoje poderia prescindir, como afinal prescindiu, de tão minuciosa redação, exatamente porque a matéria, isto é, o crime de responsabilidade do Presidente da República, de que a Lei trata, no capítulo VII, art. 11, item I, está neste diploma legal suficientemente definido e declarado. Basta, para a hipótese de aplicação da sanção própria, a mera incidência da diaposição da lei, cuja vigência sob ne-

nhum aspecto conflita com a regra constitucional. Pelo contrário, dá-lhe fatal aplicabilidade.

Os exorbitantes compromissos assumidos pela Prefeitura de Pinheiro, segundo o Prefeito, com base na palavra oficial do Presidente da República que assegurou remessa do dinheiro necessário, tipifica o crime de responsabilidade?

Assevera o professor Roberto Lyra que:

"O sujeito ativo, assume compromissos especiais com o Estado e a sanção penal importa a cobrança de inobservância dos deveres mais importantes impostos, não ao indivíduo ou ao cidadão, mas ao funcionário público" (*In Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro*, do prof. Carvalho Santos, vol. 14, pág. 17).

É nessa condição, isto é, a de funcionário público, que me parece indiscutível que o Presidente da República — afastada a incidência das outras ocorrências dessa natureza, já caracterizadas perante esta CPI, mas que serão seguramente objeto de exame futuro por parte do relator e demais senadores — incorreu na prática de crime de responsabilidade.

Como o depoimento prestado em Pinheiro está sendo apontado com o vício de que o Prefeito o declarou constringidamente, isto é, *sob tortura*, proponho que, preliminarmente, para confirmá-la ou não, seja o Dr. Pedro de Souza Lobato convidado novamente a depor perante esta CPI, a respeito do que, espontânea e livremente declarou a esta delegação em sua cidade, providência aliás já aprovada na penúltima reunião desta Comissão.

Após as declarações a serem prestadas, cumprirá ao Relator, nos termos da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, que "define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo e julgamento", caso acolha esta providência que entendo ser de absoluta conveniência, propor o encaminhamento à Câmara dos Deputados para a abertura do procedimento a que se refere a citada lei.

Cumpro aqui, Senhores Senadores, a greve de responsabilidade de assumir integralmente a recomendação para o acolhimento desta sugestão, afinal resultante de profunda meditação e o firme propósito de servir ao meu País e dar cursos ao cumprimento do mandato que o povo de Brasília me outorgou.

Não me filio à corrente de que em nome da transição se deva tolerar ou silenciar diante do que, por convencimento absoluto, passou a ser para mim uma questão de patriotismo, lealdade para com o nosso Povo, em nome do que tanto se alardeou como pilar básico da Nova República, na transparência, seriedade e probidade de seus atos.

Além das providências acima mencionadas, em conclusão proponho que este relatório, bem como todas as peças que o instruem sejam remetidos ao Ministério Público Federal, a fim de que sejam tomadas as providências a seu cargo, algumas delas, a meu juízo, com a brevidade que se querem, principalmente:

a) o acurado exame para o ajuizamento da ação cabível contra a Construtora Andrade-



Gutierrez S.A., tendo em vista que os cálculos de seus haveres excedem em muito ao que o contrato determine e concomitantemente se ajuze outra medida destinada a anulação da Concorrência nº 01/85, que beneficiou aquela empreiteira, e o enquadramento penal de seus responsáveis;

b) sejam denunciados, diante da farta prova contida neste relatório, pela existência de crimes tipificados, o Prefeito Municipal de Pinheiro, Dr. Pedro de Souza Lobato; o Presidente da Câmara de Vereadores, Dr. José de Arimatéia Nunes e o Dr. Filadelfo Mendes Neto, engenheiro fiscal de obras e sócio majoritário da Pericumã Engenharia Ltda; e,

c) sejam tomadas as providências judiciais indispensáveis ao ressarcimento dos cofres públicos, em face da locupletação dos que foram ilegalmente favorecidos pela tomada de Preços irregular e ilícita, no município de Pinheiro.

É o relatório.

Sala das Comissões, 17 de maio de 1988.  
— Senador *Maurício Corrêa*.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Apresentado o relatório pelo nobre Senador *Maurício Corrêa*, caberá ao nobre Relator, Senador *Carlos Chiarelli*, examiná-lo, estudá-lo e, em face do andamento dos trabalhos desta Comissão, concluir pelo seu aproveitamento, dentro daquilo que S. Ex<sup>a</sup> achar necessário.

Consulto a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador *Carlos Chiarelli*, se deseja expressar algumas considerações sobre o relatório do Senador *Maurício Corrêa*.

O SR. RELATOR (*Carlos Chiarelli*) — Creio que a fls. 33 o Senador *Maurício Corrêa*, que realizou um trabalho minucioso, detalhado, que buscou uma coleta de provas realmente robusta, e que vai merecer da relatoria cuidado e a exigência de um trabalho que tem que ser idôneo e que será exaustivo, mas importante e exaustivo, o Senador *Maurício Corrêa*, Sr. Presidente, diz, aqui, ao iniciar o capítulo das conclusões, que: "Acresça-se a essas observações, submetidas em forma de sugestão à sensibilidade e à erudição do eminente Relator da CPL..."

Então, evidentemente, temos, aqui, por parte do Senador *Maurício Corrêa*, no desempenho fiel da tarefa que lhe foi delegada pela Comissão, e a partir da sugestão do Relator, dentro da idéia daquele acompanhamento, através de vitórias e inspeções aos municípios que tenham recebido recursos a fundo perdido da Seplan e que tenham sido os mais bem-dotados, nos estados mais bem-dotados, tarefa que não se esgota, nem se concentra apenas nesse município e nesse Estado, e que terá continuidade neste fim de semana, com as viagens do Senador *Mendes Canale* a dois municípios de São Paulo, do Senador *Mansueto de Lavor* e dois municípios de Minas Gerais, do Senador *José Paulo Bisol* a municípios do Ceará. Dentro dessa estratégia de levantamento e acompanhamento da situação da aplicação desses recursos, o Senador *Maurício Corrêa* traz, portanto, esses subsídios, que

os recolho e os recebo, para o necessário exame e com a seriedade que a tarefa exige, com a formulação de profundos agradecimentos ao Senador *Maurício Corrêa* pelo trabalho amplo, sério, pela coleta de provas, que entrega como achegas a esta relatoria e pela certeza de que a relatoria haverá de examinar a matéria com aquele espírito que pauta esta Comissão e que tem sido uma característica permanente do nosso trabalho, fundamental para o processo democrático, que é somar a isenção com rigor. É assim que vamos examinar esse documento, como temos examinado todos os documentos que por aqui passaram, valorizando-os examinando-os e deles tirando os resultados necessários, que haverão de estar, no limite do entendimento da Comissão, incluídos no relatório final.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Antes de encerrar os nossos trabalhos desta manhã, a Presidência manterá contato com o Senador *José Paulo Bisol*, com o Senador *Mansueto de Lavor* e com o Senador *Mendes Canale*, acerca da viagem que deverão realizar nos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Ceará, e vai, também, de acordo com o nobre Relator, preparar o cronograma para a próxima semana, mantendo, evidentemente, os devidos contatos. E, antes de encerrar.

O SR. MARCONDES GADELHA — Sr. Presidente, eu peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Concedo a palavra ao nobre Senador *Marcondes Gadelha*.

O SR. MARCONDES GADELHA — Sr. Presidente, respeito profundamente o Senador *Maurício Corrêa*, respeito o jurista, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, respeito o colega *Maurício Corrêa*, mas não respeito a sua obra, Sr. Presidente. Eu não sei se isso é uma peça de contestação de alguma empresa derrotada na concorrência, algum arrazoado, tamanha a insistência com que se discutem os vícios, os supostos vícios na tomada de preços no edital de concorrência pública e, inclusive, em outros editais onde a empresa *Andrade Gutierrez* disputou, tamanha a insistência em sair mesmo do leito natural das investigações para discutir outros assuntos que me dão direito de pensar também por esse ângulo.

S. Ex<sup>a</sup> — isso é uma primeira hipótese — contestou, inclusive o fato de a Prefeitura de Pinheiro poder montar o plano de urbanização, porque não tem engenheiros disponíveis, o que, evidentemente, suponho que uma prefeitura poderia contratar qualquer entidade, grupos de engenheiros ou o que seja para montar um plano de urbanização. Da mesma forma como surpreende, aqui, o mar de conhecimentos de engenharia demonstrado pelo nobre Senador *Maurício Corrêa*, que evidentemente não pode ser da sua lavra, porque eu o tenho como advogado brilhante e não como *expert* em álgebra, em matemática, em engenharia, em resistência de materiais, etc. No entanto, S. Ex<sup>a</sup> brilha aqui com a contestação de dados, que eu me confesso, evidente-

mente, incompetente para analisar assim, à primeira vista, esses números, mas me surpreende, da mesma forma como surpreendeu S. Ex<sup>a</sup>, que a Prefeitura de Pinheiro pudesse montar um plano de urbanização.

A segunda hipótese, Sr. Presidente, e eu espero que as duas não sejam verdadeiras, é de que isso também pudesse ser uma peça publicitária, da campanha do Senador para o Governo do Estado, do Governo do Distrito Federal. De qualquer forma, me parece, pelo aspecto bombástico das conclusões, com base, Sr. Presidente, em textos e trechos usados no condicional, todo o tempo, estar aqui o prefeito, e o essencial, onde se baseia o Senador *Maurício Corrêa*, diz: "O prefeito assim agira diante da certeza de que a palavra oficial do Presidente da República seria cumprida e mediante recursos que seriam despachados para Pinheiro, etc". Eu não sei como é que se usa o condicional com tanta força para se concluir por um pedido de representação por crime de responsabilidade política contra o Senhor Presidente da República.

Sr. Presidente, creio que descartadas as duas hipóteses de que isso seja um arrazoado de contestação de alguma empresa derrotada, de que seja uma peça de publicidade do Senador, o acolhimento que esta Comissão vier a dar a esse texto, Sr. Presidente, a meu ver, vai tirar de uma vez por todas a máscara desta Comissão, e de que se trata, efetivamente, de uma ação política concertada com base em pré-julgamentos para denegrir a imagem do Presidente da República.

O Senador *Maurício Corrêa*, inclusive, ousa afirmar coisas que nem o Presidente desta Comissão afirmou, quando diz que existem outras acusações contra o Senhor Presidente da República, que induziriam à hipótese de crime de responsabilidade. Nós sabemos que há um requerimento do Senador *Alexandre Costa* pedindo informações nesse sentido, que foram negados.

No entanto, todos esses conjuntos de pré-julgamentos, de versões de meias verdades, de insinuações, tudo isso, Sr. Presidente, está sendo usado publicamente para atingir a imagem do Senhor Presidente da República numa hora difícil em que atravessa o País. Ainda ontem, o Senhor Presidente encaminhou, com o apoio da grande maioria dos Governadores deste País, um plano de recuperação econômica a curto prazo. No entanto, verificamos que esse instrumento é inconsistente, insubstancial e que levará a um sencionalismo, a uma discussão em torno de um vazio, da mesma forma que aconteceu àqueles Decretos de nºs 94.042 e 94.233, que confundirá, evidentemente, a opinião pública durante algum tempo, até que a verdade se esclareça com toda a sua intensidade e o seu brilho.

Lamento profundamente essa peça consignando, mais uma vez, o meu respeito ao Colega *Maurício Corrêa*. Mas estranho que S. Ex<sup>a</sup> se utilize de meandros tão complicados, tão longos, tão confusos e tão perdidos no tempo e no espaço para chegar a uma conclusão desta gravidade que, evidentemente, só pode

trazer um sobressalto para a Nação inteira. Não é brincadeira o que se está fazendo com base nesse artifício, nessa coisa banal.

Não vou discutir, aqui, se a comunidade de Pinheiros tem ou não mérito para receber duzentos e oitenta milhões de cruzados. Trata-se de pessoas nascidas neste País com os mesmos direitos que tem a população de São Paulo de receber um metrô que estamos pagando até hoje e não sabemos o quanto custou. São pessoas perdidas nos confins de uma região inóspita que, por isso mesmo, têm direito a um tratamento desigual pelas condições desiguais que enfrentam. Tanto direito quanto o Estado do Paraná de receber a sua Hidroelétrica Itaipu, ou quanto tem o Estado do Rio de Janeiro de receber a sua termonuclear de Angra dos Reis, ou tanto merecimento quanto tem o povo do Rio Grande do Sul de receber novecentos bilhões de cruzeiros para socorrer um rombo causado nos bancos e, desgraçadamente, sancionado por este Congresso Nacional.

Não vou discutir se o povo de Pinheiros tem direito ou se tem merecimento ou se cabe ao Senhor Presidente da República um carinho especial para com a sua terra. Vejo, Sr. Presidente, a mesquinhez que está implícita nesta matéria. Tenho a absoluta certeza de que o Sr. Senador Maurício Corrêa não está muito interessado onde isso vai chegar. S. Ex.<sup>a</sup> está muito mais interessado no que vai acontecer amanhã, ou nos próximos dias, com relação à imagem do Senhor Presidente da República. Até que a resposta chegue à altura competente, será difícil reparar o dano causado, há um provérbio inglês que diz: "A bola não cola, mas deixa uma mancha na parede"! Uma acusação feita por um Senador com essa responsabilidade, com base numa peça, toda ela ainda carente de verificação, porque S. Ex.<sup>a</sup> é quem pede para que o prefeito venha depor novamente, porque paira uma dúvida a respeito de esse prefeito se sentir de alguma forma constrangido. Portanto, a própria consistência das informações prestadas pelo prefeito nas quais se baseia o Senador Maurício Corrêa para inquirir o Senhor Presidente da República do crime de responsabilidade está colocado sob suspeita pelo próprio Senador Maurício Corrêa que exige um novo depoimento do prefeito.

Sr. Presidente, todos esses cálculos essas contas contestadas pelo Senhor Maurício Corrêa, sobre as quais acrescenta-se o reajuste de trinta e três milhões, saldo negativo que S. Ex.<sup>a</sup> chama de gravíssimo contra o erário público, tudo foi linear ou unilateralmente pelo Senador Maurício Corrêa. Ninguém tem condição, neste momento, de contestar. Mas S. Ex.<sup>a</sup> já, apressadamente, com base num depoimento que ele próprio coloca como passível de um reexame — tanto que pede novamente a convocação do prefeito — e com base em cálculos que somente S. Ex.<sup>a</sup> fez, pedir, Sr. Presidente, de imediato, a acusação exime de responsabilidade, creio que esta é uma brincadeira que está indo longe demais, profundamente desagradável não só para o Senhor

Presidente da República, mas também para esta própria Instituição Congressual das CPI. Há, nesse momento, uma expectativa muito forte da população, em torno do que pode uma CPI produzir em termos de averiguação da verdade.

O povo brasileiro quer ver a cara dos corruptos deste País. Lamentavelmente, esta CPI, ao enveredar na busca de um resultado político, está-se esquecendo deste elemento essencial, que pode levar a uma frustração muito grande e à própria descrença da população neste instrumento congressual de investigação, afóra os prejuízos à que estão sendo causados neste momento à credibilidade nacional lá fora, em jornais e revistas utilizando textos desta natureza, aquém, fracos, inconsistentes, apressam-se, evidentemente, no estardalhaço que só beneficia os nossos competidores comerciais e só prejudica a credibilidade deste País na sua negociação externa, que só denigre a imagem, porque ninguém quer transacionar com um País, onde campeia a corrupção. Estes fatos precisam ser modificados por uma comissão, antes de apresentar, como conclusivos, ou pedir a incriminação de pessoas, documentos como esses todos eles civados, eu diria, Sr. Presidente, de um *Tour de Force*, para não dizer uma paixão e um objetivo adrede buscado, independentemente dos fatos.

Reservo-me analisar esse documento com mais detalhe. Pelo que ouvi à primeira vista, pelo que li, a minha sugestão é de que esta Comissão não deveria levar em consideração. Acho que esse documento prejudica, no final das contas, a própria CPI, porque revela um propósito político. No ato de punçar esta pequena cidade do interior do Maranhão e declarações que teriam ou não sido prestados, no condicional, e passar-se para um fato desta gravidade, Sr. Presidente, quero crer que isto terá um efeito bumerangue, voltando a opinião pública contra a própria seriedade, imparcialidade, isenção que se exige de uma comissão dessa natureza.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Senador Maurício Corrêa, antes de dar a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>, eu gostaria de dizer, Senador Marcondes Gadelha, que as insinuações, quanto ao Senador Maurício Corrêa, S. Ex.<sup>a</sup> responderá. Apenas quero, como Presidente eventual desta Comissão, repelir veementemente a expressão de V. Ex.<sup>a</sup>, dizendo que vai tirar a máscara da Comissão. V. Ex.<sup>a</sup> está lidando com um colega...

O SR. MARCONDES GADELHA — Não, eu disse que ela tirou.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — V. Ex.<sup>a</sup> está lidando — permita-me com o maior respeito que me deve — com colegas, com Senadores Iguais a V. Ex.<sup>a</sup>. Aqui, ninguém usa máscara, Senador. A nossa face é esta mesma. Aqui, ninguém é pierrô nem arlequim. Estamos cumprindo uma missão e dela não nos afastaremos, quer alguns gostem ou não. Enquanto aqui estivermos — no meu caso, substituindo eventualmente o Presidente desta Comissão faremos cumprir todas obrigações

desta Comissão. Máscara, Senador Marcondes Gadelha, outros podem usar, mesmo não havendo baile carnavalesco, outros podem mudar de posição, outros podem ter outras atitudes, mas nós outros, aqui, não, Senador. Repilo, portanto, e lamento veementemente que V. Ex.<sup>a</sup> tenha se referido à máscara da Comissão, que age como V. Ex.<sup>a</sup> está vendo abertamente. Os depoimentos são tomados abertamente, em público, não são depoimentos tomados em sessões secretas. E poderia até sê-lo, como aconteceu na Comissão que presidi, Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Acordo Nuclear.

V. Ex.<sup>a</sup> se refere à imprensa estrangeira. É o próprio Ministro da Justiça que aí está, que faz parte do Governo do Senhor Presidente Sarney, que propôs aqui, neste Senado, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, baseado em imprensa estrangeira, a revista Der Spiegel, quando esta revista acusa militares brasileiros de haverem se apropriado de dólares no programa nuclear brasileiro.

Portanto, Senador Marcondes Gadelha, V. Ex.<sup>a</sup> tem o direito e dever, de estar aqui, sempre presente — e as vezes não está, tem os seus motivos para isso mas V. Ex.<sup>a</sup> não tem o direito pelo menos ainda, uso o advérbio de tempo, para V. Ex.<sup>a</sup> já que V. Ex.<sup>a</sup> quis usar o condicional para o Senador Maurício Corrêa, pelo menos ainda — vai advérbio do tempo — de definir os rumos dessa Comissão, que, até agora, tem trabalhado com patriotismo, com denodo, no sentido de demonstrar, não a ela, mas os próprios ex-Ministro de Estado do Governo que hoje V. Ex.<sup>a</sup> defende, como defendeu outros governos, no passado. Não nos cabe discutir isto, aqui, mas foram ex-Ministro de Estado que, aqui, acusaram o Governo de corrupção. Não o Relator, não o Senador Itamar Franco ou qualquer Senador. Foi um próprio ex-Ministro de Estado que disse que há corrupção no Governo. Há Ministros que disseram que não assinaram decretos-leis. É o próprio chefe do inquérito, o delegado Alconi, Presidente do Inquérito Nacional, pela Polícia Federal, que diz que há corrupção nas verbas. Não é a Comissão.

Senador Marcondes Gadelha, eu lhe pediria, com todo o respeito, que V. Ex.<sup>a</sup> lesse todos os depoimentos aqui prestados, nesta Comissão. Todas as intervenções dos Srs. Senadores, para dizer que a máscara não é nossa, não. A máscara talvez esteja localizada em outro local que não no Senado da República.

V. Ex.<sup>a</sup> com a palavra, Senador Maurício Corrêa.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Eu entendo que o Senador Marcondes Gadelha passou a carreta na frente dos bois. A menos que S. Ex.<sup>a</sup> seja mais do que eu avalio: um médico, parlamentar preparado, raciocínio bem articulado. Mas eu não sabia que possui além disso, o dom da premonição, o dom de conhecer antes de avaliar. Como se pode estabelecer um juízo de valor sobre relatório que foi rapidamente lido, aqui, e que precisa ser compulsado, cuja documentação precisa ser examinada. Como pode chegar a uma conclusão

tão apressada, tão rápida, como essa a que V. Exa. chegou?

E, ademais, Senador Marcondes Gadelha V. Exa. que é um homem preparado, já deve ter lido aquele livro do grande escritor Myka Maltari, "O egípcio", em que ele salienta que escrevia aquele livro não para a glória dos deuses ou para agradar os faraós, escrevia para ele. Eu cumpro a minha missão de escrever este relatório, para atender a minha consciência. Não foi para atender ou agradar a Partidos políticos nem ao Presidente Sarney, nem a quem quer que seja. E tenho, inclusive, recebido uma série de pedradas, de acusações, de alfinetadas, em decorrência dessa postura. A primeira delas, inclusive, foi essa publicação que ocorreu no "Imparcial" de São Luís, cuja publicação foi repetida, aqui em Brasília, dizendo que eu recebo auxílio-moradia do Senado e que, não obstante isto, moro num palacete, ornado de ouro e de pedrarias, no Lago. Inclusive, recentemente, fala-se de uma representação de uma notícia-crime ao juiz eleitoral, nas eleições passadas, em 1986, de que eu teria sonogado, na minha declaração de renda, a casa onde moro. Evidente que o responsável por essa acusação responderá pela denúncia caluniosa no momento exato, no momento oportuno. Coisa de que eu jamais vou abrir mão.

Bem, vou cumprir a minha missão, aqui, Sr. Presidente. Já disse a V. Exa e o relator sabe disto, com absoluta tranquilidade: recebi alguns telefonemas, de fora, inclusive, com possíveis ameaças. Eu acabo de cumprir a minha missão, entregando à Comissão o relatório. Evidentemente que se trata apenas de uma sugestão ao relator, que poderá ou não acatar o que eu escrevi. Mas, em momento nenhum, Senador Gadelha, esse Relatório trás, atrás dele, qualquer preocupação com empresas. V. Exa foi tremendamente injusto, eu diria, até, um pouco desleal comigo, ao afirmar que achava, ou entendia, que, atrás desse Relatório, teria a participação de empresas. V. Exa vai conviver comigo, aqui, no Senado, espero que por muitos anos, porque nem eu quero morrer, nem V. Exa. Nós vamos discutir, sempre, no terreno da urbanidade, da civilidade. E V. Exa vai verificar, durante esse convívio, que eu não tenho qualquer tipo, vamos dizer, de acusação dessa natureza. A minha vida é limpa. Tenho, realmente, um patrimônio, porque, desde quando me formei em Direito, em Belo Horizonte, em 1960 — vim para Brasília, em 1961 — nada mais fiz do que advogar. E, evidentemente, que, ao longo desse tempo, eu ganhei alguma coisa. Mas, licitamente. Não foi com tráfico de drogas e nem foi com intermediação de verbas públicas — foi com o exercício da atividade de advogado, perante os auditórios judiciários de Brasília.

Eu diria a V. Exa que desafio, neste instante, a provar e V. Exa faria um grande bem à Nação se dissesse qual seria essa empresa que estaria atrás desses escusos interesses, para administrar ou para colaborar na feitura de um relatório.

Em segundo lugar, V. Exa salienta, também, que poderá ocorrer, nas hipóteses aventadas, que isso seria uma forma de ganhar publicidade, na medida em que eu poderei ser ou serei candidato a governador do Estado, ou Distrito Federal, disse V. Exa. Não, eu não preciso, Senador Marcondes Gadelha, de usar esse artifício. Eu fiz esse relatório, sei que V. Exa é um homem de bem e vai meditar sobre o que disse. Não foi por causa de eventual candidatura a governador de Brasília, porque nem sei se vai ter eleição este ano e nem sei se serei candidato. Mas, se o for, será pelo prestígio, pela vontade do povo de Brasília e não por expedientes mesquinhos, tão baixos como esses.

Eu tenho procurado, Sr. Presidente, ao longo da minha vida, ser coerente e ser autêntico. Tenho um passado aqui, em Brasília, passado de luta e de resistência. E pretendo não conspurcar jamais o meu passado e honrar a amizade que eu tenho aos meus amigos e zelar pelo patrimônio maior que eu tenho da minha família, jamais dando a entender que aquele pai ou aquele esposo não é o que retrata dentro de casa ou não é o que porta na vida pública. A minha vida está aberta, Sr. Presidente, Eu fiz esse relatório com absoluta convicção. Nós estamos vivendo num País em que o presidente da República está desgovernado o barco se perdeu. Todo navio, todo avião precisa de um comandante. E, lamentavelmente, este País não tem mais um comandante.

Ontem, como todos sabem, os governadores e ministros se reuniram para a tentativa de um novo plano. Ninguém mais tem fé neste presidente da República. Quando eu disse que, com este relatório, eu não pretendo desestabilizar governo e nem tampouco sugerir manchetes nos jornais, estou apenas querendo dizer que estou convencido de que, realmente, essa transição tem que ser encerrada. Mas, em nome dessa transição, nós não podemos, absolutamente, nos descuidar do nosso dever, da nossa obrigação, aqui, na CPI. E eu gostaria de dizer ao Dr. Marcondes Gadelha que fui, inclusive, procurado por diretores e advogados da Andrade Gutierrez. Fiz questão de os receber na presença do Dr. Guimarães, meu assessor, do Dr. Silvério, que se encontra aqui presente, e, se não me falha a memória, do Dr. Abreu, este que estou em dúvida. Seguramente, os empresários falaram comigo na presença dessas testemunhas. E se é claro, sendo advogado não temos dom de conhecimento de matemática e nem de álgebra. E, nessa parte, fui assessorado e sou grato a esses competentes funcionários desta Casa. Não tive assessoria de quem quer que seja, a não ser desses que me acompanharam nessa missão até a cidade de pinheiro.

Fica aqui, portanto, esta resposta respeitosa a V. Exa e o pedido da sua avaliação. V. Exa tem o direito de não concordar com o que eu escrevi, mas não tem o direito de adiantar sobre a minha conduta, sobre a minha vida. E V. Exa vai ter certeza disso, durante a convivência que terá comigo aqui. Não tenho abso-

lutamente, pressões de quem quer que seja, mas estou de peito aberto para receber as acusações, para respondê-las com altivez e com urbanidade.

Esta aí, Sr. Presidente, o resultado da minha consciência. Não o resultado de propósitos escusos. Está aí aquilo que eu sinto, como brasileiro, para a apreciação do nobre Relator, de V. Exa e dos Srs. Senadores.

Se não concordarem, que o rasguem e o joguem na cesta de lixo, mas é o profundo resultado de uma meditação e da minha consciência livre e independente.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Com a palavra o Senador Alexandre Costa.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Sr. Presidente, procurarei fazer com que o carro ande atrás dos bois. Tenho que iniciar dizendo que as próprias considerações do Senador Maurício Corrêa, ao se referir ao governo, que é um governo já sem direção, que deve se encerrar, leva-nos à conclusão das suas paixões, o mínimo das suas paixões, e não há nenhum crime nisso. Todos nós temos nossas paixões. Eu direi que esse documento foi todo político. Ele é muito grande, aliás, para um observador que passa cinco horas na cidade, cinco ou seis horas, não posso precisar as horas exatas. Foi um dia de domingo, que deve ter chegado pela manhã, ter saído de lá à tarde, a tempo ainda de decolar de um campo que tinha um animal na pista — e aliás, o Senador Maurício Corrêa evitou que o piloto matasse o animal. A fora essas horas, o tempo que o Senador Maurício Corrêa com justas razões, deu apoio ao seu Partido, o PDT, lá da cidadezinha de Pinheiro, muito embora seja muito pequenino, muito sem expressão, é de qualquer forma um partido, era um tempo inteiramente insuficiente para um relatório de 48 páginas. Mas isso também não importa. Eu terei que analisá-lo. Mas, logo de início, parei numa observação, quando o Senador Maurício Corrêa ao se referir à concorrência pública, disse que ela deveria ter sido publicada nos jornais de circulação do Estado, quando a própria lei citada por ele obriga a publicação no **Diário Oficial**. E foi feita no **Diário Oficial** do Estado. E diz: "Poderá ser publicada nos jornais do local ou nos jornais da Capital." Mas a ênfase com que pronunciou, com que leu, dá a entender a todos que aí houve uma infração violenta às leis das concorrências públicas.

É um documento inteiramente político, e o Senador Maurício Corrêa não vai nos negar. Eu não digo que seja um trampolim nem uma base para sua candidatura, não digo que queira se projetar na opinião pública de Brasília, uma vez que já é Senador, mas que tem um objetivo, tem, não tenho dúvida. Tem um objetivo que não é absolutamente o recomendável para o dia em que vivemos. Lançar-se contra um pequeno município do Maranhão, a cidade de Pinheiro, lá na baixada maranhense, atacando o seu prefeito, as autoridades locais, jogando lama em todos, apenas e somente com o objetivo de atingir um filho da terra, que é o presidente da República, não me pare-

ce uma coisa bem ajustada. Outras coisas importantes estão aí pelo Brasil a fora, e o Senador Maurício Corrêa sabe disso. Ele mesmo é o encarregado e nunca mais falou, aqui, na Previdência Social. Temos a Cosipa, que é um rombo de duzentos e vinte bilhões de cruzados nos cofres públicos nacionais, ninguém fala nisso. E, atrás, a título de escândalo, numa cidadezinha como Pinheiro, num relatório, que é o que é deparei aqui, inconsistente, absolutamente inconsistente, deixa bem claro — não é uma crítica que faço — assim, uma espécie de ódio, uma espécie de vingança, uma espécie de raiva ao prefeito da cidade, de um homem do gabarito do Senador Maurício Corrêa a quem respeito, nesta Casa, a quem privo até de uma amizade que não desejo perder. Só a paixão, só a paixão cega o levaria a escrever um relatório como este, que, absolutamente, não resistirá. E V.Exas. haverão de comprovar o que aqui estou dizendo, não resistirá a uma análise, à menor análise de um juiz de província. Não se falou em intermediação de verbas; não citou ninguém como intermediador de verbas; não se falou em apropriação indébita; não se falou e nem citou quem se apropriou de um tostão de verba pública. Falou-se em descalabro e muito generalizado; falou-se em desordem; falou-se em anarquia administrativa; tudo, tudo isto para concluir o que eu já esperava, pelo enquadramento do presidente da República no crime de responsabilidade. Então, o que desejam essas quarenta e sete páginas não é o prefeito de Pinheiro, não é o engenheiro que lá está, não são as ruas pavimentadas, não é a rede de esgoto e nem a rede de água; o que se deseja é cassar o mandato do presidente, essa palavra triste "cassação", que durante estes vinte anos todos combatemos, o regime autoritário; todos nós combatemos o regime autoritário por ter posto em prática. O Senador Maurício, apesar disto, disse ao Senador Marcondes Gadelha que não fez juízo de valor. Eu, sinceramente, deixo de saber o que é juízo de valor; naturalmente, por ignorância. Se se faz um relatório e se se conclui pelo enquadramento do presidente da República na lei de responsabilidade, se não é juízo de valor, então não sei o que é juízo de valor. Preciso, depois, que me ensinem, que me informem, não com as artimanhas — aliás, a palavra não é minha; é própria do relatório — de advogados, mas com a prática, com a seriedade, sobretudo com a seriedade que deve haver aqui nesta comissão, formada de homens do maior valor, do maior gabarito, da maior moral.

Eu me reservo, como já o disse, o direito de examinar, porque tenho convicção de que essas quarenta e sete páginas, a não ser esta parte política, que é, possivelmente, a mais importante, retirada ela, transformá-la, não em quarenta e sete, mas talvez em três ou quatro, sei será o suficiente para tomar sem efeito todas as acusações superficiais, absolutamente superficiais, sem nenhuma segurança, que são feitas aqui às autoridades administrativas da cidade de Pinheiro.

V. Ex<sup>a</sup> diz, Sr. Presidente, ao Senador Marcondes Gadelha, que quem acusa são os Ministros, mas eu não vi nenhum Ministro aqui acusar, pessoalmente, o Presidente da República. Ao contrário, se V. Ex<sup>a</sup> fizer rodar as fitas gravadas desta Comissão, irá ouvir que todos os eximiram de qualquer responsabilidade, todos acharam que é um homem honrado e um homem digno. Agora, houve Ministro que disse que há corrupção no Governo. Mas a corrupção no Governo não é nenhuma novidade para nenhum de nós. Nascemos, nos criamos e já estamos envelhecendo ouvindo isto. E vamos trocar de Governo num futuro muito breve, e ela haverá de continuar, porque corrupção não é problema de pancada, corrupção não é problema de cadeia, corrupção é problema de educação do povo brasileiro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — O Senador Jutahy pediu a palavra, Senador José Paulo Bisol...

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Sr. Presidente peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Para uma questão de ordem, sim Ex<sup>a</sup>. Eu só não queria ser indelicado com a Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Absolutamente!

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Se o Senador Jutahy Magalhães permitisse, eu gostaria de fazer uma indagação, Sr. Presidente.

Nós estamos numa reunião cujo objetivo claramente definido é a leitura de um relatório, sem discussão. Como é que nós estamos entrando, por motivos emocionais, e aqui está a paixão, na discussão do relatório? Não pode ser discutido aqui. O elemento doxológico do relatório é uma definição do conceito. Ele não poderia elaborar um relatório sem uma conclusão doxológica, que nós vamos discutir na devida oportunidade. Eu estou perguntando: é a paixão que traz o adiamento da discussão? Qual é a causa racional, objetiva, clara que está nos colocando aqui numa discussão, no lugar errado, no momento errado?

Então eu pediria, solicitaria ao Presidente que simplesmente cerceasse qualquer possibilidade de discussão do relatório, porque não é uma questão desta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Senador Bisol, eu não posso cercear quando um Senador pede a palavra, eu não sei exatamente o que ele vai falar. O Senador Marcondes Gadelha fez as suas considerações e eu poderia interromper S. Ex<sup>a</sup>. O Senador Alexandre também o fez, de uma maneira generalizada. O Senador Jutahy, por exemplo, pede a palavra agora, eu não sei o que S. Ex<sup>a</sup> vai falar. Eu já não poderia, de pronto, impedir que ele falasse. Infelizmente, cabe-me aqui na Presidência, sem qualquer liberalidade, mas dentro das condições regimentais, dar a palavra aos Srs. Senadores, e eu tenho que fazê-lo neste instante, ao Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Sr. Presidente, eu agradeço.

Eu considero, como o Senador José Paulo Bisol, pelo menos estava considerando assim, que nós estaríamos aqui, nesta sessão, para ouvir o relatório, esse relatório ser levado ao conhecimento da Comissão e, posteriormente, entregue ao Relator, para, em futuro próximo, examinar essa questão e fazer algum posicionamento do relator e, posteriormente, da Comissão a respeito do assunto aqui tratado. Por isto mesmo a matéria foi lida, não foi discutida, e foi encaminhada ao Relator como sugestão. Posteriormente, passou a haver um certo debate a respeito da questão. Eu não considero, Sr. Presidente, que o Senador Maurício Corrêa mereça qualquer crítica pelo trabalho que executou: um trabalho minucioso, um levantamento feito em cinco horas seja em seis horas, depende da sua capacidade de trabalho. Mas, ele fez o trabalho baseado em dados que comentou na sua viagem àquelas município. Apresentou as idéias, as sugestões a respeito do assunto. Acho que é um direito de qualquer cidadão, quanto mais de um Senador, expressar a sua opinião.

Agora, se esta opinião vai ser acatada, aceita pelos demais, é outro problema. Isto será visto no momento próprio. Agora, dizer que existem interesses escusos para a confecção do relatório, que existe interesse publicitário, aí eu acho que é um avanço muito desagradável, desagradável a respeito de um trabalho que foi solicitado a S. Ex<sup>a</sup> para fazer.

Então, eu não teria maiores comentários a fazer sobre a questão e digo, intempestivamente, eu dou, também, a minha opinião com todo o respeito ao trabalho executado, dou uma leve opinião, aligeirada porque esse trabalho terá que ser examinado com maior cuidado. Tenho ressalvas a fazer a respeito das conclusões apresentadas, mas isso será examinado no momento próprio.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Veja Senador Paulo Bisol, só se a Presidência fosse bastante arbitrária encerraria a reunião, pois dois Senadores pedem a palavra e a concederei.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Concedo a palavra ao Senador Chagas Rodrigues.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Sr. Presidente, até por uma questão, eu não diria de educação, muito embora divergindo do pensamento de alguns mas eu queria ponderar, em primeiro lugar, que este é um trabalho de um Senador que se deslocou desta cidade e procurou fazer, de acordo com a sua consciência, o melhor possível. E, por isto mesmo, Sr. Presidente, quero — pois conheço o Senador Maurício Corrêa — dar aqui o meu testemunho. Aliás, nesta Casa, nunca acusei ninguém, sempre elogiei. Às vezes, porque elogiei, fui atacado.

Enquanto Deputado, nunca fui advogado, deixei de sê-lo no Rio. Hoje, no Supremo Tri-

bunal, tenho um antigo colega de escritório. Só quando fui cassado é que voltei a ser advogado e Professor. Atualmente, sou única e exclusivamente congressista. Graças a Deus não tenho outra atividade, não sou empresário, não sou advogado militante, estou aqui só para procurar, com todos, servir ao Congresso e à Nação.

Quero dar o meu testemunho de que o Senador Maurício Corrêa, que conheço, é um homem de elevado espírito. O Partido dele não é o meu, isto mostra já uma discordância. Mas eu o respeito muito e não tenho nenhuma restrição ao elevado espírito público de S. Ex<sup>a</sup>.

Este é um trabalho que oportunamente será debatido.

Agora, se o nobre Senador Marcondes Gadelha me permite, principalmente S. Ex<sup>a</sup> — de quem também admiro o espírito público — está hoje na plenitude, S. Ex<sup>a</sup> gosta muito de usar o termo dialético, contraditório, e o que nós queremos é que todos saibam que esta Comissão não é e nem pode ser facciosa. Ela está aqui procurando a verdade, perseguindo a verdade para fazer justiça e cumprir suas obrigações.

E como nós poderíamos ter esse contraditório eu não sei. Se o Senador Marcondes Gadelha pretende, no exercício do seu direito, pedir vista do relatório, porque trairia administrativos, traria uma contribuição para que todos nós pudéssemos oportunamente, com toda a serenidade, examinar. É certo que aqui cada um tem o direito de ter as suas idéias, fazer as suas sugestões e a Comissão, em primeiro momento, tem as suas conclusões, que, depois, o Plenário do Senado poderá, inclusive, rever.

De modo que o nobre Senador Marcondes Gadelha falou, todos nós ouvimos com atenção. É um direito que assiste a S. Ex<sup>a</sup>. Se quiser pedir vista, para trazer depois, dentro do espírito dialético, do espírito contraditório, isto, realmente, acredito, irá enriquecer os nossos Anais.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Senador Manuseto de Lavour, V. Ex<sup>a</sup> está com a palavra.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Quero observar muito rapidamente que, ontem, o Papa João Paulo II chegou ao Paraguai e suas primeiras palavras foram de condenação à corrupção. Se S. S. tivesse chegado no Brasil e condenasse a corrupção, como fez ontem no Paraguai, hoje estaria certamente incluído em um dossiê de um certo Ministro, estaria recebendo as acusações que o Senhor Maurício Corrêa recebeu aqui, antes mesmo que o seu Relatório fosse apreciado com calma, com objetividade, com uma leitura atenta, como é de se esperar de Senadores responsáveis pelo bem do País.

Quero apenas dizer que, antes da discussão do Relatório, o Senador Maurício Corrêa já foi acusado de paixão política, de fazer publicidade de sua campanha a Governador do Distrito Federal, cujas eleições não se sabe quando ocorrerão, não estão nem regulamentadas

ainda, e o pior ainda, Sr. Presidente, de seu Relatório ser ditado, ser inspirado por alguma construtora derrotada na concorrência. Nem sequer se leu, se ouviu, dada a pressa, dado o frenesi emocional, o que está na página 10 do Relatório, de que a concorrência não teve construtora derrotada, porque houve uma única concorrente, que foi a Construtora Andrade Gutierrez.

Por tudo isto, quero apenas deixar bem claro que o clima de paixão política não parte da maioria dos dignos membros, nem muito menos do Relator que apresentou estas sugestões, agora, ao nobre Relator principal, Senador Carlos Chiarelli.

Esse frenesi, essa paixão, essa falta de objetividade, essa emocionalidade não parte de nós, Sr. Presidente. Simplesmente isto é muito obrigado.

O SR. CID CARVALHO — Sr. Presidente, eu gostaria de fazer algumas observações, antes mesmo que o Senador Marcondes Gadelha voltasse a usar da palavra.

Quero dizer, Sr. Presidente, que, com muita tristeza, vejo que o desenrolar dos acontecimentos nesta Comissão leva a uma distorção absoluta dos princípios processuais que a norteiam. E até assumo a questão de ordem aqui formulada pelo Senador Paulo Bisol. Sei que V. Ex<sup>a</sup> é importante para pré-avaliar o que vai falar um Senador. De modo algum poderia V. Ex<sup>a</sup>, nem de leve, saber o que pretende dizer.

No entanto, nunca podemos deixar transparecer aqui que haja, neste Colegiado, pessoas que defendam a não-apuração da corrupção; pessoas que defendam a apuração de uma corrupção, quer exista, que não exista. Tenho a impressão de que o sentido absolutamente erecto, que eleva os objetivos desta Comissão, não permitirá que a paixão exista, nem de um lado, para contestar outra paixão, nem no lado contestado, para vivê-la, como está parecendo, neste exato momento em que nos derramamos emocionalmente em rumos que desvirtuam, por inteiro, o objetivo desta Comissão.

Acho que o Senador Maurício Corrêa cumpriu o seu dever, preparando o seu Relatório. Boa qualidade? Pergunta-se. Má qualidade? Há de se perguntar. Nada disso importa, importa que ele produziu a peça que está no limite da sua competência, se essa competência está afetada por paixões, emocionalidade, sentidos oposicionistas, está Comissão em si, no seu segmento, terá mecanismos para avaliar; o plenário do Senado Federal terá também os seus mecanismos e, como último mecanismo, teremos a consciência nacional a julgar tudo que se faz aqui, Sr. Presidente.

Por isto, quero apenas chamar a atenção para o fato de que os membros desta Comissão não têm direito de fazer de réus aqueles que não delinqüiram e nem há réus perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, há apenas a indagação; mas também não podem os membros desta Comissão tornarem-se verdadeiros réus, ao ponto de serem atingidos do modo mais bárbaro e mais genérico, como

aconteceu, exatamente, ao Senador Maurício Corrêa. Li nos jornais, sim, o que fez a ele o Prefeito de Pinheiros e garanto que a forma como procede o Senador Maurício Corrêa é muito mais salutar e muitíssimo decente do que a forma como procedeu o Prefeito de Pinheiros, relativamente ao Senador que lá foi numa missão oficial do Senado Federal.

Então, V. Ex<sup>a</sup> está vendo que o carrear das emoções, o chegar das emoções a esta Comissão está a atingir o seu objetivo. Como vai V. Ex<sup>a</sup>, na Presidência, coibir isto, não sei, mas garanto a V. Ex<sup>a</sup> que, como suplente do PMDB nesta Comissão, sou uma pessoa absolutamente isenta dos efeitos que possam caber a uma parte ou a outra, com as aptidões perfeitamente normais, a consciência absolutamente lícita para acompanhar os trabalhos e se mais não faço no acompanhamento é porque pertenço a outras comissões. Agora mesmo estava presidindo a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre importação indevida de alimentos para o Brasil, um verdadeiro escândalo. E há uma Comissão de Seca, que deveria ter se reunido, para apurar os eventos da seca; também não se reuniu, a qual também pertence. Todos nós temos muitas obrigações, mas estou vendo que essa distorção afeta. Nem de leve se pense que o Senador Marcondes Gadelha vem aqui defender que não se apure a corrupção, nem de leve se pense que o Senador Maurício Corrêa apurará, de qualquer maneira, a corrupção, haja ou não haja. Nem de leve se pense que o Senado da República vai se aviltar, criando, para a indicação final de sua Comissão, atmosfera absolutamente ilícita e meramente emocional. Acho que a Nação inteira converge para esta Comissão. Ela chega, sim, ao exterior, é verdade que chega e nesse chegar prejudica o Brasil, mas não é a CPI que prejudica o Brasil, quem prejudica é quem cometeu a corrupção, que obrigou a existência da CPI, isto é evidente. Defendo a existência desta CPI, de qualquer maneira e endosso as questões de ordem, porventura aqui trazidas, para evitar qualquer desvio que coopere ou colabore para que esta Comissão saia dos seus desígnios constitucionais, dos seus desígnios estatutários, regimentais do Senado Federal. Acho que o relatório agora vai ter o seu caminho, não importa a sua conclusão; temos o Relator que vai examinar, o Relator também não é uma palavra absoluta, há o colegiado aqui, há o colegiado do Senado Federal, há o modo pelo qual concluiu. Achando que há o crime de responsabilidade do Presidente, não configura nenhuma responsabilidade presidencial, configura apenas que a consciência liberta, absoluta do Senador Maurício Corrêa assim concluiu, mas não compromete a minha consciência, não compromete a consciência de V. Ex<sup>a</sup>, não compromete a consciência do Senador Carlos Chiarelli, senão a dele que assinou. Por isto esse acontecimento não pode ter esse peso que, lamentavelmente, estamos a conceder, o peso de decisorio, o peso de uma sentença, o peso de uma conclusão absoluta, quando é um acontecimento mera-

mente relativo e sujeito aos procedimentos que cabem perfeitamente nas regras desta Comissão.

Estes são os reparos, Sr. Presidente, que faço, ao mesmo tempo em que lamento. Não podemos ter lados aqui, todos estamos de um lado só, é a verdade absoluta. Não temos nem partido, não há procedimento aqui que distinga PFL do PMDB, de qualquer Partido. Queremos a verdade, mas não queremos forçar essa verdade para enodar falsamente a Nação. Não. O Brasil está precisando de muita reconstrução e precisamos chegar a essa transição. Que esta Comissão coopere para esta transição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>. Antes de encerrar, Senador Marcondes Gadelha, darei a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

O SR. MARCONDES GADELHA — Serei muito breve, Sr. Presidente. Quero dizer ao Senador Chagas Rodrigues que poderia, eventualmente, acolher a sua sugestão de pedir vista do processo. No entanto, há sugestão do próprio Senador Maurício Corrêa, na proposta administrativa, de reconvocação do prefeito, para se verificar se o mesmo confirma o que teria declarado à Comissão, na cidade de Pinheiro.

Aliás, gostaria de saber de que forma foram feitos os registros das declarações?

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Reduzidas a termo.

O SR. MARCONDES GADELHA — Reduzidas a termo.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Senador Maurício Corrêa, no microfone, por favor. Temos que registrar.

O SR. MARCONDES GADELHA — Já está esclarecido. Então, como há outras providências, reservo-me para ver que andamento dará a Comissão a essas providências sugeridas pelo próprio Senador Maurício Corrêa e reservar-me-ei para, eventualmente, invocar ou não o meu direito de pedir vistas.

Sr. Presidente, quero só fazer uma ressalva, para dizer, mais uma vez, que tudo o que eu disse aqui não tem nada de pessoal contra o Senador Maurício Corrêa. Sabe S. Ex<sup>a</sup> da minha estima, da minha admiração e, no preâmbulo da minha fala, fiz questão de dizer que separava a pessoa do Senador, a pessoa do Presidente da Ordem, a pessoa do amigo, do colega, da peça que ele produziu. O que contestei foi a peça e não a figura. Separei a peça da pessoa. Contestei o texto, o documento. A linguagem pode ter sido uma linguagem candente, Sr. Presidente, rude, mas digolhe que ninguém aqui tem o direito de se sentir ofendido. Nada do que tenha dito pode ser mais ofensivo ou mais grave do que se acusar um Presidente da República de crime de responsabilidade. Então, estamos todos nivelados, nesse ponto, por essa situação, que é mais grave, mais transcendente, mais importante do que tudo que eu possa ter dito aqui a respeito desse documento.

Segundo, quero dizer que o vocabulário que empreguei, extraí, em algumas circunstâncias, da própria peça do Senador Maurício Corrêa. Na página 9, S. Ex<sup>a</sup> diz que:

"Existiu, isto sim, a mera tentativa de formalização de um procedimento de concorrência pública, com o claro objetivo de mascarar a contratação."

A palavra "máscara" ocorre, imediatamente, à memória.

Mas, o que é mais importante e que ofendeu o Senador, a referência a outras empresas, isso foi feito pelo próprio Senador, *en passant*, é bem verdade, na página 10, quando diz: "Tanto isso é verdade..."

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Senador Marcondes Gadelha, V. Ex<sup>a</sup> disse que não ia discutir o relatório.

O SR. MARCONDES GADELHA — Não vou. Estou encerrando. Só estou me justificando das supostas ofensas.

Está dito aqui:

"Tanto isso é verdade que, não obstante outras grandes empreiteiras estivessem à época executando obras no Estado, é o caso da Mendes Júnior, por exemplo, contratada pela Coderma, somente acudiu à convocação da Prefeitura a Construtora Andrade Gutierrez..."

Essa referência, também feita *en passant*, e que me acudiu à mente foi feita pelo próprio Senador Maurício Corrêa.

Finalmente, Sr. Presidente, espero que a referência a paixões não seja uma coisa ofensiva. De tudo que aprendi sobre a natureza humana, uma é de que ela é suscetível a paixões. Quero crer que a condensação maior do pensamento democrático ocidental, humanista, está nesta frase de Terêncio, tão a gosto do Senador Bisol: "Nihil humanum me alienum putum" — nada do que é humano me é estranho.

A paixão é um fenômeno humano, Sr. Presidente, e eu não estranharia se ela estivesse contida nesse documento.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Sr. Presidente, de certa forma gostaria de sugerir à Presidência dos trabalhos, que estabelecesse um critério, uma forma de procedimento, para a apresentação de mais três relatórios similares que deveremos ter no início da próxima semana, posto que se a cada relatório, particularmente, a cada município colocado em pauta, examinado numa história, numa inspeção, por um Senador, tivermos, sem que se conheça o teor da matéria, sem que se analise a documentação anexa e sem que se tenha, realmente, condições de, profundamente, discutir, se nós tivemos um debate de três horas e meia, nós vamos fazer um grande monumento à ociosidade. E, rigorosamente, eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup>, preliminarmente, já que, hoje, tivemos, de certa forma, essa desnecessária discussão, que nasceu, inclusive, de comentários inconseqüentes e irrefletidos, devemos evitar que tenhamos repetição numa próxima oportunidade, porque será persistir, rigorosa-

mente, na irracionalidade, sobretudo a que se teve a partir da idéia "não li, não gostei". Se assim fizermos, vamos ter debates inconseqüentes até que se leia e que se goste ou se desgoste, o que é um direito de cada um. Digo isto na condição de Relator, porque serei o primeiro que terei oportunidade de manifestar sobre a matéria. Não me manifesto ainda, porque não tive tempo, como de resto creio que ninguém, que aja sensatamente, tenha condições de examinar toda essa documentação, conferi-la com o texto do relatório e, depois, expressar um posicionamento. O que eu farei, certamente, sem titubear e sem perder o senso de isenção, mas sem temor dessas tentativas de intimidação na hora em que o relatório tiver que ser apresentado. A documentação vai ser levada em conta e vai ser levada em análise para a sua utilização, como as demais que os Srs. Senadores já designados, haverão de fazer.

Eu só gostaria de fazer uma pequena referência, Sr. Presidente. Eu não admito, em hipótese alguma, que quem quer que seja venha querer atribuir fins subalternos aos nossos trabalhos, a fim de tirar alguma vantagem político-circunstancial em termos de manifestações da Comissão. Se esta Comissão tivesse interesse e se o Relator tivesse interesse, o Regimento nos dá guarida para, de amanhã até a uma semana, apresentar um relatório parcial, fazendo a maior e a mais ampla cobertura bombástica, e fazendo qualquer tipo de consideração. A Comissão teria condições de fazê-lo, se quisesse, em cima de um oportunismo e não de uma oportunidade, em cima de uma inconseqüência e não de um processo sério, gerar, a nível da sociedade brasileira, conseqüências imediatistas. Já ficou claro que não é este o propósito e nem foi para isto que esta Comissão foi estabelecida. Não é este o caminho que nós trilhamos e nem é essa a nossa linha idônea e seria, por mais que tentem tirar-nos deste caminho. Por isto, vamos nos manifestar na hora certa, independente de qual seja o quadro político conjuntural. Por isto, não vamos ter precocidades que possam gerar benefícios para esse ou aquele grupo político. Temos uma data regimental e vamos cumpri-la. É por isto que repilo qualquer tentativa de criar induções menos sérias a respeito da Comissão.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Creio que agora posso declarar encerrados os nossos trabalhos, mas queria dizer aos Srs. Senadores que a Presidência tem consciência de que presidiu esta Comissão, hoje, dentro das normas regimentais.

Muito obrigado aos Srs. Senadores. Estão encerrados os nossos trabalhos.

### 31ª Reunião, realizada em 23 de maio de 1988

Aos vinte e três dias do mês de maio do ano de mil novecentos e oitenta e oito, às dez horas e quarenta minutos, na Sala da Comissão de Finanças, presentes os Senhores Senadores Itamar Franco (Vice-Presidente no



exercício da Presidência), Carlos Chiarelli (Relator), Maurício Corrêa, Chagas Rodrigues, José Agripino Maia, José Paulo Bisol e Jutahy Magalhães, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar em profundidade as denúncias de irregularidades, inclusive corrupção na Administração Pública, ultimamente tomadas tão notórias pelos meios de comunicação.

Presente, ainda, o Senhor Senador Alexandre Costa. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Ignácio Ferreira, Severo Gomes, Mendes Canale, Mansueto de Lavor e Afonso Camargo.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da Comissão e solicita seja dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que, logo após, foi considerada aprovada.

A seguir, suspende os trabalhos por trinta minutos.

Reabertos os trabalhos, o Senhor Presidente convida o Dr. Maurício Monteiro de Santana, Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Fluviais, para tomar assento à Mesa. Após o juramento de praxe, inicia o seu depoimento ratificando os termos do ofício encaminhado à CPI no qual solicita a apuração dos fatos que motivaram a entrada da Transroll Navegações S/A, na Conferência Marítima de Fretes Brasil/Europa/Brasil. Sugere à Comissão os quesitos a serem formulados à Sunamam a respeito do assunto, através de documento entregue ao Presidente. Condena o afretamento como fator de desemprego, desnacionalização e sucateamento da Marinha Mercante Nacional, adiantando que a Transroll opera basicamente com esse sistema. Enfatiza que as despesas efetuadas com afretamento pelo Grupo Transroll-Kommar, totalizaram em 1987, cerca de 60 milhões de dólares, sendo o grupo, no mesmo ano, classificado em 3º maior afretador de navios estrangeiros. Finalizando, defende os Decretos-Leis nº 2.404 e 2.414, pertinentes à concessão de subsídios à Marinha Mercante brasileira.

Prosseguindo, passa-se à fase interpelatória, quando usam da palavra, pela ordem, os Senhores Senadores Carlos Chiarelli e Jutahy Magalhães.

O Senhor Presidente, suspende os trabalhos até o término dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte.

Reabertos os trabalhos, o Senhor Presidente prossegue a fase interpelatória. Usam ainda da palavra os Senhores Senadores Carlos Chiarelli, José Paulo Bisol, Itamar Franco e Chagas Rodrigues.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença do Dr. Maurício Monteiro e encerra os trabalhos da Comissão às vinte horas, convocando os Senhores Senadores para a próxima reunião a realizar-se amanhã às nove horas e, para constar, eu, José Augusto Panisset Santana, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presi-

dente e irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

**ANEXO À ATA DA 31ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO Nº 22, DE 1988, DESTINADA A INVESTIGAR EM PROFUNDIDADE AS DENÚNCIAS DE IRREGULARIDADES, INCLUSIVE CORRUPÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ULTIMAMENTE TORNADAS TÃO NOTÓRIAS PELOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO, DESTINADA A OUVIR O DEPOIMENTO DO DR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA, PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES MARÍTIMOS E FLUVIAIS, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.**

Presidente: Senador José Ignácio Ferreira  
Relator: Senador Carlos Chiarelli

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Declaro abertos os nossos trabalhos. Gostaria de citar ao Dr. Maurício as nossas escusas, pois suspendemos a nossa reunião por 30 minutos, porque há uma sessão convocada extraordinariamente do Senado. Tão logo ela termine, iniciaremos o depoimento de V. Sª. A Presidência pede a sua compreensão para o fato de que, de repente, o Presidente do Senado resolveu convocar uma sessão extraordinária. Há um assunto importante dentro da pauta, razão pela qual nós temos que suspender os nossos trabalhos por 30 minutos. Pedimos, mais uma vez, que V. Sª entenda esta normalidade no momento de iniciarmos os nossos trabalhos. Estão suspensos, portanto, os nossos trabalhos por 30 minutos.

(A reunião foi suspensa às 10h4min.)

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Havendo número legal, declaro abertos os nossos trabalhos.

Consulto os Srs. Senadores se dispensariam a leitura da ata das reuniões anteriores.

Dispensada a leitura, convoco o Dr. Maurício Monteiro de Santana, por favor.

Dr. Maurício, V. Sª está perante a Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado, que atua subsidiariamente com o Código Penal. Eu lhe pergunto se V. Sª se compromete a dizer a verdade, toda a verdade.

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Sim, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Por favor, V. Sª poderia declinar o seu nome, idade, local de trabalho e profissão.

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Eu sou Maurício Monteiro Santana. Tenho 53 anos. Sou oficial superior de máquinas da Marinha Mercante, atualmente exercendo a Presidência da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Fluviais, no Rio de Janeiro. Sou marítimo há cerca de 30 anos, 35 anos.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — V. Sª já tem conhecimento da sua convocação e da finalidade desta Comissão, portanto, dou a palavra, inicialmente a V. Sª, para as considerações que achar necessárias, pelo tempo que precisar.

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Sim, Sr. Senador, muito obrigado.

Exmº Sr. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que apura irregularidades na administração pública, Exmº Sr. Relator, Senador Carlos Chiarelli, Exmº Srs. Senadores, membros da Comissão: Acionado pelos sindicatos marítimos que integram o Conselho da Federação Nacional dos Marítimos, nós, diante da publicação da Resolução nº 9.943 e de diversas irregularidades, a nosso ver, que afetam a política de Marinha Mercante Brasileira e, particularmente, o emprego dos trabalhadores marítimos, associados e filiados aos sindicatos que represento, vim-nos na obrigação de encaminhar um ofício, no mês de abril, deste ano de 1988, à Comissão, ao Exmº Sr. Senador Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, em que apontávamos aquilo que entendíamos como irregularidades no setor de Marinha Mercante, a começar pela publicação da Resolução nº 9.943, que abria o tráfego da Conferência Brasil, Europa/Brasil a uma empresa, Navegação Transroll, que possui apenas um navio. Das irregularidades que apontava o documento, não era essa a única. Apontávamos também que essa empresa acabava de adquirir o navio Karisma, que pertencia a uma outra empresa, também detentora de um navio só, a Kommar, navio este que, desde que fora adquirido na Inglaterra, no valor de 32 milhões de dólares, não tivera repassado, até o dia de hoje, o seu débito para um armador brasileiro, nem para o antigo, nem para o atual Transroll que o assumiu, continua a operar, recebendo dividendos e lucros da operação, sem que ninguém assuma. Apontávamos, também, a existência, através de documento do qual tomáramos conhecimento em Londres, que apontava capitais brasileiros detentores de 11 navios na bandeira de conveniência, que são bandeiras de países chamados de registro aberto, o que nós entendemos que é uma irregularidade. Dessas, nós conseguimos detectar 9 desses navios que pertenciam à Vale do Rio Doce Navegação, a Docenave. Por fim, preocupávamos a possibilidade de desemprego de marítimos-brasileiros, tendo em vista que só no ano de 1987, 1500 marítimos foram desempregados — e os dados são dos próprios armadores — cerca de 60 navios foram paralisados e nós sentimos que, com a entrada dessa empresa, com esse navio único, iria, certamente, afretar, já que Conferência de Frete Brasil-Europa-Brasil, que não deixa de ser um cartório, é uma organização que vem funcionando desde que o Brasil fixou a sua política de Marinha Mercante, em 1967, com a reciprocidade e o chamado Código de Conduta. Nesse tráfego particular, duas empresas brasileiras e vinte e duas empresas estrangeiras são membros dessa Conferência. Essas duas empresas brasileiras,

que, com navios próprios, vêm operando, sem temer e reclamam — é claro que não têm dito, porque têm receio de colocar a questão diante das autoridades: a Aliança opera com 8 navios e o Lloyd Brasileiro com 5 navios próprios. A entrada de uma empresa, que só tem um navio e que já estava contemplada através do Decreto-Lei nº 9.101, que era o chamado Decreto dos *outsiders*, já estava entrando nesse *trade*, como eles chamam, com 5%. Agora, a possibilidade de dividir esses 50% entre três empresas, se os 13 navios já vinham operando com uma certa ociosidade, como iria dividir essa ociosidade? O aumento da oferta de tonelagem simplesmente iria aniquilar o Lloyd Brasileiro. Basicamente, o Lloyd Brasileiro iria acabar e desempregar marítimos nos dois setores. O Lloyd Brasileiro é a principal vítima, porque ele sofre uma agressão em dois sentidos. A primeira, com a abertura dessa Conferência, pelo Decreto nº 9.943, e a segunda, pela não cessão de recursos, para que ele comece a operar. O Lloyd não recebe recursos do Governo desde 1983 e necessita de um certo aporte para operar.

O que nós estávamos vendo — se me permitem a imagem — seria a operação dessa nova empresa, que não tem navio próprio, afretando Mercedes Benz, para competir com os fuscas do Lloyd brasileiro. Provavelmente, nós veríamos o Lloyd liquidado em pouco tempo. Nem os cinco dele, ele conseguiria colocar na competição com essa empresa. Evidentemente, esse fato iria redundar num aumento do desemprego, que já existe — nós temos mais de 5000 marítimos desempregados; tínhamos 1.500 do ano de 1987. Nós teríamos a perspectiva de desemprego de 800 marítimos com essa operação. Por quê? Porque esses navios afretados pela empresa Transroll, que é uma das grandes afretadoras dentro do mercado de carga seca, na carga geral, excetuando a Fronape e a Docenave, que detém monopólio, não têm tonelagem necessária e têm que afretar para que mantenham o fluxo de importação de petróleo para o Brasil, porque é uma questão de estratégia e de soberania, a Transroll é uma das grandes afretadoras, detendo um navio só. Os valores estão no documento que entreguei. Já estavam em torno, no ano passado, de cerca de 37 milhões de dólares. Isso é uma fonte de evasão, sem proporcionar a recíproca, que inclui empregos, pagamento de tributos, imposto de renda, tributos sociais. Esse, eu torno a dizer, é um aspecto.

Eu elaborei, Sr. Senador, uma pequena pauta, pois são muitos documentos, para que eu possa apenas me orientar e informar V. Ex<sup>sa</sup>.

Então, o que diz respeito ao documento inicial, de quatorze de abril de 1988, eu reitero os termos do ofício em que apontávamos, evidentemente, essas irregularidades: da concessão, da liberalização, a Transroll do Brasil-Europa-Brasil, da existência do navio da Komar, que é o chamado Karisma; um navio que está comprado há 4 anos e está em mãos dessa empresa e que custou 32 milhões de dólares, e que, até hoje, nós não sabemos

por que foi registrado em Tribunal Marítimo, se não detém uma propriedade, não está identificado o proprietário, nem o responsável pelo débito. O caso é que o consumidor brasileiro, o contribuinte brasileiro está pagando isso. Isto faz parte do nosso processo de endividamento externo e foram pagos, já que os ingleses certamente receberam o dinheiro.

Completar ao documento inicial, Sr. Senador, nós fomos instados, pela Secretária do Sr. Senador José Ignácio, a fornecer uma lista de quesitos, em que nós fornecemos, uma semana depois, no dia 24, na seguinte semana em que nós indagávamos, tornávamos efetivos, dávamos forma às perguntas que tínhamos elaborado no ofício de quatorze de abril, de 1988. Essa lista de quesitos traz, se me permitirem, eu poderia lembrá-la: são os quesitos que nós achávamos da maior importância para serem colocados a Sunamam, ou ao ministro dos Transportes. E, se me permitissem, eu iria lê-los agora. O primeiro item é: em que fatos ou princípios se baseou a Sunamam para editar a Resolução nº 9.943, de 10 de março, de 1988, autorizando a Transval S.A. a operar no longo curso, dentro da Conferência Brasil — Europa, porque é uma empresa das mais novas da navegação mercante brasileira e só tem um navio: o Pioneiro. Tendo a referida empresa somente um navio próprio, o navio *roll-on-roll-off* Pioneiro, o navio Ro Ro, em que proporção ocorrerá a participação da empresa dentro dos 50% que correspondem à Bandeira brasileira. É aquela que eu já havia informado que, do lado europeu, são 22 empresas e, do lado brasileiro, é a empresa navegação Lloyd Brasileiro e Aliança. Então, perguntávamos aqui em que proporção se dará essa intervenção dessa empresa, que só possui um navio.

De acordo com a resolução, as conferências são indispensáveis para assegurar a presença brasileira no tráfego marítimo, a Resolução nº 8.364, de 84, da Sunamam, as conferências são indispensáveis, para assegurar a presença brasileira no tráfego marítimo internacional de carga, e existem acordos de associação para exploração conjunta Lloyd Brasileiro versus empresa privada, homologados pela Comissão de Marinha Mercante, precursora da atual Sunamam que também o seriam. Então, o que queremos, com esse quesito, é que a Sunamam informe se esses acordos foram feitos assim de maneira aleatória. Não! Existem os acordos nas quatro diversas linhas, são feitos previamente, são acordos transcritos em cartórios, acordos de exploração, vamos dizer, associada de uma determinada linha e que, só depois desse acordo feito Aliança, Lloyd, o Lloyd Netumar, Lloyd Paulista, que são tráfegos diferentes, para a Europa, a Sunamam autorizava, na época em que foi feito esse primeiro, que nós estamos citando, particular Brasil — Europa — Brasil, tem uma convenção de uma escritura lavrada em cartório e, só depois dessa escritura lavrada em cartório, então, a antiga Comissão da Marinha Mercante, agora Sunamam, autorizava e homologava a presença. Subitamente essa empresa entra,

sem nada desses pré-requisitos, sem que tenha formalizado esses pré-requisitos e se associou à empresa brasileira, vamos dizer, estatal, que é o Lloyd Brasileiro, detentora é, sem as medidas que se fazem necessárias a estrutura de um acordo de operação conjunta da linha, e o percentual também.

No nosso terceiro quesito e o nosso quarto quesito, justamente pedíamos que V. Ex<sup>sa</sup> indagasse da Sunamam para fornecer a cópia autêntica desse acordo, que existe, e dessa escritura para explorar a linha do rio da Prata Norte europeu, que é a origem da BEB, Brasil — Europa — Brasil, ele inicia-se na bacia do Prata e vai até os portos europeus.

Também no item 5, pede-se que seja fornecida a cópia autêntica da resolução da Comissão da Marinha Mercante, que era, na ocasião em que começou a Conferência Brasil — Europa — Brasil, o documento de origem, de partida, se existe. Por que, com ele, nós vamos perguntar também se existia para a Transroll.

Pede que essa CPI, que a Sunamam informe a essa CPI quem e com que autoridade, ou qual a organização federal assumiu a compra e o débito resultante da construção do navio Ro Ro, Karisma, no estaleiro inglês Smith Doc, no valor de 20.599 milhões de libras, ou o equivalente a 32 milhões de dólares. Pergunta como pode o navio Ro Ro, o navio Karisma, serem registrados no Tribunal Marítimo como propriedade da Komar, porque o registro do Tribunal Marítimo exige a declaração do proprietário. Então, como pode ser esse navio registrado no Tribunal Marítimo, e ele é registrado no Tribunal Marítimo Karisma, de propriedade da Komar sem que aquela empresa até hoje, tenha assumido, assinado, vamos dizer, a promissória, o compromisso de endividamento, da dívida com a Sunamam. Pergunta que medidas a Sunamam, o Ministério dos Transportes, ou os BNDES tomaram ou tomou para se emitir da posse do navio e cancelar o registro de propriedade da Komar. Até hoje, isso não está definido. São 4 anos de operação irregular, desse débito de 32 milhões de dólares, e, até agora, nenhuma autoridade do Governo, nem a Sunamam, nem o ministro dos Transportes, nem o BNDES, tomaram medidas para retomarem o navio dessas empresas. Ele continua operando. Hoje, ele está operando, viajando, com todas essas irregularidades, com todas essas ameaças de ser arrestado ou não. O navio opera e nem paga nenhum tostão do débito com o Governo brasileiro.

Pergunto também, na pergunta nº 9, no quesito, quantos milhares de dólares foram produzidos em frete, nesse período, desde que ele foi comprado até hoje, porque, evidentemente, parece aos trabalhadores que esse dinheiro tem que ser repassado, indenizado ao Governo brasileiro e não pode ser gerido e nem pode ser auferido por entidade que, em nenhum momento, assumiram essa dívida.

E pergunto no 11, que medidas pretende a Sunamam tomar, para acionar a empresa, caso essa não assuma o repasse da dívida com o BNDES.

Até hoje, nós não sabemos.

E, por fim, como e por que a Sunamam permitiu a venda da Kommar para a navegação Transroll, que era detentora proprietária ou tecnicamente, ou hipoteticamente detentora do Kommar do navio Karisma? Porque, no ano passado, se processou também uma venda, se é que existe; é o que dizem os jornais. Nós só estamos procurando saber, por que a empresa, o navio Karisma, ou a empresa Kommar foram adquiridos pela Transroll e continua operando. Foi por isso que os valores de afretamento dessa holding da Transroll, que é a holding da Transroll e da Kommar e eles foram, a nosso ver, os maiores afretadores percentualmente abaixo da Petrobrás e da Sunave, como eu dissera, no início, são empresas que necessitam manter o monopólio e, por isso, afretam navios.

Preliminarmente, esses são os nossos quesitos.

Eu gostaria de fazer um intervalo, Sr. Senador, Exm<sup>as</sup> Srs. e Sr<sup>as</sup>, que os marítimos são, **a priori**, contrários a afretamentos.

A nossa participação, nos diversos seminários, alguns deles, como o de 1986, patrocinado pelo próprio Ministério dos Transportes, nós apontamos os males do afretamento, nós pedimos e inclusive apoiamos — há um projeto de taxação em cima dos afretamentos. Nós incentivamos a construção, que se abrisse de novo, que se retomasse os financiamentos.

Por essa razão, independente da questão particular aqui, nós apoiamos os Decretos n<sup>os</sup> 2.404 e 2.414. É preciso que se diga, de forma preliminar: os marítimos acham que os Decretos n<sup>os</sup> 2.404 e 2.414, um sobre o adicional de renovação do cheque Marinha Mercante e o outro sobre a questão da desdolarização, são absolutamente corretos e vêm, evidentemente, em benefício da Marinha Mercante, do trabalhador brasileiro e da construção naval brasileira. Então, nós estamos aqui para defender uma Marinha Mercante brasileira, nacional e cada vez crescente, que ela retorne as posições que tinha e que está perdendo, como frota mercante, é absolutamente indispensável ao surgimento da Marinha Mercante brasileira esse decreto, o que não é a mesma coisa com relação à Resolução n<sup>o</sup> 9.943.

Então, retorno a minha pauta e diria: temos a lista de quesitos; vamos, então, a um novo telex. Recebemos um novo telex da Abaie, que é uma associação que congrega as duas, ou três empresas detentoras de navios especializados que são o Ro-Ro, o Transroll, o Global e a própria Kommar, que são do grupo da própria Transroll, em que ele nos acusa de posições levianas, de fazer lobby. Nós queremos dizer que, com todo o respeito, data vênica, o nosso telex, se o Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente me permitir ler, nós contestamos, item por item, o que foi dito naquele telex acusador. Então, eu dizia ao Senador José Ignácio Ferreira:

Prezado Senador,

Atendendo a vossa solicitação e comentando o telex da Associação Brasileira de Armadores Internacionais Especializado, que pre-

tente responder o nosso telex 078.88, queremos informar o seguinte:

1 — Preliminarmente, o nosso telex não é de autoria do Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Fluviais, mas sim, co-assinado por todos os presidentes dos sindicatos marítimos, representados nas navegações de longo curso.

Então, os sindicatos todos, os filiados assinaram isso, como o telegrama, e assinaram a denúncia à Comissão Parlamentar de Inquérito.

2 — Quanto e quem, na Marinha Mercante, afretou foi o fato que tem provocado, nos sindicatos dos trabalhadores marítimos brasileiros, a mais profunda repulsa, seja Lloyd Brasileiro, a Aliança, ou qualquer outra empresa de navegação brasileira que utilize do recurso.

E, sobre esse fato, já provocamos duas vezes o Congresso Nacional, quando, no ano de 1985, o honrado Senador Nelson Carneiro, do PMDB, bem como o Deputado José Eudes, do PT, fizeram um requerimento, pedindo informações sobre os afretamentos da Petrobrás e na Docenave.

Em suma, condenamos o afretamento, como um fator de desemprego, de nacionalização e sucateamento da Marinha Mercante Nacional.

Explico que, em 1985, além disso, nasceu, na sede da Federação Nacional dos Marítimos, a célebre CPI da Sunamam. Marítimos, metalúrgicos e engenheiros juntos, convocamos, na ocasião, o Senador Saturnino Braga. S. Ex<sup>o</sup> ouviu de nós a reclamação e o pleito e lá, então, nasceu a CPI da Sunamam, dentro da sede da Federação Nacional de Marítimos, já então com este que vos fala Presidente daquela Federação, porque entendíamos que o escândalo dos afretamentos, o escândalo da Sunamam e da não construção de navios tinham quer ser apurados.

No terceiro item, nós dissemos: Sobre o tema propriamente dito, temos que dizer que as estatísticas da Sunamam forma interpretadas pela Abaie, de modo a favorecer as suas associadas, as empresas Transroll e Kommar pertencem aos mesmos acionistas. E o Presidente da Abaie é diretor da Transroll, não sendo de estranhar, pois, o seu procedimento. Esse grupo possui apenas um navio próprio, o Pioneiro, e opera um outro navio, como se fosse seu, o Karisma, embora se recuse a assumir a dívida resultante da sua aquisição. Essa dívida vem sendo saldada no exterior, com o recurso do contribuinte brasileiro, enquanto o grupo controlador da Kommar e Transroll opera indevidamente o Karisma, auferindo os lucros.

4 — As despesas de afretamento do grupo Transroll e Kommar totalizaram 31 milhões de dólares, em 1986, e 69 milhões de dólares, em 1987. Essas somas comprovam que esse grupo, possuidor de apenas 1 navio, foi o 5<sup>o</sup> maior afretador dos navios estrangeiros em 1986, e é o terceiro maior em 1987, excetuadas aquelas duas empresas nacionais que monopolizam, que eu havia relacionado. Essa

constatação é alarmante, pois esse grupo proprietário do solitário Pioneiro teve despesas de afretamento, em 1987, somente superadas pela Petrobrás e Docenave, proprietária de duas maiores frotas de navios próprios do Brasil e que empregam junto mais de 3 mil marítimos brasileiros.

A alegação de que a navegação Transroll estaria criando mais 200 empregos para a Marinha Brasileira estaria correto, se informasse também que tal fato só ocorrerá, se concretizados os contratos pelos idos de 1992. Nesse ínterim, citando o Diógenes, os marítimos preferem que a Transroll não nos tire aquilo que não nos pode dar.

Então, a alegação da empresa de que iria proporcionar os duzentos empregos para a marítima, nós até gostaríamos. Acreditamos que vai ocorrer, se toda essa questão for solucionada, lá pelos idos de 1990. Mas, no momento, a empresa vai oferecer empregos para marítimos asiáticos, paquistaneses, filipinos, indianos, que vão operar esses navios. E nós vamos ficar esperando, como se fosse um céu, o céu de 1990, para termos os nossos empregos. E ainda mais: temos informações a respeito dessas contratações, que não são naquele número que a empresa diz ser, seis navios: ela só tem, contratados, dois navios. De maneira que queremos voltar ao assunto, já que temos um documento que analisa a concessão desse empréstimo, que gostaríamos de nos estender mais ao final.

O sexto ponto: é importante notar que o Lloyd brasileiro detém 50% dos direitos da bandeira brasileira no transporte de carga geral e que, no telex da Abaie, é acusado de manter 16 navios sob afretamento, que é obrigado a fazer por não receber do Governo recursos próprios para expandir a sua frota.

Expendeu menos divisas em afretamentos, no ano de 87, do que o grupo de Transroll e da Kommar. Então, apontávamos todos os navios apontados como afretados pelo Lloyd brasileiro — e voltamos a dizer, condenamos esse afretamento — mas o Lloyd, reconhecemos, é obrigado a afretar, porque ele tem que manter o tráfego e a participação nas conferências que detém, e o Governo não libera o empréstimo necessário.

Houve estudos de uma empresa particular, a que, ao final, decidiu que o Lloyd Brasileiro era viável e deveria receber os recursos para se soerguer, já que, financeiramente, ele vem operando e vem operando a contento. Ele precisa de recursos para fazer navios novos e para reparar os navios obsoletos, já que a frota mercante brasileira é obsoleta, inadequada e velha. Agora, é velha mesmo, e essa disputa que existe entre financiar e não financiar, a questão da CPI da Corrupção na Sunamam, tudo isso retardou, e muito, a elaboração e a construção de novos navios.

Por isso, entendemos, também, que é uma alegação que não tem a ver com a questão. Também estamos contra os afretamentos, mas esses navios afretados não tinham a ver com o frete, ou com o trade, ou com a conferência a que estávamos nos referidos, Brasil—Europa—Brasil.

Contestamos o sétimo ponto: os afretamentos atribuídos ao Lloyd Brasileiro, à Aliança, através da Abaie bem como aqueles utilizados pela Petrobrás e pela Docenave, por quem não morreremos de amores, ocorrem, para o exercício do transporte de grãos sólidos ou líquidos. Nesses mercados, é prática internacional a manutenção de percentual elevado de navios afretados com o que não concordamos, mas aceitamos, em caráter complementar à frota própria.

O Grupo Transroll — Kommar, por outro lado, afreta indiscriminadamente, para o exercício de suas atividades, alegadamente principais, o transporte de veículos. e eu me permito mais um parêntese, uma interrupção, antes de ler o resto, para citar aos Srs. Senadores que essa empresa foi praticamente responsável — evidentemente que foi no governo anterior —, mas ela, nova, já no Governo anterior, tinha praticamente acabado com os chamados Lloyd Libra, da Lloyd Libra, os navios Lloyd Peru, Lloyd Chile, que traficavam na linha chamada da ALALC, em volta da América do Sul, porque a prática da Transroll é, com um navio só, ela, que agora está entrando no Brasil, Europa — Brasil, esse é um tipo de coringa. O Pioneiro é um coringa da empresa. Ela colocou, no tráfego da ALALC, que é o nome do tráfego, que sai do Rio de Janeiro, dá a volta pelo Sul da América do Sul, vai aos portos da Colômbia, Peru e Chile. E, nessa ocasião, ela colocou navios afretados. Ela entrou com o Pioneiro, depois, colocou dois ou três navios afretados e praticamente inviabilizou — evidentemente que os navios afretados, com marítimos explorados, dos países asiáticos, sem pagar os devidos tributos, sem pagar Imposto de Renda, sem as obrigações sociais, Fundo de Garantia, sem todas as obrigações — a Receita Federal tem alguma coisa a ver com isso, também —, opera esses navios que botaram fora do mercado os navios da Lloyd Libra.

Hoje, estão lá Lloyd Peru, Lloyd Chile, Lloyd Equador, em *lay off*, no Porto do Rio de Janeiro, atracados ao lado da Ponte Rio-Niterói, para quem quiser ver. Praticamente, acabou com aquela linha, que era operada pela Lloyd Libra, uma empresa privada de navegação.

Retorno, então, ao item 9. Devemos acrescentar que a Transroll é detentora de várias autorizações, todas elas estranhamente obtidas sob a justificativa da necessidade de viabilizar o navio Pioneiro. O navio Pioneiro vai para todas as linhas, é o único navio, eles o colocam em tudo quanto é conferência.

Após a primeira viagem, em cada concessão — foi o caso da Alalc — o Pioneiro é substituído por navios afretados. E foi dado início ao longo pleito, para obter a viabilização de outro tráfego. Com o emprego dessa tática, a Transroll consegue deter várias autorizações, possuindo apenas um navio. Essas autorizações — aí sim, em nome da justiça e da livre competição — deveriam ser dadas a outros armadores que encomendariam navios e gerariam empregos para os marítimos. Ao invés disso, assistisse a convivência das nossas

autoridades, permitindo que esse grupo concentre essas autorizações e as explore sem limite de prazo, apenas com navios afretados.

Não satisfeita, a Transroll insiste em utilizar a proteção ostensiva das autoridades, ao justificar a necessidade de ter uma cota substancial na Brasil—Europa—Brasil, para abrigar dois navios que obtiveram financiamentos do Fundo de Marinha Mercante, por terem suas viabilidades justificadas através do emprego de outras áreas. Caso obtenha a cota pleiteada no Brasil—Europa—Brasil, as demais áreas continuarão a ser fretadas com navios afretados, e a própria cota da Brasil—Europa—Brasil também será cumprida com navios afretados, pois os dois referidos navios sequer começaram a ser construídos, e não serão entregues antes de 1989 na melhor das hipóteses.

Como os navios próprios Lloyd Brasileiro e da Aliança operam no tráfego do Brasil—Europa—Brasil com acentuada ociosidade, assistiremos ao seguinte escândalo: para fabricar uma cota injustificada para a Transroll, que esse estímulo será explorado com navios afretados, pelo menos até o fim de 1989, o Lloyd e a Aliança paralização navios próprios e se verão forçados a desempregar marítimos brasileiros.

E ao final, no ponto 10, eu busquei informações dos navios que ela citava no documento da Abaie. Da extensa lista de navios afretados que a Abaie atribui à Aliança e ao Lloyd brasileiro, apuramos o seguinte:

A) Todos os navios atribuídos ao Lloyd operam em outras áreas — não eram da Conferência Brasil/Europa/Brasil. Esse fato por si só demonstra a má-fé do Telex da Abaie;

B) Apuramos que o Navio New Holm foi entregue pela empresa de navegação aliança ao seu proprietário em março de 88, é um navio que não está mais operando no Brasil/Europa/Brasil, estaria;

C) Tivemos à informação de que os navios Gotlandia e Laplandia, estados como afretados pela Aliança, na realidade são utilizados nos cambrais — esses cambrais são *joint venture* que o Lloyd brasileiro opera com a Aliança, só para a linha da Escandinávia, e exige navios próprios e especialíssimos que são os navios chamados *ice-class* e isso não é só uma exceção nessa linha, esses navios operam porque o Brasil ainda não tem navios quebragelos, que possam operar todo ano, na linha da Escandinávia. E eu poderia citar, a minha própria, além de que existe também no Brasil esse tipo de facilidade, e cito a Global, que é uma empresa também desse grupo da Abaie, cujo armador nós temos excelentes relações e no seus navios próprios nós temos um excelente contrato, os marítimos têm um excelente contrato que pertence ao armador Laurit Lacman, mas ele afreta um navio, e eu aponto, porque ocorreu um fato inusitado mais ou menos há 2 meses é Chentrans wega é um navio especialíssimo, é um navio de cerca de 16 mil toneladas que está afretado na cabotagem do Brasil. Ele opera dos portos de Rio Grande, lá de dentro do terminal petroquímico, lá dentro do Estado do Rio Grande

do Sul, até Maceió, possui 6 alemães como oficiais e 12 filipinos, mas esse navio é um absurdo, a nosso ver, pois no lugar desses 12 filipinos deveriam estar 12 brasileiros, porque o navio está internado por 2 anos em águas brasileiras. E ainda tem mais, mas nós aceitamos porque o navio não existe no mundo — eu não vi similar no Brasil. É um navio que transporta etanol a 135º abaixo de zero. Então, é um exemplo, e nós admitimos isso, embora nós tenhamos arretado o navio, porque o capitão alemão agora em fevereiro demitiu 12 dos filipinos e largou-os abandonados no porto de Rio Grande, de onde foram deportados. Então, a federação, que tem a obrigação, o dever de solidariedade, embora entenda que esses filipinos roubam os nossos lugares, mas eles roubam evidentemente com a cumplicidade do armador brasileiro e quase todos eles fazem isso, a Aliança o Lloyd, todos eles fazem isso, afretam essa minoria, esses grupos de explorados do mundo marítimo. Então, esses filipinos foram abandonados e entregues à Polícia Federal, nós entramos em defesa deles, a Federação Nacional dos Marítimos, e através de um advogado entramos com um mandato na área da justiça e na área federal. Só conseguimos arrestar o navio no Rio Grande, e ele ficou lá mais de 5 dias até que viesse uma nova tripulação de filipinos, pois, aqueles foram deportados, e o comandante ainda está sofrendo a responsabilidade de haver saído com seis homens, e os gaúchos, aqui, que podem dizer, os senadores gaúchos que podem dizer, ou as pessoas que lá foram — colocando em risco o tráfego noturno, porque ele navegou desse terminal de Rio Grande do Sul, à noite, com seis tripulantes e com a permissão da autoridade brasileira. É claro que a Marinha tomou providências, e o responsável pela liberação foi — e acredito que até o Capitão dos Portos do Rio Grande tenha sido demitido por esse erro que cometeu, sob pressão, evidentemente, dessa multinacional e dessa operadora, mas é uma empresa do grupo que está defendendo isto aqui, os navios especializados.

Para terminar, cito o meu exemplo próprio, da necessidade do chamado navio *ice-class*.

Em 1976, naveguei — sou chefe de máquina também da Aliança e naveguei com navio arpoador, dos últimos, porque já foi sucateado e fiquei preso por sete dias, no gelo, lá no porto da Finlândia, ou melhor, antes de chegar à Capital da Finlândia, pois fomos navegar no inverno. Era janeiro, e fiquei preso lá, por sete dias. O navio não saía do gelo, com todas as tubulações entupidas e, se o navio não tiver aquela guilha necessária para quebrar o gelo e dele se safar, não sai. Os navios brasileiros, atualmente não têm condição. Digo atualmente, porque essa é uma tecnologia que a indústria naval brasileira pode superar, e temos certeza de que os vamos ter dentro em breve, não só navios do tipo *Chentrans wega*, que transporta etanol a 135º abaixo de zero, como vamos ter também navios *ice-class*, que poderão trafegar o ano todo, e desnecessário será o afretamento desses navios especializados.

Encerro esta parte da minha resposta, dizendo que não nos interessa polemizar com armador A ou B, nem com a Associação, porque dependemos de empregos deles; estamos preocupados com nosso emprego, com a manutenção da construção naval no Brasil e com o emprego de brasileiros, mas assustados, e, aí, entro na questão que também é da maior importância, de como a Transroll consegue e conseguiu o seu financiamento para esses chamados dois navios que, hipoteticamente, em 1990, vão gerar empregos; não duzentos empregos, talvez cinquenta ou oitenta empregos, diretos e indiretos, só com esses dois navios, porque os outros quatro ela ainda nem começou a construir e os projetos não foram apresentados. Mas vamos falar só do projeto que foi apresentado ao BNDES, através do fundo, e que foi analisado.

Tenho aqui um documento, Exa., que é uma análise do processo e que vou passar às mãos da Comissão, mas, antes, eu me permitiria analisar os fatos de quando entrou. A empresa Transroll entrou com um pedido, em 1984, de financiamento para dois navios. No começo, os navios eram de 6.500 toneladas, e, a pretexto dele, evidentemente, tudo está escrito aqui, porque este é um documento extenso que me chegou às mãos e tão logo tomei conhecimento — vários documentos que me chegaram às mãos na Federação, quando se sabia que a Federação os marítimos estavam encaminhando uma denúncia — e volto a dizer: tenho certeza de que muitos armadores gostariam de estar aqui, ao meu lado, denunciando isto — é preciso que se diga — e não o dizem porque estão com medo e não querem fechar suas portas na área do Ministério dos Transportes, então, tem todo aquele...mas nosso compromisso, como é com trabalhador, e vamos assumir, os documentos nos foram entregues para que colocássemos essas questões.

Então, esse pedido de financiamento era de navio de seis mil e quinhentas toneladas, de três mil e trezentas a seis mil toneladas, para trafegar num **trade** que ela tinha, na área que era permitido e que há exportação de carros, que era Brasil para Argentina e Brasil para aquela linha do Chile. A empresa, então, depois de várias... era a única coisa que ela fazia.

Os Srs. terão oportunidade de ler a análise da documentação, porque, se não me falha a memória, está aqui, inclusive, na documentação do Senador Maurício Corrêa, no documento do Senador lido em Plenário, e os fatos são esses: o grupo que analisa o projeto, dentro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, em 25-5-87, por essas razões, pelo tipo de navio que ela pedia, pelo tipo de navio que a empresa pretendia construir, achava que a companhia não tinha. Só tinha um navio pioneiro, que não tinha condições de gerar recursos necessários para pagar os navios que estava pedindo para construir. Havia onze quisitos.

Vou me limitar a ler a página 5 desse documento que vamos passar ao senhor, ao relató-

rio da análise da Denave, do AP 2, emitido em 25 de novembro de 1985:

"Concluiu pelo indeferimento desse financiamento, porque a empresa — entre os riscos, vem apontando — situação econômica retrospectiva da Transroll caracteriza-se por reduzidas margens operacionais, que têm afetado significativamente a sua capacidade de autogeração."

Porque opera um navio só — dou um exemplo — e tinha um contrato principal com a FIAT. Sessenta e cinco por cento do comprometimento de transporte da Transroll com esse navio pioneiro era com a FIAT e era uma coisa arriscada. De repente, a FIAT deixava de exportar, muda a política dentro da indústria automobilística no Brasil e, tendo a Transroll só aquele navio contratado com a FIAT, evidentemente não poderia honrar os seus compromissos.

E vem por aí. São onze itens, que eu não gostaria ... Vou ao terceiro:

"Há forte concentração de mais da metade da receita em um único cliente, que é o caso da FIAT. Um navio de 6.500 toneladas — que é o nome que tinham dado, já que o um primeiro deles é pioneiro, que existe — apresenta capacidade bastante superior ao **trade** com que se comprometia"

Então, estava se comprometendo a navegar para a Argentina e para o Chile, portos do Chile e do Equador, com um navio de 6.500 toneladas que é, muitas vezes, superior às ofertas, à demanda daquele tipo de **trade**.

Por isso, também, o analista negava.

"A linha Brasil, Peru, Chile, para onde poderia ser deslocado o novo navio de 6.000 e isso com relação ao Brasil, Argentina, Chile, Peru, para onde poderia ser deslocado o navio de 6.000, também não apresenta perspectivas comerciais razoáveis."

Por fim, diz — são onze itens que não vou ler aqui para não me tornar cansativo — no último diz:

"A empresa não dispõe, atualmente, de capacitação técnica para acompanhar o projeto e a construção, tanto da jumborização do pioneiro — que pede — como do novo navio."

Isso era o projeto Dois navios.

Então, o que aconteceu? Ao final, diante dessa derrota eminente dentro do BNDES, a empresa solicitou a suspensão do trâmite do processo, em 16 de dezembro de 1985, e, um dia antes da reunião ordinária da Diretoria do BNDES, que ia apreciar o pedido e negá-lo oficialmente, retiraram-no da pauta ordinária da reunião do dia 17 de dezembro de 1985.

Em 17 de dezembro de 1985, a empresa, na iminência de ver negado oficialmente pelo BNDES o documento, retirou-o.

E, aí, começou o que chamo de manobra. Uma delas foi novamente com o favorecimento das autoridades.

Nesse período, em 1986 — e levou um tempo — foi sugerido à empresa que apresentasse novo projeto. Ela apresentou seis novos projetos, que são este dois que diz que, agora, foi autorizada realmente a construir e os outros quatro que são propostas que ainda estão na fase de projeção de projeto, de organização do projeto. Mas, ainda assim, os dois que foram autorizados ainda não tiveram sequer uma chapa de ferro soldada, Sr. Senador, ainda não teve uma delas. E é nesse navio que estão oferecendo aos marítimos oportunidade de emprego. Não teve uma chapa sequer soldada até agora.

Então, começou um processo que chamo de proteção governamental, que não sei de quem parte, nem quem é o autor, e que nos cabe apenas informar que é irregular.

A primeira foi com a edição da Resolução nº 9.101, de 1986. Essa 9.101/86 simplesmente criou a chamada figura do **outsider** brasileiro.

Depois de insistir de várias maneiras, de ter sido negado o seu projeto, porque não tinha viabilidade técnica, pelas razões que Exa. vão ver no documento, conseguiram, então, a Resolução 9.101, que cedeu ao Transroll o quê? Parte no tráfego da Brasil/Europa/Brasil, que era cartorial — entendo até cartorial — da Aliança e do Lloyd brasileiro, dos 50%, e dava 5% desse comércio para que a Transroll pudesse transportar.

Foi a maneira que a Transroll, que só operava com carros, Brasil, Argentina e Itália, os carros da Fiat e esporadicamente da Venezuela, entrou no mercado Brasil/Europa/Brasil, trazendo da Europa cargas também conferenciadas, que foram, evidentemente, claro, tiradas do Lloyd brasileiro, que é a grande "irmã Paula" do mercado de toda navegação mercante brasileira, permita-me a irreverência. Então, 5% foram tirados do Lloyd brasileiro e começou com uma outra irregularidade na época. Essa empresa começou transportando, tinha direito a 5%, transportou mais dos 5%, cerca de 8 ou 9%, os números estão por aí e a Sunamam vai poder fornecer isso tecnicamente, tenho os documentos, porque, eles é que têm de fornecer essas informações corretas. Mas ela carregou mais de 8%. Tem uma característica, Srs. Senadores. Nesse pacto, a empresa só tinha direito a carregar 5%, que já foi um absurdo, porque o **outsider** é um navio que não tem compromisso nenhum com os armadores, nem com exportadores, ele entra com se fosse — a palavra **outsider**, na tradução, vamos dizer livre, eu diria, é um marginal, dentro da conferência, é um navio marginal e que aproveitou, vamos dizer assim, trabalha como punquista, sobrou alguma coisa, eles vão e pegam a carga que seria dos conferenciados, dos 50% brasileiros. Então, eles pegaram, volto a dizer, do Lloyd brasileiro, que sempre está distraído, foram lá e apanharam 5% do Lloyd brasileiro e carregou muito mais desses 5%, mas tem uma característica, tinha um compromisso nessa

entrada que se a empresa que transporta mais é chamada **over**, a empresa que está **over** na conferência, seja nesse processo do **outsider** ou seja entre os próprios conferenciados, entra a Aliança e Lloyd, entre Netumar e Lloyd, na América entre a Paulista e o Lloyd, no Mediterrâneo, quem transporta mais é obrigado a pagar o outro, é um acordo de cavalheiros, me que quem transportar mais é obrigado a repassar. Essa Transroll, nesse caso, transportou mais, ela está **over**, e não paga ao Lloyd brasileiro, nem pagou a ele o excesso, que ela transportou, vejam V. S<sup>a</sup>, a Sunamam concorda com isso, quer primeiro que Lloyd e Aliança paguem o excesso aos europeus, porque têm que pagar a outra banda do acordo, da conferência, do cartório, são as empresas europeias, eles têm que pagar o excesso e são cerca de 17 milhões de dólares; infelizmente, fugiu-me o recorte em que o Presidente do Lloyd diz quanto é que a empresa deve de **over**, quanto que a Transroll deve de **over** a eles dois e à conferência, então, ela não paga e a Sunamam não a obriga a pagar, e ainda mais, liberou essa 9.943, com a empresa com todo esse problema, agora já no ano de 1988. Então, são 17 milhões de dólares que a empresa se recusa a pagar rque os conferenciados são Lloyd e Aliança, vão ter que pagar aos europeus, esse é o primeiro problema. O segundo, no primeiro movimento de exercício dos seus 5%, de quem a companhia fez, ela cometeu uma segunda irregularidade, que até hoje não está clara e que já denunciávamos no Conselho de Assessoramento Consultivo da Sunamam, da qual somos parte, somos membro, representando os trabalhadores, ela começou a transportar locomotivas da Polônia; ora, locomotivas para a Rede Ferroviária Federal é uma carga privativa de empresas de navegação estatais, tinha que ser Lloyd brasileiro a carregar, porque, eu diria, permitam-me dizer, é o filé **mignon**, locomotiva é um frete que dá muito dinheiro, e quem carregou da Polônia, dos portos de Gdansk! Locomotivas vieram para, parece-me, para a Fepasa ou para a Rede Ferroviária, não sei especificamente para que tráfego, transportados por essa empresa. Houve a grita, nós interpelamos o Presidente do Lloyd brasileiro, para saber como tinha acontecido isso e até hoje não foi explicado como a Transroll, iniciando esse processo de **outsider** dela, carregou uma carga prescrita para empresa nacional, assim como o trigo é do Banco do Brasil, para os navios da Docenave, há cargas que por lei são prescritas para estatais de navegação. Essa seria a segunda irregularidade. A terceira, além dessa concessão, vem — já estou falando demais —, de novo, já em 1986, analisando a nova proposta desses dois navios, depois que tinham sido retirados, eles voltaram a entrar com 2 novos navios; de novo, a assessoria que faz análise de projeto, voltou a dizer — vou, textualmente, dizer o que o analista informou a respeito do projeto — à pág. 28 do documento:

"Conclusão da análise econômico-financeira, retrospectiva: a empresa apre-

senta elevados custos operacionais, principalmente com os navios afretados, sendo sua margem bruta insuficiente para fazer face as suas despesas gerais, administrativas e financeiras. Embora tais despesas tenham sofrido substancial redução no período em análise, os resultados operacionais líquidos continuam negativos".

Isso foi na segunda passagem do projeto pelas mãos dos analistas do BNDES.

E, aqui, tem um outro absurdo de raciocínio. A empresa alega, em seu favor, está em algum lugar, mas como já sei isso de cor, porque é um absurdo, e é por isso que ficou gravado, a empresa alega que na informação subsequente, para conseguir o financiamento, que conseguiu, finalmente, com a passagem, com a substituição de navios afretados por navios próprios, ela estaria em condições de operar com maior rentabilidade. Isso é de um absurdo e de uma má fé que tem que ser dito aqui, e eu não poderia deixar de dizer. Qualquer um menos informado sobre marinha mercante sabe que um navio afretado opera com condições de custo mais reduzidos em relação a um brasileiro. Está na cara, sou brasileiro mas não sou nenhum imbecil; sou marítimo mas não sou imbecil. O navio afretado opera, os registros são facilísimos de fazer, a operação não tem nenhuma tributação nem riscos fiscais; eles operam com a bandeira da Libéria, com a sede do escritório nas Bahamas, com tripulantes que vêm do Paquistão e não pagam... Tenho também, mas não pude trazer aqui, um contrato desse tipo: o tripulante assina à entrada do navio, recebe tanto, e sai do navio com a mão na frente e pronto; não tem obrigação, férias, nem INPS, nada dessas coisas que temos aqui, que oneram em muito, justamente, a folha da empresa brasileira, mas com respaldo do social e em benefício dos trabalhadores. É claro que temos que ter direito à aposentadoria, a férias, e tem fuga maior, a evasão maior desde a tributação fiscal. Não paga INPS, não tem compromisso algum com o Finsocial, com o PIS, com o PASEP. E ele diz — pasmem os Srs. — às tantas desse documento, com uma argumentação pró Transroll, de que quando substituir esses navios afretados vai operar mais economicamente. Claro que isso é um absurdo. Reconheço que um navio próprio do Brasil é caro, é mais caro, porque tem que pagar tributo no Brasil, tem que ter contrato coletivo com o trabalhador, tem que pagar férias e tudo aquilo que todas as demais indústrias pagam no Brasil, e o que eles fazem é uma fuga e uma evasão de difícil controle do fisco brasileiro e das obrigações sociais do Brasil.

Isto tudo está aqui, Srs., mas, assim mesmo, esse documento, então, está com o "de acordo"; 27-5-87 foi encaminhado à consideração da Diretoria do BNDES, com o aprova: "Ante o exposto, o grupo de análise..." — isso depois dessas pressões todas e mudanças — "...conclui pela viabilidade técnico-econômico-financeira do projeto de construção de 2 navios

Ro-Ro, de 12.400 toneladas..." — e já não é mais de 6.300, 12.400 toneladas; o de 6.300 já era inviável naquele mercado da Argentina — não existe carro para transportarem, no mercado que propuseram — mas conseguiram, finalmente, a 27-5-87, a liberação do chamado empréstimo, financiado através do Fundo de Marinha Mercante.

Nesse período nebuloso, que os marítimos entendem que é nebuloso, de 87, passo às mãos dos Srs. um telex original, que também chegou as nossas mãos, não sei como, bateu num envelope fechado e me assustei, até, quando o vi. Ele está em inglês, mas é um documento em atenção à Knut Aune Brasil, que é um **ship broker** famoso, um grande operador de navios na bandeira de conveniências, e que está mandando uma carta à Transroll Rio, em atenção do Sr. Richard Klein. Os senhores sabem que há dois Klein, um que é alemão, o pai ou irmão, e outro Klein que é o Sr. Richard, uma figura simpatíssima, que é um dos detentores da empresa Transroll.

Vou ler o referido documento para que os senhores se escandalizem. Saliendo que este fato é de 1986, no período em que ele teve negado o financiamento e depois saíram essas injunções misteriosas todas que vieram a liberar no final de 1987. Vou ler a tradução do inglês:

At. Carl Aune Brasil

CC RIO — AT SR. P. MESSINGA

Transroll Rio — At. R. Klein

At. Sr. Knut Aune — C.C. R. Klein

Muito obrigado pela sua carta de 15 de março com respeito a possibilidade de usar o fundo da Marinha Mercante brasileira. Estamos preparando especificações para os dois navios porta-containers frigoríficos e remeterei via courier dentro de alguns dias.

Receio que a sua proposta seja muito complicada para a minha maneira prática de ver as coisas. Posso sugerir uma abordagem alternativa?

Digamos que a Transroll encomende os navios e o resultado do financiamento barato, dos subsídios e do fundo de Marinha Mercante seja viabilizar navios pela metade do preço do mercado mundial. Proporíamos que a Transroll ceda-os em fretamento a um custo com uma baixa margem de rentabilidade (para satisfazer a autoridade da receita federal) a uma companhia estrangeira por aproximadamente 15 anos, dando a esta companhia estrangeira o direito de comprar os navios por uma quantia nominal ao final desse período. Os afretamentos teriam total garantia da Sea Containers Ltda. A Sea Containers seria proprietária de 2/3 da Companhia Estrangeira e a Transroll de 1/3. A companhia estrangeira tentaria empregar os navios de modo rentável, o que seria fácil se eles forem obtidos pela metade do preço mundial. Na realidade, Transroll teria direito a 1/3 do lucro sem correr risco. Se a companhia estrangeira



tivesse prejuízo a Transroll não teria participação na perda. Com relação que estes devem ser compensados pela garantia do pagamento total dos afretamentos dada pela garantia do pagamento total dos afretamentos dada pela Sea Containers Ltda. O problema com os recursos próprios e o que fazer no caso do estaleiro não entregar ou a Transroll não apresentar os navios. Em outras palavras poderíamos oferecer depósitos mas somente desde que tenhamos garantia bancária de tê-los ressarcidos com juros, caso o estaleiro não entregue ou a Transroll não apresente os navios. Estas garantias devem nos proteger integralmente contra riscos políticos ou de força maior.

Revolvendo o assunto, noto a sua insatisfação referente a inabilidade de fechar (contratar) navio (supply Boat-Boxer) mas você nunca retornou com resposta seguindo nossas últimas discussões e Galbraith de Londres disse que você não estava presente fechar (contratar) dentro das condições exigidas. Temos tentado segurar o comete cook, navio tipo boxer, para a Transroll mas deduzi que você não estava lá para fechar a taxa líquida de mais de 7000 dólares diários assim temos que prorrogar/fechar em outro lugar. Você também perderá o navio tipo tackler se ao fechá-lo imediatamente a uma taxa líquida de mais de 4000 dólares diários. Temos afretadores dispostos a contratar estes navios. Perdemos dinheiro com os afretamentos para a Transroll durante muitos anos até agora e, você não pode esperar de nós a dispensa de alguns lucros logo agora que o mercado está firme. O melhor que podemos fazer é lhe oferecer a prioridade de disponibilidade.

Saudações

Jim Sherwood

A pessoa que assina o telex é que está mandando em nome da Sea Containers LTD. Passo o documento às mãos dos Srs. Senadores, a versão em inglês, mostro aos senhores, está aqui — e esse telex com o nome da Transroll aqui, o telex próprio da Transroll, está um pouco difícil de ler, porque essa é a 10ª cópia que mandaram para mim em inglês. Passo às mãos dos senhores, também, porque já estou me tomando cansativo, o documento de análise onde essas coisas são colocadas pelo grupo de análises do BNDES, é mais um documento. Aqui os senhores têm uma complementação com aqueles que enviei, mandei, na oportunidade, em abril de 1987.

Da minha parte, Srs. Senadores, eu queria só lembrar que o superintendente da Transroll — e eu não quero ser aqui impertinente com isso, mas é um fato que atinge profundamente os marítimos — a presença do Sr. Washington que é o superintendente da Transroll, um usueiro e vezeiro em desnacionalizar. Em 1971, ele, superintendente da Docenave foi quem iniciou a doutrina de exportar navios construídos com recursos do contribuinte brasileiro, e ele passou — eu dei o nome dos

navios: *Dossban* ainda está navegando, *Docenave*, *dossikariyon*, são navios que o Sr. Washington colocou na bandeira liberiana e tirou dos marítimos brasileiros. Ele operava com gregos comandando e tripulações asiáticas, mas isso que naquela ocasião nós denunciávamos, e que em 85 chegou a gerar dois pedidos de informações do Senador Nelson Carneiro, e vi também denúncias várias dos marítimos e de minha própria em diversos jornais, hoje em dia são nove, a Docenave que, naquela ocasião, tinha só três navios na bandeira liberiana hoje tem 9 navios, seja em *joint venture*, as empresas têm os nomes mais variados pelas quais a Docenave opera no exterior, se é mar é uma na Libéria, tem outra nas Bahamas, e agora uma *joint venture* com três navios com os noruegueses da *Willions*, que chama *Willsee*, que opera três navios também mais novos, eu situaria que dois deles estão com tripulantes brasileiros, mas com as mesmas condições do asiático, ganhando dólar, mas sem direito a nenhuma proteção, sem férias, sem seguridade social, sem nada, são os tripulantes brasileiros. Então, o exemplo dessa empresa, o retrospecto do Sr. Washington na Docenave indica que ele continua o mesmo nessa empresa Transroll.

E diria também, para encerrar, que a nossa denúncia não é só contra a empresa Transroll, o problema é que a atividade e a velocidade com que essa empresa assumiu essa posição dentro da marinha mercante brasileira nos assusta, porque se a moda pega nós vamos ter a marinha mercante brasileira toda encostada, não serão 60 navios, como foram no ano passado; nós teremos a totalidade da frota encostada, e os brasileiros, que já são 5 mil e pouco, nós vamos dobrar no mercado, e com uma consequência muito danosa também, porque o marítimo brasileiro é formado pela Marinha de Guerra do Brasil nos centros de instruções CEAU e CEABA, que são a formação e a qualificação das mais altas do mundo, do menor nível e, que vão se transformar em elefante branco, porque não acredito que o Governo brasileiro vai fazer como Filipinas e como Singapura, que simplesmente a singapurização do Brasil, que me parece isso, nós vamos fornecer, treinar a custo do contribuinte brasileiro naqueles elefantes brancos que vão se tornar, para produzir marítimos para a bandeira de conveniência. Então, é essa a única razão que nós estamos aqui e que fizemos essa denúncia, e me ponho à disposição de todos os senhores, agradeço a atenção e o tempo que eu tomei dos Srs. Senadores, mas eu acho que a gente tinha que dizer essas coisas aqui, e cabe aos Senhores investigar e às autoridades responder se está certo ou se está errado o que nós estamos dizendo aqui. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Antes de dar a palavra aos Srs. Senadores esse telex aqui é de abril de 88?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Foi o período em que ela mudou o abrocho dela em relação ao financiamento.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Consulto os Srs. Senadores, particularmente o Senador Maurício Corrêa, antes de dar a palavra ao nobre Relator, se os Srs. Senadores preferem ouvir o nobre orador em primeiro lugar ou se gostariam de fazer as suas perguntas antes do Senador Carlos Chiarelli? (Pausa.)

Senador Carlos Chiarelli, V. Exª está com a palavra.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Tendo em vista, Sr. Presidente, a ampla exposição feita pelo depoente, tenho a impressão que agora teremos que entrar numa arguição absolutamente objetiva, em termos de pergunta e resposta.

A primeira questão é a seguinte: o depoente é Presidente da Federação Nacional, e gostaria que ele nos dissesse exatamente quem constitui, que entidades sindicais, quantas pessoas ele representa e quem são essas pessoas?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Sim, Sr. Senador. Eu sou a Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Fluviais, represento trabalhadores marítimos, fluviais e os pescadores também, e, agora, uma classe recente de mergulhadores. Cerca de 26 sindicatos filiados a nível nacional, sendo que, especificamente, falando em Marinha Mercante e em Marinha Mercante de Cabotagem de longo curso, são treze sindicatos, também sindicatos nacionais, que assinaram e ratificaram as denúncias aqui feitas, com sede, todos eles, no Rio de Janeiro.

Representamos, agora, em torno de 60 mil marítimos e digo a Federação, incluindo o pessoal de navegação portuária, o pessoal de navegação interior também — pois temos sindicatos em todo o Brasil. Eu poderia enumerá-los, se for o caso. São 26 sindicatos em todo o Brasil e, relativamente à Marinha Mercante, são treze.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Nessa conferência Brasil/Europa/Brasil, 50% correspondem a empresas brasileiras. Anteriormente, parece-me que o Lloyd e a Aliança.

Como é que se divide esse percentual entre ambas, por que agora 5% ficaram reservados, formalmente à Transroll?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — A parte do Brasil é dividida equitativamente entre as empresas brasileiras que são conferenciadas. No caso do Brasil/Europa/Brasil, dos cinquenta por cento, 25% tocam ao Lloyd brasileiro, 25% à Aliança. Mas, essa introdução do *outsid*, no ano de 86, da Resolução nº 9.101, realmente fez com que a Transroll entrasse em 5%, e, como eu dissera anteriormente, esses 5% saíram do Lloyd brasileiro.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Então, 25% com a Aliança, 20% com o Lloyd e 5% à Transroll. É essa a matemática?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — É. Eu diria que essa é a matemática. Mas, a própria Sunamam tem dados que comprovam que a Transroll sempre se excedeu dos seus 5%.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Sim, digo, isso é uma consequência, mas no original a matemática é essa?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — É. Seria com a Resolução nº 9.101 que essa proporcionalidade teve que ocorrer.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Essa figura do **outsider** é decorrente de uma resolução, quer dizer, normatizada no Brasil por uma resolução que vem citada aqui. Eu perguntaria se essa figura é também usual, inusual, inexistente, existente, em alguns casos, nos países que têm atividade de transporte marítimo? Quer dizer: isso existe no Japão, existe na Noruega, existe na Alemanha, ou não existe? Como é?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — É uma situação singular. Vou me permitir comentar, porque conheço um pouco do mercado, embora não seja um especialista.

O **outsider**, como o nome diz, é um marginal. As conferências existem, e ele fica ali zanzando pelos portos europeus, americanos, para pegar a carga que sobra. Nas outras conferências, que são 40, 40, 20, sobram vinte.

Então, ele não tem necessidade, porque 20% realmente ficam para o **outsider**, para os marginais. É o caso dos Estados Unidos, da conferência Norte dos Estados Unidos-Brasil. O Brasil carrega 40, Lloyd, Netumar, as empresas americanas carregam os outros 40 e, lá, todas as outras empresas, porque evidentemente, muitos europeus vêm e entram nesses 20% que sobram, ou seja, trazendo de lá para cá, ou levando do Brasil para os Estados Unidos. Então, a figura do...

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Um momentinho só. Então, há casos de conferências em que existe um espaço de livre mercado, fora do cartório?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Fora do cartório.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Não conferenciados têm possibilidade de ingresso, disputando o mercado. Essa outra aqui é cartorial, fechado, com 100% coberto. É isso?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — É. E essa tem uma característica própria: uma conferência de 50% que é o chamado **flet mignon**, porque as empresas só poderiam operar conferenciáveis. Então, o Lloyd Brasileiro tem a sua maior operatividade e sua maior rentabilidade nesse **trade** utilizando 5 navios e a Aliança 8. Agora, o que acontece, Senador — e V. Exª me permita dizer —, é um caso excepcional e inédito de regulamentação da marginalização.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Eu gostaria que V. Exª se ativesse à pergunta. Feita a conferência e estabelecido o critério de 50% de cada parte, portanto, na somatória fechando 100%, o sistema de transporte evidentemente não permite o ingresso de mais ninguém porque está 100% coberto. E no momento em que há um estabelecimento — e

é esta questão que eu gostaria de saber objetivamente — se há uma conferência que dá os 100%, credenciar alguém seja com 13 ou 5 pressupõe, pelo menos me parece que pressupõe, que esta decisão atrita com a conferência, porque se 100% está coberto, até que ponto uma norma interna pode, de certa forma, mudar os critérios daquilo que foi aprovado em uma conferência que, evidentemente, implica em compromisso internacional? E quando se faz a conferência, estabelecendo que a parte brasileira é 25% do Lloyd e 25 da Aliança, isto é também motivo do acordo com a parte estrangeira? Ou o Brasil pode mudar sua parte ao seu bel-prazer? Quer dizer, 25 amanhã para um, 20 para outro. Temos o direito de dispor livremente sobre o percentual brasileiro ou nós estamos circunscritos a respeitar um acordo que já previamente diz que a cota brasileira é 50% e que ela é distribuída de maneira previamente estabelecida, como de resto provavelmente ocorrerá com a cota estrangeira? Como é este fato?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — V. Exª tocou na questão. Ela é irregular. A concessão foi irregular, mas ela foi feita por quem tem poder para fazer e a Sunamam tem poderes. E quando a Sunamam foi criada, a conferência ainda pertencia à Comissão de Marinha Mercante. Coisa antiga, mas a Sunamam que substitui a Comissão de Marinha Mercante ratificou todos. Então, a Sunamam legaliza e legítima a operação das conferências. Quando ela mesma viola suas próprias regras, e ao abrir 5% com a Outsider brasileira ela causou uma grita geral, uma celeuma. Mas volto a dizer: o Ministério dos Transportes detém muitos poderes em termos de Marinha Mercante e os Armadores sempre gritaram, mas se submeteram na época.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Sr. depoente a minha pergunta é esta — e sei que teriam que gritar e não o fizeram, porque são dependentes. O que eu pergunto é: quando sai a ata da conferência ela já explicita o percentual daqueles que, em cada área nacional, têm o espaço reservado?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Ai, neste caso, não. Vamos falar só da parte brasileira. Os europeus são livres — eu disse — e eles são 22 empresas que não pertencem a um país só; agora a nossa são 2 países. Mas acontece que o país brasileiro cede. Então são 50% nosso. Lloyd, às vezes, carrega 30 em vez de carregar 25, e quando ele carrega tem que pagar para a Aliança a diferença. Eu vou chegar lá, senador.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — A parte do **over** está absolutamente claro e quem extrapola paga a diferença. Pergunto o seguinte: a regra originária, terminada a conferência, diz no texto que: "Cabe ao país, através da sua autoridade competente — que poderá fazê-lo corretamente e incorretamente, isto é um outro departamento — distribuir o percentual que lhe diz respeito ou há a partir do próprio acordo internacional a nível nacional, uma repartição previamente estabelecida?"

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Não, senador a conferência não diz e pode ocorrer isto. A Sunamam tem poderes para redistribuir, e tanto tem que ela redistribuiu.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Está certo. E é normal ele fazer estas redistribuições?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Não, foi a primeira vez que ocorreu isto, em 1987. Por isto é que a resolução causou toda essa celeuma.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Há uma entrevista de V. Sª, estranho que o Comandante Rubens de Maia tenha assinado a autorização e diz textualmente que está parecendo que ele foi pressionado a tal ponto que não pode deixar de assinar o documento. Foi pressionado por quem? Quem fez esta pressão, quem o pressionou, quem tem essa força?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Vou resumir a fonte porque, realmente, eu disse muito mais do que isto que aí está. Volto a dizer que eu, como trabalhador sou membro do Conselho Consultivo da Sunamam. Portanto ela tem um Conselho Consultivo e vários órgãos, inclusive o Lloyd Brasileiro e representantes da Armação e dos empregados. Estou terminando o meu mandato, num período de dois anos, e nas reuniões, quando se chega em assuntos (Rubem) vários, peço licença e faço perguntas ao comandante que, quase sempre, são um pouco inadequadas.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Comandante, é apenas o Superintendente da Sunamam.

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — É o Superintendente da Sunamam. Nessa reunião específica, fiz a pergunta. Foi a última reunião que ocorreu e são gravadas as entrevistas.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — E quando foi essa reunião?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Há um mês. Na sexta-feira ia se realizar a próxima. Parece-me que foi no dia 26 de março a última reunião, mas tenho os dados. A última reunião do Conselho Consultivo é oficial, em que ele convoca todos os representantes. Perguntei especificamente ao Comandante: Comandante Abema, conheço a posição — conhecemos a posição do Comandante Abema e da Sunamam, como um todo, de contrários a essas concessões, porque elas foram formuladas, inclusive é a voz oficial da Sunamam, no seminário do Ministério dos Transportes, aqui em Brasília, no ano passado. Foi feito em agosto de 86 um seminário, que gerou o famoso plano de Política de Marinha Mercante, que ainda não foi levado ao Congresso, mas existe e tem a opinião de todo mundo.

Perguntei-lhe por quê. Vou repetir mais ou menos o que posso lembrar, mas eu gostaria de ver a minha ata, que está gravada, e a

ata ser-me-ia fornecida na próxima sexta-feira, em que grave tudo o que eu disse. Eu disse mais ou menos: "A Sunamam agora está agindo, tem liberdade nos mares, temos que acabar com o cartório, temos que liberar um pouco essas Trades e dar oportunidade a quem quer competir. Essa empresa encomendou dois navios e tem direito". Daí, forcei a pergunta: E por que o Senhor deu logo a essa empresa e não para a Norte-Sul ou algumas empresas de cabotagem que tenham alguns navios que poderiam transferi-los para essa trade? Poderiam operar. Por que não foi dada essa oportunidade a outras empresas brasileiras? A livre competição pressupõe-se que seja entre brasileiros. Ele me disse: "Não, mas isso ninguém pediu, nós colocamos isso aí é, ao final, fiz..." Como eu trepiquei, ele disse: "olha, aqui eu também cumprio ordens. Praticamente, faço o que me mandam fazer"; isso no final, depois da minha terceira pergunta insistente. Pedi-lhe a ata, pois ainda não a tinha visto. Foi na última reunião. Eu a iria ver na próxima sexta-feira, mas a reunião foi adiada, inclusive, de sexta-feira, dia 27, até quando eu veria o texto formal do meu questionamento. Não foi só isso que questionei, mas também outras coisas com relação a afretamento.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Então, não há identificação exata de quem fez a pressão? Ele teria cumprido ordens superiores de quem?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Por isso, acho que a presença do Comandante Murilo Rubens Aberna se faz imprescindível aqui.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Como V. S<sup>a</sup> disse em entrevista que ele foi pressionado? Estou lhe perguntando.

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Ele disse que cumpria ordens, mas senti que foi uma pressão de fora; todos sentimos isso, que estávamos presentes à reunião.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Nessa entrevista, V. S<sup>a</sup> se refere também ao envolvimento dos assessores do Ministério dos Transportes, com interesses não muito claros. Esta expressão "interesses não muito claros" é textual na entrevista prestada por V. S<sup>a</sup> Que interesses são esses e quais são esses assessores do Ministério dos Transportes?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Isso não é de hoje. Estamos denunciando essa questão dos afretamentos há muito tempo. É uma questão antiga, porque já houve até envolvimento em crime de morte na questão dos afretamentos, que me parece não foi esclarecido nem para a própria polícia. Mas já sabemos que há pessoas ligadas a escritórios de abroquelagem. A abroquelagem é um nome comum em termos de marinha mercante para o corretor de navios. Um navio desses custa oito mil. V. Ex<sup>a</sup> viu o telex que eu li. Sete mil, oito mil dólares diários, a preço do ano passado. Agora, está 12, 14 mil dólares diários o navio afretado. Ora, vai cerca de 1,5%

para o bolso de quem afreta, para o corretor. A tese dos marítimos — é a minha, de alguns anos — é a de que, em empresa estatal, a abroquelagem tem que reverter para a empresa. Admito até que o particular faça o que quiser com o navio dele, o capitalista pode aplicar e botar o dinheiro onde tiver a vantagem, mas essa corretagem, essa abroquelagem em empresa estatal tem que reverter para a própria empresa. A prática é dar 1,5% do custo do navio. Multiplique-se isso por um navio a um ano. Essas irregularidades ocorram. Há pessoas ...

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Um e meio por cento do custo de preço do navio?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — É, do custo do afretamento. Oito mil dólares multiplicados por um ano, por 365 dias, veja a gama de dinheiro que entra no bolso de pessoas, e que tipo de pressões e interesses estão por trás dessa questão de afretamento de navios. Nós já dissemos isso, mais de uma vez, e já dissemos, inclusive, ao Senador Nelson Carneiro, que já fez essa pergunta, em 85, às próprias empresas Docenave, Pronape e Petrobrás.

Então, volto a dizer: verificamos que, na ocasião — me parece que há dois anos — houve um candidato a presidente do Lloyd Brasileiro, que era uma figura completamente sem condições, segundo seu próprio cadastro pessoal, que era o Michael Brothers.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Quem?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — O Sr. Michael Brothers, que eu não conheço, mas que atua nessa área de intermediação de empresas de abroquelagem, eu diria, entre Brasília e as empresas de navegação que têm interesses no Rio. Então, nós desconfiávamos e a suspeição que eu digo na entrevista, era esta: que talvez a liberação — eu não estava afirmando, estava dizendo esse envolvimento, que já causou a morte de um **ship-broker**, de um **broker** assassinado na cidade do Rio de Janeiro — não seria um caso desse envolvimento, dessa facilitação de uma empresa que vai ter necessidade. Perguntei por que? Porque se o senhor abre e divide 50% por três, essa empresa vai ter um mercado cativo de afretamento Brasil Europa Brasil. E, conseqüentemente, tem de afretar com alguém, e certamente, iria aparecer um escritório de corretagem, já marcado para afretar os navios da Transroll. Isso, o senhor vê que 1,5% nessa base de 8 navios, vamos dizer, uma média de 10 mil a 12 dólares diários, por navio, o senhor vê que fortuna esse intermediário vai botar a mão.

Isso é uma coisa que ainda não foi analisado, nós não somos policiais, sabemos que existe, os policiais, inclusive, não conseguiram averiguar o assassinato do Schettini, acho que alguém tem de tocar nessa ferida, e, como eu não tenho compromisso, toquei na questão.

Há interesse: (Inaudível) V. Ex<sup>a</sup>, evidentemente, tem condições de apurar tudo isso.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — V. S<sup>a</sup>, então, quando fala em interesses não muito claros, quer se referir a interesses de corretor.

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — tor, de abroquelagem. E que são corretores?

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — É a abroquelagem é a corretagem específica, nessa área, dos navios.

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Mas é específica, e ela tem esse nome porque na Marinha Mercante se usa muito.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Bem, ela é uma corretagem específica. Então, a esse tipo de conflito e interesse competitivo é que se refere a sua manifestação? Mas onde é que entram os assessores do Ministério dos Transportes na disputa entre escritórios e corretagem, ainda que específicos? Aí é que não estou entendendo, porque V. Ex<sup>a</sup>, na entrevista, fala no envolvimento dos assessores do Ministério dos Transportes, e o que nós estamos vendo, aqui, é o problema da corretagem, e ainda que eu não seja especializado na matéria, mas é uma coisa óbvia e de bom senso. Essa aqui é uma disputa, baixo nível ou não, mais ou menos ética, mais contundente, que acaba dando morte ou não. Mas é uma disputa entre aqueles que operam nesse mercado. Eu quero saber onde é que entra — foi V. S<sup>a</sup> que fez a ilação na entrevista, não fui eu — qual é o nexo causal entre o assessor do Ministério dos Transportes e a disputa entre os escritórios de corretagem específica, ou de abroquelagem? Até que ponto eles estão envolvidos, ou até que ponto eles estão ligados às empresas? Quero saber a área de administração pública. É isso que V. S<sup>a</sup> disse, na entrevista. Quer dizer, a explicação sobre o problema de abroquelagem é um outro departamento. Também parece um pouco policial.

O SR. MAURÍCIO DE SANTANA — Sim, então, eu volto. A referência foi porque existe isso. Há vários escritórios, e eu não estaria, aqui para levantar suspeição sobre nomes de pessoas. Mas a situação existe, eu só fiz referência ao Sr. Michael Brothers, que tem amizades entre assessores da área do Ministério dos Transportes.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Quem são os assessores? A quem (Inaudível)?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Michael Brother é cunhado de um representante, me parece do Chefe de Gabinete, ou Assessor da área do Ministério dos Transportes.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Qual é esse Assessor?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Eu não recorro o nome dele, saiu na imprensa, posso procurar, e vou dizer por que. Quando ele foi candidato a Presidente do Lloyd Brasileiro, foi colocado na imprensa que ele era cunhado de um assessor ou um chefe. Parece-me que é o Chefe de Gabinete.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Do atual Ministro?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Do atual Ministro, e, por isso, ele iria. Então, ele foi torpedeado pela imprensa, pela denúncia do Presidente, inclusive, do Presidente do Sindicato dos Oficiais de Náutica, que era meu colega; foi o Presidente anterior da Confederação que fez essa denúncia. Faz quase dois anos, eu me lembrei, e a questão tem a ver com isso. E onde teria ver? Um interesse desse tipo, uma ligação desse tipo, uma intermediação desse tipo leva a crer que liberamos uma empresa com um navio a utilizar ou facilitar o mercado de afretamento para tantos navios, desde que você me permita ser o corretor ou indicar o seu escritório de corretagem. Então, não seria uma competição saudável para o corretor...

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Não, quero voltar ao anterior. Quero voltar à órbita do Ministério dos Transportes, fora essa outra sobre a qual V. S.ª já fez uma série de comentários da competição mais ou menos desenfreada, mais ou menos legal entre os **brockes**, etc. É que na sua entrevista diz: "Envolvido o Ministério dos Transportes com interesses não muito claros". Em seguida, alude "a um parente com vida" — e aí novamente textual — "com vida pregressa altamente comprometedora, tendo participado de manobras anteriores, visando a dar vantagens à empresa Transroll".

Estamos na órbita da administração pública, dentro do contexto de decisão oficial. São assessores que realmente têm tarefas, que estão ligados a uma empresa, que está até tendo vantagens, segundo essas afirmações, de partes de atos normativos do Governo. Por isto digo, de acordo com o meu ponto de vista e dentro da sequência da indagação e do inquérito, é fato prévio a chegar lá a disputa dos corretores. Depois vai chegar lá. Quero saber o seguinte: V. S.ª está dizendo que deverá ser, ou provavelmente se trata do Chefe do Gabinete do atual Ministro a pessoa a que se vincula? E falo em vida pregressa altamente comprometedora. Quem tem a vida pregressa altamente comprometedora ou comprometedora, talvez?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Seria esse intermediário, porque isso era público e eu tomei conhecimento através de jomais e do Sr. Michael Brother, que tem atividades no setor de navegação e quando candidato a Presidente do Lloyd Brasileiro, que é cunhado desse assessor do Ministério; então, a vida pregressa dele foi levantada...

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Dele, Michael?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Sim. A vida dele toda tinha uma série de protestos e problemas na área comercial e, por isso, foi vetado como Presidente, mas já estava quase indicado pelo Presidente do Lloyd Brasileiro. O retrospecto dele era esse. Referi-me ao que tomei conhecimento através da imprensa e a presença dele também intermediando essa questão da Transroll.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Isso é que precisava ficar bem claro: esse Michael Brother... como se escreve?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Michael Brother. O nome é como no inglês: irmão...

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — É cunhado ou irmão?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Brother é irmão em inglês.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Brother in law... Ele é brasileiro com esse nome todo?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Creio que é, não conheço o Sr. Michael Brother, Senador...

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Isso também não é o mais importante.

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — ...porque tomei conhecimento dessa primeira fase da irregularidade de sua vida quando ele se candidatou a Presidente do Lloyd, e apareceram todas essas coisas. Ele agora retorna como intermediário dessas negociações entre a Transroll e o Ministério dos Transportes, que levaram a facilitar a sessão ou Resolução nº 9.943.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Era o que eu iria perguntar a V. S.ª Ele foi elemento participe no processo gerador da resolução normativa da Sunamam? V. S.ª acaba de dizer que ele foi o homem que teve influência nesse processo.

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Eu diria que ele é um intermediário. Não sei se ele teve atuações efetivas. A Sunamam é que tem poderes para fazer isso.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Mas ele intermediou?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Acredito que tenha intermediado essa negociação, porque ele é visto com os responsáveis pela Transroll, era cunhado desse Chefe de Gabinete do Ministro dos Transportes e, com esse passado, evidentemente, não é preciso ser um investigador muito arguto para fazer as ligações.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Estou insistindo nessa questão, porque candidatura a Presidente do Lloyd é uma coisa muito fluida. Não é uma candidatura com prévia disputa e com registro de chapa; então, amanhã ou depois alguém pode dizer que essa candidatura... Por isso, estou querendo explicitar exatamente a vinculação dele nos fatos, na realidade do desdobramento dos fatos. Ele foi alguém que teve o nome lembrado, referido, enfim, V. S.ª soube disso. Ele já participava das questões na área, na linha e na esteira de interesses da Transroll junto à Sunamam?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — É a impressão que temos. Eu não poderia dizer isso assim, porque o que temos é através do que sai nos jomais.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Ele é empregado de quem? É dono de quê?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Ele tinha uma empresa e tem várias ligações. Acredito, que os outros depoentes que vierem poderão esclarecer muito mais do que isso.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Não se preocupe com os outros depoentes. Nós nos preocupamos com V. S.ª e V. S.ª se preocupe com o seu depoimento. Os outros nós vamos tratar.

Pergunto o que o Sr. Brother é na vida? Ele é dono de escritório, tem navio enfim, é amigo dos chefes de gabinetes, é cunhado...? O que ele faz como pré-requisito para chegar a ser vinculado no processo?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — É uma pergunta interessante mas não tenho condições de dizer, porque justamente ele sendo personagem com essas ligações, para mim não faz nada. Ele é um intermediário de negócios, vamos dizer, escusos. Mas como é que eu posso afirmar?! Eu diria, ele é um candidato a **ship-brokers**, seria candidato a abrir um escritório de corretagem, porque para abrir um consultório de corretagem qualquer pessoa pode abrir. V. Ex.ª, talvez, sem conhecer nada, mas desde que lhe dêem as instruções necessárias, pode ser **ship-brokers**. E, daí começar a ganhar dinheiro, sem ter nenhum conhecimento, ganhar essa corretagem; não tem uma regra, não tem rotina, não tem nada; é uma zona realmente nebulosa, por isso é necessário que investiguem essas coisas.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Vou lhe dizer que nessas condições atuais é muito mais provável que V. S.ª seja um candidato do que eu, porque V. S.ª está demonstrando que conhece essa área; eu não, eu sou um peixe fora d'água.

O SR. JUTHAY MAGALHÃES — Sr. Relator, permite apenas uma pergunta? O depoente tem falado muito que conhece pelos jomais, será que sua vida de Presidente da Federação e com a convivência nesse setor, V. S.ª não tem conhecimento de nada, a não ser pelos jomais?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Eu diria, respondendo primeiro ao Senador, que gostaria de ser um corretor também, quem dera se eu pudesse ser um **chip-brokers**, mas isso não é para qualquer um.

Respondendo ao Senador Juthay Magalhães, é claro que tomo conhecimento, eu tenho a vivência. Fui três vezes Presidente de Sindicato, sou membro de uma federação internacional de trabalhadores de transportes, fui duas vezes delegado representante dos trabalhadores marítimos...

O SR. JUTHAY MAGALHÃES — Por esse currículo mesmo, V. S.ª teria que possuir conhecimento além do que dizem os jomais.

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Eu vou chegar lá. Por essas razões,

é claro, toda vez que chega mudança de Presidente do Lloyd Brasileiro e mudanças na política Marinha Mercante, nós estamos sempre no calcanhar das mudanças e as acompanhamos atentamente, vimos os documentos. Eu diria que é uma coisa antiga, eu não tenho hoje o documento, mas isso chegou, não só às mãos da Presidência da Federação, como da Confederação dos Sindicatos Marítimos, e acredito à autoridade, um dossiê a respeito de Sr. Michael Brother.

Na época eu era o Presidente da Federação, mas quem assumiu a denúncia e a luta era a Confederação e um companheiro meu, o Rômulo Augusto Pereira dos Santos, que era Presidente da Confederação, na época e ele assumiu a denúncia contra o Lloyd.

Ficamos numa situação de acompanhante, mas eu não estava à frente da denúncia; por isso levou, aqui, o nome dele. Então, havia um dossiê — eu não pensei que havia interesse nesse dossiê aqui —, dizendo que ele era uma pessoa inabilitada para assumir a Presidência do Lloyd. Estava ele sendo indicado para Presidente do Lloyd — V. Ex<sup>a</sup> sabe que essas indicações para Presidente do Lloyd saem aqui dos gabinetes e quando chegam lá já está armado aqui em Brasília. Acredito que V. Ex<sup>a</sup> sabem melhor do que eu como se processa a mudança dos Presidentes brasileiro do Lloyd. Nessa ocasião — isso há um ano e meio — ele foi vetado por essas razões. Eu estava sabendo, que o Sr. Michael Brother, com seu passado que estava não só nos jornais, mas num dossiê, estava ligado à empresa Transroll. Eu não posso lhe dizer aqui, Senador, em que grau de participação e que nível de interdição ele usou para favorecer a Transroll. Mas, evidentemente, isso vai surgir em algum lugar. Estou apenas fornecendo as informações, porque muitas indagações aqui, terão que ser respondidas, por quem de direito.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — É exatamente, mas V. S<sup>a</sup> estava sempre se referindo aos jornais... Agora, V. S<sup>a</sup> está dizendo do que conhece por outros meios de informações, que não apenas os da imprensa. Conhece pela convivência que tem com os assuntos; V. S<sup>a</sup> conhece pelo seu dia-a-dia.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — No curso dessa manifestação V. S<sup>a</sup> afirmou — e sou obrigado a me reportar a V. S<sup>a</sup> como autor citado, ninguém melhor que V. S<sup>a</sup> para poder elucidar aquilo que já disse — que em 1986, por influência de um parente, de um assessor do Ministério dos Transportes, a Sunamam já havia baixado a Resolução nº 91/01 e que destinou uma fatia de 5% dessa carga conferenciada à Transroll; em consequência da qual essa empresa fretou navios estrangeiros pagando US\$ 31.360,76 no ano passado, que deve ser 1987. Por influência de um parente, de um assessor do Ministério dos Transportes houve a edição dessa resolução. Estamos diante de um fato concreto. Estamos vendo, em face da sua manifestação, que dá origem dessa mudança na regra do jogo —

a presença da Transroll — é transformada de *outside* para *inside* —, neste contexto, é o fato importantíssimo de que um ato de Governo é baixado em decorrência de que alguém é parente de um assessor, seguramente muito forte, dentro do Ministério dos Transportes e essa pessoa é o intermediador altamente exitoso. E é ele quem leva a bandeira da Transroll. Acho importante esse fato. Gostaria de saber se V. S<sup>a</sup> a este fato retifica, altera ou tem...

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Acredito que a respeito, especificamente, dessa questão eu não teria dito. Teria dito que as influências da presença dessa pessoa já se davam há dois anos, influenciando na indicação do Sr. Michael Brother. Com a mesma pessoa... Isso é uma ilação, e digo que as pessoas que lá estavam, quando ocorreram os fatos que levaram à indicação da Presidência do Lloyd, continuam em Brasília, no Ministério dos Transportes, e essa pessoa é o assessor do Ministro. É possível que a influência seja a mesma. Baseado em quê? Porque eu tinha ouvido do Presidente da Sunamam, depois da terceira vez que perguntei a ele os motivos pelos quais recebia ordens para fazer as coisas, que ele teria recebido influências externas da Sunamam, na linha de subordinação. Não teria dito que sabia quem havia sido, estava apresentando fatos, como há pontos de pressão oriundos do Planalto. E fiz uma referência, o autor extrapolou e deduziu que eu estava dizendo que essa resolução tinha saído por essa influência. É possível até que tenha saído. Mas não sabia se ele realmente tinha feito essa influência com relação a essa... eu também tenho recortes...

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — V. S<sup>a</sup> dizia que não ratifica explicita e expressamente os termos nessa matéria e diz, de certa maneira, que presume que o fato aconteceu. Não é isso?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Com relação ao Decreto nº 9.101 é uma presunção de que essa pressão tinha se dado, também, para a publicação dessa resolução.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Mas V. S<sup>a</sup> diz agora no depoimento ao fazer sua justificativa da insistência de ponto de pressão do Planalto. Qual é o Planalto? O Palácio do Planalto?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Errei quando disse Planalto. É planalto de Brasília. Somos do Rio de Janeiro e sempre falamos quando as ordens vêm daqui. Todo mundo diz quem manda, quem pode... Toda a fonte de poder é em Brasília. Foi realmente um erro meu falar em Planalto. Digo, vem de Brasília... não sei... nem sempre é do Ministério dos Transportes.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Brasília não tem porto.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Gostaria de saber, aproveitando a ordem de raciocínio do Relator, se o Lloyd tem Superintendência ou Presidência?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — O Lloyd tem Presidente.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Qual tem sido a postura do Presidente do Lloyd diante desses fatos, envolvendo a Transroll?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — É uma boa pergunta que o Senador me faz agora. Na última reunião do Conselho Consultivo da Sunamam eu perguntei ao Presidente do Lloyd, o Presidente que é membro do Conselho, que efeito essa resolução causaria ao Lloyd Brasileiro? E o Presidente foi claro em dizer que os efeitos seriam danosos. O Lloyd, com 5 navios, já opera de forma ociosa, e ele foi taxativo em dizer: "Vou ter que parar navios e vou ter que desempregar marítimos brasileiros". Agora, já li entrevistas do próprio Presidente do Lloyd Brasileiro — não tenho ela aqui — ou Assessores ou Diretores do Lloyd dizendo claramente que a entrada dessa empresa vai prejudicar o Lloyd Brasileiro.

Volto a dizer também, em defesa do próprio Presidente do Lloyd Brasileiro, que ele não pode falar de forma frontal, porque acho, a discordar disso, que ele tem de pedir demissão. Porque ele é subordinado ao Ministério dos Transportes e à Sunamam. Só resta à Diretoria do Lloyd Brasileiro pedir demissão, coisa que eu não preciso fazer porque tenho mandato sindical. O Lloyd Brasileiro sabe e tem dito, de maneira clara, que a entrada da Transroll vai prejudicar o Lloyd Brasileiro, porque ela já trafega com ociosidade.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Senador Carlos Chiarelli, V. Ex<sup>a</sup> está com a palavra.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Essa parcela, essa fatia de 5% dada à Transroll, cria uma instabilidade, uma desorganização completa, uma desarticulação no sistema de fretes do Brasil?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Bom, acho que essa questão do *outside* de 57% é coisa de 2 anos, é de 1986. Quando ela entrou, criou e tanto criou que cansou... Agora, a questão nova não se trata de 5% trata-se da divisão de 50% por 3 e já não é mais 5%. Não sei — apesar das denúncias —, não se encerraram as negociações, porque se observar na Resolução, Senador, ela deu 30 dias para que os três membros, já agora três membros — que é o oficial — três membros da Conferência se encontrem e resolvam entre si. Pelo que também ouvi dizer pela imprensa e pela Sunamam já houve cerca de 6 reuniões e eles não conseguiram acertar esse percentual.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — V. S<sup>a</sup> é contrário à livre iniciativa no processo dos transportes marítimos?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Não, sou francamente favorável à livre iniciativa mas, em termos de Marinha Mercante, a livre iniciativa é danosa quando se coloca grandes empresas multinacionais competindo com países em desenvolvimento.

E Marinha Mercante do Terceiro Mundo ou dos países em desenvolvimento necessita de proteção para sobreviver, porque nós só vamos fornecer mão-de-obra e eles, os Países do Norte, vão fornecer os serviços e completá-las. Isso foi um documento que apresentamos aqui, neste mesmo Senado, em audiência perante a Comissão dos Transportes, um documento gerado na Dinamarca por 10 países desenvolvidos do Grupo Organização Econômica do Desenvolvimento da Comunidade Européia, e eles, numa reunião em Copenhague, decidiram que nós não deveríamos ter Marinha Mercante, eles é que iriam operar e dividir. O documento foi distribuído, lembro-me há algum tempo, e nós vimos como representantes da Confederação e os armadores também estiveram. Eu fui o depoente nesta Comissão.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Mas a questão que ele coloca é a seguinte: Dentro dessa idéia de se abrir a possibilidade da concorrência, V. S<sup>a</sup> está discutindo a tese básica de situação do Lloyd, a participação do Estado, a proteção dada às frotas dos países do Terceiro Mundo e etc. Pergunto a V. S<sup>a</sup> o seguinte: onde é que V. S<sup>a</sup> identifica a parte irregular dentro desse contexto da matéria que trouxe ao conhecimento da Comissão, inclusive aquelas vinculações com a sua entrevista. Pergunto por irregularidades e não por filosofia e princípios de administração e critérios de ser subsidiada... Porque V. S<sup>a</sup>, por exemplo, defende os subsídios, acha que se pode tirar o dinheiro do Tesouro Nacional para estimular o setor dos armadores.

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Não.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Não? Está no final da sua entrevista, nós vamos chegar lá!

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — É, nós vamos chegar lá!

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — E, ao que nos parece, dar dinheiro de incentivo fiscal é correto?! É um ponto de vista. V. S<sup>a</sup> acha uma série de coisas. Eu quero saber de irregularidades, o básico daqui.

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Se V. Ex<sup>a</sup> me permite, digo que irregular nós entendemos — eu não apontei só a questão da — Transroll —, não vimos aqui unicamente brigar com a Transroll e lamento que ninguém me pergunte sobre a questão da — Docenave —, que é uma empresa...

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Não, ninguém não, muito pelo contrário, acho que V. S<sup>a</sup> tomou uma hora de tempo numa dissertação longa sobre conceitos gerais, e por isso, evidentemente, não se pode fazer. Eu estou procurando ver se V. S<sup>a</sup> ratifica o que disse no jornal.

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Então vou ratificar.

Irregularidade: é irregular do ponto de vista dos marítimos a abertura da conferência Europa-Brasil a uma empresa detentora de um navio só. Veja, Senador, que eu não estou contra a iniciativa. Se fosse uma empresa brasileira com cinco ou seis navios, e elas permitissem, por exemplo, tirar os navios da Netumar e botar para o Brasil-Europa-Brasil e com os navios próprios da Netumar, era perfeitamente factível. A irregularidade está na concessão a uma empresa com um navio só especialmente, para tirar de um local que tem treze navios brasileiros próprios, com marítimos brasileiros empregados... Isso, sim, é irregular para mim.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Essa é a irregularidade?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Bom, é uma delas.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — E quais são as outras?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Bom, a outra irregularidade que apontamos é dos outros setores. É que a essa empresa está sendo concedido a pretexto de que ela tem em construção dois navios num estaleiro brasileiro. Nós já apontamos e entregamos documentos à Presidência de que os dois navios brasileiros em construção primeiro, não foram ainda nem batida a quilha, e segundo, eles foram conseguidos de maneira, vamos dizer, também irregular. Por quê? Porque existe uma equipe de analistas de projetos que deram onze pontos de risco à operação, e isso me parece irregularidade bastante. O AP 2 do Denav, dentro do BNDES, disse que é irregular — não sou eu, tenho documento que foi entregue à Presidência da Comissão. É irregular a concessão. A companhia, por onze motivos, disse que há risco. Então, a essa empresa, primeiro, está só com um navio. Segundo irregularidade, essa empresa conseguiu financiamento quando ela não tem, vamos dizer, sustentação para conseguir pagar os navios.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Na sua opinião, como é que as coisas se colocam a nível dessa situação dos decretos-leis, que geraram esse aumento de doze para trinta a seis por cento, Decreto-Lei nº 2.404, de dezembro? Vejo que V. S<sup>a</sup> entende que eles seriam adequados. Por que seriam adequados? Os Decretos-Leis nº 2.404 e 2.414, sobretudo o nº 2.404?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Preliminarmente, eu só toquei nesse assunto na entrevista, porque numa outra entrevista num jornal havia sido levantada a hipótese, o jornal *A Tribuna*, do dia 15 de maio, pelo Sr. Laurite Lacman, e que eu estaria aqui em Brasília denunciando os Decretos nº 2.404 e 2.414.

Evidentemente que foi outro mal-entendido, e eu tive que ressaltar de que nós, em princípio, somos favoráveis à questão da desdolarização. Uma é a desdolarização. A outra,

o adicional de frete, não temos nem o que discutir. Ele sempre existiu. O adicional seria um, como dizem alguns armadores, para-fiscal, tinha finalidade para-fiscal, é um adicional retirado sobre coisa e que busca recursos da própria fonte geradora, para se reciclar.

Na Marinha Mercante, um navio tem duração de dez, quinze anos. Ele precisa ser refeito, ele precisa ser reformulado. Então, precisa-se de um navio novo. E esse sim, não deve sair do bolso do contribuinte. E me parece um entendimento equivocado de que o adicional sai do bolso do contribuinte brasileiro. Não sai. Ele sai é da exportação; da exportação e do exportador, que é mil vezes mais subsidiado do que o próprio adicional de frete de Marinha Mercante. E aí eu estaria sendo até um pouco corporativista, porque nós estamos defendendo a nossa Marinha Mercante. Então, se é nossa precisamos ter um navio próprio, construído no Brasil, com registro no Brasil. E para termos isso tudo precisamos de recursos. O que não pode é sair do bolso do contribuinte, tem que sair de quem exporta, de quem ganha, de quem enriquece, como esses grandes exportadores brasileiros. É uma exportação subsidiada. Eu já começo pelo preço de carro, eu diria pela soja, não se paga pelo açúcar, e tudo isso se paga muito mais caro dentro do País. Então, subsidiamos o exportador, e as importações que necessitamos temos que pagar sobre isso. É importação, a taxa, — o adicional em cima da importação. Acho que é justo se tire desse tráfego, desse comércio. Então, ele não tem nada com o contribuinte e nisso nós estamos de acordo.

Ele retomou, Senador aos níveis que tinha anteriormente, há vinte anos atrás.

Terceiro: os armadores estavam ganhando isso na justiça. A retirada, a redução desse adicional parecia a eles que era irregular. A Justiça já estava falando em favor deles.

Então, a questão do adicional de frete parece-me corretíssima. É a única maneira de se tirar dinheiro.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — A quem se entrega esse montante acrescido? Como é que se divide essa parcela?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — As regras são recentes; a Sunamam também faz as regras, faz um rateio, vai para uma conta especial, de onde esses 36% são rateados entre os armadores.

O último rateio eu o tenho aqui. É um recorte de jornal, fonte informativa da Sunamam, explicando o rateio do adicional entre as empresas. Parece-me que é o primeiro rateio depois de ter saído a lei.

Eu os tenho aqui. Se V. Ex<sup>a</sup> quiser, posso passar o recorte que é da fonte da Sunamam. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Srs. Senadores, enquanto o nosso depoente verifica a documentação em seu poder, consultaria V. Ex<sup>a</sup> sobre o seguinte: de nós levamos os nossos trabalhos até à 1 hora e, caso não haja *quorum* hoje na Assembleia Nacional Constituinte, 30 minutos depois voltaríamos



para prosseguir nos debates com o Dr. Maurício.

Se os Srs. Senadores estão de acordo com essa sugestão da Presidência façam sinal de assentimento. (Assentimento dos Srs. Senadores.)

Então, nobre relator, continuaremos com os nossos trabalhos.

Nobre depoente, é só para avisar que a hora nós suspenderemos esta reunião; 30 minutos depois de encerrados os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, V. S.ª voltará para os depoimentos.

**O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA** — Certo, V. Ex.ª me permite complementar?

A Sunamam iniciou a transferência de recursos do decreto. O total foi de Cz\$ 865.282.402,00 (oitocentos e sessenta e cinco milhões, duzentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e dois cruzados), relativos à arrecadação de janeiro e fevereiro. Esse total foi distribuído entre 18 empresas e, segundo o documento, quem recebeu mais foi o Lloyd Brasileiro, que foi quem mais gerou esses recursos.

Tem uma tabela anexa que dá os valores de quanto coube a cada uma das 18 empresas.

É um rateio, sendo que o primeiro já foi efetuado.

**O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli)** — A Transroll recebeu também?

**O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA** — Também recebeu; todas as empresas receberam.

**O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli)** — Quanto recebeu a Transroll nesse rateio?

**O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA** — A Transroll recebeu. O percentual da Transroll tenho aqui em percentagem e em cruzados foi 6,66%, o que corresponde a Cz\$ 57.731.559,00 (cinquenta e sete milhões, setecentos e trinta e um mil, quinhentos e cinquenta e nove cruzados).

Mas a outra empresa do grupo da Transroll recebeu também e a importância foi de Cz\$ 5.815.156 (cinco milhões, oitocentos e quinze mil, cento e cinquenta e seis cruzados), dando um total de quase 63 milhões.

Mas, volto a dizer, a empresa que mais recebeu foi o Lloyd Brasileiro.

**O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli)** — Isso foi o rateio de quê data?

**O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA** — Foi o primeiro rateio depois que foi criado. As normas saíram no Diário Oficial da União no dia 10 do mês subsequente. Parece que a norma é fazer a cada trimestre...

Vou passar esse documento às suas mãos. O que está aí foi o que saiu nos jornais. Esse foi o primeiro rateio.

**O SR. CHAGAS RODRIGUES** — Mesmo as empresas que operam em afretamento?

**O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA** — É, mesmo com afretamento elas receberam.

O decreto tem uma regulamentação e eu não a tenho realmente comigo.

**O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli)** — Gostaria de perguntar algo, se V. S.ª não estiver a par, evidentemente, está liberado. V. S.ª sabe, se na tramitação dos estudos referentes a esse sistema de distribuição dos valores percentuais incidentes sobre o Fundo de Marinha Mercante, que são rateados a fundo perdido, como é o caso aí, se havia, dentro do Ministério da Fazenda, pareceres técnicos, assim como havia o do BNDES, contrário a dar aquele dinheiro para a Transroll, que V. S.ª citou, propondo não apenas a manutenção, mas, sobretudo, a extinção desse percentual, ou V. S.ª não está a par?

**O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA** — Tudo que sei sobre a questão do adicional, porque isso, realmente, não tem nada a ver com a parte do trabalhador, é o que saiu na imprensa e porque sou membro do Conselho consultivo da Sunamam.

**O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli)** — E essa matéria V. S.ª conhece por ouvir dizer através da imprensa? Não é um assunto de que tenha participado diretamente, nessa matéria dos decretos?

**O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA** — Participado diretamente, não.

**O SR. JÚTAY MAGALHÃES** — Se V. Ex.ª me permite, Sr. Relator, apenas uma pergunta objetiva. A destinação de parte do adicional ao frete para renovação da Marinha Mercante aos armadores brasileiros interessa diretamente aos marítimos?

**O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA** — Eu diria que enquanto trabalhadores interessa, porque, indiretamente, na medida em que eles possam renovar os seus navios, teremos mais empregos. Volto a afirmar a V. Ex.ª que, o ano passado, 50 navios pararam, estão lá na Baía de Guanabara e foram sucateados. E perdemos 1 mil e 500 empregos só em 1987, porque esses navios foram parados. E por quê? Porque não há recursos para construir nem para reparar. Principalmente o Lloyd brasileiro que, é um dos que mais sofrem com isso.

**O SR. JÚTAY MAGALHÃES** — V. S.ª conhece, por acaso, algumas opiniões que demonstram que esse incentivo, na realidade, não geraria empregos na quantidade alardeada pelos estaleiros e armadores, e que não propiciaria renovação da frota ou sua formação, como a do Dr. José Tavares, por exemplo?

**O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA** — Tenho acompanhado a discussão. Se V. Ex.ª pedisse a minha opinião pessoal, eu diria que no momento atual geraria mais empregos. Não só a construção naval — vou me estender mais um pouco — teria que abrir recursos do adicional de navios nos estaleiros nacionais, dando emprego a metalúrgicos nos estaleiros, e, conseqüentemente, a marítimos brasileiros, mas também as deficiências do nosso mercado, acabando com o afretamen-

to. Sim, essa proposta já fizemos, era comprar navios no exterior, que estão com o preço mais baixo.

O preço do navio nacional é alto, então, construiríamos na medida da necessidade da Marinha Mercante, do possível, e compraríamos navios no exterior. Essa briga entre armador e construtor naval é que está causando esse problema todo, porque o armador também quer o cartório da construção, ele quer que se construa só no Brasil e não que o armador compre no exterior navios que, tecnicamente, seriam 25% mais baratos.

Se os navios fossem comprados no exterior, para as necessidades imediatas e iniciadas as encomendas aos estaleiros brasileiros, essa seria a posição ideal para o trabalhador. Para o trabalhador marítimo, essa é a posição ideal, mas os armadores e construtores não deixam comprar navios no exterior.

**O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli)** — Com relação a essa prática de afretamento de navios estrangeiros pelas empresas nacionais, dentro dessa linha a que V. S.ª está se referindo, parece que os interesses não são lá muito coincidentes entre a indústria e o armador. Pelo menos uma parcela, não sei se todos ou muitos armadores, preferiria operar com navios estrangeiros, sob afretamento, ou então até comprar, mandar construir no exterior, etc. Claro que aí reage a indústria e devem reagir também os operários da indústria naval, provavelmente.

Agora, essa diferença de preço determina, em primeiro lugar, aumenta, diminui ou está estável o afretamento?

**O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA** — Parece-me que ele aumenta cada dia mais.

**O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli)** — Aumenta?

**O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA** — Aumenta.

**O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli)** — Então, a cada dia há um número maior de navios brasileiros ociosos?

**O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA** — Não, eu não diria que os navios estão ociosos.

**O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli)** — Ou não está aumentando a carga?

**O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA** — O problema é um pouco mais profundo, Sr. Senador. Esse é um mercado de alta competitividade e de aplicação de alta tecnologia. O atraso nos planos de construção naval no Brasil fez com que navios que deveriam ser entregues em 1985, só em 1986 saíssem e fossem entregues. E há aquele problema todo de Cacex, de importação de peças, é um problema que discutimos em um seminário de três dias. E que eu poderia ampliar um pouco. Aproveito a oportunidade para sumarizar aqui.

A questão do navio brasileiro é que agora ele está obsoleto. Quando foi encomendado era bom. Mas não o foi entregue em 1975, porque o Brasil não tinha dinheiro, não sei

por que, talvez porque a Cacex impedisse a importação de algumas peças, motores, já que o navio não era 100% nacional. Logo, os estaleiros permaneciam parados. As encomendas foram entregues. O caso dos navios dessa dívida, que gerou essa inadimplência que se falava até há pouco, ou seja, do perdão da dívida dos armadores, foram navios encomendados e simplesmente recusados.

Há casos de navios que, em 1982, eram novos e os armadores não os assumiram. Foram pagos e construídos. Alguns deles ainda estão parados nos estaleiros, operando novinhos, engraxados. Trata-se de navios daquele plano de navios graneleiros de cinquenta mil, os Panamax que andam por aí. Quando saiu, o navio ficou inadequado. Foi entregue tão tarde que ficou obsoleto.

A frota mercante brasileira está obsoleta, velha. Precisa ser substituída. Nos países desenvolvidos, esses navios são sucateados, são cortados. Transforma-se em aço, construindo daí novos navios. A questão é essa. Os navios precisam ser construídos, porque estão obsoletos. Precisa-se construir, porque o **trading** do Brasil, o comércio exterior pede. Tanto é que estão sendo utilizados navios afretados em demasia. Reconheço que houve o problema da nossa greve. Os marítimos fizeram-na em 1987 e houve a paralisação. Muitos se aproveitaram da liberação momentânea causada pela greve e continuaram afretando. Encostaram seus navios sob as mais variadas alegações, mas os navios que em 1975 e 1978 eram operacionais, agora não o podem mais, porque consomem de 30% a 40% mais de combustível do que um navio moderno. Praticamente, só existem meia dúzia de navios modernos na frota mercante brasileira. Trata-se dos portos **containers**: dois da Aliança e dois do Lloyd que, por sinal, foram construídos no Japão e o Lloyd tem que pagar em yen, que é o inverso da desdolarização. O Governo tem que encarar a situação, porque tem que dolarizar, transformando em dólar o navio do Lloyd comprado em yen.

É uma questão muito profunda para que se discuta numa simples audiência. Porém, temos interesses nesses navios. Há navios que estão parados na Baía da Guanabara que não dão para operar mais, têm que ser sucateados. Há, também, os que se aproveitaram dessa disputa entre o armador e o construtor naval, porque o construtor quer que todos os navios sejam construídos. A meu ver, diria que há um excesso de oferta na construção naval. No momento, muitos estaleiros estão superdimensionados. Tem-se que encontrar um meio termo. No nosso ponto de vista, o meio termo é o de que se comprasse navio no exterior para suprir a imediata demanda, terminar os afretamentos, e se encomendasse no limite da capacidade dos recursos que estão entrando. Logo, vamos encomendar em todo o estaleiro.

É o caso da Petrobrás, que encomenda no limite das suas possibilidades. Ela tem encomendado nove ou dez navios com a possibilidade de chegar a dezenove. Não tem, porque

não existe financiamento. Os estaleiros não estão preparados por causa das dívidas. Alguns se encontram com problemas com o BNDES, por causa ainda da questão da Sunam, dívida e inadimplência. Outros armadores não regularam a sua própria situação; por isso, não estão aptos para se encomendar, assumir o compromisso. Parece-me que apenas dois ou três armadores estão limpos, do ponto de vista da compra e encomenda de navios.

Trata-se de uma questão profunda que não podemos discutir nesta simples audiência, mas estou à disposição para discutir o assunto à medida do meu conhecimento, e sabemos qual o problema.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — O problema central independente da profundidade da questão — não apenas essa, as questões são profundas — há que ter objetividade no exame da questão.

Pela constatação da realidade de V. Sr, há um processo de obsolescência rápido dos navios em geral, isto é, dos navios encomendados. Pela sua manifestação, entendi que se atrasar um, dois, ou três anos, o navio já fica com pouca capacidade competitiva.

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Não seria bem assim. No nosso caso foi rápido, porque os navios foram entregues atrasados.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — V. Sr falou em um ou em dois anos.

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Exato. Esses navios deveriam ser entregues em 1975. Esses navios estariam com uma vida razoável, estariam com 13 anos. Mas, eles foram entregues em 1982 e os seus projetos são de 1975. Logo, não valem mais nada! A vida útil se reduziu bastante, porque de 1975 até 1985 a tecnologia de motores, de cascos, aumentou. O navio moderno, hoje, é o porta-**containers**, como antes ele era graneleiro, panamax, granel. O mercado muda, e as necessidades de tipos de navios mudam; por isso que os países em desenvolvimento — aproveito pra enfatizar — por isso que a marinha mercante dos países em desenvolvimento tem que se proteger, porque num país como o Japão ou a Alemanha não importa que um navio tenha dois ou três anos; se ele ficou obsoleto para determinado tipo de operação ele é sucateado, vai para o estreito, vai para o retalho e fazem um navio novo, porque tem capital, tem interesse, e os capitalistas são fortes, e o brasileiro não pode fazer isso; seria com o nosso sangue, com o sangue do contribuinte, e à força desses escândalos todos, de tráfico de influência, de tudo isso.

O Brasil tem que entender que precisa subsidiar, pois é a única maneira de ele manter o **trading**. Por quê? Porque o navio que era fretado há 2 anos — V. Ex<sup>a</sup> está com o documento, a carta do americano — por 7 mil dólares, esse navio hoje, está por 14 mil dólares, dobrou o preço em dois anos. Esse é o segredo das multinacionais, dos países de-

seenvolvidos: primeiro eles oferecem barato, aí o sujeito liquida a marinha mercante dele. Liquidaram a marinha mercante brasileira; agora, nós é que vamos dar o preço. E o que eles oferecem é o frete; isso é uma mercadoria limpa, não dá fumaça — o imposto e o transporte eles que vão fazer, e quando não tiver nenhum navio brasileiro para transportar eles é que vão dizer, e o Brasil estando fora do tráfego tradicional, terá que pagar o que eles impuserem. Isso não é novo. No meu último depoimento, aqui no Senado, li uma declaração de 1938, de um Senador, a respeito de fretes de marinha mercante, e ele defendendo, na época era ainda o Lloyd Brasileiro, que o Brasil precisava ter uma frota, porque depois eles fixam o frete ao seu bel-prazer.

Estamos com 60 navios parados, temos que construir, porque o Brasil, na realidade, só transporta com bandeira própria, 15 ou 18%. E no comércio, Sr. Senador, mesmo com os 50% que são nossos, no Brasil-Europa-Brasil, o Lloyd é obrigado a fretar para manter o equilíbrio, porque não tem navio próprio ou adequado ou competitivo, para estar de 15 em 15 dias em Hamburgo, Bremen, naqueles portos que eles determinam. E quanto mais discutirmos essa questão e ficarmos levantando toda essa suspeição, mais difícil se torna a construção de navios novos.

Reconheço que há um conflito entre armador e construtor naval, e o Governo tem que resolver isso o mais rápido possível.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — O Lloyd opera com quantos navios afretados, normalmente?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — O Lloyd tem muitos navios afretados. O próprio documento da Abaie cita 6 navios do Lloyd afretados, mas são para os diversos estreitos, porque o Lloyd é parte em todos os tráfegos, todas as conferências, para os Estados Unidos, para o Japão, para o Mediterrâneo, para a própria linha da Alalé e, particularmente, neste caso, Sr. Senador, o afretamento do Lloyd é com respeito a navios de granel. A carga seca é conferenciada, mas o granel não é conferenciado. Então, o granel é o navio que tiver, na oportunidade. Tem trigo para trazer, ou tem adubo, ou tem carvão na Polônia, o Lloyd pede no mercado; o Lloyd não tem navio, os navios dele são obsoletos, ele pede o navio que estiver mais próximo. Então, o navio que estiver próximo a Gdansk, ou em Gdânia, ele manda pedir no mercado e diz o tanto que tem para trazer — é o chamado mercado **spot**. Esse é um mercado, em que se usa navios afretados. No caso do granel líquido o ideal seria que a Petrobrás tivesse mais navios a seu dispor. Está aí a prova no acidente de enchova, e no caso de uma guerra, ou um ato lesivo ao interesse nacional, nessas plataformas todas, estava o Brasil nas mãos dos donos de frete, do mercado internacional de frete, dos navios afretados; teria que pagar o que eles quisessem.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — O afretamento, além da questão referente do núme-

ro de navios, de navios que não estão em condições, ou não são absolutamente modernos ou adaptados a um mercado de mutação, além disso tudo, o afretamento é, digamos assim, impulsionado, cresce em razão da diferença de custo operacional?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Esse é um dos pretextos.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Pois é isso que eu queria perguntar: é pretexto, é realidade, como é?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Eu concordo que é uma das realidades.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Segundo a sua exposição geral anterior, essas empresas, em regra operam sem compromisso com encargos sociais etc. Como é provável que a sua Federação tenha um estudo sobre isso, qual seria a diferença entre quem tem o compromisso com todos esses encargos sociais e essas obrigações tributárias, e quem não as tem? Que diferença daria de custo operacional?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Eu não trouxe esses números aqui, mas é um número que temos de cabeça há algum tempo. E vamos falar só da mão-de-obra, só da questão da mão-de-obra. O custo da mão-de-obra na operação do navio de bandeira do Oriente em relação ao custo de navio operado por brasileiros é quase mínimo; eles estão operando em torno de 20% o custo da mão-de-obra e esta giraria em torno de 28%, mas no custo total — estou falando em relação trabalhador/trabalhador, e mesmo com esses trabalhadores nós ganhamos tão pouco e os nossos salários são tão baixos que só oneramos; dentro do custo da mão-de-obra estamos 8% acima desses asiáticos, que aqui estou condenando sejam explorados. Mas somos explorados de outra maneira, somos explorados com os salários baixos, e temos obrigações, uma certa proteção social, como férias, 8%. Agora, no custo total, alguns armadores, dependendo do tipo de comércio que eles fazem, dizem que é em torno de 30%, mas são fontes também difíceis de se analisar. Eu diria a V. Ex.<sup>a</sup> o que tem e o que não tem, e um navio destes não paga os tributos que falei, não tem impostos fiscais, não paga as obrigações sociais do trabalhador, não paga as taxas que o Estado cobra — e aqui, acho que o navio tem IPVA também...

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Mas isso basicamente porque ele está com a bandeira desses países...

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Desses paraísos fiscais.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Quer dizer, na verdade, todo esse esquema de evasão fiscal tributária etc., decorre do fato de que estes navios que são afretados são hoje, diariamente, vinculados a empresas que têm como sede jurídica, digamos assim, países como a Libéria etc. É este o esquema?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Eles vão para os chamados paraísos fiscais. Então, é uma concorrência de países, e o navio fica baratíssimo. E volto a lembrar, para ser um armador na Libéria, no Panamá, bastam 500 dólares! Qualquer pessoa abre uma empresa, basta ter um escritório e 500 dólares para ser um armador, coisa que no Brasil não se pode fazer: tem-se que registrar a firma no tribunal marítimo, etc.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Pelo que entendi da sua explicação, em termos de salários, quanto à prestação de pagamento do patrão ou empregado, o nosso pessoal ganharia menos. É isto, eles pagam mais diretamente ao cidadão e não lhe dão garantias...

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Eles não pagam mais, mas ocorre que por força da minha representação na Federação, nós somos praticamente os patronos de todo o problema que ocorre no Brasil. O problema é que eles vêm com os contratos e essa gente é exportada para os seus países e eles têm excesso de mão-de-obra e continuam produzindo mão-de-obra, sem ter. Vou dar o exemplo das Filipinas que produzem 9 mil marítimos por ano, e não têm frota para 9 mil marítimos. Então, eles ganham dinheiro com intermediários, mandando para os gregos; os gregos mandam para o Chipre e o Chipre tem agências de fornecimento de mão-de-obra que recebem uma taxa e fornecem por atacado e vêm aqui.

Vou dar um exemplo da costa brasileira, em que temos os navios da *off-shore* e vêm blocos de 60 filipinos trabalhar em 10, 15 navios operando aqui por um determinado período. Então, eles ficam, e enquanto temos o contrato a cada 30 dias — há a Lei nº 5.811 que especifica 15 dias lá, 15 dias na plataforma e 15 dias para o trabalhador petroleiro. Mas nós não temos isso, ficamos na média de 45 dias no barco e 45 dias fora, e isto implica em que o trabalhador brasileiro trabalha metade do ano e um filipino fica até 2 anos, doente, e não tem nada. Quando volta ele faz um contrato nas Filipinas que só pode ser cobrado lá, mas ele vai para o Chipre, para Atenas em Pireus e lá no Pireus ele é obrigado a deixar. Então, no compromisso do contrato que ele tem, que é um contrato leonino, ele só recebe 1/4 do dinheiro pelo qual se propõe a vir. Quer dizer, tecnicamente, ele recebe mais do que um marítimo brasileiro, mas eles aí mandam. Quando chega obrigatoriamente a época dele desembarcar, sair do navio, de repente, o comandante que é sempre grego — e o grego tem uma particularidade porque eles são os maiores exploradores de navios de bandeira oriental — o comandante geralmente arranja um pretexto, diz que o homem foi pego com drogas, ou que bebe demais, ou então desrespeitou um superior, etc. E, aí, cobra uma taxa para remetê-lo.

Do dinheiro que ganhou, acumulado nos cofres do navio, ele paga o seu retorno ao país de origem, que pode ser para a Grécia ou pode ser para as Filipinas. Mas, como nas Filipinas ele faz nove mil por ano, quem quer

voltar para as Filipinas e ficar desempregado, quem vai ser marítimo nas Filipinas, se não tem lugar nem para eles mesmos, se as Filipinas não têm frota mercante?

Daí, ele prefere ficar na Europa, oferecendo-se de novo nesse processo de exploração. Aí ele não cobra. Essa que é a diferença entre o trabalhador brasileiro. O salário dele é alto, ganham em torno de 600, 800 dólares, que seria mais do que um marítimo preferencial, que é o marinheiro.

Mas, comparando todas as categorias a bordo, estamos ganhando menos. Agora, temos férias, temos proteção social, temos Fundo de Garantia, temos PIS. Evidentemente que isso é pouco, mas é o que salva as nossas famílias. É a seguridade.

Eles não têm nada disso, são obrigados a retornar. O asiático que deixa um navio desses só tem chance talvez de embarcar de novo daqui a dois, três anos, se for disciplinado e não for criador de problemas, porque tem uma lista negra também dessa gente. E as Filipinas continuam. Então, não podemos nos igualar às Filipinas nem a Singapura, que são fornecedores de mão-de-obra, e transformar o marítimo brasileiro em bucha para canhão. Mas eles têm acesso à mão-de-obra, não têm recursos. É o mesmo caso também da Coreia, do Paquistão.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Sr. Presidente, há um prazo estabelecido, evidentemente devemos parar. Só vou perguntar onde é que são treinados esses filipinos, onde é que esse pessoal é qualificado? Esse pessoal é competente ou não?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Não, esse é o outro problema da questão.

V. Ex.<sup>a</sup> está lembrado do acidente, no ano passado, do Dona Teresa, um navio que matou três mil — eles morreram queimados — foram dois navios que bateram, estavam sendo conduzidos por filipinos. As Filipinas não têm condições, com todo o respeito pelo País e pela sua Presidente, mas a estrutura do País não permite fiscalizar nem um terço dessa mão-de-obra que produz. E lá é também, diria, um paraíso para fornecimento de mão-de-obra. Há umas escolas que, teoricamente, atenderiam aos limites mínimos, que não é o caso do Brasil. Não atendem, vêm menos qualificados e, por isso, são baratos, porque os mais qualificados conseguem os melhores empregos nas Filipinas.

Mas essa quantidade avassaladora de mão-de-obra, quando se junta aos coreanos, aos paquistaneses, fazem do marítimo asiático massa de manobra para essas bandeiras e para esse processo de afretamento, facilitando o processo de afretamento.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Sr. Presidente, há uma série de outras questões, mas, evidentemente, ajustamos que a continuidade será à tarde.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Então, os Srs. Senadores ficam convocados para trinta minutos após a verificação de **quorum** na Assembléia Nacional Constituinte e, caso

haja **quorum**, trinta minutos após os nossos trabalhos.

Pediria ao Dr. Augusto, nosso Secretário, que prestasse assistência ao Sr. Maurício, para que ele estivesse aqui também conosco no período da tarde.

Queria comunicar aos Srs. Senadores que o depoimento, amanhã, do Dr. Cláudio Fontelle, será às nove horas da manhã. E pediria encarecidamente que mantivéssemos esse horário, porque, às dez horas, teremos uma sessão do Senado, em que precisaremos estar presentes.

Agradeço aos Srs. Senadores e suspendo a reunião até após os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Declaro reabertos os nossos trabalhos e passo a palavra ao Senador Carlos Chiarelli, pedindo, mais uma vez, desculpas ao Sr. Maurício, pois infelizmente os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte nos obrigaram a esse atraso.

Então, Senador Carlos Chiarelli, V. Ex<sup>a</sup> está com a palavra.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Quem é, na estrutura da Transroll, o titular oficial? Quem é a Transroll? Quem são os donos? Ela é uma Sociedade Anônima? Se é uma Sociedade Anônima, quem é que detém o capital majoritário, quem é o presidente da empresa? V. Ex<sup>a</sup> saberia nos informar?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Eu, de cabeça, Senador, infelizmente não poderia lhe dizer. Mas o documento que acabo de passar, o que passei à comissão, é o documento de análise do projeto, da proposta de financiamento dos dois navios, tem toda a direção das empresas que são *holding* da Transroll, parece-me que tem a FINK, tem a Transmar e tem o Comandante Washinton Barbeito, são nomes que eu recordo. A FINK é uma transportadora. Sei que o Comandante Washington Barbeito é o Diretor-Superintendente, uma espécie de diretor... só isso. Mas aqui no documento tem uma página, onde eles pedem financiamento...

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — A Transroll só opera nesse percurso Brasil/Europa/Brasil?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Ela nem tem esse tipo... o navio dela é um navio tipo ro-ro : roll-on roll-off. Então, ela transporta, é uma espécie de cunha e tem licença, tem várias autorizações de operar. Agora, recebeu essa autorização pela Resolução nº 9.943, para participar do tráfego Brasil/Europa/Brasil. Mas ela operava na linha Brasil/Chile/Peru; operava na linha para a Itália, exportando carros da Fiat e, também, às vezes, para a Venezuela, recordo-me. Mas, basicamente, e me parece — está no contrato — e isso eu li aqui nesse documento, que ela teria a perspectiva de um contrato com a Ford, para transportar carros do Brasil para os Estados Unidos.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — V. S<sup>a</sup> já fez referência anterior a esse contrato, a esses serviços da Transroll, com a Fiat?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Acho que sim.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Já fez. A pergunta que lhe faço é: esse transporte de carros da Fiat pesaria, basicamente, no total de serviços que ela prestaria, é isso?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — É...

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — O grande serviço seria esse?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Isso está dentro de argumentação de um dos analistas do projeto, quando analisou a primeira fase do projeto, esse que foi vetado ou foi negado em 25-11-85. Um dos argumentos-riscos da operação, da concessão do financiamento, era de que ela tinha basicamente um empenho muito grande no transporte, mais do que 50%, um transporte de carros em contrato apenas com a Fiat, isso foi dito pelo analista do BNDES.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — De acordo com aquela sua opinião, o BNDES que negara, preliminarmente, o financiamento, quando a Transroll operava, digamos assim, estava com navios menores, projetava navios menores para uma área onde havia já, digamos assim, incapacidade de obtenção de carga, o BNDES depois modificou a sua decisão, ante a nova proposta de construção, de financiamento de navios maiores, para a mesma área. O que teria influenciado essa mudança, que fator determinante, a seu juízo, teria alterado esse processo dentro do BNDES?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Essa, também, é a nossa preocupação, porque ela tinha uma proposta de navios de seis mil e quinhentas toneladas e os analistas negaram autorização à concessão do empréstimo. Depois, ela retorna com modificações nesse mesmo projeto e se propõe a construir navios de 12.400 toneladas e foi aprovado o projeto depois, nesse momento.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — O que fundamentou a negativa para... por excesso de 6.000 toneladas depois não serviu para fundamentar a reiteração da negativa com 12 mil toneladas?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Essa é a nossa preocupação e o fato de estarmos denunciando o que parece ser uma irregularidade. Num determinado momento, o navio já tem excesso de capacidade para ir à Argentina, ao Chile e ao Peru; um ano depois, o projeto é aprovado com o dobro de capacidade de cargas dos navios.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Sobre este assunto V. E<sup>a</sup> questionou o Superintendente da Sunamam ou esse assunto não chegou a debater?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Não, esse assunto foi questionado a nível do BNDES, é o documento de análise do BNDES que questiona.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Mas V. S. trouxe esse assunto a debate ao colegiado a que pertence?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Não, disso eu não tinha conhecimento durante a reunião, até quando os documentos da análise do projeto me chegaram às mãos.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — No *Jornal do Brasil*, consta a notícia de que o navio *karisma* teria sido comprado pela Transroll. V. S<sup>a</sup> tem essa informação?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Isso é o que se diz lá. Inclusive perguntei ao Superintendente da Sunamam como se dera o processo de negociação de compra, se o *karisma* não tinha sido assumido nem pelo seu primeiro proprietário, quando saiu da Inglaterra. Realmente ele quase disse que essa questão da Transroll, da Kommar e do navio *karisma* era um caso de polícia.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — A Kommar é que teria comprado primeiro o navio *karisma*? De quem é a Kommar?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — A Kommar era uma empresa — se não me falha a memória — que foi criada praticamente para esse navio, que é financiado, irmão do navio *Jaqueline*, um navio também complicado, que veio para o Lloyd Brasileiro, que também não foi pago e acabou sendo deslocado pela Comissão de Marinha Mercante, pela Sunamam, para o Lloyd Brasileiro. Não sei em que estado ele se encontra. O navio *karisma* é um navio irmão; alega-se que ele entrou nas negociações por força de acordo com o Sr. Delfin Netto, na Inglaterra. O Brasil contruía navios, mas tiveram que comprar esse navio, apesar de ser proibido comprar navios fora do País, foi uma permissão especial para a construção do navio na Inglaterra pelo preço que alguns alegam — não tenho domínio do conhecimento sobre o preço do navio — mas um preço maior do que ele valeria no mercado, 32 milhões de dólares, ou seu equivalente em libras, e foi diretamente entregue a uma empresa que se formou. O proprietário dessa empresa era o Comandante Franco Abreu, que foi inclusive autoridade no Ministério de Transportes num outro governo.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Esse Comandante Franco Abreu é proprietário da Kommar?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Da Kommar e, por consequência, do navio único, porque a Kommar só existia em função do navio *karisma* e de fretar navios.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Então, a Kommar, de propriedade do Comandante Franco Abreu, dentro dessa negociação de operação com a dívida externa, comprou o navio *karisma* na Inglaterra?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Comprou e nunca colocou um tostão! Comprou, no verbo, mas nunca colocou um tostão, segundo a própria Sunamam, nunca assumiu o ônus com o Governo brasileiro,

que seria através da Sunamam ou com o Fundo de Marinha Mercante.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Isso é que gostaria que V. Sª nos explicasse: comprou e não pagou!

Não é tão fácil comprar e não pegar algumas coisas de pouco valor. Agora, um navio de 32 milhões de dólares, a pessoa compra, não paga e leva! Quem é que paga? Realmente acho que precisamos entender bem essa questão: há uma empresa que não tinha nenhum navio, mas era uma empresa que fornecia navios de afretamento, era isso?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Era.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — A empresa, então, resolve comprar um navio, entra numa operação de alongamento da dívida externa em medida compensatória. Compra e não paga. Alguém pagou?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Acho que o governo pagou, ou o contribuinte brasileiro pagou.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Sim, mas como é que se faz essa operação?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Senador, agora, sinceramente, estou na mesma posição de V. Exª, estou fazendo essa pergunta há quase 2 anos: como se faz um processo desse e ninguém vai para a cadeia, não se paga e não tem... Posso explicar ao Senhor...

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Não, não. Queria lhe dizer uma coisa, não é a questão. Antes de chegar à cadeia, quero saber primeiro como é a operação?

Quanto às irregularidades, vamos ver primeiro como é a operação, para depois discutirmos as irregularidades. Gostaria de saber se V. Sª, que é um homem afeito a essa atividade de transporte marítimo, por força, inclusive, de sua formação profissional e da sua condição de liderança sindical, se V. Sª tem conhecimento de como é a operação, independentemente de saber se alguém ganhou ilicitamente ou não ganhou. Quer dizer, a questão essencial é esta: há uma empresa, a empresa compra o navio, este navio é adquirido no exterior. Onde é que foi, na Inglaterra?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — É na Inglaterra, sempre na Inglaterra.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Na Inglaterra e este navio custou 32 milhões de dólares. Agora, a informação que me foi dada é que não pagou.

Primeiro, alguém pegou? A empresa inglesa ainda é credora ou recebeu? Se recebeu, recebeu de quem? Do Governo brasileiro, da Sunamam? Este fundo é do Fundo da Marinha Mercante?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — É, provavelmente.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — E quem está devendo para o Fundo? O Coman-

dante, este aqui ou a empresa — a esta altura do campeonato ele já vendeu o navio Karisma para a Transroll. Vendeu com o navio a dívida?

Fiz-lhe esta sequência de indagações, sem entrar em nenhum mérito de apuração, quer dizer, de juízo de irregularidade ou de pessoas delituosas. Depois é uma outra questão que nós vamos aprofundar. Gostaria que V. Exª nos dissesse tudo que V. Sª sabe sobre esta operação aqui. Porque me parece que ela é muito importante na elucidação dessas histórias.

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Posso responder? Senador, eu peço perdão até a V. Exª porque, justamente, toda a questão, do encaminhamento das questões que V. Exª fez aqui, são todas minhas também, E o que eu tenho feito, de maneira até mais modesta, num outro nível. Como este navio foi repassado, porque não é a prática normal. O normal o navio é comprado, ainda que comprado no exterior, o detentor, o proprietário dono da empresa assume um compromisso com o Fundo da Marinha Mercante, do financiamento, coloca bens ou hipotecas e assina, vamos dizer, as promissórias da dívida correspondente ao preço deste navio que foi comprado pelo Governo, financiado pelo Governo. Isto é o normal, neste caso não ocorrer.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Então vou lhe perguntar, para que eu entenda aqui, acho que também os Senadores todos. É uma operação que ocorre, não vou falar nesse caso. Alguém que tenha determinado essas características, seja o dono de uma empresa, que se propõe a comprar um navio no exterior, existe um sistema de uso do Fundo da Marinha Mercante como instrumento de financiamento? Existe isto, é um fato que ocorre normal ou eventualmente?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Ele era normal com esses recursos do chamado adicional de frete da Marinha Mercante. Mas, neste caso especial me parece que os navios comprados no exterior, é operação de governo a governo. O Governo intervém, porque está acoplado com a questão do endividamento externo, é o caso específico desse navio, seria, também, de um navio da Global, os navios químicos que são comprados no exterior, porque não eram feitos aqui. Sei que a Global tem navios assim.

Mas, só que esse outro armador, que também pertence a este grupo de empresas especiais, ele comprou um navio — que estou lembrado — em Portugal, e assumiu, pagou e tudo, assumiu a dívida lá e imagino que ele esteja já amortizando...

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Quem é esse Senhor?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — É o dono da Global, que é o Sr. Lauro Dulac,

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Ah! Este é o outro caso...

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — É um caso parecido. V. Exª está me

perguntando sobre operação? A operação normal é esta: o navio ainda que comprado no exterior, é o Governo que intervém e o dinheiro, evidentemente, deve ter sido sacado do Fundo. O caso que foi pago.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Sim, mas o Governo, quando V. Exª diz o Governo, eu digo o seguinte: o Governo faz a questão do Fundo, não é verdade? E alguma pessoa compra e obtém financiamento do Fundo e o Governo responde pelo processo?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Neste caso do navio no exterior, o contrato é o Fundo de Marinha Mercante, porque o processo de construção de navios, é este todo que está aí neste documento que eu ababei de lhe passar, pela manhã, é um processo de pedido de financiamento e, agora, o BNDES aloca o recurso, com um compromisso, através, do adicional do Fundo de Marinha Mercante a este armador e ele contrata com o estaleiro.

Neste caso não, o navio foi construído lá fora e construído a pedido, evidentemente, do Governo brasileiro, deve ter sido um dos órgãos responsáveis do Ministério do Transporte ou a própria Sunamam ou o Fundo de Marinha Mercante, e foi repassado. Só que o repasse não foi assumido pelo dono da empresa, pelo Comandante Franco Abreu em nenhum momento e, segundo consta, até hoje ninguém assumiu essa responsabilidade pelo débito.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Um dos diretores, pelo menos um dos diretores da Kommar. Tenho uma nota de que Richard Ciant, quem é ele?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Ele é o proprietário da Transroll, um dos proprietários.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — E era um dos proprietários da Kommar. Só fiz essa pequena intervenção para mostrar que o caminho é por aí. O valor do navio, pela nota que tenho aqui, era o dobro do preço de mercado.

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Se V. Exª me permite responder, esse é um outro questionamento que esse novo armador, esse novo comprador, que não se sabe se comprou realmente, está usando para não pagar. O outro não teve nem essa escusa. O primeiro proprietário, o hipotético proprietário, que era o Comandante Franco Abreu, nunca nem usou desse argumento que era muito caro. Ele simplesmente não deu nem um tostão e seguiu. Esse novo proprietário, hipotético proprietário — porque não há certeza de que ele já é proprietário, o caso é que ele era o navio. Estamos preocupados, enquanto trabalhadores, como povo brasileiro, é que esse navio está indo e vindo carregado e gerando recursos para alguém, para uma organização, para uma sociedade, para uma família e não vem o repasse para o Governo brasileiro e ninguém assume a compra. Isso foi dito pelo próprio Superintendente da Sunamam que quer arrastar o navio. Inclusive, a

última alegação, Sr. Senador, que ouvi na presença do Comandante Habbema, numa dessa minhas últimas impertinências no Conselho, perguntava: Como é que o navio passará para a mão dele? Ele disse que estavam tentando prender o navio, mas o negócio, pela legislação brasileira tem de ter um documento de compromisso para cobrar dele, para arrastar. Não existe esse documento, essa promissória. Então, se não houve a assunção da dívida, como se vai cobrar a dívida de outro. Nunca ninguém assumiu essa dívida pela operação. E o navio continua seguindo para América do Norte o tempo todo. É uma dívida que persiste, mas receio que não tenho condições de respondê-la. Não sou autoridade.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Essa empresa Kommar, na medida em que aconteceu essa espécie de transação que não está documentada do Navio Karisma, para Transroll, ainda que haja pessoas com ambigüidade de titularidade, eu combigüidade parece — que estão nas duas. Essa empresa seria um samba de uma nota só, só teria um navio? Vendendo o navio acabou a empresa ou não? Ela está operando?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Ela passou o nome, a empresa e o navio para a Transroll. Ela é do Grupo da Transroll.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Sim, ela vendeu o navio. Então, o Navio Karisma é da Transroll, não pagou mas está operando com a Transroll. A empresa Kommar aparece em algum lugar, ela continua existindo ou ela cessou a atividade?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — A irregularidade chama a atenção, vou me permitir passar mais uma xerox de revista Portos e Navios, em que a empresa Kommar, já nesta fase recente, ela faz uma propaganda de uma página inteira na revista de que operou e transportou as turbinas dessa barragem da Bahia.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Mas, agora?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Recentemente.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Mas, transportou em quê? Em canoas?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Não. Com esse navio, ainda transportou. Nós não sabemos como é que ela consegue essas coisas. Realmente são mistérios.

Vou ler para o Sr. o anúncio que está na revista é uma revista do início desse ano, final de janeiro: "Poucas transportadoras do mundo teriam condições de aceitar esse desafio. Aí vem: Cliente: CHESF, um órgão estatal. Carga: Turbo geradores. Quantidade: 6. Peso: 1430 toneladas. Volume total: 7 mil 300 m<sup>3</sup>. De Houston, no Texas, para Salvador na Bahia. Prazo: 15 dias. Kommar — Companhia Marítima S.A. Almirante Barroso. Está aí o anúncio dela, os caminhões e o navio.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Esse é o mesmo navio?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — É o Kommar. Agora eles dizem que já está nas mãos da Transroll. Acho que quem pode explicar isso é a Sunamam, Sr. Senador.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Isso aqui é desse ano?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — É, a revista é deste ano. Não a trouxe, copiei, mas é a revista "Portos e Navios". Não dá a data, mas foi este ano que peguei essa revista ou é a de dezembro.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — O embarque estava concluído 32 horas de trabalho, o Karisma aportou em Salvador dia 17 de março.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Essa revista é de agora?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — É de março deste ano.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Tinha atravessado transportes sem qualquer avaria e trazendo mais uma vitória, vitória de uma empresa que se orgulha do que faz. Então, essa empresa, agora, em março, deste ano, estava realizando operações de transporte em Salvador com esse navio, que agora, não se sabe quando, passou a ser da Transroll. E é o único da Transroll? Não, a Transroll tem o Pioneira.

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Não, a Transroll tem um parecido, que é o Pioneira. É um novio um pouquinho maior do que esse.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Quais são as áreas de competência, digamos, como é que especificamente se dividem as áreas de atuação entre a chamada Marinha Mercante e a área de atuação da Sunamam?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Eu também não tenho, embora isso está no organograma...

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Eu gostaria que o Senhor, nos desse a sua visão prática do processo, porque o organograma eles vão nos mandar.

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — A Sunamam toma conta, dirige toda a parte de política da Marinha Mercante, ou seja, a concessão de linhas, operação dos navios, as chamadas linhas de concessão. Ela é a grande concessionária de linhas para que um armador brasileiro possa operar dele para o Brasil. Enquanto que antes, os financiamentos também eram. Agora, os financiamentos para a construção são feitos através do BNDES. Já foram feitos até a questão daquela causa que deu a CPI, eram também pela Sunamam, mas, o novo governo mudou essa estrutura de funcionamento. Mas com relação ao tráfego, às linhas de Marinha Mercante, à exploração das linhas, a Sunamam é que controla tudo isso; concede, permite, inclusive, o afretamento.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — A Sunamam para a Marinha é uma espécie de DAC para a Aeronáutica?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Estaria mais ou menos assim.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Tráfego, quem vai, quem ocupa o espaço, quem é que explora a linha, isso é com a Sunamam?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — É mais ou menos assim.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Ela define rotas e, digamos, quem faz, qual rota, com quantos navios, em que percentual, tudo isso é controlado por ela?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — É, ela discute os acordos bilaterais, ela praticamente trata da política de Marinha Mercante do País e desenvolve os acordos bilaterais, autoriza a conferência, homologa as conferências. Mas volto a dizer a V. Ex<sup>a</sup>, não tenho realmente autoridade para me aprofundar nessa questão.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — O Senhor disse que os financiamentos correm à conta normalmente do BNDES. Mas quem é que opera o Fundo de Marinha Mercante?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Parece-me que agora ele está sendo operado por um Conselho Diretor do Fundo de Marinha Mercante, que é um órgão vinculado. Parece-me que ele é presidido pelo próprio Secretário do Ministério dos Transportes, Dr. Picango. Ele é presidente do Conselho Diretor do Fundo de Marinha Mercante e, então, que libera e analisa, em última instância. Aliás, o documento também que acabo de passar, porque está lá o diretor da seção, encaminhando ao Conselho Diretor a consideração final.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Essa situação que V. S<sup>a</sup> alegou com relação ao Lloyd é uma situação que vem já em processo continuado de deterioração que está estabilizado. Quer dizer, o Lloyd está perdendo espaço no contexto, digamos assim, do transporte em favor dessa Transroll, por exemplo. Essa presença da Transroll significa algo perigoso a nível de espaço a ser perdido pelo Lloyd numa tentativa intencional de reduzi-lo na sua atividade operacional? Há algum indício nesse sentido ou é apenas um jogo de mercado normal?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Essa é uma pergunta muito boa. Nós, marítimos, estamos entendendo que faz parte de um processo de cerco do Lloyd Brasileiro. Porque as medidas que se vêm processando no encontro contra o Lloyd Brasileiro, percebemos que é uma ação integrada. Vou dar um exemplo: a publicação da Resolução nº 943, entendemos que é mais um passo no sentido de liquidar com o Lloyd Brasileiro. Primeiro, porque essa empresa entrando vai, evidentemente, tirar do mercado o Lloyd Brasileiro, mais do Lloyd até do que da aliança, tira das duas, mas como o Lloyd é o que tem menos proteção, acho que ele vai sofrer o impacto primeiro, porque está com os navios mais inadequados, mais obsoletos, necessitado de coisas.



A outra tentativa, Sr. Senador, é que há um ano atrás, durante a greve dos marítimos, houve um seminário no Hotel Intercontinental, em que lá a iniciativa privada da área de transporte marítimo propunha — e convidou o Ministro dos Transportes — uma série de medidas para agilizar, modificar a Marinha Mercante. Entre elas propuseram a privatização do Lloyd Brasileiro como condição de melhoria da Marinha Mercante. E, entre as propostas, o que fez o Sr. Ministro? Provocou, para todas as propostas apresentadas nesse seminário, criou um grupo de trabalho. E eu, inclusive, como membro da Federação dos Trabalhadores, fui convidado a participar de um desses grupos que discutia a presença da iniciativa privada nessas Comissões. Nenhuma outra Comissão estudou especificamente a privatização do Lloyd Brasileiro. E V. Ex.<sup>a</sup> sabe, nobre Senador — pasmem aqui os nossos ouvintes — a Comissão específica para tratar da privatização do Lloyd Brasileiro, decidiu que não devia privatizar o Lloyd, decidiu que em face dos estudos, em face da operação do Lloyd, que continua desde 1983, sem receber um tostão do Governo Brasileiro — diz o Presidente — não recebe um tostão do Governo, opera no vermelho mas com recursos próprios, devendo aqui, mexendo ali. O Lloyd Brasileiro era viável. O que me aconteceu com o resultado dessa Comissão? Todas as outras Comissões, dentre as quais a que participei, já foram dadas à publicidade. Essa Comissão, específica do Lloyd o Ministro transformou em confidencial; o resultado está lá; os trabalhadores têm um representante e sabem qual é o resultado final da Comissão, que é pela não privatização, tendo em vista que o Lloyd é recuperável, é viável e é fator de presença do Brasil nas linhas de comércio. Então, esse resultado o Ministro não deu à luz, tomou-o confidencial. Está na mão do Superintendente da Sunamam. Isso corrobora, então, no sentido de que achamos que há um plano, um jogo de pinças, apertando o Lloyd. Não dá o recurso, o Lloyd morre. Introduz uma empresa nova para retirar do mercado o Lloyd Brasileiro; retirar e paralisar seus navios, o Lloyd continua sobrevivendo. O processo de privatização não é levado em consideração mas isso não vem a furo, nem a público. E outras medidas mas que entendemos que passariam, que não são nem fundo, nem a raiz da existência dessa CPI, mas que achamos, também, da maior importância. Os trabalhadores vêm protestando pela profissionalização da direção do Lloyd Brasileiro, pela introdução de métodos mais adequados na contratação do pessoal, concurso, tudo isso, e que o Lloyd não seja esse eterno cabide de empregos de manipulação de interesses políticos. Essa é a voz do trabalhador. Mas concordo, também, que não é o escopo da nossa Comissão, não é para tratar disso. Seria necessário uma CPI do Lloyd Brasileiro.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — A pergunta que lhe faço, complementar, é a seguinte: até que ponto operações como essas, a seu juízo, dá resolução que abriu mercado formal para a Transroll, 5% que — parece

— na prática viraram 7 ou 8%, ou coisa que o valha, e operações como essa outra de compras sem pagamento e repasse de um navio também sem identificação, de quem assume a dívida, estabelecendo portanto o fortalecimento de uma empresa competidora, esquemas como esse — para ser mais objetivo, a Transroll, a Kommar — de aquisição de navios não pagos, de transferência de navio não pago para uma subsidiária ou para uma empresa que passa a ser *holding*, de concessão de reserva de mercado de um espaço que, aparentemente, não poderia ser feito em razão de todos os acordos internacionais, de que forma esse complexo, ligações de pessoas intermediadoras de benefícios e gestora de negócios, de maneira até certo ponto questionável e vinculada familiarmente a pessoas da faixa decisória do Ministério do Transporte, pessoas ligadas a esse complexo de empresa, até que ponto todo esse conjunto de fatos é capaz de estar diretamente ameaçando a continuidade, desestabilizando o equilíbrio ou mudando as perspectivas do patrimônio de transporte marítimo brasileiro? Até que ponto isso aí é um processo em andamento que levaria a uma consequência desastrosa para o País, enfim, para o equilíbrio social? Este é um plano ou é um fato isolado? Criaram uma empresa e ela está aí tentando tirar umas fatias através de um favor daqui, um benefício dali, ou isso é um processo em andamento de aspecto muito mais abrangente, do qual essas empresas, esses navios e esse esquema é o que apareceu ou é o que já foi identificado?

Quero lhe perguntar o seguinte e, a meu juízo pelo menos, é muito importante: o depoente tem dito que o Lloyd está com problemas, que estão tirando espaço do Lloyd, que ele é um instrumento fundamental de interesse da sociedade brasileira, mas V. S.<sup>a</sup> volta e meia, também se refere à Aliança que é uma empresa privada que opera no setor. V. S.<sup>a</sup> não demonstra, em momento algum, nenhum tipo de preocupação. Até pelo contrário, parece que se refere com tranquilidade. Então, por que existe a preocupação específica com relação à Transroll? Se há uma empresa que ocupa 25% do espaço global e 50% do espaço nacional, por que a Transroll que ocupa só 5%, de uns tempos a esta parte, estaria sendo elemento capaz de detonar esse processo de alteração das regras do jogo, de maneira que se faça presumir irregularidade, intermediações, inidoneidades? Esta é a questão essencial da arguição, para que tenhamos a sua visão e o seu depoimento sobre a questão.

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Sim, Senhor. V. Ex.<sup>a</sup> colocou quase umas dez questões...

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Não, mas eu coloquei...

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — ... São acopladas...

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Procurei fazer uma síntese de tudo o que o Senhor falou desde hoje de manhã: Transroll, Kommar, Pioneira, não sei o que.

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Está correto. Eu preferiria começar separando a questão da análise da Kommar.

A questão da Kommar e do navio Karisma, acho até que é um caso de polícia e — acredito — e até um vale um caso isolado dentro do contexto de desorganização e de falta de apuração de responsabilidades que existem nessa área. Então, a ausência de responsabilidade, a falta de idoneidade de algumas pessoas e de algumas autoridades no manuseio da coisa pública, chegou a um ponto que esse era um caso que tinha que passar desta CPI, simplesmente, e ir para o caso de apuração de responsabilidade: quem comprou, quem deixou de pagar? É um caso de polícia. É o caso da Transroll.

Quanto as outras partes da sua longa pergunta, começo pela questão do Lloyd. Nós falamos no Lloyd Brasileiro porque é o alvo comum de todas as empresas transnacionais. A destruição do Lloyd significa a retomada, a liberdade, a permissão para que as grandes multinacionais e transnacionais do transporte marítimo ocupem o espaço que lhe é devido no tráfego entre o Brasil e a Europa, entre o Brasil e o Mediterrâneo. Em todos os foros internacionais, os países terceiro-mundistas defendem a necessidade de ter uma Marinha Mercante própria. É uma Marinha Mercante própria, nacional, que sabemos ser autenticamente nacional, é o Lloyd Brasileiro, que vai fazer cem anos. Sabemos o que é o Lloyd Brasileiro: toda a Marinha Mercante que existe praticamente é um filhote, todas as outras empresas nasceram do Lloyd Brasileiro.

Entendo, contudo, que o Lloyd Brasileiro deve, também, se policial e fazer um saneamento interno, retirando esse time. Ele não pode ser usado como instrumento político do Governo, e, sim, como instrumento de política de transporte marítimo, que deve manter a presença do Brasil, da Bandeira brasileira e dos navios brasileiros em todos os portos do mundo.

Reputo o Lloyd Brasileiro como Varig: ele está para a Marinha Mercante como a Varig está para o transporte aéreo internacional. Sem a Varig, estaríamos sujeitos aos preços que eles quisessem, à chamada desregulação que predomina no mundo da aeronáutica agora, no mundo do transporte aéreo.

O Lloyd Brasileiro é fator de equilíbrio, porque é parte em todas conferências e acordos bilaterais no processo de política de Marinha Mercante, de transporte de mercadorias de e para o País. Com o Lloyd presente, tem-se um instrumento para negociar. Ele, então, tem de existir.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Gostaria que o senhor me desse uma informação para o meu entendimento, se o senhor o souber: no **ranking** das empresas internacionais, o Lloyd coloca-se em que posição: é o quinto, décimo, trigésimo-oitavo?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Não tenho os números, não cheguei a...

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Mas ou menos.

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — O Lloyd é uma das grandes empresas estatais na Marinha Mercante, assim como aquela francesa, que é uma grande estatal francesa. Muitos países usam estatais. Eu só me recordo de uma tão grande quanto o Lloyd, francesa, que também é do Governo francês, de cujo nome não me recordo. Mas existe uma grande estatal francesa também, como existe a Elma argentina, falando de América Latina.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Ela é maior ou menor do que o Lloyd?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — A Elma é menor e foi liquidada justamente por isto: as grandes frotas mercantes na América Latina foram liquidadas por esse processo. Primeiro, eles mataram a construção, depois a aviltaram, baratearam navios e, quando quiseram, não podiam mais competir no mercado. A Argentina está reduzida à Elma, que já foi uma das grandes. O México não tem marinha mercante. A Colômbia tinha a Gran Colombiana e, hoje em dia, já não tem mais nada, sendo mera afretadora e fornecedora de mão-de-obra.

Assim, a posição do Brasil e do Lloyd Brasileiro dentro desse contexto é da maior importância para a manutenção dessa política de Marinha Mercante, e até, para a soberania do País.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Quem resta na América Latina é o Brasil com o Lloyd, em termos de grande expressão de empresa isolada?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — É, como o Lloyd e com a sua Marinha Mercante, porque o Brasil ainda tem uma Marinha Mercante.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Sim. Como estatal, o Lloyd?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Como estatal, o Lloyd e a Marinha Mercante do Brasil como um todo. É o último bastião contra a presença de bandeiras. Se não, isto tudo só estava sendo utilizado por bandeira de conveniência.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Isso em toda a América Latina?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — A Colômbia e o México chegam a dar pena. O México tem Marinha, mas não tem quase navios — deve haver uma meia dúzia de navios com a bandeira mexicana. Os outros todos são de capitais mexicanos ou de capitais internados no México, que operam com bandeiras de convênios.

Assim é também na Colômbia. O Peru ainda tem alguns resquícios, mas a sua frota está pior do que a nossa, muito pior. O Peru compra os nossos navios velhos, navios já considerados obsoletos. A Argentina, que era a potência que acompanhava o Brasil, realmente está...

A Marinha Mercante está em função da Petrobrás, com a Fronape, que tem uma pujança e é uma das maiores do mundo. A Fronape

tem uma representação maior do que o próprio Lloyd Brasileiro, no contexto da Marinha Mercante mundial — a Frota Nacional de Petroleiros.

Prosseguindo, se V. Exª me permitir, com aquela análise, eu diria que esta é a questão. Quanto à política de Marinha Mercante, volta e meia, eu diria: por que a Transroll, por que não a Aliança? Queria falar de Netumar também, mas V. Exª não colocou a ameaça dessa empresa, esse navio que estamos contestando, de utilizar o Karisma na Conferência da América do Norte. E aí vai atingir a Netumar, que tem feito algumas declarações prévias de que o seu mercado também está saturado. É Lloyd Brasileiro e Netumar. Por que ela não quis ir para o Pacífico, por exemplo? Por que a Transroll não quer fazer o Mar Mediterrâneo, que é uma linha que dá prejuízo e de onde o Lloyd Brasileiro está se retirando porque é prejudicial? Por que não faz o Mediterrâneo? Porque só quiseram entrar nos lugares que dão lucro.

Então, o Lloyd Brasileiro tem que ir aonde não dá lucro? Inclusive o Plano de Marinha Mercante que foi aprovado dizia, nas suas entrelinhas, que o Lloyd Brasileiro só deve cuidar das linhas que ninguém queira, onde o interesse nacional prevaleça, onde haja necessidade da estratégia de materiais que têm de ser transportados. Quando ninguém quiser e tiver de ser trazida carga estratégica do Brasil, é o Lloyd que carrega, com prejuízo. Quando for para dar prejuízo, que a dê para o Lloyd. Praticamente é isto que está dito no Plano de Marinha Mercante. E nós discutimos isto e debatemos com clareza durante o seminário realizado sobre política de Marinha Mercante.

Então, a Aliança também sofre esse impacto e vai paralisar. Já está inclusive com três navios paralisados. Só que, sendo uma empresa privada, ela se livra mais rápido dos problemas e tem uma maior flexibilidade. Mas ela também está sofrendo. E nós só estamos discutindo o Brasil-Europa-Brasil. A Aliança está sofrendo. A Netumar vai sofrer se for esse navio da Transroll também para o tráfego da América do Norte. A Frota Oceânica vai sofrer porque o mercado também está saturado, se eles entrarem na linha do Iap. E todos os armadores têm dito claramente isso nas entrevistas. No caso específico, começou-se justamente pelo filé mignon, pela maior conferência, que tem 22 empresas européias, 2 brasileiras, e é única — parece — que é 50% e 50%; as outras todas são 40/20, que é o chamado código conduta, e a aplicação do código conduta. Então, é por isso que se fala na Transroll. E por que a Transroll não vai para o Pacífico, por exemplo, não vai fazer toda a linha atravessando o Canal do Panamá? É uma linha que o Lloyd explora, também com prejuízo. Por que não vai fazer o Mediterrâneo? Lá está sobrando espaço! A Paulista se retirou. Não sei se os senhores sabiam que o Lloyd é Paulista. E lá é 40/20. Por que a Transroll não pega os 40% ou divide com o Lloyd Brasileiro o Mediterrâneo? Por que não foi dado para a Transroll? Lá não tinha ninguém. Ela vai entrar justamente onde está saturado? De onde a

Paulista se retirou, ela podia entrar fazendo a mesma coisa que as outras empresas fazem no Lloyd, sendo sócia do Lloyd, na exploração da linha do Mediterrâneo. É por essas que achamos que a forma é irregular.

Para responder tudo o que o Senhor colocou, acho que é um processo, evidentemente, de infiltração, que vem de fora. Alguns armadores brasileiros já são quase tradicionais, são cartoriais — eu concordo. É um cartório, mas é um cartório que vem dando emprego, vem gerando recursos, vem gerando necessidades de navios através de estaleiros. Com essa gente, não sabemos o que vai ocorrer, até quando vão realmente dar as suas encomendas e, quando não tiver uma Marinha Mercante, se eles sabem do negócio, deixando o Brasil sem frota mercante nenhuma. E aí, também, já sem o Lloyd Brasileiro, destruído nesse processo — vamos dizer — de distribuição, que se está processando através do 9943.

Não se dá recursos ao Lloyd Brasileiro, colocam-se pessoas pelo critério político-partidário dentro do Lloyd Brasileiro; não se levam a sério as comissões, as pesquisas e as análises sobre a vida, sobre a situação do Lloyd Brasileiro e as suas necessidades para se reerguer. Então, parece-me que isso tudo é orquestrado de forma a realmente liquidar a única empresa estatal e com possibilidade de manter a Bandeira brasileira e a presença brasileira em todas as linhas de navegação do mundo.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Houve uma paralisação de 59 navios do Lloyd em 1957?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — O senhor diz paralisação pela greve?

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Paralisação de atividades, os que foram tirados de atividade.

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Não. Esses não são todos do Lloyd. O total de navios da Marinha Mercante Brasileira foi paralisado em 1987. Creio que já está em 60 o número de navios que foram paralisados.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — O que quer dizer realmente esta paralisação? Paralisados de lá até agora ou paralisados transitariamente, quer dizer, ficam uns tempos sem uso? Estão sendo tirados de cena? Não há espaço?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — O Lloyd Brasileiro tem nesse grupo, cerca de 16; são aqueles que ficam na lateral do Lloyd. Quem passa por aquele elevado vê os navios todos. Seis deles já foram vendidos e alguns, sucateados. Os outros são de empresas privadas nacionais. Volto a dizer — e eu já tinha abordado isto — que são navios obsoletos, sendo alguns ainda do primeiro Plano de Construção Naval.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — A pergunta que lhe faço é esta: 59 a 60 navios são os paralisados em 1987 da Marinha Mercante como um todo.

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Como um todo.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Do Lloyd, nessa história...

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — É, eu creio que o Lloyd tinha 16. Só nesse bloco de navios 16 são do Lloyd Brasileiro.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Evidentemente que eles estão sendo retirados de cena pela razão que o senhor diz, são obsoletos. Mas à medida que eles vão saindo de cena, digamos assim, por obsolescência, naturalmente a carga continua existindo, poderá até aumentar, e aí aumenta o processo de afretamento?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Aumenta o processo de afretamento.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Eu queria saber, se é que V. S.<sup>a</sup> tem informação, se o Lloyd também trabalha com afretamento.

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Também.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Também, não é isso? Qual é a relação, por exemplo, nesse afretamento, por exemplo, qual é a proporção dos seus navios para os afretados do Lloyd e da Transroll? Se tiver da Aliança também, ótimo! Para termos uma idéia de uma estatal, de uma empresa privada tradicional e de uma *outsider* aí meio...

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Eu vou me valer da própria informação da ABAIE, que diz que o Lloyd tinha navios — ela faz em um momento e dá até o nome deles — o Lloyd Brasileiro, que foi contestado, não é? Mas eles diziam: a Aliança tem o Gotlandie e o Loplandle, e o New Ulm, Nova Ulm, que foi devolvido. A Aliança, então, eu diria, tem oito navios próprios, com Bandeira brasileira, navios brasileiros, com tripulações brasileiras, e dois afretados, mas esses dois afretados são aqueles navios da linha da Escandinávia, que são os navios *ice-class*.

Agora, o Lloyd teria, segundo também a própria ABAIE: Earling Bay, Kolathantico, Kolamediterrâneo, Kristina Izabel, Elizabeth Shoult, Erato, Lloyd Mediterrâneo, Lloyd Rio, Lloyd São Paulo, Lloyd Sergipe, são navios afretados, só que esses navios são afretados pelo Lloyd em todos os *trades* deles, na linha do Mar do Norte, na linha da América para a Linha do Oriente e tem cinco navios próprios operando nessa Conferência Especial Brasil-Europa-Brasil. Agora, proporcionalmente, diria até que a Transroll só tem um navio e afretou muitos navios. Houve tempo em que ela esteve com oito navios afretados. Proporcionalmente esse Grupo Transroll-Kommar é o maior afretador, porque ele só detém um navio e afreta muito mais.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Ele chegou, o grupo ou a Transroll, chegou a trabalhar com oito navios afretados? Quer dizer, a proporção seria, no caso, de um para oito?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — É, neste caso. É o último, porque isso varia muito, se o senhor me permitir também ampliar um pouco a questão, porque muitos dos navios são, como eu digo, por *spot*, por viagem. Então, em determinada viagem, ela tem um determinado contrato, é o caso agora em que eles estão transportando os trilhos. Eles, como havia essa celeuma, afretaram navio nacional, brasileiro, para transportar, um navio de uma outra empresa brasileira, a CBTG, o graneleiro Graziela Ferraz, e está afretado à Transroll para trazer trilhos, me parece, da Polônia para o Brasil.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Esse conceito de afretamento, quer dizer, o *spot* é por viagem?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Eu falei *spot* erradamente, o *spot* é mais para o granel. Aí seria viagem. Eles chamam de *voyage charter*, é um afretamento por viagem porque tem o afretamento por período.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Isso que eu iria perguntar. Tem a locação, porque o afretamento é uma espécie de... Afreta por tempo e afreta por viagem, por prestação de serviço específico? É esse sistema?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — É esse. Uma viagem só. E o afretamento no *spot*, que chamamos no *spot* é porque em determinado momento pegamos o navio onde ele estiver, é um contrato para pegar...

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — No local?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — ...no local onde estiver.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — E há disponibilidade, o senhor está dizendo que nesse caso a Transroll fez um afretamento de navio brasileiro, há navios brasileiros ociosos encostados, há em grande quantidade — mas há navios disponíveis de boa qualidade também brasileiros, quer dizer, navios atualizados, equipados, relativamente modernos, competitivos aqui no Brasil?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Não, modernos para serem afretados, eu diria que não há, porque realmente a frota mercante, como um todo, se ressentir de navios. Mas há navios que poderiam ser utilizados que estão em disponibilidade, os próprios do Lloyd Brasileiro. Eu apontaria os navios que estão nas mãos da Comissão de Marinha Mercante ou do Fundo de Marinha Mercante. Eu diria, um é o Jacqueline e outros navios graneleiros como o Rio. Agora mesmo o Lloyd estava operando alguns deles afretados e foram devolvidos ao Fundo de Marinha Mercante que, realmente, reafretou-os. Parece-me que a empresa Norsul afretou dois; é uma empresa da cabotagem. Esses navios são aqueles construídos ainda no II Plano de Construção Naval, eram graneleiros, mas foram entregues muito tarde, deveriam ser entregues em 1976 e foram entregues agora, em 1985, e os armadores entendem que houve não

cumprimento do contrato, e não receberam o navio. E quem teve que arcar? O contribuinte brasileiro assumiu e, na medida do possível, repassa. Primeiro, entregou-os ao Lloyd, mas, o Lloyd não está podendo operar por essas restrições que existem de falta de recursos e precisa de navios mais modernos, ou já tem bastante, uma vez que o Lloyd tem uma razoável frota de navios graneleiros próprios. Então, o Lloyd, agora, os entregou e o Fundo de Marinha Mercante afretou-os e uma empresa de navegação, que era de cabotagem, se estou lembrado é a Norsul, afretou dois deles. Parece-me que uma outra empresa está sendo criada no Sul, a Perdigão, e vai operar mais dois. Então, há possibilidade. Não temos nada contra o capital privado nacional entrar na Marinha Mercante. O que nos assusta é utilizar-se de uma empresa de nome brasileiro para abrir as portas para o transportador estrangeiro, para dar trabalho, dar recursos, dar dinheiro para o transportador que está na Alemanha, e eles têm realmente muitos navios à disposição, tanto dos antigos como dos modernos, eles têm navios para qualquer tipo que solicitem, há disponível no mercado.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Essa questão do dinheiro que vai para fora, quando o navio é afretado pela empresa A ou B, por exemplo, se a Transroll tem um navio afretado e alguém torna seu serviço e paga à Transroll, por que há, no seu modo de entender, uma saída de dólares pelo simples fato do afretamento?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Bom, não só o afretamento como o frete em si é pago em dólares. Então, a empresa, ao afretar um navio, compromete-se a pagar 8, 12 mil dólares diários a um operador que se encontra em Chipre ou nas Bahamas ou em Nova Iorque; esse dinheiro vai para lá, tem que ser pago em dólares. Então, do frete, que é aquela mercadoria que o nosso transportador, o responsável pelo transporte, porque tem a reserva, vamos dizer, temos a reserva, temos 50%; supunhamos que a Transroll já esteja dentro do Brasil/Europa/Brasil e esteja transportando sem ter navios. Então, ela afreta navio e o resultado desse frete é para pagar lá fora. Então, o frete é gerado em dólares que, ao invés de entrar para o Brasil, vai para pagar e, no ano passado, foram 600 milhões de dólares que saíram do País em afretamento, são fontes da Sunamam, 600 milhões de dólares foram pagos em afretamento.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Seiscentos milhões de dólares foram pagos, porque nós afretamos navios com bandeiras de outros países.

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Se fossem afretados navios brasileiros, seriam pagos em cruzados, evidentemente.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Mas, a pergunta que lhe faço é a seguinte: metade desse quantitativo global de transporte não é feito com navios de bandeiras brasileiras

e eles não carregam cargas, às vezes, de titularidade de estrangeiros que nos pagam também? Não há o fluxo inverso?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Não, não entendi bem a pergunta. V. Ex<sup>a</sup> disse que metade dos 50%, vamos dizer que os europeus trazem para o Brasil e levam do Brasil.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Não há nunca a hipótese de os europeus afretarem navios nossos?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Nunca. Eles têm facilidades. Eles afretam quando necessitam algumas empresas de lá, porque afretam até navios no mercado deles mesmo.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — De navios nossos?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Não. Não afretam navios brasileiros.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Para afastar a hipótese, ou incluir tem-se que perguntar para viabilizar.

Há questão de cinco minutos atrás, o senhor disse que havia algum caso, apesar de termos a maioria dos navios ociosos, há um ou outro caso de navios que são passíveis de operar, tanto é que há casos. A pergunta que lhe faço é a seguinte: sendo responsabilidade de empresas estrangeiras a cobertura de parte do Brasil/Europa/Brasil, nunca existe, não ocorre, ou não lhe ocorre ter ocorrido caso de que eles afretam navios brasileiros, quer dizer, essa hipótese para cobrir a parte que corresponde a eles. Quando lhes faltam navios eles contratam lá mesmo?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Isso atualmente não ocorre, mas já ocorreu quanto tínhamos navios especiais. Lembro-me que a Empresa de Navegação Aliança, quando possuía navios frigoríficos especiais, eles ficaram por um período — isso já faz 10 anos, eles já nem existem mais — afretados a um operador espanhol levando frutas de Las Palmas, das Canárias para o Norte Europeu. Isso foi um afretamento. Já ocorreu isso, mas é muito raro. Ter ocorrido com navios comuns do Brasil é difícil.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Essa informação, esse montante que o senhor deu...

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Seiscentos milhões de dólares, os números são da SUNAMAM.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Esse montante correspondeu ao exercício do ano passado?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Só em 1987.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Qual foi o movimento global do ano passado — o senhor se lembra?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Eu tenho, mas não trouxe. São muitos

livros, e eu não os trouxe. Tenho o Manual da Estatística da Marinha Mercante. Tenho certeza de que o Comandante Abema vai trazer o boletim estatístico da Sunamam, o qual eu também tenho e está comigo no hotel — ali dá toda a movimentação em percentuais, em números absolutos.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Sim, mas esse montante de 600 milhões de dólares é um montante significativo que pesa no global ou é uma parcela?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Sim, em termos de afretamento — esses números eu sei de cabeça. O comércio exterior do Brasil gera 3,5 bilhões de dólares, o frete gerado é mercadoria invisível. O frete produz 3,5 bilhões de dólares anualmente. Esse é o mercado como um todo. Desse mercado, o Brasil despendeu 600 milhões de dólares alugando navios. Se tivesse uma frota própria...

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Certo. Ele gastou 20% em afretamento, praticamente?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Exato, gastou bastante em afretamento. Se tivesse uma frota mercante própria, esse dinheiro ficaria no Brasil. Isso é um aspecto da evasão.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Há outros?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — O outro que disse é a fuga de desemprego... as taxas correspondentes à tributação de ordem fiscal no Brasil.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Há uma afirmativa aqui, uma referência sua que dentro desse processo, com a Resolução nº 99.043 chega-se à liquidação: "Liquidar-se-ão as duas empresas brasileiras conferenciadas — o Lloyd e a Aliança, porque não poderão competir com os navios utilizados pela Transroll, pois só nos meses de janeiro e fevereiro já gastou 700 mil dólares em afretamento" — está entre aspas e eu não sei — já gastaram, talvez, 700 mil dólares entre as duas.

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Nos meses de janeiro e fevereiro.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Isso é deste ano?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — É deste ano. 700 mil. No ritmo que vai nós devemos superar os 600 milhões de dólares de 1987, 1988 vai superar, porque sem navios e afretando cada vez mais. Acredito até que, com essas medidas recentes de estímulo à importação, vai haver uma necessidade maior de navios.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Sua previsão é de que este ano ainda-se agrava mais a situação?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Ela vem aumentando ano a ano. Senador. Em 1986 foi menor, em 1987 ela cresceu.

Em 1986, creio que foi de 500 milhões, em 1987 já foi de 600 milhões. Eu poderia, mas os números são fáceis de verificar. Ele vem crescendo — a Sunamam poderá informar isso, se trouxer o Boletim Estatístico.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — A presença de trabalhadores marítimos nacionais, na Aliança e no Lloyd, é permanente?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Sempre.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — E na Transroll?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Na Transroll, esse único navio tem marítimos brasileiros — ela deve ter cerca de 27 tripulantes brasileiros — são os únicos brasileiros. Ela contrata conosco na convenção coletiva também.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Certo. No navio O Pioneiro? Ai deve ter 27 tripulantes?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — É, deve ter uns 27 tripulantes.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Sim. Como ela operou em boa parte do tempo com oito navios estrangeiros afretados, quem estava aí, marítimos brasileiros ou aí eram gregos e filipinos?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Sim, sempre são asiáticos, basicamente são asiáticos, porque são os que aceitam trabalhar pelo menor salário, e sem proteção nenhuma de ordem trabalhista.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — E essa história dos dois navios que ela vai construir, ou melhor, que ela está encomendando, que ela está comprando, que ela está adquirindo, a Transroll?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — É, eu já tinha falado sobre isso. Mas o que estranha é que o pedido inicial era um navio de 6 mil e 500 toneladas, e eles agora tiveram a autorização para fazer um de 12 mil e 400 toneladas.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Não, desculpe-me. Não é o fato de que eles tenham contratado, eu quero saber o seguinte: a informação que se tem é de que eles não pagaram nem o navio que compraram. E agora eles fazem uma encomenda de quatro navios. Certo? Não é isso? No Verolme?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — É.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Dois no Caneco e dois no Verolme?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Pretendem fazer.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Eu pergunto o seguinte: alguém que tem um navio só que foi comprado e não pagou nada, encomenda quatro a dois estaleiros — e os estaleiros brasileiros, eu não creio que estejam tão folgados, aliás, um setor que tem que se segurar. Esse negócio é um negócio que tem

viabilidade concreta, que está efetivamente ocorrendo? Ou isso é uma espécie de carta de intenção, assim, para colocar merengue no bolo, para dar a impressão de que está em expansão, para dar a idéia de que vai ter mais navios? É isso que eu estou questionando.

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Ai há uma correção a fazer, Sr. Senador...

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Pois não.

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — ... porque o Pioneiro é um navio que me parece estar pago. Ou se não está pago, a empresa cumpre as suas obrigações corretamente. No caso do Karisma é que ela é inadimplente. Mas em sendo proprietária agora do Karisma, me parece que as empresas inadimplentes não podem contratar com o BNDES, uma das obrigações. E esse nosso atraso, essa ausência de tonelagem nova, de navios modernos no Brasil deve-se ao que os armadores deviam esses 700 milhões de dólares que foram corrigidos com a desdolarização. Então eles deviam e não podiam contratar, mesmo porque eles não contratavam, porque estavam discutindo na justiça esses contratos em dólar, e era um círculo vicioso. Então agora me parece resolvida a questão, todos devem iniciar imediatamente encomendas, mas aqueles que não estiverem inadimplentes. E o caso da empresa Transroll, agora que ela assumiu o Karisma, ela não tem condições, porque ela está devendo.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — (Fala fora do microfone.)

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — É possível, também. Como a gente não sabe quem é o dono...

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Sim, mas que foi incorporada.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Senador Bisol, por favor fale no microfone, por causa da gravação.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Ai é que eu não sei, se realmente foi incorporada, e eu estou achando que não foi. Então a dívida continua, dívida da Kommar, e a Transroll, perfeitamente adimplente, ainda pôde tirar esse financiamento para construir novos navios, que é o mesmo fundo é o Fundo da Marinha Mercante.

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Eu acho que, tecnicamente, o Senador tem toda a razão, porque eu também não afirmaria que ela é inadimplente, a Transroll. Mas, pela análise, o projeto dela foi considerado inadequado e cheio de riscos. Essa é que era a nossa tese, não porque ela não fosse inadimplente.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — A informação aqui que V. S<sup>a</sup> passou às nossas mãos diz diferente. Primeiro, vem dizendo:

Se alocado exclusivamente a linha Brasil — Argentina, o navio *holl-off* em refe-

rência não apresentaria viabilidade econômica."

Mas diz, em seguida:

"Ressalte-se que a taxa interna de retorno do navio a ser operado na linha Brasil—Argentina—Chile—Peru permanece baixa, ficando mesmo aqui na taxa média ponderada de juros.

Entretanto, a figura da concessão do subsídio à construção naval — 20% sobre o preço das alocações — permite um armador honrar as amortizações dos empréstimos a serem contraídos."

V. S<sup>a</sup> estaria de acordo com essa informação? Quem é que protege essa Transroll?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Essa questão eu coloquei, é um documento que me chegou às mãos. É uma informação bastante técnica, pelos especialistas que fizeram.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Esse Michael, vamos falar sobre ele.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Eu acho que hoje pela manhã não ficou bem claro.

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Eu informei, realmente, que eu não estava à frente dessa discussão, de quando o Sr. Michael apareceu no cenário da questão do Lloyd brasileiro. Quer dizer, eu tomei conhecimento, e como tem tanto tempo eu não trouxe...

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Mas V. S<sup>a</sup> falou que ele teria algumas ligações com assessores do Ministério dos Transportes.

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — É claro. Eu não seria tão leviano para dizer que sei quem faz o processo. Mas, evidentemente, que uma empresa que os analistas especializados do BNDES que têm tempo, e o período que levou — o projeto entrou em 84 e foi analisado até 85 — eles dizem que não dava porque apresentava risco. Depois eles suspendem, fazem uma reunião, eu chamaria de um arreglo, e ele retorna com uma nova forma, e os mesmos analistas, não sei se os mesmos, mas o mesmo setor diz que ainda é um risco. E depois eles mexem de novo e sai finalmente, em 87, a autorização para dois navios maiores do que aqueles que tinham sido impugnados numa primeira análise.

Eu também me coloco na mesma situação que o Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Não, mas eu queria saber o seguinte: por que sai 4 de junho e despachado pelo Ministro dos Transportes em 10 de junho? Foi aprovado pelo Ministro dos Transportes?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Pelo Conselho. O Conselho encaminhou e o Ministro aprovou.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Pela manhã V. S<sup>a</sup> falou num assessor do Ministro dos Transportes que teria alguma ligação com

esse Michael. O assessor seria cunhado do Chefe de Gabinete do Ministro?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Eu não sei; eu sei que é uma pessoa de ligação. Se é o chefe, é o do gabinete.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — O Sr. conhece o Dr. José Roberto de Almeida Neves?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — É possível, eu não me lembro. Eu frequento pouco o Ministério dos Transportes. Desde a época do Senador Afonso Camargo, eu conheço bem o Dr. Piscanso, e sou membro de uma Comissão de Navegação Interior, que nunca se reuniu, e desde de dezembro que não tive o prazer de me ver reunido com eles. Então, não conheço as pessoas assim, algumas pessoas. Eu conheço só o Dr. Piscanso.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Eu gostaria que o Sr. retornasse ao problema do Assessor do Ministro dos Transportes, em relação ao Sr. Michael.

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Com relação a esse assunto, dizem que essa mudança de opinião, essa mudança de enfoque dentro do BNDES foi por influência de pessoas ligadas a esse Sr. Michael, ou por influência e intermediação dele, que é um homem também que tem trânsito livre junto ao Sr. Richard Klein.

Então, o Richard Klein é um dos donos, ou o dono da Transroll. Com essa amizade e com esse intermediador, que já tem um passado de trânsito, vamos dizer, de transações na área marítima, eu acho que é por aí que se têm que buscar as razões e as origens da mudança de opinião do grupo de análise do projeto da Transroll.

Mas eu confesso ao Sr. que só posso ir até aí. Eu não tenho meios, seria leviano afirmar mais do que isto.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Com a palavra o Senador José Paulo Bisol.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Acredito que já desenvolvemos bastante, mas só uma pequena pergunta: se eu comparar a Resolução nº 9942 com a 9943, resoluções da Sunam, eu verifico o seguinte é o conteúdo da primeira dispensa, o conteúdo da segunda.

A pergunta que eu faço é: qual é a razão que levou à elaboração de uma resolução como essa, a 9943? Se ela era completamente dispensável, por que ela autorizou se já estava autorizado, *in generi*, na anterior? O que é isso? Eu não entendo, não consigo entender.

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Na minha opinião pessoal, eu acho que isso é uma cortina de fumaça apenas para o mal maior que se fez com a 9.943. Tentaram dizer que estavam tirando um pouquinho da Transroll. Não tiraram nada, que só ela que tem navio roll-roll. Essa resolução é inútil. Eu concordo com o Sr. em gênero e número.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Com Relação ainda ao pagamento do Karisma. Foi o Governo brasileiro? Não dá para chegar a essa con-

clusão? O Sr. é um especialista, o Sr. conhece tudo sobre isso aí. Foi o Governo brasileiro que pagou esse navio?

**O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA** — Bom, isso acho que é fora de dúvida. O navio está aqui, o inglês não teria deixado sair lá. E vou dar um exemplo ao Sr.: o "Jacqueline", que foi comprado de uma empresa que faliu, que era uma outra dessas, como intermodal, o "Jacqueline" era um navio irmão da Kommar. Foi comprado por uma outra intermodal, que também não pagou, não cumpriu, não honrou seu compromisso. O que aconteceu? O inglês prendeu o navio, não deixou sair, se alguém não pagasse. Então o governo brasileiro foi lá e pagou o que devia. Como a Intermodal desapareceu, faliu ou qualquer coisa, ela foi entregue ao Lloyd brasileiro. É um navio problema, também. Jacqueline e Karisma. São navios irmãos e com processos quase similares. Só que o outro não pagou, o Governo inglês segurou o navio e não entregou enquanto não pagasse, o que faz pressupor que o navio Karisma foi pago pelo Governo brasileiro. Senão, ele não estaria transitando pelo mundo todo, porque os estrangeiros não brincam em serviço. Eles não deixam mesmo, eles prendem o navio do Lloyd quando deixam de pagar, imagine de um armador menor.

**O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco)** — Senador Chagas Rodrigues, V. Ex.<sup>a</sup> está com a palavra.

**O SR. CHAGAS RODRIGUES** — Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> fez referência a um ofício do orad depoente, Sr. Maurício Monteiro, dirigido ao Presidente da nossa Comissão, Senador José Ignácio Ferreira. Diz aqui, na segunda página:

"Lembramos que a Navegação Transroll acaba de "comprar" o navio "Karisma", navio raro da Kommar, que custou 32 milhões de dólares, pagos pelo Fundo de Marinha Mercante, e até hoje não teve um centavo amortizado pelo pseudo proprietário, o notório Comandante Franco de Abreu."

Talvez com base nisso, o Dr. Maurício Corrêa afirma aqui o seguinte, no item 6º do seu relatório:

"A Transroll teria comprado, ao preço de 32 milhões de dólares, pagos pelo Fundo de Marinha Mercante, o navio "Karisma", o qual, após quatro anos, já possibilitou à empresa o faturamento de milhares de dólares, embora nenhum centavo tenha sido amortizado."

Eu pediria a atenção dos ilustres membros da Comissão para a notícia que me parece mais minuciosa, e que consta aqui, no nº 39. É uma notícia dada pelo *Jornal do Brasil*, pág. 13, do dia 1º de abril. Então ele aqui, nessa reportagem, traz declarações do Sr. que diz o seguinte:

"O armador Richard Klein decidiu apostar alto na abertura do Brasil para

o comércio exterior. Sua companhia de navegação, a Transroll, acaba de pedir ao Fundo da Marinha Mercante financiamento para encomendar aos estaleiros mais dois navios, no valor de 40 milhões cada um, elevando em 200 milhões seu projeto de investimento. O estaleiro Caneco está construindo para a Transroll dois navios. Outros dois foram contratados com o Verolme, ainda pendente de análise para liberação. Esses quatro barcos sairão por cerca de 120 milhões. Agora, a Transroll está solicitando prioridade nos financiamentos do Fundo de Marinha Mercante para encomendar mais dois barcos do tipo ro-ro multicarga, capaz de transportar 2.400 automóveis etc. Vida ou Morte. Depois de conseguir da Superintendência Nacional de Marinha Mercante resolução o que foi também estranho garantindo o ingresso da Transroll na conferência de fretes Brasil-Europa-Brasil, a parte brasileira a ser dividida entre o Lloyd brasileiro, a Aliança e a Transroll, é da ordem de 150 milhões anuais. Richard Klein quer colocar outra de suas empresas, a Kommar, na Conferência Interamericana de Fretes-aqui no Continente, na América do Norte, a outra conferência da Europa que coordena as linhas da América do Norte e gera para a bandeira brasileira frete anual da ordem de 200 milhões, beneficiando, principalmente, o Lloyd e a Netumar."

Então, ambas as autorizações vêm em prejuízo do Lloyd.

**O SR. CHAGAS RODRIGUES** — Agora aqui está o problema do financiamento, também explicado nessa reportagem, com declarações dele. Ele diz:

"O armador admite que a Kommar vive uma luta de vida ou morte".

Declarações dele,

"Na tentativa de regularizar a situação do seu navio Karisma."

Então, por aqui se fica vendo que o Navio Karisma já pertence ao grupo.

"E conseguir novas cargas compradas pelos dirigentes da Transroll-Richard Klein e Washington Burbake, há seis meses a Kommar tenta há três anos resolver o problema do navio."

Como diz aqui. Repetindo:

"O armador admite que a Kommar vive uma luta de vida ou morte na tentativa de regularizar a situação do seu Navio Karisma e conseguir novas cargas. Comprada pelos dirigentes da Transroll — então comprada deve ter sido a Kommar."

**O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA** — Não. Comprada...

**O SR. CHAGAS RODRIGUES** — Porque navio...

**O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA** — Navio?

**O SR. CHAGAS RODRIGUES** — Mas, como ele diz aqui:

"Comprada pelos dirigentes da Transroll há seis meses - a Kommar tenta há três anos resolver o problema do navio importado da Inglaterra pelo dobro do valor de mercado, em meio às negociações conduzidas pelo então Ministro Delfim Netto — está aqui escrito —" para conseguir empréstimos externos. O preço original de importação, da ordem de 21 milhões de libras, é impagável, na opinião de Klein, que acrescenta sorrindo: o Karisma foi feito no smith de estaleiro tão careiro que já foi fechado. A solução proposta pelos novos donos da Kommar."

e aqui se explica:

"são os novos donos da Kommar. Eles são, portanto, os adquirentes da Kommar, estão se alastrando."

"É a seguinte: avaliar o barco, pagar o preço de mercado, resolver a pendência junto ao Fundo de Marinha Mercante e negociar a diferença."

Logo, Sr. Presidente, negociar a diferença com o Fundo de Marinha Mercante, que já teria pago. Então, Sr. Presidente, realmente — e é uma sugestão aqui do nosso Relator — acho que precisamos ouvir esse cidadão que é... já se fala aqui no grupo as duas empresas já estariam ligadas a um grupo, que é o grupo — porque na página 38 nós vemos:

"Na semana passa duas empresas a Commodol, do grupo Lloyd Libra Navegação S/A, e a Kommar do grupo Fink, ao qual também pertence a Transroll".

Isto na página 38, notícia veiculada pelo *O Globo*. Então, realidade, o grupo Fink hoje já domina as duas.

Muito bem esse é o fato que precisa ser esclarecido. Não há dúvida de que a empresa foi altamente beneficiada com essa autorização já pediu para fazer parte da nova conferência. Esse financiamento comprova o alto favoritismo, o prestígio de que goza e finalmente, há uma notícia aqui, Sr. Presidente, que tudo indica que isso aqui é ilegal. É mais um decreto-lei ilegal, possivelmente, até inconstitucional, e se não for inconstitucional, pelos princípios gerais, pelo menos é algo que prejudica altamente as finanças da União. É uma notícia que está sob a desdolarização: a correção da dívida das empresas da navegação com o Fundo de Marinha Mercante, com base na OTN, e não mais pela variação cambial, será válida para os contratos assinados a partir de 71 contratos já feitos, celebrados. Se isso fosse feito a partir de agora para ter vigência para o futuro, vindo prejudicar a União, ainda seria o caso de estranhar. Mas o Decreto-Lei nº 2.414, que consta da pág. 41 também a referência a este assunto, a desdolarização esbarra no Imposto de Renda. Aqui, há uma notícia de que o problema foi de certo modo, "esbarra", não foi bem aceito no Ministério da Fazenda. Veja V. Ex.<sup>a</sup> a corre-



ção da dívida das empresas de navegação deve ter efeito retroativo. Esse limite foi fixado pela Comissão formada por técnicos do BNDES e do Conselho-Diretor do Fundo de Marinha Mercante, que está estudando a regulamentação do Decreto-Lei nº 2.414, baixado pelo Presidente José Sarney em fevereiro passado, prevendo entre outras medidas, a desdolarização da dívida dos armadores brasileiros. Ainda diz mais abaixo, Sr. Presidente, esta notícia de *O Globo*:

"Com a fixação da data para os débitos que terão direito à desdolarização, a dívida dos armadores cai de 300 milhões de dólares para 180 milhões."

Todo este quadro comprova o alto favoritismo: são beneficiadas empresas que já tiveram outros favores, como a admissão na conferência, o que implicou a divisão não só a participação no Fundo de Marinha Mercante, como a participação na cota, isso num país em que a nossa empresa, o Lloyd tem muitos navios inativos, inaproveitados.

A todo esse quadro, eu peço a atenção. Há mais aqui esta notícia:

"aumenta a concorrência para os Estados Unidos da América. Governo desdolariza."

Quem diz isto aqui é o jornal *O Globo*.

Quis apenas chamar a atenção dos colegas para esses fatos, porque passei hoje o dia todo lendo sobre este assunto e a única pergunta que tenho a fazer ao nosso Presidente da Federação, o Sr. Maurício Monteiro Sant'Anna é a que atribui esse favoritismo? Favoritismo na admissão, na conferência; favoritismo no financiamento dos navios; favoritismo nesse decreto-lei, que substitui o pagamento, que era em dólar e passa a ser em OTN, com efeito retroativo, pode nos informar a que atribui isso? Isso não cai do céu!

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — A exposição do Exmº Sr. Senador foi corretíssima. Evidentemente, a nossa preocupação é quase que a mesma do Exmº Sr. Senador com relação ao problema. Entendemos que isto é irregular, não sabemos a que atribuir. Podemos dizer que é mais uma coisa do Brasil, mais um escândalo que aqui vem se somar àqueles outros que existem nas diversas áreas aí, mas que, evidentemente, temos que tomar providências. Não sei a que atribuir. Mas que houve, evidentemente, influências e há uma manipulação na obtenção dessas vantagens, está claro pelas suas próprias palavras, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Tem a palavra o Sr. Senador José Paulo Bisol.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Só para uma última pergunta: a questão da *broker age*, não ficou bem claro que nos afretamentos há escritórios de corretagem interessados. V. Sª não tem dados mais objetivos sobre esses detalhes, que são escritórios, são? Michael Broker está nessa intermediação de corretagem aí? V. Sª falou de 8 a 12.

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Essa questão da corretagem no navio é uma figura perfeitamente legal e usual no mundo todo, é coisa de inglês da Marinha Mercante. Então, o *broker* é o corretor e a *brokerage* é o percentual que ele recebe.

A questão aqui, no Brasil, fica mais escandalosa porque a gente entende que determinados setores, em alguns setores, inclusive até em algumas estatais, a coisa é feita assim. É como uma troca de favores.

Eu vinha fazendo uma figura como se dissesse: "Nós vamos pintar todos os prédios do Governo de Brasília de cor-de-rosa, mas a única fábrica que produz tinta cor-de-rosa é aquela ali. "Eu vou dar um exemplo: em 1979, quando iniciei meu primeiro mandato como presidente de sindicato, nós denunciávamos a venda do navio Doce Praia. Ele foi vendido por ser um navio inadequado e porque operava mal, não conseguia ir para lugar nenhum. A Docenave vendeu esse navio para um armador grego. Esse armador grego veio e comprou, trouxe tripulantes filipinos, assumiu o navio aqui, no porto do Rio de Janeiro, e, imediatamente, afretou esse navio a 7.500 dólares à Docenave. E o navio saiu imediatamente para o Norte do Brasil. Foi um escândalo mas o Governo era um Governo para quem a gente não podia falar muito.

Eu botei a boca no mundo. Era Doce Lago o nome do navio.

O navio não funcionava com brasileiros, foi afretado, na época, não por 7.500 — eu me enganei — mas por 3.500 dólares, e esse navio imediatamente ficou operacional e foi lá, ficou para cima e para baixo. Sabe quem ganhou? Alguém ganhou, 1,5% em cima de 3.500 dólares diários. V. Exª multiplique: o contrato foi de um ano. Quem é o responsável por essa venda do navio, por essa alienação do navio, dizendo que ele não prestava, e imediatamente, o repassou ao grego? É isto que a gente diz: tem que apurar! Isto ocorre no Lloyd, isto ocorre na Docenave. Eu já não me preocupo com o que ocorra na Aliança, na Netumar, nas empresas de capital privado, porque é um problema do capitalista verificar como entram essas transações. Mas, empresas estatais brasileiras, temos obrigação de verificar como se dá esse processo. Como se diz que o navio não presta? Foi o caso dos navios de passageiros do Brasil, que foram todos embora e alguns deles estão operando lá, na Austrália, na China. E ninguém verifica, não se apura.

Claro que, agora, não é o mesmo tempo. Então, em 1979 nós gritamos e dissemos que era irregular, mas quem tem coragem de dizer que há corrupção? Entre dizer que é irregular e que alguém se corrompeu a distância é muito grande e nós somos simples trabalhadores. Tem polícia, tem organismos, tem Tribunal de Contas, tem tudo quanto é Ministério armados de todos os recursos para apurar essas coisas.

Agora, eu digo que é irregular e, se alguém me pede para prender, apurar, investigar, isso é coisa para o Tuma, para o Delegado, não é coisa, realmente, para um trabalhador.

Nós estamos dizendo que é irregular, que essa corretagem tem provocado uma irregularidade, para não dizer corrupção. Então, as pessoas estão lá, tem que haver alguém para assinar autorizando a fazer isso, a passar o navio, a receber e a afretar.

Para aprofundar o escândalo: tem afretamentos em que o navio está num lugar carregado e tem que se deslocar para um outro. Tem taxas, o afretamento é uma coisa tão... Eu não sou um *expert*, mas vou dar uma outra figura de irregular. O navio é afretado no *spot*, como eu vinha dizendo ao Senador Chiarelli, agora há pouco. Mas esse navio está no Canal de Suez e a carga está na Polônia. Então, há uma taxa — eu me esqueço da palavra em inglês, agora — que se cobra, esse navio escolhido para ser contratado, para vir do Canal de Suez ao porto polonês. Para pegar o carvão, na Polónia, a empresa paga e o Lloyd brasileiro já pagou taxas de até cem mil dólares para que um navio viesse de um lugar até a Polónia, para pegar carvão. Isso foi declarado, e não fui eu quem denunciou. Haviam pessoas lá, que já denunciaram isto na outra gestão, do outro Presidente. E não se apura nada. Eu vou me lembrar da palavra correta, em inglês, porque é tudo empregado. Então, o sujeito diz que vai, mas para sair de Suez até a Polónia ele tem pagar, porque não tinha nenhum navio adequado, quer dizer, com a capacidade de carga, naquele momento. E se paga.

Esses são os segredos. E por quê? É preferível afretar, porque o custo é maior em dólares e, evidentemente, repercute de outra forma no bolso de quem está fretando.

Isso vai para as contas particulares. O certo era o Lloyd, a Docenave — estou falando das estatais — terem um fundo para reverter, para pagar a cota e não para ir no bolso de um eventual armador, porque o armador de empresa estatal é armador eventual, episódico, depende de uma manipulação.

É por isso que se mata, até, no Rio de Janeiro, por essa questão de afretamento, como se matou o Schittini.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Como vê, Sr. Presidente, é o grande problema da intermediação ilícita, já em índices de valor financeiro multiplicado em relação aos casos anteriores. É toda uma investigação, somente sobre o famoso *brekeregage*.

Essa taxa vai se modificando, enquanto o navio está viajando?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO SANTANA — Não. Ela é uma taxa pelo contrato independente. Se o navio é por viagem, ela é coberta pelo preço da viagem: se é por *time*, por período, ela equivale ao período. Eu não sei quando e em que momento se paga: dá execução do contrato, se é no meio, no final ou no início do contrato. Isto eu desconheço porque, realmente, está fora de meu alcance. Mas que existe, existe. É uma taxa tradicional. Os ingleses são *experts* nisso. Mas não sei como ela entra nas empresas brasileiras. Isso já foi fonte de uma nossa pergunta através de um pedido de informações dentro do próprio Se-

nado, feito pelo Senador Nelson Carneiro, que perguntava para onde ia e aí eles disseram que era pouco, entrava aqui, mas ninguém explicou.

É muito difícil isso para as pessoas...

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Entre os marítimos se tem idéia de que isso que se paga para que o navio saia, no caso *spot*, no caso o navio saia de um lugar para ir, por exemplo, até a Polônia para buscar carvão, o Sr. disse que se paga uma taxa?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — É. Ele cobra. Eu diria que é uma sobretaxa para o navio se colocar em posição de receber.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL — Mas não é um grande negócio fazer uma intermediação, é uma hipótese. Eu pergunto porque quero entender de um assunto sobre o qual não sou especializado. Parece-me que aqui existe uma grande profissão, embora ele disse: "pode o navio estar mais perto do lugar que interessa fazer o carregamento, mas eu negocio mais distante porque ganho uma sobretaxa em cima." Isso é possível? Comenta-se que isso acontece?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Isso acontece, nós já denunciemos e o problema é esse, que não são armadores tradicionais. Uma pessoa toma uma posição numa empresa dessa num período, vamos dizer, até que fosse de um governo, um período só de quatro anos de governo, ele não tem que prestar contas a ninguém, ele faz o máximo. O máximo que ele puder fretar. É por isso que de repente em mudanças geralmente de administrações, o sujeito afreta um número maior, afreta enquanto pode e no granel isso ocorre muito mais. E por sinal, o departamento de granel agora lembrei-me, é o local para onde estava indo esse Sr. Mickel de Freitas Brother, quando houve isso. Foi no granel, também. Houve também um Sr. Vice-Presidente, da questão dos fretamentos do granel que estava lá na questão do assassinato daquele corretor no Rio de Janeiro. Acho que merecia uma investigação mais profunda.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Nobre Relator, mais alguma coisa?

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Como é a posição da Docenave neste processo? Aqui há uma informação que diz "relativamente a denúncia contida em sua carta a esta CPI, onde se afirma que capitais originários do Brasil, incorporaram-se ao seletivo grupo de capitais gregos, americanos, noruegueses, japoneses, na operação em País de registro aberto, "e acrescenta, logo em seguida, que "a Docenave proprietária de nove navios que operam neste País, carecterizando a evasão fiscal".

Qual é o conceito que tem da atuação da Docenave e se ocorre esta evasão fiscal a partir desses navios da própria Docenave? E por que isto?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Bom. Enquanto marítimo, nós temos a Docenave num péssimo conceito. Embora

a gente negocia, é uma empresa que detém monopólio, mas ela é gerida por pessoas, ela é gerida, eu diria, profissionalmente até demais, porque eles só não geram os navios de bandeira nacional, como passaram uma série de navios de propriedade dela para essas bandeiras de conveniência. Então, detectamos, isso às vezes como delegado em conferências marítimas, chegou as minhas mãos a revista da Lloyd, *Shipping Index*, que é uma revista que publica a quem pertence os navios no mundo todo. Os ingleses, na Lloyd, têm a relação onde eles estão e como estão, e nessa revista relaciona o nome de todos os navios da Docenave. Num outro documento, produzido por uma empresa inglesa — *Apple Gard*, um nome inglês, me parece assim, é uma empresa de consultoria inglesa que fornece dados econômicos sobre as frotas mercantes — aponta o capital beneficiário da marinha mercante em todo o mundo. E o Brasil que não constou, vamos dizer, fonte de capitais investidos na bandeira de conveniência, apareceu pela primeira vez com 11 navios. Os documentos estão nessa documentação que eu mandei. A lista foi produzida pelos trabalhadores da revista *IPF News*, que é da Federação Internacional dos Trabalhadores em Transportes, da qual eu sou membro, nós, brasileiros, somos filiados à Confederação e eu sou membro de um dos comitês, e ela produz sempre esses trabalhos de pesquisas. Esse trabalho foi produzido para Unctade. Por quê? Porque se realizou em junho a Conferência da Unctade sobre a situação dos navios. É uma Conferência especial que trata do tráfego de navios internacionalmente.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Página 30, que dá a relação: Grécia, Estados Unidos. Eu tenho aqui.

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Então, nessa lista o Brasil aparece com 11 navios. Eles não sabem quem são os donos desses capitais mais ao detectar pela lista de navios brasileiros, eles dizem o registro da bandeira e que tipo de navio. Está escrito aí *broking*, que é granel sólido. Nós detectamos que são os Docenave. São 11 navios da Docenave. Ela, realmente, não esconde; ela tem três empresas subsidiárias: Seamar, Exceter, USI e opera esses navios todos de lá. Num grupo de navios, ela tem brasileiros. E por que estou dizendo que é um caso de Receita Federal? Porque me foi dito pelo próprio. Eu levantei a questão na Sunaman, também na última reunião. Por que a Sunaman não tem nada a ver? Ela diz; "a sunaman não tem nada a ver com essa questão aqui, financiamento. A parte brasileira da empresa opera perfeitamente para a Sunaman e isso é uma questão de receita Federal. O Sr. vá a Receita Federal." Então, nós estamos encaminhando à Receita Federal, se é o caso, ou o Tribunal de Contas, opine sobre a regularidade ou não dessa operação no exterior, de uma subsidiária utilizando-se da bandeira de conveniência e pagando tudo em dólar.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Então o problema é o seguinte: esses navios são

da Docenave. Portanto, de uma empresa do grupo Vale, não é isso?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Esses navios estão em países de registros abertos, o que quer dizer exatamente?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Eu diria que é uma forma educada de chamar, que são as bandeiras de conveniências, países que oferecem, são os chamados de paraísos fiscais. Ele oferece vantagens a quem ponha sua bandeira e registre navios no seu território, porque as taxas são mínimas para isso.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Então, a Docenave, os navios são brasileiros, são dessa empresa, que é estatal, e ela os registra como se fossem um *trade*, um grande *Caiment*, nove ou onze, enfim. E quem os opera com essa bandeira? A própria Docenave ou essa subsidiária a que o Sr. se referiu.

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Elas montam um escritório lá no exterior. Eu dei um nome. Uma dessas operadoras é a Seamar. Tem um nome inglês. A outra operadora é Exceter e a outra operadora é a OSI, que é uma *joint-venture*, com o famoso operador norueguês, o Williams.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Mas dessas empresas que passam a ser titulares, os operadores dos navios que passam a ter bandeiras dos países que são paraísos fiscais ainda, em que os navios, originariamente, sejam brasileiros, essas empresas é que passam a usar esses navios em que condições? Como afretadores ou há um processo aí de (*joint-venture*) da Docenave com essa empresa de lá? Quer dizer, a titularidade do navio é que é transferida na operação? Há um processo de transferência da propriedade, em parte, ou é um processo de *leasing*, de arrendamento de aluguel sob título de assentamento?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Eu não diria que não é uma coisa e nem outra, *Ex*, porque no processo, há uma diferença no Direito brasileiro. A gente tem a figura do armador e, lá fora, nós temos a figura do operador que não tem nada a ver com isto. Os bancos, hoje em dia, na bandeira, são os grandes proprietários dos navios. Eles vão, pedem empréstimos, o sujeito não paga e ele vai e toma. Então, o banco é dono do navio e ele entrega, simplesmente, a um operador de navios. Então, há a diferença entre o armador e o operador. O banco é o proprietário, mas o operador é um escritório qualquer em que a Libéria, Taiwan, e Bahamas favorecem a operação. Então, é um profissional, como qualquer outro, que monta e ele, aí vai buscar num fonecedor de mão-de-obra. Ele escolhe: "Eu quero mão-de-obra asiática." Traz com um contrato. Filipinos — eu contrato num pacote filipino por dois anos nesse navio. Eu contrato o filipino, ele fica na ilha Taiwã e o navio anda pelo mundo todo.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — A pergunta que lhe faço é a seguinte: dentro da figura do operador, dessa espécie de gestor — sei lá —, mas esse navio fica realizando operações para a Docenave?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Exato. Inclusive vem ao Brasil regularmente. Os nomes deles estão todos aqui...

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Mas só para ela ou para ela e para terceiros?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Não. A figura do navio graneleiro pode até ser utilizado para terceiros mas, no caso particular da Docenave, ela opera, exclusivamente, no seu produto principal. Ela opera, episodicamente, no retorno, porque esses navios são condizentes. Então, quando eles vêm trazendo óleo, ocorre — já ocorreu até um caso no Golfo Pérsico em que o navio da Docenave vai para o Japão levando ferro e vem vazio do Japão, passa pelo Golfo, pega petróleo para a Petrobrás.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Trabalha para terceiros...

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Então, se submete a um contrato com a Petrobrás. Então, no *spot* trabalha para a Petrobrás. No caso, sempre, é a Petrobrás porque o retorno, a perna de retorno é para o Brasil. Então, o interesse é sempre de uma empresa brasileira e, no caso, a Fronape — então, ele traz óleo para o Brasil para a Fronape. Então, ele vai de ponta lá de cima do Maranhão e Carajás, levando ferro para o Japão, retorna pelo Golfo Pérsico ou por ali...

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Ai, no caso, é fantástico porque é o navio de uma estatal brasileira, trabalhando para outra estatal brasileira, mas mediante a participação contratual de intermediação de um operador do grande Caimã ou sei lá de onde, que deve cobrar um valor de lucro razoável nesse processo. Então, há dois fatos interessantes aí — parece-me, o Sr. viu o Lucídio, aí, tentando entender. Mesmo porque ele está ganhando — parece-me que não seria necessário, por mais capaz que ele seja e, segundo, o fato de que não se está recolhendo a tributação necessária e os encargos adequados. Naquele momento em que se põem a bandeira de um país que não exige tributação — e é por isto que eles põem, a bandeira de lá — deixa-se de recolher, para o Tesouro nacional, que é o declarado titular dos dois órgãos participantes do processo e, ao mesmo tempo, paga-se para que não se endivida, não se paga a quem se tem subordinação. Em última análise, essa operação fantástica é um pouco isso, não é?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — O Sr. colocou a situação corretamente...

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Não, eu quero entender — é mais ou menos isto?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — O Sr. a colocou corretamente. O único reparo é que, no caso do afretamento à Petrobrás, e esse exemplo que conheço que deu

até um problema com a tripulação, o navio era um navio da Docenave de bandeira brasileira. Então, um deles — não era um desses nomes que estão na bandeira estrangeira,...

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Por que era uma operação normal?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Era uma operação normal que ela faz — vem no retorno e na perna vem vazio, passou, pegou óleo e trouxe petróleo para a Petrobrás.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Sim, mas, aí, é até recomendável... Mas esse fato ocorre também...

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Mas, no outro, evidentemente.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Sim, mas em outra ocorre...

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Sim, em outra situação ocorre. O navio é operado no exterior e, então, ele está disposto a fazer qualquer tipo de contrato que aparecer.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Sim, mas, aí, diga-me uma coisa: independentemente desse caso que o Sr. levanta, e que ocorre eventualmente quando, na volta, trazer óleo ou petróleo, sei lá, para a Petrobrás, etc., afora esse caso, na situação usual, essa transferência da Docenave — transferência não mas entrega do navio para o operador lá de um desses países de bandeira de conveniência — é, especificamente, em razão do interesse de torná-lo operativamente menos onerado ou oneroso e reduzir esse ônus, que significaria o pagamento e tributos ao país, essa é a única vantagem. Essa é a razão dessa transferência de ônus em si ou tem uma outra de natureza técnica ou tem alguma outra vantagem de que ele, ficando vinculado a um operador tem mais acesso à carga? É só em razão dessa redução decorrente da evasão fiscal?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Senador, eu me permitiria até aprofundar: essa seria a tese inicial, mas já se constatou, há quase 10 anos, de que essa operação desse navio com brasileiros estava equiparado e não era vantagem. Inclusive devo dizer a V. Ex<sup>a</sup> que o navio Doce Fjord, que é um dos mais novos, foi construído no Brasil e operado em *joint venture*, com a USL, tem um contrato em que os oficiais são noruegueses e a tripulação é filipina. Tenho cópia do contrato e, por uma coincidência, sou membro de um subcomitê que analisa esses contratos da ITP, e vamos nos reunir dia 29 em Roterdã. Uma das funções desse subcomitê é analisar. Tenho cópia do contrato, que se aplicado, se convertido em cruzados é melhor do que o que temos aqui, evidentemente em números absolutos, fora as questões de férias e a seguridade social que não existe. Nós faríamos aquele contrato que ele faz com o norueguês. Mas como o norueguês é forte e predomina, determinou que sendo o capital ou parte do capital originário da Noruega, os marítimos noruegueses

que são mais fortes do que nós, sindicalmente falando, exigiram que o seu governo e o seu capital norueguês negociasse o contrato com eles. Eles negociaram com o norueguês um contrato para operar um navio que pertence bipartidamente ao Brasil e à Noruega e colocam os filipinos. Inclusive lá ocorre esse absurdo: o prêmio de guerra para operar no Golfo, um filipino vale cinco vezes menos do que o norueguês.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — O norueguês negocia só para os seus co-nacionais.

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — E subnegocia, subcontratam os filipinos através de agências.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Há até uma curiosidade: os sindicatos marítimos, os noruegueses não têm uma certa solidariedade com o trabalhador filipino? Ele não melhora a condição do filipino. Ou ele só da um pedaço, é o meio magrinho?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Ele diz que o norueguês tem pessoal altamente qualificado, que são os oficiais, e têm muitos navios e pouca mão-de-obra, e na Filipina tem muita. Na Filipina ocorre uma outra discrepância: há 98 sindicatos marítimos. O que é verdadeiro absurdo porque não são sindicatos, têm um realmente autêntico, os outros são sindicatos de faixada, são fornecedores de mão-de-obra. Eles se utilizam disso e negociam com um daqueles sindicatos, procurando até negociar honestamente, mas o nível de salários que dão àqueles filipinos é bastante alto em relação ao que os outros filipinos conseguem.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — É menos do que o do norueguês?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — ... mas é mais do que conseguiriam no seu próprio país.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — É um bom negócio!

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — O filipino faz uma benesse, é solidário, e controla o mercado de mão-de-obra.

Essa questão da Docenave, o que estamos interessados em saber? O Tribunal de Contas não se interessa com esse vínculo; como uma empresa estatal brasileira repassa ou recebe, ou seja os resultados da utilização do mercado. Quem é o gerente? Quem representa os interesses da Docenave junto a esses operadores Cimala, o Akaiman ou Bahamas. Como o Estado fiscaliza, como entra toda essa questão no balanço da Docenave, que é um estatal? É o Tribunal de Contas? Por isso que o Comandante Abenar me disse é um caso de Receita Federal.

Se V. Ex<sup>a</sup> me permitir um complemento lerei uma última declaração que saiu na revista *Navegação*, do Comandante Galle, dizendo:

"O Ministério do Trabalho tem um projeto para que os tripulantes espanhóis, empregados em bandeiras de outros países, possam gozar das vantagens do Se-

guro Social. Atualmente o Marítimo Espanhol tem duas possibilidades de emprego: uma sob o regime de cotas do Seguro Social, quando empregado em empresas de navegações nacionais e outra quando presta serviços em companhias de terceiros países, na bandeira de conveniência. A Espanha resolve o problema permitindo que seus marítimos embarcados nessas bandeiras de conveniência, já que não são asiáticos, têm um governo que procura zelar, permite que recorram a Previdência Social.

No Brasil o Diretor Comercial da Docenave Roberto Galle, já propôs que o Governo não só apoie o emprego de marítimos estrangeiros em navios nacionais — ele quer ainda tirar o pouco que temos e botar estrangeiros.”

“...como também estimule o emprego de brasileiros em navios de outras bandeiras, como forma de evitar o desemprego.

A Docenave é a armadora nacional que mais emprega estrangeiros.”

As provas estão aí, com esses novos navios que estamos dizendo. Ele praticamente corrobora e ratifica a denúncia que eu tinha colocado, de uma outra maneira.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Essa é a questão que eu quero fazer: além da evasão, a tripulação desses navios da Docenave, operados pelo pessoal de países de bandeira de conveniência, são tripulações estrangeiras?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — É uma verdadeira briga de nações. Alguns têm comandante grego e tripulação. O problema é que os oficiais, como têm uma qualificação, sempre são de países europeus, mas os coreanos já chegaram...

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Nesses navios da Docenave?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Nesses navios da Docenave. Mas, há uma exceção.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Diga-me uma coisa: nesse esquema de navios, a Docenave é uma estatal. É comum entrar nesse processo das bandeiras de conveniência, com relação a terceiros países, navios de estatais? Ou isso é um caso mais de armador privado que faz essa operação?

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Essa situação assusta até aos europeus. Em alguns fóruns temos tido denúncias dizendo: tem uma estatal brasileira, e elas não sabem como ocorre isso. É uma questão que espanta até os mais refinados operadores, que são os gregos; eles se espantam com esse tipo de sofisticação nessa transação de navios...

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Essa operação é o supra-sumo da operação de lucro privado, é feito por uma estatal, então não dá para entender muito. E havia, nesses navios, tripulações de brasileiros? Porque esses navios não iniciaram trabalhando com essa

bandeira de conveniência; evidentemente, passaram a.

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Não, não. A técnica é sempre esta. No início do meu depoimento, citei que o comandante Washington Barbeiro construiu 3 navios, no Japão, daqueles grandes graneleiros, de 105 mil toneladas; esses, então, vieram do Japão. Foram construídos e entregues, imediatamente, à bandeira. Foram construídos lá fora e não no Brasil. Os outros, todos eles, parece-me que 3 deles foram construídos por encomenda, mas como encomenda de outra empresa. Foram construídos no Brasil, mas, alega a Docenave, financiados com recursos próprios, encomendados por essas suas representações, no exterior, que encomendaram ao estaleiro brasileiro. E os da Wilscafa foram em *joint venture* o último saiu no começo do ano; tem um em construção que pertence a esse grupo, é o Tijuca; agora, dois deles estão operados por brasileiros. Ela resolveu reverter um pouco a situação, estão na bandeira liberiana, estão operadas por uma subsidiária com bandeira liberiana, uma dessas subsidiárias, não sei qual delas, mas a tripulação é brasileira, mas, na base, como se fosse asiático. É pena que deixei o contrato, mas tem um contrato assinado por um brasileiro com o comandante: o tripulante assina um pacto com o comandante para receber tanto e considera-se o pacto liquidado em determinada época; ele recebe e vai embora. Não fala em férias, não fala em previdência, imposto, nada. É um pacto entre a pessoa do comandante e um tripulante, como se estivessemos, ainda, no início do século, na costa bárbara.

O SR. RELATOR (Carlos Chiarelli) — Só queria alertar o Presidente, que depois deste amplo depoimento, e de uma série de fatos que, pelo menos, para nós são novos e, tendo em vista o grande contingente de documentos, acho que vamos ter que examinar um pouco *a posteriori* essa documentação, até para ouvirmos outros depoimentos em cima das informações, isso a nível de opinião pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Não há dúvida. Sr. Maurício, peço a V. Ex.<sup>a</sup>, se o desejar, que faça suas considerações finais e, evidentemente, com toda a liberdade. No seu depoimento V. S.<sup>a</sup> já indicou uma série de observações que serão analisadas pela Comissão. Estamos iniciando, com a sua presença, hoje, o exame da Marinha Mercante, e lhe dou inteira liberdade não só de sugerir o que lhe interessar, ou o que lhe convier, ao exame desta Comissão, nas suas palavras finais, se assim o desejar.

O SR. MAURÍCIO MONTEIRO DE SANTANA — Serei breve. Queria apenas agradecer a atenção e a paciência com que os Srs. me permitiram até extrapolar um pouco os limites do depoimento e me colocar à disposição para retornar, mas acho que devem ser ouvidas as pessoas que foram citadas aí, e as responsáveis pelos órgãos que têm alguma coisa a ver com as irregularidades apontadas. Agra-

deço a atenção e me sinto muito honrado em ter participado desta reunião, desta audiência, mais uma vez me coloco à disposição da Comissão e do Senhor, particularmente. Boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Em nome da Comissão, agradeço a V. S.<sup>a</sup> e, ao mesmo tempo, mais uma vez pedindo as escusas pela interrupção que temos que fazer, face à Assembleia Nacional Constituinte. Evidentemente, se a Comissão sentir necessidade nós o convocaremos novamente e estamos certos de que V. S.<sup>a</sup> atenderá prazerosamente. Muito obrigado a V. S.<sup>a</sup>

Queria lembrar ao Senador José Paulo Bisol, ao Senador Chagas Rodrigues que teremos, amanhã, às 9 horas, um depoimento muito importante, do Dr. Cláudio Fontelle. Pediria encarecidamente que esse horário fosse cumprido, porque às 10 horas teremos uma sessão do Senado em que deveremos estar presentes.

Então, solicitaria que por volta de 10 minutos para às 9 horas nós pudéssemos estar aqui para ouvirmos amanhã o Dr. Cláudio Fontelle.

Muito obrigado aos Srs. Senadores e declaro encerrados os nossos trabalhos.

(Levanta-se a reunião às 20 horas.)

## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

*Criada através do Requerimento nº 10, de 1989, destinada a apurar as denúncias sobre a devastação da hileia amazônica e a participação estrangeira nessas denúncias.*

**4ª Reunião, realizada em 31 de março de 1989**

Aos trinta e um dias do mês de março do ano de mil novecentos e oitenta e nove, às dez horas e dez minutos, na Sala da Comissão de Finanças, presentes os Senhores Senadores Leopoldo Peres (Presidente), Jarbas Passarinho (Relator), Nabor Júnior, Mário Maia, Edison Lobão, Teotônio Vilela Filho, Ronaldo Aragão e Mauro Borges, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar as denúncias sobre a devastação da hileia amazônica e a participação estrangeira nessas denúncias.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Odacir Soares e Aluizio Bezerra.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da Comissão e solicita a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que, logo após, foi considerada aprovada. A seguir, convida o Eng. Gilberto do Carmo Siqueira, Presidente da Fundação de Tecnologia do Estado do Acre, para tomar assento à Mesa. Com a palavra, o Eng. Gilberto Siqueira, inicia seu depoimento fazendo uma breve exposição sobre o histórico das transformações sócio-econômicas iniciadas na década de 60, pelas políticas e diretrizes traçadas

pelos governos federal e estadual. Afirma, ainda, ser necessário definir estratégias de atuação, determinantes de um novo padrão de desenvolvimento procurando maior diversificação do sistema produtivo nos setores públicos e privados. Finalizando, enfatiza que a modernização sócio-econômica da Amazônia, deve ser buscada na melhoria do padrão tecnológico de exploração dos recursos naturais, diversificação na exploração comercial de produtos de base florestal, desenvolvimento de planos de manejo e ocupação do espaço condicionado aos zoneamentos agro ecológicos.

Prosseguindo, passa-se a fase interpelatória, quando usam da palavra, pela ordem, os Senhores Senadores Ronaldo Aragão, Mário Maia, Nabor Júnior e Jarbas Passarinho.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença do depoente e encerra os trabalhos da Comissão às doze horas e, para constar, eu, José Augusto Panisset Santana, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

**ANEXO À ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 10, DE 1989, DESTINADA A APURAR AS DENÚNCIAS SOBRE A DEVASTAÇÃO DA HILÉIA AMAZÔNICA E A PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA NESSAS DENÚNCIAS; DESTINADA A OUVIR O DEPOIMENTO DO ENG. GILBERTO DO CARMO SIQUEIRA, PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE TECNOLOGIA DO ESTADO DO ACRE, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.**

Presidente: Senador Leopoldo Peres  
Relator: Senador Jarbas Passarinho

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a 4ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Amazônia.

Hoje teremos o prazer de ouvir o Presidente da Funtac, Engenheiro Gilberto do Carmo Siqueira, formado pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul com curso de pós-graduação na Universidade de São Paulo. Acreditado que, para todos nós, será uma aula de aproveitamento racional da Região Amazônica.

Com a palavra o Dr. Gilberto do Carmo.

O SR. GILBERTO DO CARMO SIQUEIRA — Senhoras, Senhores Senadores de nossa República, Senhores Deputados Federais, demais autoridades.

Inicialmente, gostaria de agradecer o convite da Comissão Parlamentar de Inquérito para prestar o meu depoimento, que é também o depoimento de técnicos da área de ciência e tecnologia do Estado do Acre.

Expresso meu contentamento pela oportunidade que nos está sendo concedida, a mim e ao Estado do Acre, que até num passado

recente esteve distante e marginalizado das decisões políticas de desenvolvimento para a região amazônica, no tocante à Ciência e Tecnologia.

Ressalto, ainda, que é com grande responsabilidade e dever de patriota, que nós, acreanos, testemunharemos a situação do setor florestal da Amazônia Ocidental.

Acreditamos que os resultados deste depoimento e dos demais que aqui foram apresentados, contribuirão para uma revisão das políticas e planos anteriores e apontem para uma nova retomada de planos e investimentos, mais realistas e responsáveis, melhorando as condições de vida do povo da Amazônia e equilibrando as diferenças regionais de nosso País.

Farei um breve histórico sobre as transformações sócio-econômicas, iniciadas na década de 60 pelas políticas e diretrizes traçadas pelos governos federal e estadual. Ater-me-ei mais à situação acreana, que é a minha realidade: Durante um século, a exploração extrativista da floresta foi praticamente a única fonte de renda para a população acreana. Toda a vida social girava em torno da produção de borracha e coleta de castanha.

A importância econômica dessas atividades, ainda, hoje, está longe de ser esgotada. Na verdade, nenhuma outra atividade produtiva conseguiu substituir, com êxito, o extrativismo florestal no Acre. Nos últimos anos, o setor primário arrecadou com a borracha, castanha e madeira 94% do ICM contra 6% do setor agropecuário, que recebeu diversos incentivos fiscais. O setor primário corresponde a 21% da arrecadação estadual.

A defasagem nos preços da borracha e a queda na produção pela desativação de muitos seringais determinaram uma significativa queda na arrecadação de impostos proporcionados pela borracha que, mesmo assim, permanece sendo a atividade que mais arrecada. Outras atividades, como a pecuária e a agricultura, embora recebendo incentivos e investimentos em larga escala, não conseguem ascender ao grau de importância do extrativismo. A INFLUÊNCIA da produção de borracha e da coleta de castanha índice até mesmo sobre outras atividades. Boa parte da importância do comércio — a atividade que mais arrecada ICM (167%) — deve-se à intensa circulação de mercadorias destinadas ao abastecimento de seringais e outras atividades florestais.

O declínio da produção da borracha no Acre tem como principal determinante a falta de competitividade desta produção em relação à borracha originária de seringais cultivados na Malásia. Dada sua elevada produtividade, a borracha cultivada alcançou o mercado internacional a preços muito inferiores aos da borracha do Acre. O seringueiro nativo do Acre foi considerado obsoleto e as intenções oficiais oscilavam entre o subsídio através de programas de financiamento e a substituição por projetos agropecuários, orientação que passou a predominar a partir de 1960.

Quando se sente mais agudamente a necessidade de uma política florestal para o Acre,

é a análise dos problemas sociais gerados com a desativação de antigos seringais. Até o início da década de 60, cerca de 80% da população acreana vivia na área rural, em sua quase totalidade desenvolvendo atividades ligadas ao extrativismo da borracha. Em 1970, a população de Rio Branco, capital e maior cidade do estado, era apenas de 35 mil habitantes, correspondentes a 16% da população total.

É justamente no início dos anos 70 que ocorre a desativação de inúmeros seringais no vale do rio Acre, com a compra de terras por empresários e pecuaristas do Sul do País que passaram a instalar projetos agropecuários na região. Milhares de famílias que residiam nas "colocações dos seringais" foram obrigadas a se transferir para outras regiões, uma parte entrou em território boliviano — estima-se que 50 mil brasileiros estejam vivendo em seringais na Bolívia. A grande maioria, no entanto, buscou a periferia da capital, Rio Branco, formando da noite para o dia bairros inteiros em terrenos baldios que eram invadidos e loteados sem planejamento prévio. A cidade de Rio Branco com 180 mil habitantes, hoje, abriga cerca de 45% da população Acreana.

A urgência de reter o êxodo da população para as cidades, modernizando a atividade florestal, apresenta-se como única solução viável. Trata-se, simplesmente, de oferecer condições para que a população que vive na floresta possa nela permanecer, sem migrar para as cidades.

O Acre, desde o início de sua ocupação econômica, mostra que é um estado essencialmente de vocação florestal. Não temos nenhum minério identificado até o momento, com viabilidade econômica de exploração, apenas nossa rica floresta que cobre, ainda intacta, 93% da área do estado.

Não basta preservar pura e simplesmente a floresta, é preciso trabalhar novas tecnologias para melhorar o manejo dos recursos naturais que ela proporciona.

Novas idéias e novas indústrias de base florestal poderão poupar a floresta da prática prejudicial da devastação e, ao mesmo tempo, permitir a produção em base contínua de produtos com alto valor agregado sem concorrência e com mercados já garantidos.

Torna-se, portanto, necessário definir estratégias de atuação, determinantes de um novo padrão de desenvolvimento, buscando maior diversificação do sistema produtivo, e que podem ser visualizadas em dois segmentos:

No setor privado:

— apoiar as atividades industriais e comerciais de produtos florestais, tais como componentes de móveis e artefatos de madeira, refino de resinas de óleos vegetais, produtos básicos para indústrias farmacêuticas e alimentícias, artefatos de borracha, etc.;

— apoiar projetos no setor agroflorestal, que incorporem processos tecnológicos modernos às suas atividades.

No setor público:

— apoiar a expansão da infra-estrutura econômica, garantindo o escoamento da produ-

ção, tanto para o mercado interno quanto para o externo;

— dotar os sistemas existentes da capacidade tecnológica que apóie o parque produtivo, através da execução e desenvolvimento de projetos de forte cunho regional;

— apoiar projetos de produção coletiva e auto-sustentada no setor agroflorestal e que sirvam de modelo de ocupação econômica.

Senhores Senadores, para a Amazônia converge atualmente grande parte das atenções da sociedade brasileira, seja pela consciência de que a região abriga recursos naturais valiosos, seja pela forma como tais recursos estão sendo explorados atualmente.

Por sua importância estratégica, a Amazônia desperta os mais diversos interesses nacionais e internacionais. A região abriga um dos maiores bancos de germoplasma do mundo, mais de 60 mil espécies de plantas, 2,5 milhões de artrópodos, cerca de 2 mil espécies de peixes e mais de 300 espécies de mamíferos. Todos esses recursos têm grande valor econômico e ecológico para a humanidade, o que atrai interesses de apropriação e controle, até que se tenham desenvolvido tecnologias especialmente de engenharia genética e biotecnologia capazes de reproduzir algumas espécies de valor estratégico para a economia mundial.

Desta forma, coloca-se de imediato o problema da soberania em relação à formulação e execução de políticas que levem à ocupação e ao desenvolvimento efetivos da região, atendendo às necessidades fundamentais de conservação da natureza e de melhoria de vida das populações humanas existentes.

O Governo brasileiro tem cometido erros sucessivos ao planejar o desenvolvimento da Amazônia, sem levar em conta a contribuição dos habitantes tradicionais (índios, seringueiros, castanheiros e ribeirinhos), dos políticos e, sobretudo, da comunidade técnico-científica, que advertem sobre as especificidades da floresta com seu ecossistema. O centralismo administrativo e a tecnoburocracia podem ser responsabilizados pela montagem de programas inadequados que descaracterizam a verdadeira vocação econômica da região.

Um dos erros mais expressivos desse planejamento feito a distância, é considerar a Amazônia um grande vazio demográfico, concluindo-se pela necessidade de ocupar esse "espaço vazio" com modelos de desenvolvimento aplicados em outras regiões do País. Na verdade, as técnicas, escalas e conceitos até agora empregados para aferir a realidade amazônica pecaram pela generalidade, não conseguindo identificar a base econômica e social que se move sob a floresta.

Assim, qualquer proposta de desenvolvimento econômico e social para a Amazônia deve partir da constatação da existência de um espaço ocupado. As populações da região carecem de ações concretas em termos de serviços e de infra-estrutura básicos que garantam sua permanência na terra.

As soluções de problemas, como a questão fundiária, as correntes migratórias e as desi-

gualdades de renda, terão que ser diferenciadas para a região.

A modernização sócio-econômica da Amazônia deve ser buscada na melhoria do padrão tecnológico de exploração dos recursos naturais, diversificação na exploração comercial de produtos de base florestal, desenvolvimento de planos de manejo e ocupação do espaço condicionada aos zoneamentos agroecológicos.

Assim, qualquer proposta de desenvolvimento econômico e social para a Amazônia deve partir da constatação da existência de um espaço ocupado. As populações da região carecem de ações concretas em termos de serviços e de infra-estrutura básicos que garantam sua permanência na terra.

As soluções de problemas como a questão fundiária, as correntes migratórias e as desigualdades de renda terão que ser diferenciadas para a região.

A modernização socio-econômica da Amazônia deve ser buscada na melhoria do padrão tecnológico de exploração dos recursos naturais, diversificação na exploração comercial de produtos de base florestal, desenvolvimento de planos de manejo e ocupação do espaço, condicionada aos zoneamentos agroecológicos.

Impõe-se para isso uma descentralização na formulação e execução das políticas voltadas para a região, de tal forma que os governos, os cientistas e os diversos segmentos sociais locais participem das discussões e façam prevalecer o conhecimento de quem vive e trabalha na região.

Essa política realista de desenvolvimento pressupõe o estímulo à produção tecnológica, sobretudo nos centros de pesquisa estaduais e a difusão dos conhecimentos científicos disponíveis nacional e internacionalmente.

A questão central que se coloca para o Brasil é a de estimular a geração de riquezas na Amazônia sem destruir seus ecossistemas, a exemplo do Governo do Acre com a implantação das florestas estaduais, das reservas extrativistas e do desenvolvimento de tecnologia regional.

As ações voltadas para setores como o agrário, de transportes, energia, políticas sociais etc., devem, portanto, estar subordinadas a uma diretriz mais ampla de exploração auto-sustentada dos recursos naturais, para o que não se pode prescindir de altos investimentos no campo da pesquisa científica, e tecnológica e de uma discussão democrática dos programas de desenvolvimento.

Precisamos, e nós, brasileiros, saberemos fazer da Amazônia uma economia rentável, socialmente justa e ecologicamente equilibrada.

Muito obrigado.

Coloco-me à disposição de V. Ex.<sup>as</sup> preferindo fazer a exposição do material que trouxe à medida que as perguntas forem sendo formuladas.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Passando à fase dos debates, concedo a palavra ao primeiro inscrito, Senador Ronaldo Araújo.

O SR. RONALDO ARAÇÃO — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a problemática ecológica é um tema hoje não só brasileiro, mas internacional. Na primeira reunião desta Comissão, afirmei que os problemas dos Estados Unidos, da Europa, as chuvas ácidas, os gases de foguetes colocados na atmosfera não são discutidos seriamente como deveriam ser. As nações desenvolvidas têm o Brasil como o calcanhar de Aquiles e querem, de todas as maneiras, barrar o seu desenvolvimento. Para isso criou-se o quê? O fantasma da destruição da Amazônia, justificando a destruição que fizeram na Europa e que, ainda hoje, se faz nos Estados Unidos. E até se acham no direito de intervir nas decisões nacionais como vimos ontem na abertura do seminário da ONU aqui, no Brasil. É preciso que este País diga em alto e bom som que os nossos problemas serão resolvidos por nós. É preciso que o Presidente da França, o Presidente dos Estados Unidos, não queiram interferir no nosso desenvolvimento, como fizeram na abertura da BR-364, no Estado do Acre. Não podemos aceitar esse tipo de comportamento passivamente. Afirmei também aqui na reunião que quando estive na Costa Rica debatendo o problema ecológico da Amazônia, os chamados deputados verdes, do Partido Verde italiano, foram de uma agressividade sem par, o que nos levou também a responder com agressividade porque não podemos admitir essa interferência. Como foi dito na exposição do nobre companheiro Presidente da Funtac, o Acre tem uma cobertura florestal de 93%. Então, onde está a agressão à ecologia no Estado do Acre? Onde está a tão alardeada destruição da Amazônia, quando sabemos que a Amazônia, hoje, está totalmente desabitada? É preciso que esta Comissão repile com veemência esses ataques gratuitos ao Brasil. Estou lendo aqui que a economia do Acre se baseia nas madeiras. Com tudo isso, ainda temos 93% de cobertura florestal. Então, não estamos agredindo a ecologia.

É necessário, sim, que se faça o desenvolvimento da Amazônia com responsabilidade, com critérios, isso sim. Mas, não podemos nos submeter aos caprichos dos países desenvolvidos. Precisamos desenvolver esta Nação, precisamos dar emprego, precisamos criar riqueza para o nosso povo. Não podemos ficar de joelhos recebendo instruções de países desenvolvidos quanto ao que devemos fazer ou deixar de fazer. Não, este é um País maduro, é um País que sabe o que quer.

Parabenizo este jovem que está à frente desta Fundação. Como representante da Amazônia, do Estado de Rondônia, não posso aceitar essa atitude dos países desenvolvidos interferindo maldosamente no Brasil, principalmente na Amazônia. Temos que desenvolver, temos que ter coragem de dizer não e desenvolver a Amazônia. O grande problema não é o ataque à ecologia, o grande problema é o desenvolvimento do Brasil, é o desenvolvimento da Amazônia. Não é ataque à ecologia, porque ataque à ecologia já foi feito na França, na Inglaterra, está sendo feito nos Estados Uni-



dos, está sendo feito na União Soviética, e não vejo nenhum desses países se voltarem contra os testes atômicos, mas vejo de 15 em 15 dias os satélites espiões mostrarem a Amazônia como se estivesse sendo devastada, o que não é verdade, pelo percentual que está aí de cobertura florestal.

Era esta, Sr. Presidente, a minha intervenção a respeito da exposição.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Muito obrigado, nobre Senador Ronaldo Aragão.

Concedo a palavra ao expositor, Dr. Gilberto do Carmo Siqueira.

O SR. GILBERTO DO CARMO SIQUEIRA — A questão de como está colocada a discussão da Amazônia hoje por todos países é muito clara. Nós temos 33% das florestas tropicais de todo o planeta. Isso, além de ser uma grande fonte de matéria-prima, num processo de uso a curto prazo, significa um banco de reprodução de vida com engenharia genética e biotecnologia para o futuro do planeta Terra. Então, se os outros países não estão em pauta na questão ecológica, a nível de como está colocada a Amazônia, nós, brasileiros, é que temos de ter a condução desse nosso desenvolvimento, que é a nossa soberania, soberania nacional; que é a nossa Pátria. Temos que ter o sentido de resolver todas essas questões. Vejam bem, esses países, atrás desse grande lobby ecológico, hoje, com posições políticas bastante equivocadas, como a que foi colocada ontem pelo pessoal da ONU, são questões que, enquanto não houver tecnologia no mundo para dominar a engenharia genética e a biotecnologia, eles vão estar cerceando no sentido de que tenhamos que manter isso como um santuário.

Agora, o que se coloca hoje, responsávelmente na Amazônia, não é só preservação, é conservação, que é um termo diferente. São duas coisas bastante diferentes. Conservação é a utilização desses recursos, de forma a que ele se sustente um projeto econômico. É isso que temos que buscar na Amazônia.

Gostaria, também, de informar aos Srs. Senadores que nós brasileiros, que estamos trabalhando na Amazônia para desenvolver aquela Região, que se conhece ainda muito pouco, precisamos que as instituições de pesquisas básicas e os centros tecnológicos mereçam apoio efetivo, porque senão vamos entrar também nos discursos vazios desses países que querem fazer uma proteção em nossa floresta, entrando em cima da nossa soberania. Não sei se está pronta a transparência em que mostro o volume de recursos que foi disponível no Estado do Acre para desenvolver pesquisas científicas e tecnológicas na região. Os números são muito baixos. Sem esse apoio, sem o conhecimento concreto da região, vai ser difícil sustentarmos uma política também de desenvolvimento econômico florestal. Vou mostrar, oportunamente, esses valores.

O Governo do Estado participa com mais de 90% dos recursos de desenvolvimento científico e tecnológico na região. Isso não

significou mais que 150 mil dólares no ano de 1987 contra 15% do Governo Federal. No ano de 1988 tivemos um pouco mais de recurso com uma participação muito grande de instituições internacionais, financiando pesquisas, dentro da estrutura de Estado. É o Brasil faz parte dessas instituições internacionais, que são as organizações internacionais multilaterais. Então, chamo a essa responsabilidade nós, brasileiros, e V. Ex<sup>as</sup>, que têm o poder de decisão política, para que fortaleçamos o conhecimento regional, para que invistamos mais na pesquisa científica e nas pesquisas tecnológicas na região. Aí não vamos entrar no discurso da mídia e no discurso do óbvio ecológico. Essa é uma responsabilidade que temos de assumir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Passamos a palavra ao nobre Senador Mário Maia, que tem cinco minutos para fazer as suas indagações.

O SR. MÁRIO MAIA — Sr. Presidente, Srs. Senadores, meus Senhores e minhas Senhoras, Dr. Gilberto Siqueira, Presidente da FUNTAC:

Sentimo-nos gratificados com a sua presença, e a exposição inicial que fez demonstrando não só conhecimento como uma preocupação que é nossa também, com respeito à Amazônia, mormente, nos momentos atuais de sua história, a partir, principalmente, da tragédia de Xapuri, com a morte de Chico Mendes, que desencadeou daí para cá todo esse processo de questionamento e indagações sobre o processo de desenvolvimento da Amazônia, ficando agudizado todas as interpelações acerca da sua existência e do seu destino.

Como V. S<sup>a</sup> colocou, o Acre ainda está como elemento da Amazônia, felizmente, coberto por 93% de floresta. Mas nosso pensamento com respeito à integridade florestal da Amazônia, não coincide muito com a do meu colega, Senador Ronaldo Aragão, que enfatiza que ela ainda está coberta. Onde estaria essa destruição? A nossa preocupação é mais coincidente com a do Presidente do INPA, que esteve aqui anteriormente, quando afirmou para nós que, graças a Deus, a Amazônia ainda estava totalmente coberta pela floresta. O que o preocupava, assim como a nós, não é o que já está desmatado, o que já é uma extensão razoável, mas a velocidade com que o desmatamento está ocorrendo atualmente. Com esse respeito, S. S<sup>a</sup> chamou a atenção que enquanto o Acre tem 7% desmatado, Rondônia já estava com 18% de desmatamento...

O SR. GILBERTO DO CARMO SIQUEIRA — Isso não é verdade.

O SR. MÁRIO MAIA — Essa é uma informação do INPA. S. S<sup>a</sup> deu dados científicos com investigação, através do Satélite Landsat, que deu a origem da informação. Não foi um dado científico, observação de campo, foi uma observação ditada pelo satélite e comprovada por observação em campo.

O que nos preocupa é esse desmatamento desordenado, atingindo áreas nobilíssimas, e iremos enfatizar só esse ponto sobre o que a FUNTAC tem feito com respeito ao levantamento das áreas já devastadas no Acre de uma maneira geral, e onde está sendo mais devastado inicialmente, se leste ou oeste. Enfatizamos isso em todas as conversas, não nos cansaremos de enfatizar agora e no futuro a nossa grande preocupação com o desmatamento das florestas ciliares ao longo dos rios do leste acreano, principalmente do rio Acre, entre Rio Branco e as cabeceiras, que está praticamente todo devastado, e a destruição dos castanhais, que na área da Amazônia ocidental talvez seja a maior mancha de incidência entre o rio Purus e o Abunã, que está sendo destruída. Quando se destrói 1 hectare de floresta nas estatísticas, a grosso modo, estão destruídas 3.500 a 7.000 castanheiras e seringueiras, para devastar, transformar em campo de pastagem, tocar fogo, sem aproveitamento sequer de uma árvore.

A sua preocupação, inicialmente, é com respeito ao que a FUNTAC está fazendo para este aproveitamento. Concordamos também que a vocação do Acre e da Amazônia, de maneira geral, depois de zoneada, tenha as áreas para suas vocações específicas. No nosso Acre oriental, no leste, concordo que a vocação no momento não seria pecuarista, seria agrossilvo-cultural. Quero saber o que a Fun-tac está fazendo nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Com a palavra o Dr. Gilberto do Carmo Siqueira.

O SR. GILBERTO DO CARMO SIQUEIRA — Desejo informar que a mesma metodologia que usamos para aferir 7% de desmatamento no Acre é a mesma, que foi aferida para o desmatamento de Rondônia.

Respondendo ao Senador Mário Maia, inclusive ilustrando.

Essa situação que o Senador Mário Maia colocou a respeito do desmatamento, a velocidade, a forma como se está desmatando e a produtividade que está tendo nessas áreas, neste quadro de cima, estamos vendo um projeto de colonização agrícola para pequena produção que tem cinco anos. O que está pintando em vermelho aí é a área de desmatamento. Na parte de baixo, estamos vendo um seringal que tem um século de atividade florestal; e a área que está pintada em vermelho é a que está desmatada. A produtividade dessas áreas agrícolas são iguais. O mesmo módulo que o trabalhador usa no projeto de assentamento agrícola, que é em torno de quatro hectares para produção agrícola, o seringueiro também usa de 1,5 a 3, com a mesma produtividade. A tecnologia que o pessoal da agricultura usa, que é a queimada, é que em determinado instante há muito fósforo no solo, mas, logo em seguida, no período das chuvas, na região há lixiviação desse potencial de nutrientes do solo. No seringal antigo fica retido, porque ele não utiliza muito essa prática.

A renda per capita líquida nessa área de baixo, que é um seringal, é de 1.300 dólares/

ano; e a renda *per capita* líquida do pessoal lá de cima é de 800 dólares/ano, eliminados todos os insumos da produção.

Então, acho que a gente pode perceber claramente o tipo de modelo. Na área de cima houve investimentos altíssimos para assentar e para produzir. Nessa área de baixo, se comparada com a de cima, não houve investimento nenhum; e muito acesso das políticas públicas para a fixação desse homem na terra.

Esse seringueira está localizado a 60 Km de Rio Branco; 70% dessa população é analfabeta.

O SR. MÁRIO MAIA — Complementando a minha indagação: o que V. S<sup>a</sup> acha, então, das reservas extrativas com o adensamento dos seringueiros nativos?

O SR. GILBERTO DO CARMO SIQUEIRA — A reserva extrativista, ou áreas florestais de conservação e utilização econômica, com adensamento de até 150 a 200 árvores por hectare, daria em torno de 600 dólares por árvore, enquanto que uma área de pecuária daria 83 dólares/ano.

As políticas de agropecuária, principalmente — o que quero mostrar também ali numa transparência — nessa região da Amazônia Ocidental, onde tem esses maciços de castanheira e seringueira, e justamente aí foram colocados os projetos agropecuários. Foi justamente nessa região.

O SR. MÁRIO MAIA — Fica evidenciado que é predatória, então, a política.

O SR. GILBERTO DO CARMO SIQUEIRA — É predatória, não produtiva, não econômica e não competitiva. Existem dados técnicos. Estamos trabalhando nisso.

Para V. Ex<sup>a</sup> terem uma idéia, as indústrias de serraria não são as grandes predadoras, hoje. O que vai na frente é um projeto de substituição econômica, e aí usa-se a floresta como empecilho, e essas indústrias estão se alimentando dessas áreas. Dessas áreas de desmatamento, hoje, aproveitam-se 5% da biomassa existente.

Utilizavam-se, até 1986, no Acre, seis espécies de madeira. Nós temos mais de 300 com valor comercial. Justamente nesta área de impacto da Rodovia BR-364, de Porto Velho a Rio Branco, fizemos um inventário e um diagnóstico de regeneração da floresta, regeneração natural, e identificamos que, se usado empiricamente mais de vinte espécies de madeira, o mercado estava direcionado. Como é um mercado que não vai valorizar uma economia florestal, é uma questão sazonal. Implanta-se um projeto, concebido, não vocacionado para a região, há uma floresta como empecilho e isso tem que ser consumido. Então, se consome duas ou três espécies, mogno, cedro, cerejeira e abate-se, também, a castanheira, além de outras espécies.

Tivemos o cuidado de trabalhar um diagnóstico em todas essas indústrias, em toda a área e propor um programa econômico para esse tipo de negócio. Surgiu um monitoramento tecnológico para todas essas indústrias de serraria e identificamos 20 espécies, e as intro-

duzimos no mercado. Para quê? Para diminuir a pressão em cima das espécies mais nobres, mogno, cedro e cerejeira, porque o que estava acontecendo também nessas áreas era uma garimpagem dessas espécies. É claro, se temos uma área florestal onde há riqueza de mercado, a curto prazo, tirando essas árvores vamos empobrecer a floresta. Empobrecendo a floresta, ela não vale mais nada, a curto prazo. Então, vamos derrubar e plantar uma outra de valor alternativo, economicamente. Daí vem a agropecuária, a agricultura.

Tivemos o cuidado de barrar esse impacto justamente na região de Rio Branco, já estavam acabando o mogno e o cedro; fizemos, então, o monitoramento que é essa caixinha de madeira que V. Ex<sup>a</sup> estão vendo. Há vinte espécies, incluindo, também, as seis que eram usadas.

Identificamos a espécie de maior regeneração natural e de uma boa resistência, e vimos que, pela própria geração de impacto e projetos mal colocados, no Acre,...

(Projeção de Transparência.)

A existência de inchaço na cidade de Rio Branco, um déficit habitacional altíssimo, de 12 mil habitações, com uma tecnologia também importada na área de construção civil, porque no Acre não se tem pedra, não se tem condição de alomerantes, como o cimento, não se tem minério, não se tem ferro, nada! Então, desenvolvemos, dentro dessas áreas, um projeto pequeno com tecnologia regional de habitação para baixa renda. Foi um projeto que barateou em 60% o custo da habitação. Participou a população. Fizemos um projeto-piloto, onde participaram 40 famílias, para implantar esse projeto, e depois encaminhar, pelo Sistema Financeiro de Habitação, mostrando que aquela alternativa era viável e a Caixa Econômica financiou 2 mil e 200 casas, através desse projeto, no Acre.

Hoje, são construídas 4.100 casas no Estado do Acre, com um déficit habitacional de 12 mil — isso em dois anos. É uma questão de colocar exatamente como se transformar isso economicamente.

Por um lado, resolvemos um problema que era o impacto sobre as principais, vamos dizer assim, riquezas da floresta, que eram as madeiras mais nobres. Pegamos toda essa classe que estava fazendo a garimpagem de madeira e colocamos no programa das casas, com um preço melhor que os exportadores estavam pagando em dólar.

O SR. MÁRIO MAIA — (Fora do microfone) ...que tem plano de bancos de mudas para substituir essas espécies?

O SR. GILBERTO DO CARMO SIQUEIRA — Temos. Há um outro projeto que vamos explicar. Possuímos uma área de pesquisa florestal e hoje já estamos trabalhando com o sistema agro...

O SR. MÁRIO MAIA — ...não, repor.

O SR. GILBERTO DO CARMO SIQUEIRA — Repor, estamos chamando de adensamento é sistema agrosilvo-culturais, isso para manejo de áreas em projetos agrícolas e também

nas áreas de seringueiras e nas fazendas que são somente degradadas, que estamos chamando de áreas degradadas.

Existe um projeto. Esse projeto, inclusive, não recebeu nenhuma atenção na área Federal dos organismos de financiamento, embora tenhamos pleiteado. A garantia desse projeto é do governo do estado e parte dos recursos de uma fundação americana.

O que eu queria dizer é que na BR-117, marcada em vermelho no painel, justamente nessa área, introduziu-se o capital mais atraído que entra na Amazônia, chamado de capital da agropecuária.

Essa área foi de penetração, onde havia os grandes maciços de castanheiras e seringueiras. Quero também citar o seguinte: a castanheira tem de 500 a 1.600 anos. A nível estatístico essa árvore tem uma regeneração nula, quer dizer, ela não se regenera naturalmente. Por isso estamos pesquisando e escrevendo uma teoria sobre isso na fundação, de que o banco geoplasmático da Amazônia começa onde existem essas espécies. Então, é bem possível que essa parte do Acre e do Pará tenha gerado todo o potencial florestal do Amazonas em tempos remotos.

O SR. MÁRIO MAIA — Temos que estabilizar essa área imediatamente.

O SR. GILBERTO DO CARMO SIQUEIRA — Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Terminou?

O SR. GILBERTO DO CARMO SIQUEIRA — Terminei, não sei se ficou muito claro, mas nestas publicações que temos aqui — depois vou passar algumas fotos desse programa de habitação em madeira — o pessoal deixou de vender mogno, entrou no programa do governo; resolveu um problema social; conseguimos atingir uma meta de habitação maior e com uma qualidade muito maior do que a que vinha sendo construída no Acre. Quer dizer, tudo isso é fruto de um trabalho de pesquisa de menos de 18 meses e com muito pouco recurso.

Obrigado. Creio que me estendi muito, mas peço desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Para uma brevíssima explicação, concedo a palavra ao Senador Ronaldo Aragão.

O SR. RONALDO ARAGÃO — Como fui citado nominalmente, eu queria dizer o seguinte: quando se fez o levantamento desse percentual de 18%, incluiu-se a região do vale do Guaporé, onde temos os campos naturais baixos, sem nenhuma floresta, entrando aí nesse percentual como derrubada, o que não é verdade. São campos naturais de floresta de arbustos etc. — não entra nisso.

Outra coisa: o satélite — inclusive está aí nesta foto — mostrava também as derrubadas antigas, pois nas queimadas das pastagens ele fotografava as atuais e as antigas como sendo novas derrubadas — o que também não é verdade. Daí o percentual de 18%.

Era só um esclarecimento que eu queria prestar, pois colocou-se nesse percentual o vale do Guaporé, que são campos naturais — de grande extensão — e essas queimadas de pastagens antigas que entraram também no cômputo como queimada nova. Isso não é verdade, o percentual do Incra tirado pelas fotografias do satélite, que faz isso de 15 em 15 dias em toda a região amazônica.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Muito obrigado, Senador. Foi muito esclarecedora a sua intervenção.

Concedo a palavra ao Senador Nabor Júnior, por cinco minutos.

O SR. NABOR JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Dr. Gilberto Siqueira, Presidente da Fundação de Tecnologia do Acre.

Quero, inicialmente, manifestar a minha satisfação pela excelente exposição que V. S. acaba de fazer nesta comissão, trazendo ao conhecimento dos integrantes da CPI da Amazônia dados bastante elucidativos a respeito da real vocação da Amazônia, especialmente em nosso estado, o Acre, nesse momento em que tantas discussões estão sendo travadas, não só a nível nacional como a nível internacional, a respeito da Amazônia e a defesa da sua ecologia.

Pela exposição feita aqui, por V. S., ficou mais ou menos evidenciado de que a real ocupação da Amazônia, o aproveitamento nacional da Amazônia está na sua floresta, e que os projetos de assentamento agrícola do Incra, cinco projetos que temos no Estado do Acre, de certo modo não estão alcançando os objetivos desejados por todos nós que, além de serem prejudiciais ao equilíbrio ecológico da região, porque importa no desmatamento de grande áreas, também não dá a necessária rentabilidade para os parceiros desse projeto.

Pelos dados aqui expostos, a renda *per capita* de um seringueiro é superior à renda *per capita* de um desses parceiros do projeto. Pergunto, então, se V. S. considera que essa tentativa de implantação de um novo modelo de ocupação econômica para o Acre, representado por esse projeto de assentamento dirigido do Incra, se eles são realmente prejudiciais não só à ecologia como também ao desenvolvimento econômico da região? Gostaria até de fazer aqui algumas considerações para explicitar melhor o meu ponto de vista.

O surgimento desses projetos de assentamento do Incra foi uma tentativa do Governo estadual, na época dirigido pelo Professor Geraldo Gurgel de Mesquita, após a venda dos seringais para os grupos econômicos do Sul do País, para implantar projetos agropecuários na região. A implantação desses projetos agropecuários importou na desocupação dessas áreas que anteriormente eram atividades extrativistas da borracha e da castanha. E, com isso, milhares e milhares de trabalhadores tiveram que vir para a cidade, ficando sem nenhuma ocupação econômica. O Governador, então, preocupado com esse problema, trouxe ao conhecimento do então Presidente da República, General Ernesto Geisel, a sua preocu-

pação com essas atividades e também o problema social que estava surgindo pela venda dos seringais aos grupos econômicos de pecuaristas do Centro-Sul do País. O Presidente Geisel, então, desapropriou cerca de um milhão de hectares de áreas, localizadas nos Municípios de Rio Branco, Xapuri e Brasília, Cruzeiro do Sul e Sena Madureira, para implantação desses projetos agropecuários, a fim de dar ocupação à mão-de-obra desqualificada que anteriormente ocupava os seringais que foram vendidos para os pecuaristas do Sul do País.

Pergunto, então, diante desse fato que é concreto, creio que irreversível mesmo, porque lá estão assentados mais de 10 mil parceiros nesse projeto, se nós temos que dar prosseguimento à sua implantação, ou se há necessidade de uma revisão nessas atividades que são desenvolvidas nesses projetos agrícolas de responsabilidade do antigo Incra?

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Com a palavra o Dr. Gilberto Siqueira.

O SR. GILBERTO DO CARMO SIQUEIRA — Senador Nabor Júnior, a produção de alimentos para o alto consumo no Acre sempre foi uma questão de importação. Esses projetos para absorver essas pessoas, que estavam nos antigos seringais, seringais que foram terras apropriadas por empresários, por grupos do Sul do País, com uma outra intenção; a do desenvolvimento de outra prática produtiva nessas áreas, é uma coisa importante.

O SR. NABOR JÚNIOR — Acontece que esses projetos foram colocados em áreas impróprias onde há produção extrativa.

O SR. GILBERTO DO CARMO SIQUEIRA — Não, não foram colocadas em áreas impróprias, onde há produção extrativa e há produção florestal; não se defende só o extrativismo, mas, sim, uma economia florestal que poderia ter maior rentabilidade. Além disso, há a forma como também esses projetos, análises de solos e várias questões foram consideradas, até a divisão desses lotes, porque existem agricultores que não possuem nem água, uma divisão estritamente planejada dentro de escritório, no papel.

Bem, os projetos estão aí. Esses projetos empregam pessoas que têm atividades. O que se necessita nesses projetos é se fazer uma revisão de atividades, porque não dá para capitalizar ninguém, produzindo arroz, feijão e milho em 4 ou 5 hectares. Essas culturas têm que ter grandes extensões de áreas. O valor agregado desses produtos são muito pequenos.

Acredito que esses projetos que já estão implantados precisam ter tipos de culturas permanentes, inclusive para que a terra possa ter mais valor. E essas culturas são tropicais, de valor agregado. Guaraná, cacau, café, e a parte de alto consumo dessa propriedade é muito pequena.

Então, acredito que com o zoneamento do Estado do Acre, há possibilidades de agricultura para alto consumo, mas tenho certeza, pelos dados que possuo, de que fazendo do

Acre um estado de vocação agrícola, haverá muito pouca competitividade, no futuro, de nossos produtos.

Há que se ter uma produção agrícola para consumo interno, e isso colocado em áreas de planejamentos bem estudados, porque esse planejamento não existe, está sendo feito agora para vendermos produtos que tenham alto valor agregado, que são de vocação da região.

Então, esses projetos agrícolas hoje têm que rever essas atividades, essa distribuição de sementes de arroz, de feijão etc.; ver a que escala se tem isso, introduzir culturas permanentes nessas áreas e culturas tropicais de alto valor agregado.

Esses projetos estão aí, e vamos ter que fazer essa correção. Inclusive, é uma modernização tecnológica da própria prática agrícola para esse pessoal. Esse pessoal não conhece outra coisa, a não ser a enxada, está no nível da enxada ainda, o nível tecnológico de cultura.

O SR. NABOR JÚNIOR — Exatamente, a experiência desses agricultores que estão assentados nesse projeto é uma experiência agrícola, eles não conhecem outra atividade a não ser a agricultura. Perguntaria, então, se dentro da sua concepção, dos estudos procedidos pela Fundação de Tecnologia do Acre, é desaconselhável, digamos, o prosseguimento da área de desmatamento dentro desses projetos, através dos pequenos agricultores?

O SR. GILBERTO DO CARMO SIQUEIRA — Senador, estamos fazendo esse levantamento que, embora não tenhamos os preliminares, estamos chamando de Monitoramento de Cultura Florestal e Uso de Solos. Estamos verificando se de áreas que nós já temos, alcançado uma produtividade, porque nossa produtividade é baixa para conseguirmos alcançar o alto consumo de alimentos dentro do Estado. Aí dá para dizer se se precisa desmatar mais ou não. Atualmente não temos esse dado.

O SR. NABOR JÚNIOR — O Senhor tem algum dado a respeito, digamos, da área que já foi desmatada, ou das áreas que já foram desmatadas dentro desses 5 projetos, colocando isso em comparação com o desmatamento procedido para a implantação de projetos agropecuários? Já há esses dados?

O SR. GILBERTO DO CARMO SIQUEIRA — Sim, aproximadamente 60% da área já desmatada, que são os 7% do Estado todo; 60% é parte da área agropecuária, mas do projeto ainda estamos quantificando, embora seja atividade agropecuária. Trinta por cento; os 10% são de ação de cidades, estradas etc., e 60% de pecuária e 30% de agricultura de pequena produção, e 10% de cidades, estradas etc. É mais ou menos um dado preliminar.

O SR. NABOR JÚNIOR — Sr. Presidente, a última pergunta que considero muito importante é a respeito da BR-364. Dentro dos estudos procedidos pela fundação se vislumbra algum risco para o equilíbrio ecológico da região, sobretudo do Acre, a implantação dessa

estrada que visa a interligação com o sistema rodoviário peruano? Há algum risco para a ecologia da região, para o equilíbrio ecológico da região?

O SR. GILBERTO DO CARMO SIQUEIRA — De forma alguma, essa estrada é uma necessidade. Mesmo porque se V. Ex.<sup>a</sup> fala num sistema econômico seja agricultura, pecuária, florestal ou agroflorestal, tem que articular essa economia, e essa articulação se dá através — vamos dizer — de formas de comunicação. Essas formas de comunicação com meios baratos, porque meio barato significa democratizar também, e garantirá acesso à maioria das pessoas.

O transporte mais barato é o fluvial, nessa região. Mas o transporte rodoviário — sobre o qual vou mostrar uma transparência — que faz a interligação entre todas as cidades, é o mais barato.

A questão da pavimentação dessa estrada, não a sua construção, porque ela já está aberta, a pavimentação dessa estrada é uma questão fundamental em qualquer atividade econômica que se queira desenvolver nessa região, porque hoje da cidade de Cruzeiro do Sul para se chegar a Tarauacá, o outro extremo, tem-se que ir até o rio Amazonas, na época de cheias de 5 a 6 dias, e vir até Tarauacá, enquanto que pela estrada dá 200 Km.

Transporte não é só entendido como deslocar um produto daqui para cá; é também o tempo que se leva no deslocamento. Então, veja bem, o transporte fluvial acaba ficando mais caro que o transporte rodoviário, no Estado do Acre.

Dentro da concepção de que hoje há um discurso do *lobby* ecologista, mostrando que essa estrada é prejudicial ao meio ambiente, e se V. Ex.<sup>a</sup> tem uma concepção de desenvolvimento e essa concepção de desenvolvimento, ou a vocação do Estado é fazer produção e manufaturados dessa floresta, precisa-se ter um plano de transporte que esteja submisso a essa proposta inicial de desenvolvimento. Como está pensado o transporte no Estado do Acre? É usar esses rios, e alguns deles dão para navegar durante 6 ou 8 meses em um ano, talvez até 9 meses; no interior do Estado todo ter esses corredores fluviais, onde haveria frotas de barco gerenciadas pela iniciativa privada para transportes de cargas ou passageiros, um barco de 15 a 20 toneladas atualmente, num futuro próximo, com o desenvolvimento, vai-se aumentando essa tonelagem, vai-se dragando o rio.

Haveria um ponto de transbordo justamente na intersecção da rodovia. Esse plano de transporte concebido é para dentro da política que temos hoje, porque os planos concebidos anteriormente, da década de 70, era outra coisa. Veja bem, o que estava se pensando para transporte no Estado do Acre na década de 70. Peço desculpas a V. Ex.<sup>a</sup>, mas posso traduzir as transparências.

Olhem para cima, é o que estamos pensando hoje; olhem para baixo, é o que se pensava na década de 60/70, ou sejam cruzar o Estado todo de rodovia, além do que isso é irreal.

Hoje não temos poupança interna para se fazer a estrada, que é uma estrada fundamental na economia acreana, imaginem com uma proposta dessa? Isso é inviável.

Qual a vocação dessa região? A manufatura de produtos agroflorestais, fazer a democratização desse transporte, dessa comunicação e essa rodovia que é fundamental, além de ser uma economia altamente estratégica. A geopolítica do Acre, a posição dele, é estratégica a nível de Amazônia.

A situação desta rodovia de Rio Branco até Cruzeiro do Sul é esta: são 648 km e está aberta, com um tráfego interditado durante seis meses e liberado, em parte, durante três a quatro meses. A população dessas cidades ao longo dessa rodovia, que abrange quase todos os Municípios do Acre, com exceção dessa parte do Vale do Acre, já está ligada por rodovia; essa população vive em isolamento, principalmente no interior do estado, desses municípios, de quase 80 anos.

Se se fizer uma fotografia, hoje, do Alto do Jurua, no Alto Envira, vamos imaginar uma sociedade de 80 anos atrás. Essas pessoas, às vezes, no rio que tem maior comunicação, que é Jurua, levam até dois anos para ir a Cruzeiro do Sul. Há jovens ali com 19 anos, 20 anos, que não conhecem Cruzeiro do Sul e, sequer, a Capital acreana. Então, esse povo vive em isolamento, de que não vai permitir o desenvolvimento econômico do estado no que se pretende.

Então, há que se criar esses corredores fluviais porque dá menos impacto dentro da região florestal do estado, e fazer a pavimentação da rodovia, por quê? Porque nossos mercados, de que estamos dependendo da economia florestal, encontra na Ásia, na costa oeste americana um grande consumidor, esses mercados estão garantidos.

Essa rodovia, com 648 km já abertos, precisa ser pavimentada. De Cruzeiro do Sul a Manso Lima já está pavimentada; de Manso Lima a Güfge, fronteira com o Peru, são 70 km que precisam ser abertos; e de Abujal até Pucallpa, tem-se três propostas que, inclusive, o Exército peruano já começa a colocar agrovilas nesses 220 km que estão aí, para a abertura; e de Pucallpa para lá é asfaltado com exceção de um trecho na Cordilheira que é interrompido, mas isso é questão de tecnologia de pavimento, uns 80 km da Cordilheira para alta pluviometria.

Estamos da Costa do Pacífico a 1.700 km e esta distância é mais perto do que se ir de Porto Velho a Cuiabá.

Bom, isto aqui mostra o que significa essa rodovia na integração latino-americana.

Esses países estão aí, em vermelho. Vejam bem, o Acre como está colocado aí, a estratégia, a geopolítica do Acre. Essa rodovia vai-se interligar com todos esses países através de várias conexões: ferroviárias, rodoviárias.

O Brasil começa a ter uma verdadeira integração comercial, social e de cooperação com esses países latino-americanos, além de estar

de frente para os grandes consumidores de produtos que temos nessa região.

Então, o futuro do Acre, necessariamente, passa por uma política séria, de uma proposta de economia que garanta mercados futuros e o eixo fundamental, catalizador, para que isso se viabilize, é a pavimentação dessa rodovia.

Essa transparência dá idéia de como está o Acre, perto dos países da Ásia, da costa oeste americana, que são os grandes consumidores de produtos florestais, porque a Malásia sofre, hoje, uma entressafra, e a Malásia pode-se imaginar como uma monocultura, que é a seringueira, alguma coisa, enquanto a floresta amazônica tem diversidades de mais de trezentas espécies, hoje, comercialmente identificadas. Então, a proposta da rodovia é uma coisa fundamental para o desenvolvimento dessa parte da Amazônia, além de fazer integração dos Estados da Amazônia. Tem uma integração economicamente interna, dentro do Acre, integração econômica brasileira e integração latino-americana. Nós brasileiros temos que viabilizar essa rodovia, para garantir esse espaço de mercado e cooperação internacional com essa outra parte do mundo. Além do que o transporte fluvial, marítimo, no Pacífico, é muito mais barato do que o transporte marítimo no Atlântico.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Como último interpelante, dou a palavra ao Sr. Relator, Senador Jarbas Passarinho.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Srs. Senadores, membros da CPI, Dr. Gilberto Siqueira: a sistemática de trabalho desta Comissão, aprovada pelo Plenário preme, numa primeira fase, chegamos a números confiáveis a respeito do desmatamento da Hileia Amazônica. E quando cito Hileia Amazônica, é evidente que não estou considerando os trabalhos que até hoje têm sido dados a público, aquelas áreas que o Senador Ronaldo Aragão se referiu, que são áreas preexistentes, em relação ao desmatamento atual. Ainda mais, dizer o seguinte: como o Sr. salientou bem aí, 93% dos revestimentos florísticos do Acre estão preservados. Resta discutirmos a sua colocação, que nos pareceu muito interessante, entre preservação e conservação. E esses 7% incluem rios, portanto, desmatamento natural, através de estradas, rodovias, aquilo que nós chamamos, em linguagem militar, uma humanização da área, portanto, a colocação de vilas, cidades, etc. Não encontrei, no que disse o meu eminente colega Senador Mário Maia, uma informação dada pelo INPA sobre os 17%. Estive até me socorrendo da assessoria, agora, para rever a palestra na qual o Dr. Schubert fala que a área de Rondônia é a mais atingida, mas eu não encontrei a referência.

A primeira pergunta que gostaria de formular, se pudessemos rapidamente fazer um ping-pong, pergunta rápida e resposta rápida. Eu sempre fui muito cauteloso como eu disse, que o mesmo tipo de metodologia utilizada para afirmar que o Acre só tem 7% de desmatamento do seu revestimento florístico origi-

nal, foi aquele adotado em Rondônia. O Sr. confirmaria, teria dados pela Funtac de que realmente esses 18% são indicados; hoje, em Rondônia?

O SR. GILBERTO DO CARMO SIQUEIRA — A Funtac está trabalhando e a metodologia que estamos usando é do *Land Sat*. Essa polêmica toda de que a Amazônia foi devastada em 20 milhões de hectares, na imprensa, é porque se usou um satélite, o NOAA, nas áreas que já eram desmatadas e ocorreram queimadas, o satélite cadastrou como novas áreas de desmatamento. Então, houve um erro aí muito grande em estatística. O que nós estamos usando, essa imagem que está aqui, é do *Land Sat*, e essa imagem não trata de sensores, vamos dizer, térmicos.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Com que sensores o Sr. está trabalhando?

O SR. GILBERTO DO CARMO SIQUEIRA — Isso aí é uma unidade espectral que dá exatamente a geometria das áreas antrópicas. Então, isso aí é o quantificado real. Esses dados de 7% do Acre já estamos concluindo; não estamos fazendo para Rondônia, embora já exista uma cooperação com o IEF daquele estado. Estivemos conversando com eles a semana passada de que poderíamos estender esse tipo de estudo para eles também, porque eles não têm esse tipo de laboratório lá em Rondônia, na estrutura de Estado.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — O Sr. já trabalha com os sensores franceses?

O SR. GILBERTO DO CARMO SIQUEIRA — Adquirimos agora um Sitim—Sistema Integrado de Tratamento de vários satélites — e nós vamos trabalhar com Spot. A partir do dia 15 de maio, já teremos instalado esse equipamento na Funtac e vamos trabalhar com ele, que é um sensor, vamos dizer, de melhor resolução e de maior precisão.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — A sua área de avaliação se restringe ao Acre?

O SR. GILBERTO DO CARMO SIQUEIRA — A minha área se restringe ao Acre. Esses dados que tenho são também referências bibliográficas que usaram a imagem do *landsat* para esses 18% de Rondônia.

A respeito disso, eu também gostaria de mostrar essa imagem. Vejam bem: hoje estamos falando no Programa Nossa Natureza, num zoneamento agroecológico para a Amazônia.

Como técnico, eu gostaria de colocar a minha responsabilidade para os senhores, a respeito de como deve ser a metodologia desse zoneamento. Quando se fizeram o Radam e um programa chamado Pemaci, que houve no Estado do Acre, fizeram-se alguns levantamentos de recursos naturais, porque os satélites usaram uma imagem de um para 250 mil; e numa imagem de um para 250 mil, não se consegue enxergar muita coisa.

Essas pintinhas todas aí são colocações de seringas, de seringueiros, umas um pouco maiores, outras menores. Com esse tipo de

imagem, consegue-se dar uma precisão, também na área desmatada, muito maior do que numa imagem de um para 250 mil, como essa com que o pessoal tem trabalhado.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Essas pintinhas a que o senhor se refere são clareiras nas áreas dos seringueiros?

O SR. GILBERTO DO CARMO SIQUEIRA — É de seringueiros. Aí que eu digo que existe uma vida.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — De ocupação individual?

O SR. GILBERTO DO CARMO SIQUEIRA — Não, eles ocupam com cinco ou seis famílias, é uma colocação dessas.

Se a nossa natureza tiver um planejamento de zoneamento para a Amazônia numa escala que não consiga ver essa realidade, vamos estar fazendo uma política equivocada novamente para a Amazônia. Então, temos que descer a certos detalhes.

Quando se fala, por exemplo, que a Amazônia está desabitada, ora, a densidade é baixa para a atividade que se pretende. Densidade é relativa para o nível econômico que se quer dar para a região. Agora, que tem uma vida toda se movendo debaixo dessa floresta, tem! É só olhar essas pintinhas aí. Numa imagem de um para 250 mil, isso não aparece.

O zoneamento proposto é um macrozoneamento, e aí vamos incorrer no erro de estar formulando políticas em cima de uma coisa mais geral; enquanto que, hoje, como o sistema é complicado, a inter-relação do homem com a natureza é muito complexa ali dentro, tem que se aferir numa escala apropriada.

A escala ideal é de um para cem mil, que estamos usando no Acre. E, hoje, no Acre podemos dizer que somos, de todos os levantamentos feitos no Brasil, o único dado mais aproximado, mais real possível da realidade acreana em relação à zona trópica.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Continuando o nosso diálogo, enriquecido pela intervenção do nosso Senador Mário Maia, gostaria de perguntar se o senhor tem alguma condição de responder a uma pergunta sobre o suposto problema da fabricação de oxigênio da Amazônia, como produtora de oxigênio, consequentemente pulmão do mundo. Sua área pode ser limitada.

O SR. GILBERTO DO CARMO SIQUEIRA — Minha área é mais limitada, porque isso é mais pesquisa básica. Minha área é mais de tecnologia: pego as pesquisas, transformo isso e induzo logo para o setor produtivo.

Por coisas que tenho lido, a Amazônia não é o pulmão do mundo.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Eu jogaria mais exatamente naquilo que correspondia à erudição, e não propriamente no exercício da sua atividade pessoal.

O SR. GILBERTO DO CARMO SIQUEIRA — Eu posso confirmar pelas minhas leituras que a Amazônia não é o pulmão do mundo;

inclusive consumimos muito oxigênio que é produzido na própria água.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Isso já foi dito pelo INPA, e perdemos a oportunidade de ouvir o Dr. Alvim, que certamente voltará aqui — e praza aos céus que volte em curto prazo, porque ele teve um problema de saúde — e isso parece que já está perfeitamente definido. Estou pedindo a sua opinião só como subsídio. Penso que, se o senhor ficar como técnico especialista, aquele cuja especialidade é saber mais sobre cada vez menos, então ficaríamos sem um testemunho valioso.

Outro ponto que me parece importante: a partir do momento em que o Acre é cretáceo — geologicamente são áreas de cretáceo, diferentemente do paleozóico e do pré-paleozóico do resto da Amazônia — isso induz à possibilidade de petróleo.

Participei da Petrobrás, fui Superintendente dessa região durante dois anos. Há muita possibilidade de que a produção de petróleo ou a área produtiva de petróleo venha se adelgçando do oeste para o leste. É evidente que eu não faria uma gracinha de dizer que, na fronteira do Acre, acaba a possibilidade de petróleo que o Peru tem; e para lado do Peru acabaria também a possibilidade de a Venezuela ter *hevea brasiliensis*. Isso seria um acordo feito com o Senhor na hora da criação do mundo.

De qualquer maneira, é possível que se tenha uma descoberta de petróleo no Acre, que só passaria a ser economicamente viável a partir do momento em que tivéssemos, no mínimo, cem mil barris de produção por dia, para justificar um oleoduto que levasse até Benjamin Constant. Então, a sua colocação, quando diz: os minérios não estão lá indicados, é claro, porque lá não se trata de arqueano; lá é cretáceo. Então, por sorte, talvez do Acre, nós não temos lá as prospecções, de diamante, de ouro, de ferro, de minérios, que estão ligados ao arqueano e não propriamente ao cretáceo.

Mas, a mim me parece que há um fato novo, interessante, já que a sua palestra suponho que vai ter, obrigatoriamente, uma recidiva para nós, é quando estivermos discutindo a política de ocupação. O Sr. foi muito crítico em relação à ocupação da Amazônia até agora. O Sr. Considera, por exemplo, que a Amazônia não é um deserto, e ela é, demograficamente, um deserto, porque, demograficamente, se considera deserto tudo aquilo que não tem, pelo menos, dois habitantes por quilômetro quadrado. E é o que nós não temos.

Então, de qualquer maneira, esta colocação levaria, ou induziria a fazer diversos tipos de ocupação, como foram feitas até agora. Mas, na sua palestra preliminar ficou muito claro, que esse agravamento se deu a partir dos anos 1970, quando apareceu esse investimento, que nós costumamos dizer, no Norte, do Sul. O sulista, para nós, é tudo aquilo que passa de Goiás para baixo.

Então, essas aplicações que fizeram, com a compra de terras naturalmente muito bara-

tas — deve ter sido um grande atrativo o preço barato da terra — e aquela eliminação dos seringais e aquele êxodo que na sua afirmativa chega a 50 mil pessoas brasileiras, hoje, colocadas na Bolívia, o que poderá nos gerar um novo problema internacional, no futuro.

Mas, o que o Acre chama e os Srs. chamam de reserva extrativista?

O SR. GILBERTO DO CARMO SIQUEIRA — Essa proposta de reserva extrativista é uma proposta nova que veio de base, vamos dizer, dos próprios seringueiros. Agora, isso é uma proposta interessante. Mas, ela tem que ser moldada de uma forma bastante econômica. Certo? É uma área de produção coletiva, onde o Poder Público desapropriar essa área, e faz concessão de uso por 30 anos para cada colocação dessa.

Essa proposta só é viável e se contrapõe também a um outro modelo de ocupação, como por exemplo, a ocupação agrícola que tenha produção, se ela realmente tiver uma diversificação de produção, de produtos, não só a castanha, a borracha, mas aumentar inclusive a produtividade dessas áreas, melhorar a tecnologia de exploração dessas áreas e oferecer vários outros produtos que existem no mercado. Certo? Ai, é uma proposta viável. Está se discutindo a implantação dessas reservas. Tem área desapropriada, mas a implementação desse projeto está se dando agora, recentemente. Se for uma área para você ter um zoológico humano, naquelas condições em que vive o seringueiro, hoje, na Amazônia, é um desastre total. Não tem base que sustente isso.

Acho interessante, mesmo porque essas áreas também podem receber mais pessoas para essas atividades; delimitar numa certa área, fazendo um perímetro ali, e deixar só essas pessoas morando ali. Capte-se mais gente; adensem-se mais árvores e introduzam-se mais produtos, e isto é uma proposta interessante de uma unidade de produção florestal. Porque existem várias outras. Só que essa resolve uma questão também social dos seringueiros, daquela população que foi para lá há anos, há décadas.

Então, é uma proposta interessante, social e também econômica, se for nesse sentido.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Então, vejamos aqui:

O SR. GILBERTO DO CARMO SIQUEIRA — Agora, eu gostaria só de...

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — São dois planos de raciocínio. O primeiro, o Sr. colocou muito bem, para mim, a questão da atividade praticamente antieconômica dos seringais, porque eu não posso comparar o seringa nativo com o seringa cultivado. Se não estou equivocado, pelos dados de que eu dispunha no passado, com um seringa nativo, o Sr. tem de duas a dez árvores para tirar a borracha de duas a dez espécies de *hévea brasiliensis*, num hectare nativo. E no hectare cultivado, tem-se quinhentas. De maneira que, em matéria econômica, é absoluta-

mente impossível competir uma coisa com a outra. Por outro lado, a literatura está cheia disso; até eu cometi o meu crime também contra ela, a respeito da exploração dos seringueiros pelos proprietários de terra. É uma exploração extremamente interessante. Enquanto para cá, para o Brasil, mais dinâmico, a exploração aparece na mediação, na terça. Lá, não. Aquilo que tivesse de estrada, ou as estradas que estivessem disponíveis para o seringueiro, ele tirava dela tudo que pudesse, sem pagar nenhum tipo de *royalty* sobre a terra. Agora, ele era explorado no barracão. Ou pagava-se exatamente o valor correto, digamos, pela borracha, mas ele pagava para subsistência dez vezes mais do que deveria pagar por cada produto. E, a partir daí viria o sistema praticamente da escravização da mão-de-obra nos seringais. Agora, manter esses seringais sob essa forma não teria sentido. Então, quando o Sr. colocou a questão como o segundo plano do nosso raciocínio, seria fazer com que a silvicultura aparecesse, a exploração racional da floresta, aquela conservação a que o Sr. se referiu. Não vou preservar, manter a floresta amazônica como um aquário pictórico, para a alegria dos olhos dos suecos, alemães, franceses, etc. Mas manter, para nós, fundamentalmente. A partir daí, evidentemente, não poderíamos ser aqueles que um dos nossos sociólogos apelidou de "amazônia" como uma sociedade que vive de cócoras, porque ela vive apanhando a borracha, a castanha, apanhando a oleoginosa que nós chamávamos de bubuia do rio, pois são flutuantes no rio, e cortando a seringa. Ora, o Sr. falou exatamente na possibilidade de nós compararmos dois tipos, dois modelos que o Sr. mostrou lá: um modelo agrícola, e um outro modelo que seria da silvicultura, se pudéssemos, desde logo, chamar assim; o segundo, melhor, o segundo o Sr. deu valores em dólares, que me escapam agora, que seria a rentabilidade. A partir disso, nós teríamos, então, para o Acre, quando chegarmos ao final do nosso trabalho aqui, um tipo de vocação, muito bem perguntado pelo Senador Nabor Júnior. Por exemplo: cabe ou não manter os assentamentos, que foram feitos através de desapropriação ou exportação, de um milhão de hectares, para fazer a agricultura naquela área? O Sr. deu a resposta. Achou até que esse tipo de destinação não foi a melhor, a partir do local que foi escolhido e, segundo, que a própria distribuição não foi tão boa. Seria possível fazer, mais tarde, numa segunda palestra com o Sr. quando viesse aqui, o zoneamento da Amazônia, do Acre, pelas suas vocações. Aparecerá, em algum momento, uma vocação pecuária?

O SR. GILBERTO DO CARMO SIQUEIRA — É bem possível, porque, inclusive, o Governo do Estado do Acre criou um projeto recentemente e incluiu, nesse projeto, o zoneamento agroflorestal, feito pelo Acre, com pessoas do Acre, alguns consultores e peritos de áreas técnicas, de que nós não dispomos, um plano de ocupação econômica, e a viabilidade técnico-econômica dessa estrada BR-364. Esse

primeiro levantamento nós devemos ter dentro de três meses, pois que nós já o estamos providenciando. Por isso há necessidade de comprar esse sistema integrado de satélites, para aferir mais a realidade. Tem algumas áreas, na floresta, que têm uma predominância muito grande de bambu. Com esse bambu, nós vamos fazer alguns testes ainda; não é um bambu importante para celulose, papel, portanto, não tem muito valor comercial. Na predominância do bambu, ele mata a floresta; ele vai acabando com a floresta. Então, onde há essa predominância, nada melhor que erradicar isso, e lá colocar atividades pecuárias, agrícolas. Pecuária agrícola, isso se o solo também corresponder. Estamos trabalhando nesses zoneamentos. São os tabocais. Mas existem na área perto de Senas, Assis Brasil, e lá estão dominando mesmo. Tem até uma imagem satélite, aí, que já dá para vê-los. Ali, esses tabocais têm condições de aproveitamento econômico.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Mas esses tabocais são revestimentos originais, ou se trata de floresta secundária?

O SR. GILBERTO DO CARMO SIQUEIRA — Originais, antigos. Está havendo uma predominância em cima dessas florestas primárias. Essa área branca que vemos aqui é uma área de bambu, que dá 600 mil hectares. Vamos identificar isso e fazer um estudo a respeito, para se criar uma atividade aí que não fosse florestal.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Outro ponto que me interessa muito — estamos ganhando tempo sobre a parte final que deve ser a do nosso trabalho — e o Senador Mário Maia falou sobre a madeira, chamou-me atenção quando S. Ex<sup>a</sup> disse que não se trata de substituição e, sim, de reposição.

É evidente quando V. S<sup>a</sup> colocou na palestra que o ICM vem em grande parte da área de exploração de madeira.

O SR. GILBERTO DO CARMO SIQUEIRA — O ICM sobre a exploração da madeira contribui muito pouco nos nossos dias. Esses dados são até 1987. Parece-me que a madeira participa com 1,4%. Por que isso? Porque eram espécies nobres para o mercado de exportação, e o estado não recolhe esse imposto, e sim, a União. É o que está acontecendo aqui. Hoje, estou sem os dados de 1988/1989, com certeza, esse número subiu, porque já está havendo uma industrialização local.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Perguntei, porque no documento da sua palestra, que está aqui em mãos, V. S<sup>a</sup> diz que nos últimos anos o setor primário arrecadou com a borracha, a castanha e a madeira 94%. Como não estava discriminado, cabe a pergunta.

O SR. GILBERTO DO CARMO SIQUEIRA — Eu quis discriminar esses dados na transparência naquele momento. Veja V. Ex<sup>a</sup> que o índice da borracha é de 14,6%; o da castanha é de 3,4% e o da madeira é de 1,4%. Em



relação aos 20,5% que eu arredondei para 21%, isso tudo dá noventa e tantos por cento.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — A pergunta visa a um outro esclarecimento que não se dá no Acre. Até mesmo por essa indicação V. S.<sup>a</sup> verifica que não se dá, lá.

Dizem que existe no sul do Pará, hoje, na ordem de duas mil serrarias clandestinas, trabalhando de um modo totalmente predatório. Seria uma das grandes causas do desmatamento, porque não haveria reposição, não haveria reflorestamento. A pergunta seria: a atividade madeireira ficaria claramente inserida dentro da silvicultura? Teríamos que trabalhar também com a madeira, desde que tivéssemos a preocupação de fazer o reflorestamento permanente.

O SR. GILBERTO DO CARMO SIQUEIRA — Mas isso é evidente. Hoje, no Acre, a depreciação, se se pode chamar assim, não é das indústrias de serraria, elas utilizam, e mal, ainda, essa biomassa feita do desmatamento com projeto de agricultura e pecuária.

Atualmente, no Estado do Acre, essas unidades, com uma tecnologia atrasada de exploração — por isso que o rendimento, por exemplo, de serraria está em torno de 50%, a média das espécies. Os outros 50% são queimados. Nós da Fundação, temos vários programas, nas unidades de serrarias, de aproveitamento dessas espécies. Essa casinha de castanha que V. Ex.<sup>a</sup> receberam vem de uma fábrica-escola que temos lá, de pequenos objetos de madeira, onde ensinamos as pequenas indústrias e as incentivamos, passando-lhes tecnologia para usar várias espécies e produzir produtos importados dentro das regiões do País, podendo ser fabricados ali, como utensílios de cozinha; até tábua de carne se comprava do Sul do País, em pinho, no Acre. Por isso, estamos com esse tipo de tecnologia disponível para o pessoal e está dando resultados.

Com essa questão do aproveitamento, desenvolvemos nas serrarias uma tecnologia de chapas aglomeradas, de argila em madeira, porque o aglomerado com cola de formol-deído, na Amazônia, desfaz-se em virtude da umidade, portanto, não é uma cola apropriada. Desenvolvemos a tecnologia nesse sentido, inclusive estamos fazendo habitações, forro etc.

Agora, o que eu acho é que, na questão de incentivos, de algum incentivo que se deva ter para a Amazônia, este deve ser de indústrias florestais que estejam com tecnologia apropriada para esse tipo de investimentos e produção.

Respondendo melhor a V. Ex.<sup>a</sup>, a indústria madeireira, no Estado do Acre, não tem uma atividade predatória. No sul do Pará, tenho algumas informações de que haveria essa atividade predatória, porque entraram realmente para tirar madeira em cima dos castanhais, etc., e depois é que vieram as outras atividades econômicas. Mas no Acre, hoje, não há essa atividade.

No Acre, então, temos em torno de 90 serrarias, 36 operando em Rio Branco, e com uma capacidade ociosa de até 60 por cento cada

uma. Hoje, por exemplo, falta até madeira no Estado do Acre. Por que? Porque a produtividade deles também é baixa.

A questão da indústria florestal no País é que os nossos equipamentos para beneficiamento de madeira são, na maioria das vezes, produzidos aqui, mas com desenhos e tecnologia para serrar madeiras de reflorestamento. Quando se pega as madeiras da Amazônia, que são madeiras duras, diminui muito a produtividade, há muita reposição de serra. Então, cai um pouco isso. É preciso, também, investir nesse setor, no País, nesse parque, no País, para garantir o bom aproveitamento, a boa conservação da Floresta Amazônica.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Estou sendo um pouco repetitivo, porque estou aproveitando a parte fundamental da sua palestra, que foi praticamente sobre a questão da ocupação da Amazônia. Quanto à reserva extrativista, o que me chamou a atenção foi relativo à existência da propriedade privada ou à existência da propriedade coletiva.

Entendi, inclusive pela sua resposta, que essas reservas extrativistas se transformaram em propriedades coletivizadas. Faz-se uma desapropriação. Faz-se uma assistência técnica, a que V. S.<sup>a</sup> se referiu, e essas pessoas que têm esses assentamentos, que ficam nas colocações e chamadas, vão ser beneficiadas não apenas pelo recebimento da terra, como por uma exploração racional. V. Ex.<sup>a</sup> citou algumas espécies diferentes, o guaraná, por exemplo, e outros mais que poderiam se associar na hora da exploração do hectare nativo.

E o que se passa com as propriedades clássicas de lá, os antigos seringalistas, assim chamados, os donos do seringal? Eles estão se adaptando, estão se reciclando — eu fujo um pouco dessa palavra, mas seria essa — através da exploração dos seus próprios seringais, ou permanecem no sistema antigo?

O SR. GILBERTO DO CARMO SIQUEIRA — Permanecem no sistema antigo, embora eu tenha encontrado seringalistas que querem reativar os seringais dentro de uma proposta mais moderna. Há outros que não, mas tenho encontrado e inclusive conversado com alguns seringalistas que querem aumentar a produtividade do seringal, e de outras formas.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Porque o que parece é que se eles permanecerem no sistema tradicional, eles não vão ter condição de sobreviver.

O SR. GILBERTO DO CARMO SIQUEIRA — Exatamente. Hoje, fora do Acre, a Bahia é o maior produtor de borracha do País. Não dá para sustentar uma posição de economia florestal só em cima de um produto, como a borracha.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — E por que a Bahia é o maior produtor?

O SR. GILBERTO DO CARMO SIQUEIRA — Por tecnologia.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Porque é heveicultura.

O SR. GILBERTO DO CARMO SIQUEIRA — Exato.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Isso aí vale a pena depois discutir com agrônomos, que vão conversar conosco, e possivelmente ser questionados por que Fordlândia fracassou. Por que uma borracha que era nativa nossa, a hevea brasiliensis, na hora que vai para a Malásia, permite a concentração sem a microcylis ullei, e quando ela chega no nosso caso, concentra, vem o mal das folhas. Mas isso não é assunto seu.

Far-lhe-ia apenas uma pergunta final, e naturalmente lhe agradecendo por essa sua colaboração, que é muito importante. Insisto, seguramente, o Sr. será molestado numa nova convocação, quando formos discutir os sistemas de ocupação, as diversas estratégias de ocupação da Amazônia.

O SR. GILBERTO DO CARMO SIQUEIRA — Com prazer.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Não posso, por exemplo, entender, que o mogno não seja explorado e exportado. Acho que o mogno é quase como o petróleo — 1 metro cúbico de mogno/fob, no Porto de Belém, vale alguma coisa que é bastante expressiva. É pena que já não esteja aqui, presente, o nobre Senador Mauro Borges. S. Ex.<sup>a</sup> era Governador de Goiás e eu, ainda, não era Governador do Pará, e apareceu uma firma chamada Rio-Impecx com capitais alemães, depois da Guerra, e se propunha a fazer a exploração do mogno ou, chamando melhor, a exploração da floresta mas com reflorestamento obrigatório e o nacionalismo funcionou. Botaram para fora os alemães e eu cheguei ao Governo do Pará pouco depois e, ainda, tive a oportunidade de verificar restos daquela organização — pedaços de serraria, instrumentos de outra natureza. Mas o nacionalismo ficou muito feliz porque puseram para fora os alemães e, pouco depois, como Governador, eu freqüentava aquela área — eu já tive a oportunidade de falar isto aqui no Senado — e vi mognos serem queimados para plantarem mandioca e macaxeira. Então, parece-me que isto é alguma coisa que nós vamos ter que discutir na ocupação racional da Amazônia e discutir, fundamentalmente, se foi ou não um grave erro. Eu até me antecipo, achando que foi um grave erro — nós achávamos que a ocupação da Amazônia deveria ser feita, prevalentemente, pela pata do boi. Por isto eu lhe perguntei sobre a vocação pecuária do Acre.

O SR. GILBERTO DO CARMO SIQUEIRA — Sr. Senador, nesta questão do mogno, a nossa posição é de que a floresta tenha que sair para os mercados internos e externos da região, manufaturados — e temos essa preocupação.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Isto é outra coisa...

O SR. GILBERTO DO CARMO SIQUEIRA — O que aconteceu no Pará na questão do mogno e estava acontecendo, também, no

Estado do Acre, era, simplesmente, o beneficiamento primário. Isto não agrega valor nenhum e está aí o ICM mostrando.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Já já é diferente, porque o problema já é secundário. Primário é nós utilizamos ou não a matéria para a exploração econômica. A partir daí, o Sr. entra na mesma questão do minério. O transporte e a exportação do minério bruto de ferro é uma coisa, peletizado, já é outra. Então, devemos trabalhar com isto. A madeira, também — participa inteiramente disto. Eu sou totalmente contrário à exportação de toras e, infelizmente, nós temos tido esse tipo de atividade no Brasil. Então, nós temos que, pelo menos, partir para o semi-manufaturado para, depois, chegar no compensado, chegar na industrialização, na movelaria que seria o ideal, a partir daí. Mas, por enquanto, nós podemos, também, admitir que isto é matéria-prima que pode, perfeitamente, gerar riquezas para o País e ter valor agregado — terá valor agregado. Agora, se ele for transformado apenas em vendas da tora de madeira, sem nenhum tipo de beneficiamento, nós estamos bancando os tolos, vendendo por 10 tostões de mel coado aquilo que podíamos vender por ouro.

A pergunta final seria a seguinte: essa delegação americana que esteve aí — não sei se eu chamo de delegação, representação ou o que seja — frequentou muito o Acre, esteve na Funtac?

O SR. GILBERTO DO CARMO SIQUEIRA — Não. Com relação a essa delegação americana a nossa posição, a da Funtac e dos técnicos, é que foi de uma forma muito irresponsável a atitude desse pessoal no Brasil, mesmo porque não se pode dar declarações internacionais a quem passa uma hora e meia a duas horas no Estado do Acre — não se pode conhecer, profundamente, o problema, quem desce de um Boeing e entra em duas ou três reuniões rápidas e vai embora com alguma proposta mirabolante de proteção, etc. Foram muito irresponsáveis, colocando, inclusive, a posição do Presidente americano numa situação ridícula frente à comunidade internacional. Não estiveram na Funtac e quiseram ouvir muito pouco a respeito do nosso problema, mesmo porque o interesse maior desses parlamentares americanos é que — veja bem: na década de 60 e, também, 70, houve a força da juventude em relação — vamos chamar assim — ao movimento de 1968, no sentido de se fazer uma política voltada, de uma certa forma, o mundo do homem para o homem. Agora, está havendo no mundo — estão ocorrendo as transformações gerais. Então, é do homem para a natureza. E se pode capitalizar muito, politicamente, na mídia internacional a respeito disso. E essas pessoas fizeram exatamente isso, quando estiveram em visita não só ao Acre, mas aos outros Estados da Amazônia. É uma postura bastante irresponsável, e eu acho que o Brasil deveria chamar a responsabilidade dos Estados Unidos em relação a esses senhores. E aí, eu não diria só aos Estados Unidos, porque são, hoje, o ponto de referência obrigatório. Verifica-se, para surpresa

minha, enorme, um homem que vem do *Liberté, Egalité e Fraternité* do século XVIII e que propõe, pura e simplesmente, que o Brasil tenha soberania relativa sobre a sua floresta. Esse cidadão se chama François Mitterrand. Então, o que me parece importante é que, com um tratamento correto, sem chauvinismo, sem patriotada, mas, a partir do momento em que nós mostremos que somos capazes de explorar essa floresta sem, realmente, afetar determinados problemas do Planeta, porque nós vivemos, cada vez mais, num Planeta bem menor e, realmente, isso é importante, se nós estivéssemos fazendo, um desmatamento de tal modo que o efeito estufa fosse exacerbado, muito mais do que eles fazem, então, nós seríamos responsáveis. Eu acho que devemos ter humildade de verificar isso. Isso vai ser a parte final do nosso trabalho da CPI que eu espero cheguemos a ele. No momento, apenas, a colocação seria essa. Eu fiz a pergunta muito de propósito, porque nós, aqui, tivemos o nosso interesse despertado pela sua vinda a partir do momento em que soubemos que existia, eu não sabia, de conversa eu não sabia que existia a Fundação trabalhando, nas características atuais, respeitáveis e científicas, que faz a Funtac. E como é que chegam, lá, representantes do país estrangeiro e, pura e simplesmente, tiram partido apenas, como o Sr. disse, ou coisas por ouvir dizer, não sabiam sequer que a 364 já estava aberta. Não sabem, e estão pensando que é agora que vão abrir e desmatar, falam nessa agressão e, eu tenho, hoje, já recebi seu projeto de lei que está em tramitação no Congresso americano em que ele prevê, exatamente, sanções ao Governo brasileiro através dos bancos oficiais como o BID, o BIRD, o Banco Mundial, portanto, e o Clube de Paris, para não fazer nenhum tipo de financiamento, desde que se caracterizasse que o Brasil estava degradando a Amazônia. Então, imagine o Senhor como eu cito um projeto que começou comigo, no Pará, o Banco Mundial financiando o sistema de esgoto para a cidade de Belém. Vai ser proibido porque se diz que a 364 está derrubando indiscriminadamente árvores do Acre. Isso é uma intervenção que, agora, o colonialismo tem esse novo aspecto. Não é mais ocupação de tropas. Isso acabou. Era muito caro, botar tropas para ocupar. Hoje em dia é muito mais fácil dominar economicamente essas áreas. Por isso é que aquela intervenção inicial do Senador Aragão me pareceu importante. Nós devemos ter humildade suficiente para compreender que é uma nossa responsabilidade para com o Planeta, uma administração da floresta amazônica racionalmente, mas, também devemos ter a certeza de que isso aqui não é uma cubata africana, dos velhos tempos. Eu o cumprimento, pela sua palestra. Fico, como acreano nato, — e o Sr. me diz que é naturalizado — fico muito feliz em ver que o meu Estado está tendo esse tipo de preocupação, em arregimentar inteligências jovens, com pós-graduação, voltadas para o estudo consequente, e não apenas o velho sistema amazônico do “blá-blá-blá” — a retórica e os discursos que se faziam

sobre a área, sem consequências imediatas. De minha parte, Sr. Presidente eu me dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Com a palavra, o Dr. Gilberto do Carmo Siqueira.

O SR. GILBERTO DO CARMO SIQUEIRA — Senador Jarbas Passarinho, o Sr. colocou uma questão importante que se está discutindo, em termos de internacionalização da Amazônia. Eu acho que, enquanto se fica nesse discurso, nós, brasileiros, não temos atitudes concretas em cima de pontos estratégicos para que possamos mostrar coisas diferentes na prática, e não só os nossos discursos, o nosso patriotismo.

Este gráfico, que queria expor desde o começo, mostra que para desenvolvermos a Amazônia há necessidade urgente de investir em pesquisas tecnológicas na região.

Hoje V. Ex.<sup>a</sup> está tendo o primeiro contato com a Funtac, que é a única instituição estadual de geração de tecnologia, já passando para os setores produtivos, em toda a Amazônia. E, vejamos o nível de recursos que recebemos. Para desenvolver todo esse trabalho de gerar 2100 casas, com tecnologia apropriada, de eliminar o déficit habitacional, de estar induzindo indústrias, de estar fazendo propostas econômicas para a região, em 1987 tivemos, do Governo do Estado, aquele valor de recursos, da área federal, aquele valor de recursos. No ano de 1988, na área estadual, tivemos 229 mil dólares, na área federal, 16 mil dólares, e, na área — não na internacional, porque nossos recursos internacionais vêm de organizações internacionais de países de cooperação técnica — 244 mil dólares.

Então, creio que esta questão é fundamental. Hoje, inclusive, gostaria de me posicionar em relação ao próprio Inpa, uma instituição de pesquisa básica que sofre tremendamente por falta de orçamentos, o que nos obriga a ter uma posição sobre isso. É uma instituição de pesquisa onde a própria Funtac se abastece de conhecimentos científicos. E, essa instituição está passando por dificuldades muito grandes. Então, a nossa responsabilidade está aí, porque hoje, para modernizar a economia do País, principalmente modernizar a economia da Amazônia, é necessário conhecer regionalmente a região, e muito.

Quando eu disse que duas horas ou uma hora e meia de visita desses Srs. americanos que estiveram no Brasil, foram suficientes para que saíssem falando besteira por aí, não podemos cometer o mesmo erro, porque o discurso só muda em escala diferente. Então, efetivamente apoiar os pontos estratégicos para esse desenvolvimento e a garantia da soberania nacional. É só isso que eu gostaria de posicionar e deixar mais evidente esta minha colocação. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Srs. Senadores, antes de encerrar, quero agradecer a presença do Sr. Gilberto Siqueira e seus assessores, e cumprimentá-lo pela resposta que deu às perguntas e indagações des-

te Plenário e, principalmente pela clareza da exposição que nos trouxe.

V. S.<sup>a</sup> merece meus cumprimentos pela segurança com que respondeu a quase tudo, exceto uma indagação sua, a sua estranheza pelo fato de parlamentares americanos, estrangeiros, durante cerca de duas horas de visita, deitarem para o mundo inteiro conhecimentos a respeito da nossa realidade. Creio que v. Ex.<sup>a</sup> deveria atentar para o fato de que aqueles cidadãos não vieram aprender a Amazônia conosco; vieram ensinar a nós, pobres nativos, o que é realmente a Amazônia e como ela deve ser preservada.

Cumprimentando V. S.<sup>a</sup> e agradecendo a presença dos Senadores, dou por encerrada a presente sessão.

**O SR. GILBERTO DO CARMO SIQUEIRA** — Gostaria de agradecer o convite do Senado e colocar a Fundação de Tecnologia à disposição desta Comissão Parlamentar de Inquérito, para que possamos realmente fazer um trabalho de consistência a nível de política e desenvolvimento da Amazônia. Obrigado.

#### **COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL** **4.<sup>a</sup> Reunião, realizada** **em 11 de abril de 1989**

Às onze horas e trinta minutos do dia vinte e cinco de abril de mil novecentos e oitenta e nove, na sala da reunião da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, presentes os Senhores Senadores Mauro Benevides, Presidente, Meira Filho, Saldanha Derzi, Aureo Mello, Ronaldo Aragão, Lourival Baptista, Chagas Rodrigues, Maurício Corrêa, Carlos de'Carli, Ney Maranhão, Jamil Haddad e Wilson Martins. Deixam de comparecer por motivo justificado os Senhores Senadores, Márcio Lacerda, Aluizio Bezerra, Francisco Rollemberg, Irapuan Costa Júnior, Leopoldo Peres, Odacir Soares, Edison Lobão, João Lobo, José Paulo Bisol e Mauro Borges. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a sessão, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior que é dada como aprovada e sugere a inversão da pauta, o que é aceito. Em seguida passa a palavra ao Senhor Senador Meira Filho para que profira seu parecer sobre o Projeto de Lei do Distrito Federal nº 9 de 1989 que "institui a gratificação pelo desempenho de atividades de trânsito no Departamento de Trânsito do Distrito Federal". Colocada em discussão a matéria, os Senhores Senadores Maurício Corrêa e Aureo Mello, se posicionam favoravelmente ao parecer. Colocada em votação é aprovado por unanimidade. Novamente com a palavra, o Senhor Senador Meira Filho apresenta seu parecer relativo ao Projeto de Lei nº 11, que "estende aos integrantes da Categoria Funcional de Agente de Trânsito do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, disposições do Decreto Lei nº 2.387, de 18 de dezembro de 1987". Colocado em discussão e votação é o mesmo aprovado por unanimidade. Dando continuidade a sessão, o Senhor Presidente, parabeniza a classe beneficiada, lembrando que os projetos agora serão enviados ao plenário do

Senado Federal. Passando ao primeiro item da pauta, relativo ao Seminário Brasília Ano 2000, o assunto é colocado em discussão. O Senhor Senador Ronaldo Aragão, solicita então, que o Senador Maurício Corrêa exponha melhor sua proposição. Este, antes de iniciar sua explanação, informa ao Presidente que os projetos que estavam em seu poder, já foram devolvidos à Comissão, restando apenas o que trata dos condomínios rurais, esclarece também que já está em condições de discorrer sobre seu pedido de vista do Ofício "S" nº 9 de 1988, do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Em relação ao seminário. Esclarece que este deve tratar das perspectivas do Distrito Federal para o ano 2000 e sugere que sejam convidados técnicos do GDF, da UnB e de outras representações para que se trace um rumo para o Distrito Federal. Como exemplo dos problemas da Capital Federal, cita um paradoxo criado pela nova Constituição com relação à segurança pública do Distrito Federal, e que este deve ser um dos problemas analisados pelo seminário. Ao final, solicita que seja criada uma comissão para planificar este Fórum. Os Senhores Senadores Meira Filho, Carlos de'Carli e Jamil Haddad parebenizam o Senador Maurício Corrêa pela iniciativa. O Senador Chagas Rodrigues usando a palavra, discorda que a organização do seminário seja da Comissão do Distrito Federal, acreditando que esta iniciativa deva ser da comunidade e se for necessário ter uma orientação e supervisão dos senadores da Comissão. Após uma breve discussão dos Senhores Senadores sobre este assunto, o Presidente, Senador Mauro Benevides, designa uma comissão constituída pelos Senadores Maurício Corrêa, Meira Filho e Aureo Mello para que no prazo de trinta dias planifique o referido seminário e em seguida encerra a sessão. Nada mais havendo a tratar, eu, Carlos Guilherme Fonseca, lavro a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,** **JUSTIÇA E CIDADANIA** **8.<sup>a</sup> Reunião realizada em 13** **de abril de 1989 (Extraordinária)**

Às nove horas e trinta minutos do dia treze de abril de mil novecentos e oitenta e nove, na Sala da Comissão, sob a presidência do Sr. Senador Cid Sabóia de Carvalho, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a presença dos Srs. Senadores Ronaldo Aragão, Lourival Baptista, Mauro Benevides, Roberto Campos, Chagas Rodrigues, João Menezes, Ney Maranhão, Leite Chaves, Maurício Corrêa, José Paulo Bisol, Jutahy Magalhães e Marco Maciel. Deixam de comparecer, por motivo justificado os Srs. Senadores Alfredo Campos, Wilson Martins, Aluizio Bezerra, Leopoldo Peres e Odacir Soares. Havendo número regimental, o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à apreciação das matérias constantes da pauta. Item 1 — Mensagem nº 76, de 1989 — (Mensagem nº 143,

de 5-4-89, na origem), do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, o nome do Desembargador Francisco Cláudio de Almeida Santos, do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Relator: Senador Mauro Benevides. Item 2 — Mensagem nº 77, de 1989 (Mensagem nº 144, de 5-4-89, na origem), do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, o nome do Desembargador Luiz Carlos Fontes de Alencar, do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Relator: Senador Lourival Baptista. Item 3 — Mensagem nº 78, de 1989 (Mensagem nº 145, de 5-4-89, na origem), do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, a escolha do Desembargador Luiz Vicente Cemicchiari, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Relator: Senador Chagas Rodrigues. Item 4 — Mensagem nº 81, de 1989 (Mensagem nº 148, de 5-4-89, na origem), do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, a escolha do Desembargador Waldemar Zveiter, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça. A Presidência convida para tomarem assento à mesa, os Srs. Desembargadores Francisco Cláudio de Almeida Santos, Luiz Carlos Fontes de Alencar e Luiz Vicente Cemicchiari, a fim de se submeterem à sabatina pública. O Sr. João Menezes em questão de ordem, não acolhida pela Presidência e contraditada pelos Srs. Maurício Corrêa, José Paulo Bisol e José Ignácio, defende a necessidade da Presidência da Comissão, encaminhar ofício ao Tribunal Federal de Recursos, solicitando esclarecimento sobre a elaboração das listas tríplices submetidas ao Senhor Presidente da República, para o preenchimento das vagas de Ministro do Superior Tribunal de Justiça. A seguir, a presidência deixa livre a palavra para a fase de interpeação, oportunidade em que fazem uso da mesma os seguintes Srs. Senadores: Mauro Benevides, Jutahy Magalhães, Maurício Corrêa, José Paulo Bisol, João Menezes e Chagas Rodrigues. Nesta oportunidade a reunião passa a ser secreta a fim de que seja iniciado o processo de votação. Reabertos os trabalhos, por decisão do plenário, a Presidência proclama o resultado da votação, obtendo os Srs. Desembargadores Francisco Cláudio de Almeida Santos, Luiz Carlos Fontes de Alencar, Luiz Vicente Cemicchiari e Waldemar Zveiter 10 (dez) votos favoráveis. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, agradecendo a presença dos Srs. Senadores, lavrando eu, Vera Lúcia Lacerda Nunes, Assistente da Comissão, a presente ata que será assinada pelo Sr. Presidente.

#### **10.<sup>a</sup> Reunião, realizada em** **26 de abril de 1989**

Às dez horas do dia vinte e seis de abril de mil novecentos e oitenta e nove, na Sala

da Comissão, sob a presidência do Sr. Senador Cid Sabóia de Carvalho, Presidente, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça com a presença dos Srs. Senadores: Roberto Campos, João Menezes, Ronaldo Aragão, Márcio Lacerda, Jutahy Magalhães, Ney Maranhão, Chagas Rodrigues, Alfredo Campos, Lourival Baptista, Maurício Corrêa, Leite Chaves e Raimundo Lyra. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Wilson Martins, Aluizio Bezerra, Leopoldo Peres, Marco Maciel, Odacir Soares e José Paulo Bisol. Havendo número regimental, o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à apreciação das matérias constantes da pauta, na ordem determinada pelo Sr. Presidente. Item 1 — Projeto de Lei do Senado nº 102, de 1988-Complementar, que regulamenta o direito de greve, previsto no artigo 9º, da Constituição Federal. Autor: Senador Cid Sabóia de Carvalho. — Item 2 — Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1989, que dispõe sobre o exercício do direito de greve. Autor: Senador Jarbas Passarinho. — Item 3 — Projeto de Lei do Senado nº 88, de 1989, que regula o direito de greve dos servidores públicos civis e dá outras providências. Autor: Senador João Menezes. — Tendo em vista que as matérias tratam de assuntos correlatos, o Sr. Presidente designa o Senador Leite Chaves para dar parecer sobre as mesmas. A Presidência pondera aos Srs. Senadores sobre a relevância da matéria, oportunidade em que solicita o empenho de seus pares para breve definição do assunto. No ensejo fazem uso da palavra em considerações ao tema os Senadores João Menezes, Lourival Baptista e Leite Chaves. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra a reunião, antes porém, convoca outra a realizar-se, amanhã, dia 27, às 10 horas, para continuação do debate, lavrando eu, Vera Lúcia Lacerda Nunes, a presente ata que lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente.

#### 11ª Reunião, realizada em 27 de abril de 1989 — (Extraordinária)

Às dez horas do dia vinte e sete de abril de mil novecentos e oitenta e nove, na Sala da Comissão, sob a presidência do Sr. Senador Cid Sabóia de Carvalho, Presidente, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, com a presença dos Srs. Senadores: Jutahy Magalhães, João Menezes, Ney Maranhão, Mauro Benevides, Edison Lobão, Márcio Lacerda, Lourival Baptista, Alfredo Campos, Ronaldo Aragão, Leite Chaves e Maurício Corrêa. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Aluizio Bezerra, Leopoldo Peres, Marco Maciel, Odacir Soares e José Paulo Bisol. Havendo número regimental, o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à apreciação das matérias constantes da pauta, na ordem determinada pelo Sr. Presidente. Item 1 — Projeto de Lei do Senado nº 102, de 1988-Complementar, que regulamenta o direito de greve, previsto no artigo

9º, da Constituição Federal. Autor: Senador Cid Sabóia de Carvalho. — Item 2 — Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1989, que dispõe sobre o exercício do direito de greve. Autor: Senador Jarbas Passarinho. — Item 3 — Projeto de Lei do Senado nº 88, de 1989, que regula o direito de greve dos servidores públicos civis e dá outras providências. Autor: Senador João Menezes. — Item 4 — Projeto de Lei do Senado nº 92, de 1989 — Complementar, que regula o direito de greve e dá outras providências. — Autor: Senador João Menezes. A Presidência concede a palavra ao relator, Senador Leite Chaves, para dar início à discussão da matéria. Fizeram uso da palavra, a fim de oferecerem subsídios ao parecer do relator, os seguintes Srs. Senadores: Chagas Rodrigues, Alfredo Campos, Ronaldo Aragão, Raimundo Lyra, Wilson Martins, Ney Maranhão, Roberto Campos e Jutahy Magalhães. Terminada a discussão, o Relator, Senador Leite Chaves esclarece que trará para a próxima reunião, um relatório contendo os subsídios fornecidos pela Comissão, que será discutido em fase final, oportunidade em que apresentará o seu parecer. A seguir, passa-se à apreciação do item 5 da pauta: Projeto de Lei do Senado nº 28 de 1987, que define o crime de tortura e dá outras providências. Autor: Senador Jamil Haddad. Relator: Senador Ronaldo Aragão. O Sr. Relator emite parecer pela constitucionalidade e juridicidade, e no mérito por oportuno, com Emenda nº 1-CCJ. Em fase de discussão da matéria, o Senador Maurício Corrêa faz uso da palavra em apoio ao projeto, considerando-o oportuno. Terminada a discussão, é colocada em votação a matéria, tendo sido aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, agradecendo a presença dos Srs. Senadores, lavrando eu, Vera Lúcia Lacerda Nunes, assistente da Comissão, a presente ata que será assinada pelo Sr. Presidente.

#### COMISSÃO ESPECIAL

*Destinada a "estudar a questão das perdas salariais dos trabalhadores e servidores públicos, ocorridas nos últimos 10 anos, por força das diversas metodologias e políticas de reajustes salariais adotadas".*

#### 1ª Reunião (Instalação), realizada em 6 de abril de 1989

Aos seis dias do mês de abril do ano de mil novecentos e oitenta e nove, na sala de reuniões da Comissão de Economia, presentes os Senhores Senadores Carlos Alberto, Hugo Napoleão, Edison Lobão, Márcio Lacerda, Jutahy Magalhães e Jamil Haddad, reúne-se Comissão Especial, destinada a "estudar a questão das perdas salariais dos trabalhadores e servidores públicos, ocorridas nos últimos 10 anos, por força das diversas metodologias e políticas de reajustes salariais adotadas". De acordo com o preceito regimental, assume a Presidência, eventualmente, o Sr. Senador

Jamil Haddad, que declara abertos os trabalhos. Em seguida, o Sr. Senador Jamil Haddad, Presidente, esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas, o Sr. Presidente convida o Sr. Senador Márcio Lacerda para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

#### Para Presidente:

Senador Carlos Alberto ..... 5 votos  
Em branco ..... 1 voto

#### Para Vice-Presidente:

Senador Edison Lobão ..... 5 votos

Em branco ..... 1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Srs. Senadores Carlos Alberto e Edison Lobão. Assumindo a Presidência, o Sr. Senador Carlos Alberto agradece em nome do Sr. Senador Edison Lobão e no seu próprio a honra com que foram distinguidos e, designa o Sr. Senador Márcio Lacerda, para relatar a matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Sônia de Andrade Peixoto, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

#### COMISSÃO DIRETORA

#### 11ª Reunião ordinária, realizada em 4 de maio de 1989

Às dez horas e trinta minutos do dia quatro de maio de mil novecentos e oitenta e nove, na Sala de Reuniões da Presidência, reúne-se a Comissão Diretora do Senado Federal com a presença dos Excelentíssimos Senhores Senadores Nelson Carneiro, Presidente, Iram Saraiva, Primeiro Vice-Presidente, Alexandre Costa, Segundo Vice-Presidente, Mendes Canale, Primeiro Secretário, Pompeu de Sousa, Terceiro Secretário, Lourenberg Nunes Rocha, Quarto Secretário, Antônio Luiz Maia e Nabor Júnior, Suplentes. Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Excelentíssimo Senhor Senador Divaldo Suruagy, Segundo Secretário.

O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da reunião e, a seguir, submete à Comissão Diretora proposta de Ato que "faz editar o Regimento Interno do Senado Federal", na forma prevista na Resolução nº 18/89.

Os presentes examinam a matéria, aprovam a proposta e assinam o respectivo Ato que vai à publicação.

Em continuação, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Segundo Vice-Presidente que submete à Comissão Diretora os seguintes assuntos:

a) Ofício do Governador do Estado do Rio de Janeiro sobre seu pedido de prorrogação de cessão do servidor Francisco Reynaldo Amorim de Barros, para exercer a função de Secretário de Estado, com ênus para o Senado Federal.

Os presentes, após amplo debate, decidem aprovar a cessão, para cada Estado e para o Distrito Federal, de um servidor, para o exercício de função em comissão de Secretário de Estado, com ônus para o Senado Federal. O Senhor Primeiro Secretário faz consignar em Ata o seu voto contrário à concessão, com ônus, porque, além de ferir decisão anterior da atual Comissão Diretora, irá criar problemas de isonomia para cada Estado requisitante.

b) Parecer oral a expediente da Sociedade Brasileira de Neurocirurgia propondo a manutenção de convênio existente entre aquela Instituição e o Senado Federal para publicação, pelo Cegraf, dos Boletins daquela Sociedade e da Neurocirurgia Contemporânea Brasileira, favorável à manutenção com os custos dos serviços sob responsabilidade da proponente.

O parecer, após debatido, é aprovado pelos presentes.

A seguir, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Primeiro Secretário que apresenta à deliberação da Comissão Diretora os seguintes assuntos:

a) Proposta de realização de uma série de encontros denominados "Congresso Nacional e Sociedade Brasileira", mediante assinatura de um "Acordo de Prestação de Serviços Técnicos, de Comunicação Social, de Categoria de Credenciamento não-oneroso", entre o Senado Federal e a Editora Jornalística Silcam Ltda.

A matéria é distribuída ao Senhor Terceiro Secretário para relatar.

b) Processo nº 000106/89-5, que trata da concessão de autorização ao Prodasen para, reconhecendo a efetiva realização de serviços, sem cobertura orçamentária, efetivar pagamento a fornecedores.

A matéria é distribuída ao Senhor Primeiro Vice-Presidente para relatar.

Dando sequência aos trabalhos, o Senhor Presidente concede a palavra ao Diretor-Geral que traz ao conhecimento e decisão da Comissão Diretora os seguintes assuntos:

a) Processos nºs 000822/89-2, 001644/89-0 e 001762/89-3, em que Victor Rezende de Castro Caiado e outros servidores solicitam a suspensão do desconto efetuado em sua remuneração a título de "Reversão Limite Constitucional".

A matéria é distribuída ao Senhor Quarto Secretário para relatar.

b) Processo nº 006018/89-0, em que a servidora Dad Abi Chahine Squarisi solicita "Licença para Trato de Interesses Particulares".

A matéria é distribuída ao Senhor Terceiro Secretário para relatar.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra os trabalhos, às doze horas, pelo que eu, José Passos Porto, Diretor-Geral e Secretário da Comissão Diretora, lavrei a presente Ata que, depois de assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação.

Sala da Comissão Diretora, 4 de maio de 1989. — Senador Nelson Carneiro, Presidente.

## ATOS DO PRESIDENTE

### ATO DO PRESIDENTE Nº 132, DE 1989

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato nº 2 de 1973, revigorada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 1983, de acordo com o disposto na Resolução nº 130, de 1980, e tendo em vista o que consta do Processo nº 006.104/89-4.

Resolve autorizar a contratação, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, do Senhor WAMIREH CHACON DE ALBUQUERQUE NASCIMENTO para o emprego de Assessor Técnico, com o salário mensal equivalente ao vencimento do cargo, DAS-3, a partir de 3 de maio de 1989, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Afonso Arinos.

Senado Federal, 4 de maio de 1989. — Senador Nelson Carneiro, Presidente.

### ATO DO PRESIDENTE Nº 133, DE 1989

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 005.120/89-6.

Resolve aposentar, voluntariamente, LEO-POLDO KONTE, Adjunto Legislativo, Classe "Especial", Referência NS-19, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "a", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 428, inciso II, 429, inciso I, 430, incisos IV e V, e 414, § 4º, da Resolução SF nº 58, de 1972; artigo 3º da Resolução SF nº 13, de 1985; artigo 2º da Resolução SF nº 182, de 1987, e artigo 5º da Resolução SF nº 155, de 1988, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 5 de maio de 1989. — Senador Nelson Carneiro, Presidente.

### ATO DO PRESIDENTE Nº 134, DE 1989

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 005.877/89-0.

Resolve aposentar, voluntariamente, JACUÁRIO COLHAÇO CAETANO FILHO, Adjunto Legislativo, Classe "Especial", Referência NS-19, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III,

alínea "a", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 428, inciso II, 429, inciso I, 430, incisos IV e V, e 414, § 4º, da Resolução SF nº 58, de 1972; artigo 3º da Resolução SF nº 13, de 1985; artigo 2º da Resolução SF nº 182, de 1987, e artigo 5º da Resolução SF nº 155, de 1988, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 5 de maio de 1989. — Senador Nelson Carneiro, Presidente.

### ATO DO PRESIDENTE Nº 135, DE 1989

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 004.067/89-4.

Resolve aposentar, voluntariamente, CLÁUDIO VITAL REBOUÇAS LACERDA, Técnico Legislativo, Classe "Especial", Referência NS-25, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "c", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 433 e 414, § 4º, da Resolução SF nº 58, de 1972; artigo 3º da Resolução SF nº 13, de 1985; artigo 2º da Resolução SF nº 182, de 1987, e artigo 5º da Resolução SF nº 155, de 1988, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 8 de maio de 1989. — Senador Nelson Carneiro, Presidente.

### PORTARIA Nº 14, DE 1989

O Primeiro-Secretário do Senado Federal, no uso das suas atribuições regimentais, Resolve:

Designar ANTÔNIO CARLOS SIMÕES, Assessor Legislativo, CLAYTON ZANLORENCI, Técnico Legislativo e AURELIANO PINTO DE MENEZES, Técnico Legislativo para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão de Inquérito incumbida de apurar os fatos constantes dos Processos nºs 006090/89-3, 002196/89-1 e 00390489-0.

Senado Federal, 2 de maio de 1989. — Senador Mendes Canale, Primeiro-Secretário.

### PORTARIA Nº 15, DE 1989

O Primeiro Secretário do Senado Federal, no uso das suas atribuições regimentais, e tendo em vista o disposto no artigo 482, § 6º, do Regulamento Administrativo, Resolve:

Prorrogar por 30 (trinta) dias, o prazo para a realização dos trabalhos da Comissão de Inquérito instituída pela Portaria nº 04, de 1989.

Senado Federal, 8 de maio de 1989. — Senador Mendes Canale, Primeiro-Secretário.

### PORTARIA Nº 16, DE 1989

O Primeiro Secretário do Senado Federal, no uso das suas atribuições regimentais, e

tendo em vista o disposto no artigo 482, § 6º, do Regulamento Administrativo, Resolve:

Prorrogar por 30 (trinta) dias, o prazo para a realização dos trabalhos da Comissão de Inquérito instituída pela Portaria nº 05, de 1989.

Senado Federal, 8 de maio de 1989. —  
Senador *Mendes Canale*, Primeiro-Secretário.

#### **PORTARIA Nº 17, DE 1989**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das suas atribuições que lhe confere o artigo 215 do Regimento Administrativo do Senado Federal, e tendo em vista o disposto no artigo 482, parágrafo 1º, do mesmo Regulamento, Resolve:

Designar **ANTÔNIO CARLOS SIMÕES**, Assessor Legislativo, **HÉLIOS DE PASSOS**, Téc-

nico Legislativo e **GOITACAZ BRASÔNIO PEDROSO DE ALBUQUERQUE**, Técnico Legislativo para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão de Sindicância incumbida de apurar os fatos constantes dos Processos nº 005361-89-3 e 005646-89-8.

Senado Federal, 4 de maio de 1989. —  
Senador *José Passos Porto*, Diretor-Geral.